

**FRANCIELE BONOLDI**

[2023]

# LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES

NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

[DISSERTAÇÃO DE MESTRADO]

PROGRAMA DE PÓS-GRAD. EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / PROPUR / UFRGS

**FRANCIELE BONOLDI**

# **LIDERANÇA FEMININA POPULAR E** **NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito à obtenção do grau de mestra em Planejamento Urbano e Regional.

**Área de Concentração:** Planejamento Urbano e Regional e os Processos Sociais/PUR\_PS

**Linha de Pesquisa:** Planejamento e Espaço Urbano e Regional

**Orientadora:** Clarice Misoczky de Oliveira

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFRGS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL / UFRGS**  
**PORTO ALEGRE, 2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL / UFRGS**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 29 de março de 2023, pela Comissão Examinadora:

---

Professora Doutora Clarice Misoczky de Oliveira (Orientadora) – UFRGS

---

Professora Doutora Luciana Miron – UFRGS

---

Professora Doutora Nilza Rogeria de Andrades Nunes – PUC-RIO

---

Professor Doutor Paolo Colosso – UFSC

## CIP - Catalogação na Publicação

Bonoldi, Franciele  
Lideranças femininas populares na produção social  
do espaço urbano / Franciele Bonoldi. -- 2023.  
276 f.  
Orientadora: Clarice Misoczky de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa  
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,  
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Lideranças femininas populares. 2. Henri  
Lefebvre. 3. lutas urbanas. 4. teoria da reprodução  
social. 5. planejamento radical. I. de Oliveira,  
Clarice Misoczky, orient. II. Título.

## NOTA À COMUNIDADE ACADÊMICA

[... E A QUEM MAIS TIVER INTERESSE NESSA PESQUISA]

Essa pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2020 e 2023, período mergulhado em uma emergência sanitária causada pela pandemia da COVID-19. Foram anos desafiadores, tristes, de muitas mortes, desinformação programada e incontáveis negligências por parte de governos em todas as escalas federativas. Sobre essas negligências, talvez a mais destruidora tenha sido do governo federal brasileiro, que chegou a fazer pouco caso das quase 700mil vidas perdidas em decorrência do vírus.

Foi partindo da análise da conjuntura dos últimos anos que a produção dessa dissertação abraçou também o objetivo de interpretar a realidade por meio de uma literatura crítica e combatente. Diante das condições histórico-concretas que se apresentam atualmente, devido à crise econômica e social existente desde 2015, aprofundada com a pandemia da COVID-19 e com o retrocesso democrático do país, que começou com o Golpe de 2016 da Presidenta da República Dilma Rousseff, continuado com a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, a dificuldade se espalhou em todos os âmbitos da vida social.

Cabe destacar, como nota de uma mestranda dedicada à pesquisa de campo em territórios populares, que os cortes de verbas e o ataque à autonomia universitária produziram impactos negativos na realização de pesquisas acadêmicas. Não apenas pelo fato de o contexto pandêmico impor desafios ao trabalho de campo, mas sobretudo pelas condições a que nós, estudantes e pesquisadoras, precisamos nos adaptar. Exigem dedicação exclusiva e excelência acadêmica para, supostamente, “merecer” a contrapartida financeira de uma bolsa defasada e fora da realidade material para se viver com um mínimo de dignidade no Brasil. Bolsa essa, vale ressaltar, sofreu cortes sorrateiros por parte do governo federal no final de 2022 (...*precisa fechar as contas no final do ano? vamos congelar as bolsas! Vai Brasil!*), deixando centenas de estudantes e pesquisadoras, literalmente, sem salário para o seu sustento.

A realidade precisa ser contada no seu tempo para que a memória se produza. Não podemos jamais esquecer dos anos que, por incrível que pareça, corresponderam com o fazer acadêmico dessa dissertação. Foram anos duros, em que sobreviver foi um imperativo para todas as categorias sociais, sobretudo àquelas inscritas em realidades urbanas marcadas pela precariedade, pela opressão e pela ausência de justiça e de direitos. Mas que por isso lutam, desde sempre, para sobreviver e (se) transformar.

Vamos falar dessas realidades nessa pesquisa, para elucidar suas lutas e assim, quem sabe, apoiá-las.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer pelo trabalho de dissertação é desmembrar a unidade das ligações que me constituem e que constituíram o fazer dessa pesquisa, produzidas no espaço vivido da minha vida de relações, entre mim e as pessoas, entre mim e meus estudos.

À minha família, agradeço a minha mãe, Maria, por ser a primeira referência de liderança feminina popular, no âmbito da vida privada familiar. Obrigada por desdobrar-se em afeto, obrigada por ser múltipla, obrigada por me ensinar ousadia e me ensinar a correr atrás dos sonhos e a não desistir. Agradeço ao meu pai, Luís Carlos, pelo apoio e incentivo, mesmo nos momentos mais complicados financeiramente. E, claro, por ajudar à Capes a financiar pesquisa no Brasil. Ao meu irmão Esequiel, pelos cuidados e pela paciência de irmão "mais velho". Agradeço todo amor e apoio expressado das mais diversas formas.

Aos daqui de casa, meus amigos de coração, agradeço por me ajudarem a fazer da dissertação uma ação constante de reflexão e por oferecerem colo nos momentos difíceis. À Michelle e Mariana, agradeço pelos abraços e conversas nos momentos mais necessários e difíceis. Ao Thomás, agradeço pelo presente de aniversário, a coletânea da obra de Marx, depois de tanto me ouvir falar sobre Lefebvre e seu alinhamento marxiano. A Joana, agradeço pelos cafés inspiradores discutindo feminismos e falando sobre bell hooks e Audre Lorde, autoras que inspiraram o tema dessa dissertação. Ao Joaquim, cantor e ocnógrafo nas horas vagas, à Pâmela, que faz a melhor torta de banana vegana da face da terra e à Emily, que faz o melhor pão de beijo vegano que eu já comi, eu agradeço com muito carinho os afetos compartilhados, em formato de abraços, de músicas e de comidas.

Agradeço também aos pedaços de mim espalhados por aí, em formato de rede de afetos. Bibiana e Sarah, pela intimidade e confiança que renovam minha fé no amor, desde muito tempo. Ao Coletivo Peraltas (coletivo de pernas de pau) e ao Bloco Não Mexe Comigo que eu Não Ando Só (bloco feminista de carnaval de rua), grupos de Porto Alegre que me deslocam do lugar de Arquiteta e Urbanista e me permitem viver a rua de uma perspectiva mais vinculada à dimensão do espaço vivido, principalmente a partir da Festa. A Maria Tereza, Evelyn, Scharlise, Sabrina, Tutu e Judite, agradeço a rua e ao carnaval por tê-las na minha vida, pelo apoio maduro que temos umas com as outras, pela parceria. Agradeço a Bianca pelas palavras de conforto e pela amizade recente que se aprofunda cada vez mais; ao Luciano Sito pelas reflexões instigantes em conversas de bar, pela ajuda na pesquisa e por ser ponte de contato com algumas lideranças femininas populares. Agradeço a Poliana Monteiro e o Ronaldo Lacerda pelas reflexões valiosas que tivemos sobre o tema da dissertação e por serem, respectivamente, as pontes de contato para a entrevistar as vereadoras Monica e Karen. Agradeço ao Pedro Santos e a Ana Aguirre, casal de amigos queridos que tenho a honra de dizer que juntei, e que contribuem para as reflexões dessa pesquisa desde muito antes dela se transforma em dissertação. Agradeço também a Viviane, a Julia, a Diana, a Carol, a Beatriz e a Marla que, desde a faculdade, são base sólida desse caminho que foi encarar a graduação e a pós-graduação. À Nathália e ao Mateus, eu agradeço toda paciência que tiveram comigo quando eu morei no Rio, agradeço o acolhimento e agradeço ainda mais os momentos de Festa (que foram muitos).

Às lideranças femininas populares entrevistadas, queria dizer, em primeiro lugar, que conhecê-las inspirou muito além da investigação acadêmica: vocês me mostraram que é possível, através de um sentido ético e maternal de cuidado, e de um estado de sensibilidade genuíno, transformar a realidade urbana. Preta, Mana, Vera, Karen, Penha, Angela, Lucia, Zica e Monica, eu agradeço pelo tempo, pela paciência e pela aposta na relevância do tema e do problema de pesquisa dessa dissertação. Vocês são a espinha dorsal desse trabalho. A atuação de vocês nas lutas urbanas precisa ser desvelada ao mundo, com a relevância social que merece.

Aos colegas de mestrado, com quem fiquei por mais de ano apenas interagindo no modo virtual, imaginando qual seria altura de cada um e como seriam nossos encontros se fossem presenciais ao invés de virtuais, agradeço pelo carinho e companheirismo mesmo à distância e em meio a uma pandemia interminável. À Eduardo, que acolheu momentos de incertezas e inseguranças que tive, agradeço de todo coração pelas palavras sinceras e pela escuta ativa, foram muito importantes. À Barbara, que me acompanha desde o tema de pesquisa sobre gênero e perspectivas feministas, agradeço ao mestrado por ter nos aproximado e permitido construir uma relação de afeto e cuidado que se projetou para as nossas vidas pessoais e tornou o peso dos momentos difíceis da escrita mais leve. Ao Gabriel, meu colega desde a faculdade até o PROPUR, que me ajudou em muitos momentos da vida pessoal, agradeço pela leitura atenta do trabalho e pelos apontamentos valiosos na discussão teórica. À Sherlen, colega de orientação e amiga, agradeço pelo carinho, pela parceria, pelas trocas e reflexões, principalmente pela confiança que construímos: ainda bem que temos uma à outra. Vocês foram fundamentais ao longo dos últimos anos.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), agradeço à Clarice Misoczky de Oliveira, na figura de orientadora, por me conduzir e incentivar a estudar a obra do Lefebvre em profundidade. A professora Livia Piccinini que, ainda na época da graduação em Arquitetura e Urbanismo, me incentivou a seguir os caminhos dos estudos urbanos, através de um olhar crítico sobre a cidade, buscando sempre “fazer alguma coisa” a respeito das desigualdades urbanas. E à Capes-Proex, agradeço pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa.

À professora Nilza Rogéria, da PUC/RJ, que foi colo, banca, orientadora e amiga, meu profundo agradecimento por todos ensinamentos e pelo apoio dado. Mesmo distante e me conhecendo apenas no “modo virtual”, com uma ética baseada no sensível e no cuidado, contribuiu enormemente para a realização dessa pesquisa, sendo a ponte de contato com várias lideranças femininas populares entrevistadas no Rio de Janeiro.

Por fim, agradeço ao Pedro, parceiro e companheiro de aventuras e festas, de rotina e momentos difíceis, por compartilhar comigo dos cacos às carícias. Obrigada pela nossa convivência em verbo de amor, pela paciência nos momentos de correria e pela compreensão das ausências em alguns momentos desse longo processo. Obrigada por escutar as minhas reflexões e por me fazer refletir de volta, com um olhar sensível de alguém que vivencia na práxis a vida cotidiana de territórios populares. Obrigada por ajudar na elaboração dos mapas no ArcGIS e na automatização do arquivo de word, me salvou! Dividir os últimos anos contigo inspirou, definitivamente, a produção das análises críticas e combativas dessa dissertação.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objeto de estudo a atuação de lideranças femininas populares na produção social do espaço urbano e se insere em dois principais campos de conhecimento: os estudos de gênero (e suas interseções com raça e classe) e os estudos críticos urbanos. A estratégia de pesquisa consiste em estudo exploratório com dois objetos empíricos e tem como recorte espaço-temporal os municípios de Porto Alegre e Rio de Janeiro na última década (2010 até os dias atuais). Segundo Silva (2007), a exploração acadêmica das relações de gênero e espaço no Brasil reúne um número reduzido de pesquisadores com produção sistemática na área. Em vista disso, esse trabalho tem como objetivo geral compreender, à luz da teoria-método da produção social do espaço urbano de Henri Lefebvre, a atuação das lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade. Para tal, realizou-se pesquisa de enfoque qualitativo por meio de entrevistas semiestruturadas e cartografias de campo. Os resultados obtidos foram (1) a sistematização de informações sobre os eixos de atuação das lideranças femininas populares (os espaços e os agentes que elas articulam em sua prática espacial e política, bem como as estratégias através das quais construíram sua história de protagonismo político e de reconhecimento social); e (2) uma contribuição para a atualização da tríade lefebvriana da produção do espaço segundo os paradigmas das questões de gênero presentes nas cidades brasileiras, no tempo atual.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Lideranças femininas populares, Henri Lefebvre, lutas urbanas, teoria da reprodução social e planejamento radical.



## **ABSTRACT**

The present work studies the performance of popular female leaderships in the social production of urban space and is inserted in two main fields of knowledge: gender studies (and their intersections with race and class) and critical urban studies. The research strategy consists of an exploratory study with two empirical objects and has as a space-time cut the municipalities of Porto Alegre and Rio de Janeiro in the last decade (2010 to the present day). According to Silva (2007), the academic exploration of gender and space relations in Brazil brings together a reduced number of researchers with systematic production in the area. In view of this, this work has the general objective of understanding, in the light of Henri Lefebvre's theory-method of social production of urban space, the performance of popular female leaders in the struggle for the right to the city. To this end, a qualitative approach was carried out through semi structured interview and field mapping. The results obtained were (1) the systematization of information about the axes of action of popular female leaders (the spaces and agents that they articulate in their spatial and political practice, as well as the strategies through which they built their history of political protagonism and of social recognition); and (2) a contribution to updating the Lefebvrian triad of space production according to the paradigms of gender issues present in Brazilian cities at the present time.

## **KEYWORDS**

Popular female leaders; Henri Lefebvre; urban struggles; theory of social reproduction and radical planning.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## DIAGRAMAS

- Diagrama 1.** Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre. Fonte: elaboração própria com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019). ..... 51
- Diagrama 2.** Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre: Objetivo 1 (vincula-se ao espaço percebido). Fonte: elaboração própria com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019). ..... 100
- Diagrama 3.** Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre: Objetivo 2 (vincula-se ao espaço vivido). Fonte: elaboração própria com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019). ..... 101
- Diagrama 4.** Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre: Objetivo 3 (vincula-se ao espaço concebido). Fonte: elaboração própria com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019). ..... 101
- Diagrama 5.** Mapas racial de pontos de Porto Alegre (cada ponto representa uma pessoa). Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/> ..... 109
- Diagrama 6.** Diagrama síntese da entrevista com Preta. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta. Fonte: elaboração própria. .... 129
- Diagrama 7.** Registros fotográficos da luta dos moradores contra a reintegração de posse da Vila Boa Esperança. Fonte: <https://reporterpopular.com.br/vila-boa-esperanca-comemora-o-fim-da-reintegracao-de-posse/>. Acesso: 12 de maio de 2023. .... 134
- Diagrama 8.** Diagrama síntese da entrevista com Mana. Base de dados: entrevista semiestruturada com Mana. Fonte: elaboração própria ..... 141
- Diagrama 9.** Registros fotográficos de um dos eventos culturais promovidos pela Vila Planetário junto ao Instituto Misturaf. Na primeira foto, Mana conversa com o ex-prefeito Olívio Dutra na comemoração de 30 anos do realocação e da urbanização da Vila Planetário. Fonte: acervo de registros feitos pela autora em 2022. .... 144
- Diagrama 10.** Diagrama síntese da entrevista com Vera. Base de dados: entrevista semiestruturada com Vera. Fonte: elaboração própria. .... 148
- Diagrama 11.** Registros fotográficos das atividades realizadas na sede da Associação de Moradores durante a pandemia: produção de quentinhas para alimentar os moradores da Vila. Fonte: acervo de registros disponibilizados por Vera. .... 154
- Diagrama 12.** Diagrama síntese da entrevista com Karen. Base de dados: entrevista semiestruturada com Karen. Fonte: elaboração própria. .... 159

<b>Diagrama 13.</b> Registros fotográficos dos panfletos do mandato parlamentar. Fonte: elaboração própria durante a entrevista no gabinete de Karen, na Câmara Municipal de Porto Alegre. ....	164
<b>Diagrama 14.</b> Registros fotográficos dos panfletos do mandato parlamentar. Fonte: elaboração própria durante a entrevista no gabinete de Karen, na Câmara Municipal de Porto Alegre. ....	165
<b>Diagrama 15.</b> Comparativo entre infográficos raciais na zona sul do Rio de Janeiro (amostra de cem pessoas onde cada uma representa 1%). Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, disponível em: <a href="https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/">https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/</a> . Acesso: 18 de jan. de 2023. ....	179
<b>Diagrama 16.</b> Diagrama síntese da entrevista com Penha. Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: elaboração própria. ....	200
<b>Diagrama 17.</b> Registros da Vila Autódromo após a remoção dos moradores e a construção das casas acordadas com a prefeitura. Na primeira foto, registro do grafite com a imagem das lideranças da Vila Autódromo. Penha é a liderança do meio. Fonte: <a href="https://diariodorio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/">https://diariodorio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/</a> . Acesso em: 18 de maio de 2023. ....	203
<b>Diagrama 18.</b> Diagrama síntese da entrevista com Angela. Base de dados: entrevista semiestruturada com Angela. Fonte: elaboração própria. ....	206
<b>Diagrama 19.</b> Registros da Ocupação Vito Giannotti. Fonte: <a href="https://diariodorio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/">https://diariodorio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/</a> . Acesso em: 18 de maio de 2023. ....	209
<b>Diagrama 20.</b> Diagrama síntese da entrevista com Lucia. Base de dados: entrevista semiestruturada com Lucia. Fonte: elaboração própria. ....	213
<b>Diagrama 21.</b> Registros da vida cotidiana de Lucia na ONG Educap. Fonte: <a href="https://www.atelierarq.com.br/educap">https://www.atelierarq.com.br/educap</a> e <a href="https://www.atelierarq.com.br/educap">https://www.atelierarq.com.br/educap</a> . Acesso em: 18 de maio de 2023. ....	219
<b>Diagrama 22.</b> Diagrama síntese da entrevista com ZICA. Base de dados: entrevista semiestruturada com ZICA. Fonte: elaboração própria. ....	222
<b>Diagrama 23.</b> Registros de tela obtidos junto ao documentário “Dona Zica: eu acredito na luta”. Fonte: <a href="https://youtu.be/GgFto9e84il">https://youtu.be/GgFto9e84il</a> . Acesso em: 12 de maio de 2023. ....	224
<b>Diagrama 24.</b> Diagrama síntese da entrevista com Monica. Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: elaboração própria. ....	227
<b>Diagrama 25.</b> Registros de tela obtidos junto ao site do mandato parlamentar de Monica. Fonte: <a href="https://monicabenicio.com.br/">https://monicabenicio.com.br/</a> . Acesso em: 12 de maio de 2023. .	232
<b>Diagrama 26.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta. Fonte: elaboração própria. ....	252
<b>Diagrama 27.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta. Fonte: elaboração própria. ....	253

<b>Diagrama 28.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta. Fonte: elaboração própria. ....	253
<b>Diagrama 29.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Mana. Fonte: elaboração própria. ....	254
<b>Diagrama 30.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Mana. Fonte: elaboração própria. ....	254
<b>Diagrama 31.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Mana. Fonte: elaboração própria. ....	255
<b>Diagrama 32.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Vera. Fonte: elaboração própria. ....	256
<b>Diagrama 33.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Vera. Fonte: elaboração própria. ....	256
<b>Diagrama 34.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Vera. Fonte: elaboração própria. ....	257
<b>Diagrama 35.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Karen. Fonte: elaboração própria. ....	258
<b>Diagrama 36.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Karen. Fonte: elaboração própria. ....	258
<b>Diagrama 37.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Karen. Fonte: elaboração própria. ....	259
<b>Diagrama 38.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: elaboração própria. ....	260
<b>Diagrama 39.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: elaboração própria. ....	260
<b>Diagrama 40.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: elaboração própria. ....	261
<b>Diagrama 41.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Angela. Fonte: elaboração própria. ....	262
<b>Diagrama 42.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Angela. Fonte: elaboração própria. ....	262
<b>Diagrama 43.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Angela. Fonte: elaboração própria. ....	263
<b>Diagrama 44.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Lucia. Fonte: elaboração própria. ....	264
<b>Diagrama 45.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Lucia. Fonte: elaboração própria. ....	264

<b>Diagrama 46.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Lucia. Fonte: elaboração própria. ....	265
<b>Diagrama 47.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com ZICA. Fonte: elaboração própria. ....	266
<b>Diagrama 48.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com ZICA. Fonte: elaboração própria. ....	266
<b>Diagrama 49.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com ZICA. Fonte: elaboração própria. ....	267
<b>Diagrama 50.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: elaboração própria. ....	268
<b>Diagrama 51.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: elaboração própria. ....	269
<b>Diagrama 52.</b> Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: elaboração própria. ....	270

## MAPAS

<b>Mapa 1.</b> Densidade demográfica por setor censitário em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. ....	108
<b>Mapa 2.</b> Percentual de população negra por bairro em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. ....	108
<b>Mapa 3.</b> Percentual por bairro de domicílios com renda até meio salário mínimo em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. ....	111
<b>Mapa 4.</b> Renda nominal das mulheres por bairro em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. ....	111
<b>Mapa 5.</b> Domicílios chefiados por mulheres com até 4 moradores em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. ....	113
<b>Mapa 6.</b> Domicílios chefiados por homens com até 4 moradores em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. ....	113
<b>Mapa 7.</b> Total de casos de COVID-19 acumulados por bairro em Porto Alegre. Base de dados: PMPA. Fonte: elaboração própria. ....	115
<b>Mapa 8.</b> Total de óbitos de COVID-19 acumulados por bairro em Porto Alegre. Base de dados: PMPA. Fonte: elaboração própria. ....	115
<b>Mapa 9.</b> Análise multicritério dos indicadores socioeconômicos de Porto Alegre: densidade demográfica, população negra, renda domiciliar e renda nominal das mulheres. Base de dados: Censo Demográfico IBGE (2010). Fonte: elaboração própria. ....	119

<b>Mapa 10.</b> Espacialização das entrevistadas em relação ao seu território de moradia e atuação – cidade de Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010 e Entrevistas Semiestruturadas. Fonte: elaboração própria.....	126
<b>Mapa 11.</b> Mapa das zonas da cidade do Rio de Janeiro. Base de dados: IETS, com base em dados e microdados do Censo Demográfico de 2010. Fonte: Painel regional - Rio de Janeiro e bairros, elaborado pelo Observatório Sebrae/RJ em 2015.....	174
<b>Mapa 12.</b> Densidade demográfica por setor censitário da cidade do Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. ....	175
<b>Mapa 13.</b> Percentual por bairro de domicílios com renda até meio salário mínimo (R\$210 em 2010) no Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.....	176
<b>Mapa 14.</b> Renda nominal das mulheres por bairro no Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. ....	177
<b>Mapa 15.</b> Percentual de população negra por bairro no Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. Nota: a mancha branca no mapa representa a Favela do Vidigal, a qual constava, em relação ao atributo “raça” da tabela, como um campo sem valor.....	178
<b>Mapa 16.</b> Mapa racial de pontos do Rio de Janeiro (cada ponto representa uma pessoa). Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, disponível em: <a href="https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/">https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/</a> . Acesso: 18 de jan. de 2023.....	178
<b>Mapa 17.</b> Análise multicritério dos indicadores socioeconômicos do Rio de Janeiro: densidade demográfica, população negra, renda domiciliar e renda nominal das mulheres. Base de dados: Censo Demográfico IBGE (2010). Fonte: elaboração própria. ....	182
<b>Mapa 18.</b> Mapa dos Principais Investimentos da Copa do Mundo e das Olimpíadas do Rio de Janeiro – 2014. Fonte: O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro - reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade, Observatório das Metrôpoles, 2015.....	184
<b>Mapa 19.</b> Favelas com remoções x empreendimentos PMCMV. Base de dados: informações da gerência de terras e reassentamentos da SMH, abril de 2012. Fonte: Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenções no território no início do século XXI, FAULHABER (2012). ....	185
<b>Mapa 20.</b> Mapa de remoções: ações que motivaram segundo SMH. Fonte: Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenções no território no início do século XXI, FAULHABER (2012). ....	185
<b>Mapa 21.</b> Espacialização das entrevistadas em relação ao seu território de moradia e atuação – cidade do Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010 e Entrevistas Semiestruturadas. Fonte: elaboração própria.....	196

## QUADROS

**Quadro 1.** Relação das técnicas de pesquisa utilizadas para a investigação dos objetivos específicos elencados. .... 95

**Quadro 2.** Matriz relacionando as entrevistadas no município do Rio de Janeiro com os critérios de seleção elencados. Fonte: elaboração própria. .... 104

**Quadro 3.** Matriz relacionando as entrevistadas no município de Porto Alegre com os critérios de seleção elencados. Fonte: elaboração própria..... 104

## TABELA

**Tabela 1.** População residente, área total e densidade demográfica: Estado e cidade do Rio de Janeiro, 2010. Base de dados: Censo IBGE (2010) e Armazém de Dados IPP (2010). Fonte: elaborado pela autora com base em IETS. Nota: a diferença entre a área territorial do município calculada pelo IPP e a do IBGE ocorre devido à adoção de distintas metodologias e base cartográfica em seus cálculos. .... 175

**Tabela 2.** Classes de rendimento nominal mensal domiciliar. Base de dados: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE (2010). Fonte: elaborada pela autora com base em dados do Painel regional: Rio de Janeiro e bairros, Observatório Sebrae/RJ em 2015. Notas: (1) salário mínimo utilizado: R\$510; (2) inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios..... 176

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**AEIS** – Áreas de Especial Interesse Social  
**AP** – Área de Planejamento  
**BRT** – *Bus Rapid Transit* (Ônibus de trânsito rápido)  
**CAU** – Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
**CDURP** – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro  
**CEDAPS** – Centros de Promoção da Saúde  
**CEDS** – Centro de Direitos Econômicos e Sociais  
**CF** – Constituição Federal  
**CMP** – Central dos Movimentos Populares  
**COI** – Comitê Olímpico Internacional  
**COMPUR** – Conselho Municipal de Política Urbana  
**CPLAB** – Cidade em Projeto – Laboratório de Ensino – UFRGS  
**EDUCAP** – Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção  
**ENANPUR** – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional  
**FIPE** – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
**FJP** – Fundação João Pinheiro  
**FNRU** – Fórum Nacional de Reforma Urbana  
**IAB** – Instituto de Arquitetos do Brasil  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
**IETS** – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade  
**INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social  
**IPP** – Instituto Pereira Passos (Rio de Janeiro)  
**IPTU** – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana  
**ISS** – Imposto Sobre Serviços  
**ITBI** – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis  
**LGBTQIAP+** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexualidade e demais orientações sexuais  
**LUOS** – Lei de Uso e Ocupação do Solo  
**MLB** – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas  
**MNLM** – Movimento Nacional De Luta Pela Moradia  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**OODC** – Outorga Onerosa do Direito de Construir  
**OUC** – Operação Urbana Consorciada  
**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento  
**PD** – Plano Diretor  
**PDDUA** – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental  
**PEC** – Proposta de Emenda à Constituição  
**PEU** – Projeto de Reestruturação Urbana  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PL** – Projeto de Lei  
**PLC** – Projeto de Lei Complementar  
**PMCMV** – Programa Minha Casa Minha Vida  
**PMPA** – Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
**PPP** – Parceria Público-Privada



**PUC** – Pontifícia Universidade Católica  
**RJ** – Rio de Janeiro  
**ROP** – Regiões do Orçamento Participativo (Porto Alegre)  
**RS** – Rio Grande do Sul  
**RSL** – Revisão Sistemática de Literatura  
**SAB** – Sociedade de Amigos do Bairro  
**SAJU** – Serviço de Assistência Jurídica Universitária  
**SIG** – Sistema de Informações Geográficas  
**SM** – Salário Mínimo  
**SMH** – Secretaria Municipal de Habitação  
**SPU** – Secretaria de Patrimônio da União  
**TRS** – Teoria da Reprodução Social  
**UDH** – Unidade de Desenvolvimento Humano  
**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
**UPP** – Unidade de Polícia Pacificadora  
**VLT** – Veículo Leve sobre Trilhos  
**ZEIS** – Zonas de Especial Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>1. CAPÍTULO 1. ENTRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, O DIREITO À CIDADE E O PLANEJAMENTO RADICAL</b> .....	<b>34</b>
1.1. O ESPAÇO NOS ESTUDOS CRÍTICOS URBANOS .....	35
1.2. CONCEITOS DO ESPAÇO EM LEFEBVRE .....	40
1.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	45
1.4. A TEORIA-MÉTODO DA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: A DIALÉTICA TRIDIMENSIONAL DE HENRI LEFEBVRE .....	48
1.5. O DIREITO À CIDADE .....	53
1.6. PLANEJAMENTO RADICAL E PLANEJAMENTO INSURGENTE.....	59
<b>2. CAPÍTULO 2. LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES</b> .....	<b>67</b>
2.1. TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS).....	69
2.2. PERSPECTIVAS DE GÊNERO .....	77
2.3. LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES.....	83
SÍNTESE TEÓRICO-CONCEITUAL.....	86
<b>3. CAPÍTULO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>91</b>
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	91
3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA .....	92
3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS.....	95
3.4 ANÁLISE DE DADOS .....	97
3.5 CORPUS DE PESQUISA .....	103
<b>4. CAPÍTULO 4. CIDADE DE PORTO ALEGRE</b> .....	<b>106</b>
4.1 CONTEXTO E PANORAMA GERAL DA CIDADE .....	106
4.1.1 Indicadores socioeconômicos de Porto Alegre .....	107
4.1.2 Os megaeventos sediados em Porto Alegre .....	120
4.1.3 Planos e projetos municipais em curso: revisão do PDDUA, planos setoriais e revitalização do centro .....	121
4.1.4 Os Planos Populares de Ação Regional .....	124
4.2 LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES.....	126
4.2.1 Preta .....	127
4.2.2 Mana.....	135
4.2.3 Vera .....	145
4.2.4 Karen .....	155
EPÍLOGO.....	166

<b>5. CAPÍTULO 5. CIDADE DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>172</b>
5.1 CONTEXTO E PANORAMA GERAL DA CIDADE .....	172
5.1.1 Indicadores socioeconômicos do município do Rio de Janeiro .....	174
5.1.2 Os megaeventos sediados no Rio de Janeiro .....	184
5.1.3 Planos e projetos municipais em curso .....	188
5.1.4 Fórum popular do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro .....	192
5.2 LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES.....	196
5.2.1 Penha.....	197
5.2.2 Angela.....	204
5.2.3 Lucia .....	210
5.2.4 Zica .....	220
5.2.5 Monica.....	225
EPÍLOGO.....	233
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>238</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>243</b>
<b>8. APÊNDICES.....</b>	<b>252</b>
8.1. APÊNDICE 1: DIAGRAMAS PRETA .....	252
8.2. APÊNDICE 2: DIAGRAMAS MANA.....	254
8.3. APÊNDICE 3: DIAGRAMAS VERA .....	256
8.4. APÊNDICE 4: DIAGRAMAS KAREN.....	258
8.5. APÊNDICE 5: DIAGRAMAS PENHA .....	260
8.6. APÊNDICE 6: DIAGRAMAS ANGELA .....	262
8.7. APÊNDICE 7: DIAGRAMAS LUCIA.....	264
8.8. APÊNDICE 8: DIAGRAMAS ZICA.....	266
8.9. APÊNDICE 9: DIAGRAMAS MONICA .....	268
<b>9. ANEXOS.....</b>	<b>271</b>
9.1. ANEXO 1: MODELO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	271
9.2. ANEXO 2: MODELO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS – VEREADORAS.....	273
9.3. ANEXO 3: MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE).....	275

**A CIDADE TEM QUE RESPEITAR O CIDADÃO!  
E PRINCIPALMENTE AS FAVELAS QUE É DE ONDE SAI O TRABALHADOR.**  
[PENHA]

## INTRODUÇÃO

As mulheres sempre tiveram lugar de destaque nos conflitos urbanos e na resistência à remoção. Mas historicamente esse protagonismo vem sendo omitido e esquecido. As lutas contra o despejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelo direito à moradia, pelos direitos da mulher, pela defesa da infância, por infraestrutura urbana básica e por creches comunitárias centralizaram as práticas femininas, demonstrando a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade (TELES, 1993). É nesse contexto que o protagonismo feminino se torna essencial na resistência das comunidades, uma vez que as principais lideranças na luta contra despejos e despossessões costumam ser as moradoras antigas dos territórios ameaçados e, na maioria das vezes, são “chefes” de suas famílias.

Partindo dessa exposição, essa pesquisa tem como objeto de estudo a atuação de lideranças femininas populares sob a luz da obra de Henri Lefebvre acerca do direito à cidade e da teoria-método da produção social do espaço urbano e se insere, portanto, na perspectiva de dois campos de conhecimento: os estudos de gênero (e suas interseções com raça e classe) e os estudos críticos urbanos.

Segundo Brenner (2010), a teoria crítica urbana deriva da teoria crítica e difere fundamentalmente das perspectivas neoliberais da ciência política. Ao invés de afirmar a condição atual das cidades como a expressão de leis históricas de organização social, a teoria crítica urbana dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente no espaço urbano, com o objetivo de revelar a (re) construção contínua das cidades como lugar, meio e resultado de relações de poder historicamente específicas.

Para tal, a teoria crítica urbana se apoia em algumas relações dialéticas: entre as formações urbanas herdadas (o passado), as realidades existentes (o presente) e as possibilidades de transformação (o futuro). A teoria crítica urbana insiste que outra forma de urbanização é possível, mais democrática, socialmente justa e sustentável, mesmo que tais possibilidades estejam mascaradas através de arranjos institucionais e ideologias dominantes (BRENNER, 2010).

Brenner (2010) dialoga com a obra de Lefebvre ao trazer o paradigma da revolução urbana e associá-la à fase atual do desenvolvimento capitalista. Segundo o autor, os principais aspectos que caracterizam a fase atual do sistema capitalista – globalização, financeirização e neoliberalismo – estão diretamente relacionados à urbanização planetária prevista por Lefebvre quase seis décadas atrás, de modo que a teoria crítica se encontra hoje diretamente associada à teoria crítica urbana.

Sob condições crescentemente generalizadas de urbanização mundial (LEFEBVRE, 2003[1970]; SCHMID, 2005; SOJA e KANAI, 2007), o projeto da teoria crítica social e o da teoria crítica urbana estão entrelaçados como nunca antes (BRENNER, 2010, p.21).

Brenner (2010) também salienta a importância da especificidade histórica de qualquer abordagem para a teoria crítica urbana. De modo análogo, nos estudos críticos urbanos em geral, a compreensão do problema de pesquisa passa por explorar as relações entre teoria e realidade. Nesse sentido, apresenta-se, a partir da literatura acadêmica pertinente e de dados da atualidade, um breve panorama das principais dificuldades enfrentadas nas cidades brasileiras atualmente e que estão potencialmente vinculadas às lutas urbanas.

No contexto brasileiro de meados dos anos 1970, em plena ditadura civil-militar, os efeitos da revolução urbana em curso,

somados ao contexto político e global da época, influenciaram a produção de grandes e excessivamente populosos centros urbanos e metropolitanos, em que os fluxos migratórios orientados pelo arranjo geopolítico e econômico da época permitiram concentrar considerável parcela da população em grandes metrópoles e regiões metropolitanas, sobretudo na região sudeste. Desse contexto espaço-temporal, destaca-se a literatura de Maricato (2000; 2015) e Holston (2013) sobre a urbanização e o planejamento urbano das cidades brasileiras, em que se apresenta aspectos importantes da formação dos vastos territórios populares<sup>1</sup>. Nesses territórios, os moradores e as lideranças locais preocupados em garantir condições dignas de vida nos temas de habitação, conflitos fundiários, infraestrutura, serviços e administração, fundaram diversas associações comunitárias com o objetivo imediato de organizar a luta contra as ameaças de remoção.

Com o objetivo de compreender as raízes da crise urbana, Maricato (2015) apresenta reflexões importantes sobre contexto socioeconômico que acompanhou a urbanização brasileira. Segundo a autora, o Brasil se urbanizou no século XX de forma muito rápida: do ponto de vista econômico, o país cresceu em média mais de 7% ao ano entre 1940 e 1980, mas manteve alto os patamares de desigualdade social. Muitos dos territórios populares se formaram nesse período, em que a globalização chegou ao país dominada pela ideologia neoliberal. Esse contexto reorientou o papel dos governos no desenvolvimento social, promovendo

---

<sup>1</sup> Optou-se pelo termo “territórios populares” para se referir de forma mais ampla aos diversos arranjos populares urbanos: vilas, favelas, ocupações, periferias, etc. O objetivo é evitar expressões como “assentamentos precários” e “assentamentos periféricos”. Em momento oportuno, a escrita utilizará expressões mais específicas a fim de diferenciar, por exemplo, favela de ocupação.

contenções de investimentos em políticas sociais e serviços públicos, desregulamentações e privatizações em meio à um período que as desigualdades sociais já estavam muito fragilizadas pelos serviços públicos não universalizados. Portanto, Maricato (2015) considera as décadas de 1980 e 1990 como “décadas perdidas”.

Maricato (2000) também indica que, embora o alto crescimento econômico tenha permitido o desenvolvimento de uma nova classe média urbana, o modelo manteve grande parcela da população sem acesso a direitos sociais e civis básicos (legislação trabalhista, previdência social, moradia, saneamento e etc).

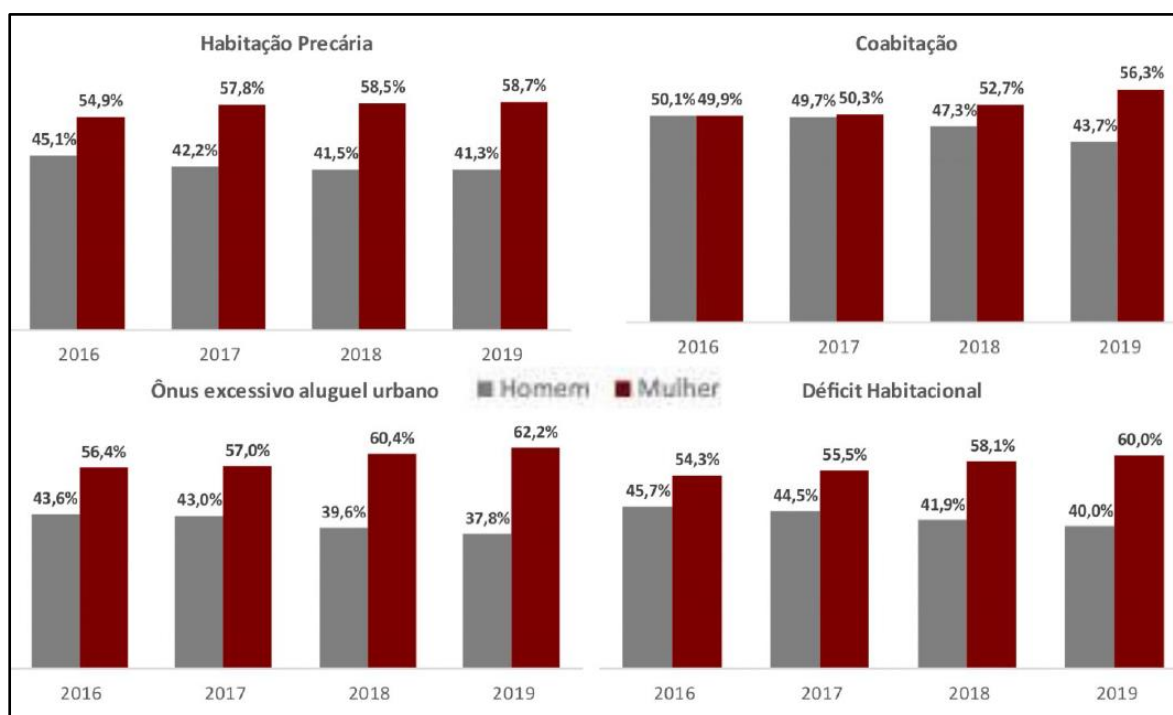
A recessão que se seguiu nos anos 80 e 90 quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, fazendo com que a evolução do PIB per capita fosse negativa na década de 80 - trouxe um forte impacto social e ambiental, ampliando o universo de desigualdade social. Nessas décadas, conhecidas como décadas perdidas, a concentração da pobreza é urbana. Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões concentradas em vastas regiões morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies marcadas pela pobreza homogênea (MARICATO, 2000, p.23)

Vale ressaltar, conforme alertou Maricato (2015), em oposição à tendência global de declínio das esquerdas, o Brasil viu novos atores sociais construir um campo democrático contra a ditadura durante as décadas perdidas (1980-1990). A autora destaca a importância das universidades nesse período, em razão dos trabalhos acadêmicos mostrarem a cidade real, revelando os meios pelos quais a sociedade capitalista se alimenta do simulacro da realidade e de sua representação ideológica. Para Maricato (2015), a representação ideológica da cidade era o que permitia que a



periferia fosse invisibilizada, uma vez que, ao ser conhecida pelos seus números efetivos, destruiria muitos álibis da política urbana.

A fim de exemplificar os números efetivos apontados por Maricato (2015), mas em contexto contemporâneo, apresenta-se dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2019) sobre o déficit habitacional brasileiro no período de 2016 a 2019, incluindo o recorte de gênero.



**Figura 1.** Participação segundo sexo do responsável pelo domicílio nos componentes do déficit habitacional (Brasil, 2016-2019). Fonte: Elaboração da FJP (p.155) com dados do IBGE.

Apesar da aparente estabilidade nos dados mais gerais (o déficit geral permaneceu estável durante os quatro anos da pesquisa), as mudanças em alguns indicadores apontam transformações importantes nas dinâmicas urbanas e habitacionais. De acordo com a pesquisa, o déficit habitacional entre 2016 e 2019 foi predominantemente feminino, já que em torno de 60% do indicador foi composto por mulheres vivendo em condições de moradia inadequadas, como mostra a Figura 1, elaborada pela FJP.

Esses dados atestam um processo de feminização do déficit habitacional, que pode ser interpretado como um problema urbano que não iniciou hoje. A feminização do déficit habitacional deve ser compreendida a partir de determinados processos sociais e urbanos, que vão desde mudanças demográficas e de arranjos familiares à reprodução histórica de violências de gênero que atravessam as trajetórias de vida de diversas mulheres (SANTORO; GUERREIRO; LACERDA, 2021). Também cabe ressaltar, no âmbito da violência urbana, que as taxas de mortalidade masculina nos territórios populares contribuem para a diferença de participação por sexo no déficit habitacional<sup>2</sup>. As mortes entre homens, jovens e negros representam a maior parte das mortes em territórios populares, em decorrência da violência policial e do tráfico de drogas<sup>3</sup>.

Gláucia Marcondes, demógrafa e antropóloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/Unicamp), chamou a atenção, no podcast Pela Cidade, para o fenômeno da monoparentalidade, que, ao menos desde os anos 1960, é um dos perfis familiares que mais cresce no Brasil. Segundo dados da plataforma Gênero e Número, em 2018 eram mais de 11 milhões de famílias chefiadas por mães solo, cerca de 5% do total de perfis do país<sup>4</sup>. Outra reportagem da plataforma indica que a monoparentalidade deve ser lida a partir da intersecção entre

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/08/31/atlas-da-violencia-75-das-pessoas-assassinadas-no-brasil-sao-negras> .

Acesso em: 27.01.2023.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/3/violencia-por-raca> e <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/10/22/mortes-violentas-criancas-e-jovens-brasil.htm> . Acesso em: 27.01.2023.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-renda-emergencial/> . Acesso em: 07.07.2021

gênero e raça, uma vez que, segundo dados do IBGE (2018), 61% das mães solo são mulheres negras<sup>5</sup>. Além disso, 63% das casas que têm como pessoa de referência mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza<sup>6</sup>, enquanto nos domicílios de mulheres brancas com filhos a porcentagem é de 39,6%, revelando desigualdades entre mulheres brancas e negras e suas reverberações nas experiências habitacionais e urbanas.

Com baixos salários (especialmente mulheres negras) ou com salários mais baixos que dos homens (especialmente mulheres brancas), as mulheres se equilibram entre o trabalho produtivo e reprodutivo e muitas vezes não conseguem arcar com os custos da moradia. Outro fator que se relaciona com a feminização do déficit habitacional é a violência doméstica (SANTORO; GUERREIRO; LACERDA, 2021). Segundo Santoro et al. (2021), a relação entre violência doméstica e déficit habitacional é um problema social e urbano invisibilizado, que afeta 1 em cada 4 mulheres no Brasil e na América Latina. A maioria das mulheres que vivem ou viveram situação de violência acabam saindo de casa para escapar desse ciclo, mesmo que provisoriamente, recorrendo a casa de familiares ou amigos (coabitação involuntária, nos termos do indicador do déficit), ou mesmo arcando com custos de aluguel que, por vezes, representam um ônus insustentável.

Os dados apresentados pela FJP (2019) são mais relevantes ainda por indicarem que essas situações têm crescido nos últimos

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>. Acesso em: 07.07.2021

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/casas-mulheres-negras-pobreza/>. Acesso em: 07.07.2021

anos, acompanhando a conjuntura de ascensão da extrema-direita no Brasil, que tem na misoginia e no machismo formas de violência contra a mulher com efeitos urbanos significativos.

Os dados da FJP (2019) atestam que a precariedade da mulher na cidade e nos grandes centros urbanos é um processo histórico que apresenta situações específicas relacionadas ao estágio atual do desenvolvimento capitalista. De tal maneira, a partir da pesquisa do estado da arte, destacam-se os trabalhos de VELLOSO (1989) e NUNES (2015)<sup>7</sup> como importantes contribuições elencadas a seguir.

Velloso (1989) questiona a que se deve a posição de liderança atribuída às mulheres negras baianas que migraram ao Rio de Janeiro no início do século XX, e também de onde vem sua força e capacidade organizativa. Para responder essas questões, a autora recorre a um exercício de revisão historiográfica para analisar os fenômenos históricos com base na experiência de lideranças femininas, no contexto de formação das primeiras favelas do Rio de Janeiro. Segundo Velloso (1989, p.210), são as mulheres negras baianas que incorporaram grande parte do poder informal de produzir espaço e cultura, o famoso “pedaço” dos negros baianos, e assim foram capazes de construir poderosas redes de sociabilidade. Segundo a autora, essas mulheres construíram um tipo de sociabilidade baseada em papéis improvisados praticamente ignorada pela historiografia brasileira. Trata-se de outros poderes e saberes, que nada têm a ver com o aspecto formal,

---

<sup>7</sup> Não foram encontrados, até o momento, estudos acadêmicos que abordem o tema das lideranças femininas (em perspectiva histórica) na cidade de Porto Alegre. Isso também indica uma importante lacuna de conhecimento para esse trabalho.

pois são extraídos do dia-a-dia e apreendidos na própria batalha pela sobrevivência.

Nessa mesma linha, mas a partir da realidade urbana contemporânea, Nunes (2015), em sua tese de doutorado, realizou entrevistas em profundidade com 15 lideranças femininas de favelas do Rio de Janeiro, cada uma reconhecida, segundo aspectos teórico-metodológicos do trabalho, como "mulher de favela". Nos territórios populares, onde a insuficiente presença do Estado social parece dominar a vida cotidiana, constituem-se outras presenças e relações: "de solidariedade, de vizinhança e compadrio e de disponibilidade pessoal e coletiva" (NUNES, 2015, p.23). Principalmente a partir dos anos 1990, as mulheres se destacaram por demonstrar uma enorme capacidade de comprometimento com os problemas do local.

Segundo a autora (2015), quando a resistência à remoção cedeu lugar à luta pela integração urbana dos territórios populares na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1980, o trabalho pelas causas coletivas se transferiu das mãos masculinas para as femininas. Nesse contexto, a dimensão de gênero começa a mostrar suas agendas próprias, principalmente quando o mote das lutas tem a ver com o cuidado das crianças e jovens (creche, reforço escolar, pré-vestibular, etc.), com a própria vida da mulher e seu universo (saúde, violência doméstica, alfabetização de adultos, etc.) e com a qualidade da vida cotidiana (coleta de lixo, fornecimento de água, esgoto, acessibilidade, geração de emprego e renda, segurança, etc.).

Nunes (2015) afirma que a dimensão da maternidade se relaciona diretamente com a construção do sujeito político da liderança feminina. A dimensão do cuidado com a coletividade parece estar ligada ao sentido maternal do feminino, onde o bem-

estar dos filhos aparece na raiz da motivação pelo trabalho comunitário.

A partir da exposição, destaca-se que a realidade vivida por mulheres que protagonizam lutas urbanas não escapa à lógica hegemônica, onde a sociedade machista espera que homens assumam posições de poder e liderança. Faria e Meneghetti (2011) indicam uma tendência de generalização do apagamento das características pessoais dos líderes, onde fatores como classe, raça e gênero são desconsiderados.

As esferas de abstração e generalização das questões de gênero – e suas interseccionalidades com raça e classe (DAVIS, 2016) – têm profundo impacto nos estudos sobre a cidade, uma vez que acabam por omitir e silenciar aspectos estruturantes dos problemas urbanos. Nessa linha, Saffioti (2013) aponta a relação da produção capitalista com o desenvolvimento das cidades e os impactos específicos gerados na vida das mulheres. É importante ressaltar, conforme afirma a autora (2013, p. 109) que

os problemas de industrialização e de urbanização concentraram nas áreas urbanas numerosos problemas sociais, dentre os quais surgia de modo explícito, o grave problema da mulher.

De modo análogo, mas a partir do atual estágio do desenvolvimento capitalista no Brasil, destaca-se o processo acelerado de desindustrialização e o aprofundamento de práticas neoliberais, envolvendo a constante precarização de serviços sociais e urbanos, o fetiche pela tecnologia e pela inovação e a difusão de empreendedorismo a diferentes grupos sociais, incluindo o empreendedorismo feminino. Diante desse cenário, os impactos na vida cotidiana das mulheres merecem devida atenção, assim como as estratégias de luta pela transformação do lugar onde elas vivem e a construção de possibilidades para uma vida digna e justa.

De tal forma, coloca-se como problema de pesquisa a atuação de lideranças femininas populares, reconhecida como um processo social, político e espacial, que se constitui desde a prática pelo direito à cidade até a crítica a um planejamento urbano neoliberal, patriarcal e racista. É a partir dessa perspectiva que os estudos críticos urbanos podem trazer contribuições para a pesquisa. De acordo com Brenner (2010, p.21), a teoria crítica urbana explora outras formas de urbanização que se apresentam desvinculadas dos arranjos institucionais e políticos dominantes. As contribuições de Henri Lefebvre acerca da tríade da produção do espaço favorecem a compreensão de outras formas de organização social no espaço urbano a partir da mediação entre o real e o virtual (o possível).

Nesse sentido, entende-se a relevância da pesquisa vinculada à necessidade histórica de representação feminina em todas as esferas políticas, de modo a propiciar a construção de políticas públicas e ações que atendam as especificidades da mulher na vida urbana. A análise da atuação das lideranças femininas populares sob o olhar dos estudos críticos é, portanto, uma ferramenta que contribui para a identificação e construção dessa representação. Falar da liderança e do poder da mulher se dá a partir do reconhecimento crescente do protagonismo feminino e feminista no Brasil, que atravessa as diferentes classes sociais das diversas regiões do país na atualidade. De tal forma, a expansão da atuação e representação feminina, sob a crítica da ideologia patriarcal no regime capitalista neoliberal, pode desvelar uma outra realidade socioespacial.

Quanto à lacuna de conhecimento, segundo Silva (2007), a exploração acadêmica das relações de gênero e espaço no Brasil reúne, ainda hoje, um número reduzido de pesquisadores com produção sistemática na área. No processo de investigação do

estado da arte, não foram encontrados trabalhos com referência explícita à expressão “lideranças femininas populares”. Os que tratam da questão da liderança feminina, não o fazem de modo associado ao paradigma do direito à cidade. Também não se encontrou trabalhos que utilizassem a teoria-método da produção do espaço na análise de dados. De modo geral, as buscas a partir do tema de pesquisa tiveram poucos resultados, o que confirma a afirmação de Silva (2007).

Vale ressaltar, no entanto, que em uma rápida busca nos anais dos Encontros Nacionais de Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR) encontrou-se, a partir dos termos “mulheres”, “gênero”, “feminismo” e “feminista”, 4 artigos no XVI ENANPUR (Belo Horizonte, 2015), 6 artigos no XVII ENANPUR (São Paulo, 2017) e 19 artigos no XVIII ENANPUR (Natal, 2019). Nesse sentido, números indicam o crescente interesse e fortalecimento do tema, assim como representam um campo aberto a ser explorado.

Quanto aos objetivos, a pesquisa tem como objetivo geral desvelar a atuação de lideranças femininas populares na produção do espaço urbano pelo direito à cidade. Para tanto, é possível traçar alguns objetivos específicos que podem contribuir para a investigação do tema:

- Descrever a prática espacial de lideranças femininas populares em seus territórios (espaço percebido);
- Identificar as motivações e formas de organização das lideranças na luta pelo direito à cidade (espaço vivido);
- Analisar a relação de suas práticas com o planejamento urbano institucional ou radical (espaço concebido).

Quanto à estrutura, esse documento se desenvolve em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta uma discussão sobre o que é o espaço no âmbito dos estudos críticos urbanos, apontando alguns



conceitos operacionais presentes na obra de Lefebvre. Em seguida, apresenta a teoria-método da produção social do espaço, e os conceitos de direito à cidade e planejamento insurgente/radical.

O capítulo 2 discute a teoria da reprodução social (TRS) a partir de autoras marxianas e marxistas. Também problematiza questões de gênero a partir de teorias feministas (feminismo negro, decolonial, marxista e popular). Ao final da seção, encontra-se uma síntese teórico-conceitual dos capítulos 1 e 2. A exploração desses conceitos, junto à teoria-método da produção do espaço, é realizada com a finalidade de compreender a atuação das lideranças femininas na luta pelo direito à cidade. O capítulo 3 explora os procedimentos metodológicos, indicando a abordagem metodológica adotada, a caracterização dos casos, as informações sistematizadas da coleta e do tratamento dos dados, as perspectivas analíticas utilizadas e o corpus de pesquisa.

Os capítulos 4 e 5 descrevem, respectivamente, um breve panorama socioeconômico das cidades de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. Em seguida, apresentam as análises dos dados coletados através das entrevistas semiestruturadas realizadas com as lideranças femininas populares de cada cidade

Ao final do documento, encontra-se a conclusão, as referências bibliográficas, os apêndices e os anexos da pesquisa. Os apêndices consistem em nove conjuntos de diagramas realizados durante o processo de análise das entrevistas. São diagramas de construção da tríade da produção do espaço, em relação aos objetivos específicos da pesquisa, e que serviram de ponto de partida para a realização das sínteses apresentadas nos capítulos 4.2 e 5.2. Em anexo, encontra-se o modelo de entrevista semiestruturada e o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## I. **CAPÍTULO 1. ENTRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, O DIREITO À CIDADE E O PLANEJAMENTO RADICAL**

Esse capítulo se destina aos aspectos teórico-metodológicos e aos conceitos operacionais da pesquisa. Inicialmente, apresentam-se reflexões teóricas sobre o espaço presentes na obra de Henri Lefebvre, em diálogo com autores dedicados ao seu estudo, Mark Gottdiener e Christian Smith. Enquanto Lefebvre (2016[1973]) provoca o debate criticando as abordagens parcelares do espaço, construídas no seio de uma tradição filosófica cartesiana, Gottdiener (2016[1993]) aponta limites para discussão sobre o urbano e o espaço a partir do trabalho de pensadores marxistas da Escola de Frankfurt (Marcuse, Horkheimer, Adorno, Benjamin e etc.), e também de autores como Althusser, Castells e Harvey. Segundo Gottdiener (2016[1993]), a prolífica obra de Lefebvre sobre a condição urbana (1968, 1970, 1972, 1973, 1974), em face a esses outros autores, apresenta uma teoria marxista sobre o espaço amparada em uma base lógica mais dialética e, portanto, mais alinhada ao pensamento de Marx.

Apresentam-se reflexões teóricas sobre a urbanização e sobre o direito à cidade a partir de Neil Brenner (2018) em diálogo com Lefebvre (2001[1968]). Também se discute os conceitos de planejamento radical e insurgente, a partir da literatura de John Friedmann (1987;2011), Leonie Sandercock (1998;1999), Faranak Miraftab (2009), Gisele Tanaka (2017) e Clarice Oliveira (2019). A primeira seção apresenta uma breve discussão sobre o espaço nos marcos dos estudos críticos urbanos. A segunda seção apresenta os conceitos de espaço em Lefebvre, enquanto a terceira discute a produção social do espaço a partir de Gottdiener. A quarta seção explica a teoria-método da produção do espaço, e a quinta e sexta seções abordam, respectivamente, os conceitos de direito à cidade e planejamento radical e insurgente.

## 1.1. O ESPAÇO NOS ESTUDOS CRÍTICOS URBANOS

O conhecimento do espaço por muitos séculos foi de domínio das ciências exatas, em que, para provar a sua realidade, deveria ser considerado um objeto euclidiano em primeiro lugar. Algo que se aproximasse das características de “espaço vetorial”, com ângulos vetoriais e dimensões finitas. O estudo sobre o espaço buscava a sua verdade absoluta, reduzindo-o à figura de um objeto físico capaz de ser descrito e provado pela ciência.

É sobre essa visão do espaço que Henri Lefebvre dirige a sua crítica. Não apenas para contestar e elaborar outra concepção sobre o espaço, mas também para apontar a inconsistência da sua lógica epistêmica. Para tal, Lefebvre (2016[1973]), em contato com os estudos de Marx, situa o espaço em um novo paradigma:

Karl Marx substituiu o estudo das coisas pela análise crítica da atividade produtora das coisas. Uma *démarche* análoga se impõe atualmente no que concerne ao espaço (LEFEBVRE, 2016[1973], p. 35).

A ideia central de Lefebvre (1992[1974]; 2016[1973]) é de que o espaço é um produto social. Para entender essa tese, é necessário, como indica o autor, romper com as concepções generalizadas sobre o espaço, que o imaginam como uma realidade material independente e que existe em “si mesma”. Contra essa visão, Lefebvre (1992[1974]), utilizando o conceito de **produção do espaço**, propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social. Dessa forma, o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistêmico (LEFEBVRE, 2016[1973]). Isso porque, segundo o autor, o espaço não existe em “si mesmo”, ele é produzido. De modo análogo, pode-se pensar que o espaço não é nem o ponto de partida nem o de chegada, ele é o caminho.

Para Lefebvre (2016[1973]), a ciência clássica do espaço limitou-se a elaborar considerações variadas e fragmentadas sobre o que há no espaço (os objetos e as coisas), ou sobre o espaço abstrato<sup>8</sup> (esvaziado de objetos e geométrico). Segundo o autor, essas considerações são fragmentárias, na medida que são moldadas de acordo com ciências especializadas (geografia, história, demografia, sociologia, antropologia, etc.), e produzem fragmentos descritivos e instrumentalizados, na direção de uma concepção do espaço enquanto mercadoria. Nesse sentido, o que seria uma suposta ciência do espaço, se constitui, na verdade, em recortes e em representações do espaço sem jamais descobrir um pensamento que reconheça, na complexidade dos detalhes, os “princípios do entendimento que reina num domínio, como disse Hegel a propósito da economia política” (LEFEBVRE, 2016[1973], p. 35).

Com o advento da lógica cartesiana, no entanto, o espaço entrou no reino do absoluto. Como Objeto oposto ao Sujeito, o espaço passou a dominar, ao contê-los, todos os sentidos e todos os corpos. Era o espaço, portanto, um atributo divino? Ou era uma ordem inerente à totalidade do que existia? Tais foram os termos em que o problema foi formulado para aqueles filósofos que vieram na esteira de Descartes - Spinoza, Leibniz, os newtonianos. Então Kant reviveu e revisou a velha noção de categoria. O espaço kantiano, ainda que relativo, ainda que ferramenta de conhecimento, um meio de classificar os fenômenos, ainda estava claramente separado (junto com o tempo) da esfera empírica: pertencia ao domínio a priori da consciência, ou seja, do 'sujeito' (LEFEBVRE (1992[1974], p.2, tradução minha)

---

<sup>8</sup> O conceito de espaço abstrato será explicado na seção seguinte.

Segundo Lefebvre, esse espaço se assemelha àquele da tradição filosófica cartesiana: é “o espaço da folha de papel branco, da prancheta de desenho, de planos, de cortes, de elevações, maquetes, projeções” (LEFEBVRE, 1992[1974], p. 200, tradução minha). É o suposto espaço físico euclidiano, geométrico, finito e vetorial, cuja concepção foi a única aceita por séculos. Essas definições atribuem apenas às ciências exatas a tarefa de compreender o espaço, e desconsideram, portanto, o aspecto social intrínseco à sua natureza. Elas também se limitam em compreender apenas o aspecto visível do espaço, ignorando, como apontado por Lefebvre (1992[1974]), o seu aspecto prático e sensível, onde é entendido e atuado pelos gestos e deslocamentos dos seres que o habitam. Em linhas gerais, a crítica de Lefebvre atribui à matriz epistêmica a raiz dos problemas sobre o conceito de espaço.

Uma estreita racionalidade desse tipo negligencia o núcleo e o fundamento do espaço, o corpo total, o cérebro, gestos, e assim por diante. Ele esquece que o espaço faz não consiste na projeção de uma representação intelectual, não surgem do reino visível-legível, mas que é antes de tudo ouvido e representado - através de gestos e movimentos físicos (LEFEBVRE, 1992[1974], p. 201, tradução minha).

Ao lado dessas concepções por muitos séculos aceitas sobre o espaço, consideradas verdades absolutas, porque matemáticas, encontra-se o espaço constituído pelos seres que o habitam. Segundo Lefebvre (1992[1974]), o espaço físico, prático e sensível, se reconstitui contra as reduções pelo saber, contra a verdade absoluta, na tentativa de liberar-se de sua representação puramente intelectual e exata.

O corpo total constitui, e produz, o espaço em que mensagens, códigos, o codificado e o decodificado – tantas escolhas a serem feitas - surgirão posteriormente. O caminho para o espaço físico, para o domínio prático-sensorial, para restaurar ou reconstituir-se é, portanto, lutando contra o reducionismo do qual o conhecimento

é propenso. Travada com sucesso, essa luta pode derrubar a Verdade Absoluta [...] e reabilitar a realidade subterrânea, lateral e labiríntica, até mesmo as realidades uterinas ou femininas. [...] De fato, o corpo carnal (espaço-temporal) já está em revolta. [...] Isso não é uma rebelião política, um substituto para a revolução social, nem é uma revolta do pensamento, uma revolta do indivíduo, ou uma revolta pela liberdade: é um elemento e uma revolta no mundo todo, que não busca uma fundamentação teórica, mas busca por meios teóricos para redescobrir - e reconhecer - seus próprios fundamentos (LEFEBVRE, 1992[1974], p. 201, tradução minha).

Na mesma linha, Gottdiener (2016[1993]) aponta que, embora reconheçam a importância do espaço, alguns dos analistas urbanos com abordagens marxistas - como Althusser, Castells, Harvey e teóricos da Escola de Frankfurt - limitaram-se a uma formulação superficial, de forma a caracterizar a geografia e a ecologia urbanas como campos de conhecimento sem espaço. Segundo o autor, essa abordagem se deve ao fato desses teóricos reduzirem o espaço a um receptáculo das relações de localização, como se fosse uma planície sem características próprias. O autor ainda indica que essa concepção se trata de uma variante minimalista da teoria da reflexão, em que os processos sociais são desenvolvidos no espaço, de forma que o espaço apenas os mantém ou suporta. Essas abordagens compartilham a crença de que os processos de desenvolvimento capitalista são materializados no espaço e os seus traços distintivos não são mais do que consequências acidentais e/ou inevitáveis.

Em vista disso, as preocupações em alcançar uma teoria sobre o espaço mais dialética, menos ortodoxa e enrijecida, conduziram Gottdiener (2016[1993]) à obra de Henri Lefebvre. Para o autor, Lefebvre defende que a transformação da sociedade moderna em sociedade humanista deve ocorrer através de uma **revolução urbana**, ou seja, por meio de uma revolução da forma espacial, organizada em torno da vida cotidiana desalienada, para

além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxistas. Em seus termos:

No pensamento de Lefebvre, portanto, a "práxis espacial" é elevada a uma atividade radical ao lado de esforços para reorganizar as relações sociais, e ele sustenta tal perspectiva com uma teoria marxista do espaço (tais afirmações não podem ter sentido de outro modo) (GOTTDIENER, 2016[1993], p. 126).

Gottdiener ainda indica que, para Lefebvre, "o aspecto teórico mais importante do espaço é sua natureza **multidimensional**" (GOTTDIENER, 2016[1993], p.127). Concordando com Lefebvre, o autor afirma que o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais de propriedade: ele representa uma "multiplicidade de preocupações sociais e reais" (GOTTDIENER, 2016[1993], p.127). Por exemplo, o espaço é uma localização física, um bem imóvel, ao mesmo tempo que é uma liberdade existencial e uma expressão mental. Gottdiener também aponta que o espaço é, simultaneamente, "o lugar geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação" (GOTTDIENER, 2016[1993], p.127).

Essa abordagem é fundamental para a compreensão da noção de **práxis** de Lefebvre, que "apresenta vantagens em relação a outras ações marxistas frente à luta política" (GOTTDIENER, 2016[1993], p.127). Gottdiener (2016[1993]) indica que a natureza multidimensional do espaço de Lefebvre também implica em múltiplas propriedades no plano estrutural: é ao mesmo tempo um meio de produção, uma propriedade e parte das forças e relações sociais de produção.

## 1.2. CONCEITOS DO ESPAÇO EM LEFEBVRE

Com o objetivo de apreender a sua natureza dialética e multidimensional, Lefebvre (1992[1974]; 2016[1973]) explora algumas camadas que constituem aquilo que chama de **espaço social**. Segundo o autor, é no **espaço social** que se encontra tanto a ideia de **espaço abstrato** quanto de **espaço diferencial**. Essas noções serão apresentadas a seguir, a partir do livro “A Produção do Espaço” (*The Production of Space*) de Lefebvre (1991[1974]). De forma resumida, nesse livro há uma seção intitulada “Do Espaço Absoluto ao Espaço Abstrato” (*From Absolute Space To Abstract Space*) que aborda o **espaço abstrato** como um fenômeno concreto produzido em escala mundial pela classe capitalista a partir do espaço absoluto. Em seguida, o livro apresenta a seção “Do Espaço Contraditório ao Espaço Diferencial” (*From the Contradictions of Space to Differential*), em que discute o conceito de **espaço diferencial** como um advento produzido pela ação contraditória do/no espaço abstrato. Ou seja, as contradições do espaço abstrato geram reações que permitem produzir o espaço contraditório. Este, por sua vez, por meio da ação contestatória de atores sociais, produz um espaço de diferenças, a saber, o espaço diferencial.

Para Lefebvre (1992[1974]; 2016[1973]), é por meio do **espaço social** que a sociedade se reproduz. O autor defende essa ideia indicando que o indivíduo só tem sentido e existência quando considerados seus prolongamentos: “do espaço que atinge e que produz” (LEFEBVRE, 1992[1974], p. 196, tradução minha). Para o autor, as pessoas refletem as modificações que produzem no espaço social, conformando uma variedade de relações dialéticas: “fictício-real, produto e produtor, material e social, imediato e mediato, conexão-separação” (LEFEBVRE, 1992[1974], p.187, tradução minha).



Para o autor, seria equivocado definir o espaço por essa ou aquela contradição, pois se recairia ao nível das determinações de uma ciência especializada. Além do mais, Lefebvre (1992[1974]) apresenta outras relações dialéticas do espaço social: do abstrato ao concreto, do imediato ao mediato, das relações de produção às forças produtivas (trabalho), do formal ao conteúdo. Lefebvre (1992[1974]) justifica a importância de explorar as relações dialéticas do espaço pelo fato dessas ocorrerem por meio da práxis social. Cabe ressaltar a importância da práxis no conjunto da obra lefebvriana, uma vez que, para o autor, é por meio dessa que o espaço social se produz.

Todo espaço já está pronto antes do aparecimento dos atores; esses atores são sujeitos coletivos e também individuais, na medida em que os indivíduos são sempre membros de grupos ou classes que buscam se apropriar do espaço em questão. Essa preexistência do espaço condiciona a presença, a ação e o discurso do sujeito, sua competência e atuação; mas a presença, a ação e o discurso do sujeito, ao mesmo tempo em que pressupõem esse espaço, também o negam. O sujeito experimenta o espaço como um obstáculo, [...] sendo não apenas extremamente difícil de modificar de alguma forma, mas também cercado por regras draconianas que proíbem qualquer tentativa de modificação (LEFEBVRE, 1992[1974], p.57, tradução minha).

Lefebvre (1992[1974]) apresenta a ideia de **espaço abstrato** como o espaço de dominação produzido pelas elites<sup>9</sup> do sistema capitalista. Para o autor, é como se o espaço abstrato funcionasse por meio de um contrato social, como um “pacto de não-violência” (LEFEBVRE, 1992[1974], p.56, tradução minha). Por exemplo, supõe-

---

<sup>9</sup> Originalmente, Lefebvre (1992[1974]) utiliza a expressão “classe economicamente dominante” (*economically dominant class*).

se que na rua as pessoas não ataquem umas as outras em razão da “reciprocidade e comunalidade de uso vigentes na ordem do espaço” (LEFEBVRE, 1992[1974], p.56, tradução minha). Para tal, Lefebvre indica que esse espaço pressupõe a existência de uma “economia espacial intimamente ligada, embora não idêntica, à economia” (LEFEBVRE, 1992[1974], p.56, tradução minha). Para o autor, através da via econômica unicamente não seria possível estabelecer relações entre pessoas e lugares particulares (lojas, cafés, cinemas, etc.). É necessário, também, “discursos conotativos sobre esses lugares” e “consensos”, de modo que esses locais sejam percebidos e respeitados como “livre de problemas e tranquilos” (LEFEBVRE, 1992[1974], p.56, tradução minha). Dessa forma, Lefebvre afirma que “o espaço abstrato, [...] ligado à troca (de bens e mercadorias, de palavras escritas e faladas, etc.) depende mais do consenso do que qualquer espaço antes dele” (LEFEBVRE, 1992[1974], p.57, tradução minha).

O consenso espacial e as forças que o determinam, por sua vez, implica na proibição ou interdição de determinados atos contestatórios no espaço social, como das mulheres, dos idosos, das crianças, e mesmo de toda a população (LEFEBVRE (1992[1974]; 2001[1968])). O espaço abstrato se realiza por meio do apagamento das diferenças sociais e por isso se relaciona diretamente ao espaço fálico: ligado à produção de significados, o **espaço fálico** se une ao espaço abstrato por meio do desejo e da dominação – do corpo das mulheres, dos espaços de poder, etc, mascarando o machismo e a violência de gênero.

O prestigioso *Phallus* (Falo), símbolo de poder e fecundidade, abre caminho à vista tornando-se ereto. No espaço por vir, onde o olho usurparia tantos privilégios, caberia ao Falo recebê-los ou produzi-los. O olho em questão seria o de Deus, o do Pai ou o do Líder. Um espaço em que esse olho se apoderasse de tudo o que servisse a seus propósitos seria também um espaço de força, de violência,

de poder restringido por nada além das limitações de seus meios.  
(...) O espaço, também, da violência militar - e, portanto, um espaço masculino (LEFEBVRE, 1991[1974], p.262, tradução minha).

Já o **espaço diferencial** é o oposto do espaço abstrato: é o espaço das diferenças, dos conflitos e dos opostos. Para Lefebvre (1992[1974]), o espaço diferencial se opõe ao espaço abstrato na medida em que contesta a sua dominação pela economia de troca (valor de troca) e orienta sua razão de ser em direção ao valor de uso. Lefebvre (1992[1974]) equivale o espaço abstrato à lógica do trabalho abstrato de Marx, ao pressupô-lo como mercadoria capaz de gerar valor.

Lefebvre (1992[1974]) afirma que a predominância do espaço abstrato só foi e continua sendo possível em razão do reinado visual sobre os demais sentidos humanos. Pelo aspecto visual, o espaço abstrato parece homogêneo e, portanto, serve de instrumento aos poderes que abstraem aquilo que lhes resiste e ameaça: as diferenças. Estes poderes apagam o que parecer oposição e a homogeneidade visual se torna instrumento imprescindível, na medida em que provoca ilusões consagradas pela descrição empírica do espaço.

Contra a predominância do visual, Lefebvre (1992[1974]) lança mão, de forma inovadora no debate sobre o espaço, dos princípios que compõe a música e explora outros sentidos do corpo humano além da visão (cognição, emoções, audição, etc.). Para o autor, no século XVIII, a música estava no comando e foi o piloto das artes. Com base em descobertas físicas e matemáticas, avançou para a grande ópera e deu origem a uma ideia com repercussões infinitas: o conceito de harmonia. Este conceito é fundamental na obra de Lefebvre sobre a teoria da produção do espaço e, portanto, será discutido na seção 1.4.

No espaço social, o espaço abstrato exerce a força de dominação. No entanto, o espaço social ainda (e também) produz o **espaço diferencial** (espaço das diferenças), em grande parte motivado pela própria ação contraditória no espaço abstrato. Ações contestatórias e emancipatórias intervêm na produção do espaço, de modo que as classes e categorias sociais são os seus atores e as suas atrizes. As lutas urbanas, mais do que nunca, se leem no espaço, de modo que só elas impedem que o espaço abstrato domine completamente o espaço social, literalmente apagando as suas diferenças.

Para Lefebvre (1992[1974]), só as lutas de classes (incluídas as lutas urbanas) têm a capacidade diferencial, ou seja, de produzir diferenças externas<sup>10</sup> ao crescimento econômico e à lógica do sistema capitalista. Para o autor, as formas atuais dessas lutas são muito mais variadas que antigamente e certamente fazem parte delas as ações políticas das minorias. Essa passagem de Lefebvre (1992[1974]) abre caminho para interlocuções fundamentais com o tema dessa pesquisa, uma vez que o mote das ações contestatórias de lideranças femininas populares se insere nesse contexto de expansão e complexidade das lutas urbanas.

Por fim, Lefebvre (1992[1974]) defende que a transformação revolucionária da sociedade demanda que a liberdade de uso e o direito existencial ao espaço sejam reafirmados para todos através de uma versão radical da práxis espacial. No entanto, Lefebvre (1992[1974]) alerta que isso não significa que o espaço precise ser dominado por uma ordem nova, pois ele já está socializado, mas

---

<sup>10</sup> Lefebvre (1991[1974]) se refere às “diferenças externas” ao sistema capitalista por entender que existem “diferenças toleradas” pelo sistema, as quais não servem como parâmetro para produzir o espaço diferencial.

que a sua dominação pelo espaço abstrato esconde esse fato. A análise por meio da tríade da produção do espaço permite desvelar os espaços com práticas e atores sociais engajados na ação contestatória e transformadora.

### **1.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Mark Gottdiener, em seu livro *A produção social do espaço urbano* (2016[1993]), direciona a crítica a marxistas como Scott (1980), Castells (1977) e Harvey (1981) que afirmam o espaço ser parte dos meios de produção (espaço como matéria prima), ao lado do capital e do trabalho. Segundo o autor, a redução do espaço a esse aspecto resulta em limitações na capacidade de explicar os mecanismos da produção espacial. Gottdiener (2016[1993]) recorre à obra de Lefebvre, a qual afirma que a organização espacial também exerce influência direta nas relações sociais de produção, por ser capaz de controlar contradições (por meio da segregação espacial, por exemplo) do capitalismo em benefício dos interesses dominantes na sociedade. Segundo o autor, Lefebvre aponta que o capitalismo sobrevive, em parte, pelo uso do espaço como produtor das relações sociais necessárias para a permanência do espaço abstrato.

Além da influência sobre as relações sociais de produção, Gottdiener (2016[1993]) indica que, na obra de Lefebvre, o espaço também possui status de força produtiva, uma vez que mantém e suporta as relações de produção e a reprodução social da força de trabalho. Dessa forma, o espaço se relaciona dialeticamente com a propriedade privada (componente essencial das relações de produção).

Gottdiener (2016[1993]) afirma que, no pensamento de Lefebvre, o espaço possui o mesmo status ontológico do capital, da propriedade privada e do trabalho, de modo que as relações

espaciais apresentam contradições sociais que requerem análise em seus próprios termos e não podem ser descartadas, como assim fizeram os economistas políticos marxistas, ao tratar “o espaço como receptáculo de contradições causadas internamente pelo próprio processo de produção” (GOTTDIENER, 2016[1993], p.129).

Ainda, Gottdiener (2016[1993]) ressalta a importância do espaço para o Estado: por ser um instrumento político de controle social fundamental para a supremacia das elites capitalistas e dos seus interesses, a organização espacial também representa as premissas que embasam as relações das elites com o Estado, na tarefa de controlar a reprodução das formações sociais e espaciais por meio do arcabouço administrativo e jurídico estatal.

Em síntese, Gottdiener (2016[1993]) aponta que as propriedades dialéticas do espaço se articulam com a materialização do modo de produção em vários níveis, permitindo, portanto, que o mesmo (modo de produção capitalista) se efetive e domine a realidade concreta, em escala global. O autor também afirma que esse aspecto foi totalmente ignorado pelos economistas políticos marxistas quando reduziram as propriedades do espaço ao imperativo do ambiente construído. O controle das relações espaciais, portanto, tem para a sociedade a mesma importância revolucionária que a luta pelo controle dos outros meios de produção. Com base nessas premissas, o autor indica que Lefebvre formula uma abordagem marxista do espaço que difere drasticamente de seus contemporâneos.

Afirmar de forma ousada que os fenômenos espaciais, na medida em que são produzidos em parte por conflitos de classe [*relações sociais de produção*], não podem ser abordados através da análise tradicional da economia política. Isso é verdadeiro, pois esta última apenas especifica teoricamente um espaço abstrato de análise marxista, que contém relações de dominação econômica. Mas a importância do espaço para Lefebvre é conquistada pela

dialética entre valor de uso e valor de troca, que produz tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação (GOTTDIENER, 2016[1993], p.131, *grifo meu*).

O debate sobre o espaço, antes realizado apenas na esfera abstrata e mental, situa-se agora na dimensão social e concreta: no pensamento de Lefebvre, o mental não pode se separar do social e só o foi nas representações ideológicas. Da mesma forma, pode-se classificar o debate sobre o espaço como “interdisciplinar”, no sentido de uma “crítica das disciplinas parcelares” (LEFEBVRE, 2016[1973], p. 37) a fim de superar o empirismo descritivo, mas sem recusar o conceito operacional do espaço, porque permite elaborar questões mais alinhadas à dialética da produção espacial: “Por quê? Para quem? No interior do interesse de quem?” (LEFEBVRE, 2016[1973], p. 37). Sob a lente dos estudos críticos urbanos, essas questões são norteadoras da análise do espaço, além de serem imprescindíveis na aplicação da teoria método de Lefebvre, a favor de a favor de um posicionamento epistêmico e metodológico mais radical.

#### 1.4. A TEORIA-MÉTODO DA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: A DIALÉTICA TRIDIMENSIONAL DE HENRI LEFEBVRE

Em 1974, o livro *La production de l'espace* de Henri Lefebvre trazia ao mundo uma complexa e preditiva teoria sobre o espaço. A relevância dessa teoria, como será mostrado a seguir, reside no fato de que ela integra sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis (SCHMID, 2012). A teoria da produção social do espaço urbano estrutura metodologicamente esta pesquisa e será o principal referencial analítico.

Para Lefebvre (1992[1974]), é central apreender a vida social em seu aspecto corporal e humano, de modo a considerar a dimensão mental e sensível, com seus pensamentos e ideologias. Segundo o autor, o modo de existir dos seres humanos baseia-se nas relações que constituem entre si, com seus pares e com o meio através do qual materializam as suas atividades e práticas. Lefebvre (1992[1974]; 2016[1973]) constrói sua teoria da produção do espaço a partir das contradições existentes na forma como os seres humanos, organizados sob o imperativo do modo de produção capitalista, produzem e reproduzem as suas vidas.

São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas (SCHMID, 2012, p.91)

Lefebvre (1992[1974]) utiliza o conceito de harmonia para discernir **três termos "formantes"** (palavra emprestada da análise de sons musicais). Segundo o autor, a relevância de possuir três termos, na análise crítica do espaço, se deve a sua capacidade de produzirem e encobrirem a si mesmos, algo que não seria possível nas oposições de dois termos, que, como em um jogo de espelhos,



se fazem brilhar e se tornam significantes ao invés de se ocultar. Esses três termos formantes são:

- **O geométrico:** Lefebvre (1992[1974]) se refere ao espaço euclidiano considerado como “absoluto” pelo pensamento filosófico. O espaço euclidiano se define pela homogeneidade que garante seu uso social e político. A redução ao espaço euclidiano e homogêneo abstrai o espaço da natureza e de todo espaço social, e lhe confere um poder temível. Essa redução conduz facilmente a uma outra: a redução da realidade concreta à esfera bidimensional, à planificação representada na folha de papel através de mapas, grafismos e projeções. Nesse sentido, o geométrico se refere às **representações do espaço**.
- **O ótico:** Para Lefebvre (1992[1974]), a lógica da visualização foi uma estratégia identificada por Erwin Panofsky frente à arquitetura gótica e que ganhou o conjunto da prática social. Lefebvre (1992[1974]) apresenta a ideia de que na vida social tudo se torna decifração de uma mensagem através dos olhos, de modo que uma impressão diferente da ótica nada mais é que simbólica e transitória na direção do visual. Por exemplo, o objeto sentido pelas mãos serviria somente de contexto ao objeto percebido pela visão. Dessa forma, o ótico diz respeito à percepção, portanto à **prática espacial**.
- **O fálico:** Lefebvre (1992[1974]) identifica que o espaço, mesmo euclidiano e abstrato, não pode se esvaziar de pessoas completamente. Para o autor, o espaço abstrato reivindica um objeto verdadeiramente cheio e “absoluto”. Para tal, o fálico se presta a esse serviço, já que, metaforicamente, simboliza a força, a virilidade e a violência masculina. Na dimensão dos significados, o fálico se refere ao poder político e aos meios de repressão executados pela polícia, pelo exército e pela burocracia

estatal. Na realidade material, o fálico se constata na verticalidade do espaço urbano. No plano simbólico, se coloca como o sentido e a razão que faz nascer a prática espacial. Dialeticamente, o espaço fálico evoca a construção imagética e simbólica de um outro significante de transformação, em meio ao espaço diferencial. Dessa forma, o fálico se refere ao **espaço da representação**.

Esses três termos são a base da tríade da produção do espaço. Para Lefebvre (1992[1974]), o espaço abstrato se apresenta como uma dualidade constitutiva: de um lado há a homogeneidade geométrica (representação do espaço) e do outro há o fálico enquanto significante em sua razão dominante (espaço de representação). No entanto, como indica o autor, essa dualidade mascara o terceiro formante, que é o campo da **ação prática** (prática espacial). Desse modo, o espaço abstrato é vivido (prática espacial) e representado (representações duplicadas), de modo que os três termos formantes finalmente aparecem: o percebido, o concebido e o vivido – respectivamente, a prática e as suas representações duplicadas.

O espaço abstrato se produz a partir da **ação prática** e das suas **representações duplicadas**. No campo da ação prática, produz-se a realidade urbana e a vida cotidiana. No campo das representações duplicadas, produz-se o **espaço de representação** – este geométrico, técnico, homogêneo e planejado -, e a **representação do espaço** – espaço de dominação fálica e da busca pelo preenchimento de significados. Para as representações duplicadas, Lefebvre (1992[1974]) utiliza a **metáfora dos espelhos**, a fim de explicar a duplicidade de reflexões entre o espaço de representação (espaço vivido) e a representação do espaço (espaço concebido).

Com efeito, Lefebvre (1992[1974]) anseia construir uma teoria-método que leve em conta a ordem próxima (o contexto imediato e o tempo presente) e a ordem distante (o contexto mediato e o futuro), de tal modo que as contradições presentes nas relações sociais de produção se expressem no tempo e no espaço. Portanto, a produção do espaço é definida pela **relação dialética tridimensional** entre o espaço percebido (a prática espacial), o espaço vivido (os espaços de representação) e o espaço concebido (as representações do espaço). O Diagrama 1 a seguir apresenta a síntese da tríade.



**Diagrama 1.** Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre. Fonte: elaboração própria com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019).

A prática espacial (espaço percebido) é o processo dialético no qual a sociedade e o espaço se relacionam. Por um lado, a sociedade propõe o espaço e, por outro, o pressupõe: “o produz paulatinamente na medida em que o compreende e apropria” (OLIVEIRA, 2019, p.13). O espaço percebido se refere à dimensão material da atividade e das interações sociais. Em termos concretos, pode-se pensar, por exemplo, nas redes de interação e comunicação presentes na vida cotidiana, como o deslocamento

diário entre a casa e o local de trabalho, o processo de produção material da vida e o consumo.

A representação do espaço (espaço concebido) é o espaço dos arquitetos, urbanistas, geógrafos, planejadores, engenheiros e cientistas sociais. As representações do espaço ocorrem através de imagens, planos e desenhos, de modo que também o definem. Representações do espaço existem no nível do discurso e da fala, construindo descrições e teorias (científicas) sobre o espaço. Lefebvre (1992[1974]) considera mapas e plantas, informação em fotos e signos como elementos da representação do espaço.

O espaço de representação (espaço vivido) é a dimensão vivida do espaço e experimentada pelos seres humanos na vida cotidiana. O espaço de representação é o espaço dos símbolos e das imagens. Para Lefebvre (1992[1974]), o vivido não pode ser compreendido historicamente sem o concebido. Nesse sentido, os espaços de representação tratam da dimensão simbólica do espaço e se referem ao poder divino, às instituições, ao Estado, ao princípio masculino e o feminino, etc. Essa dimensão também se refere à produção de sentidos a partir da conexão com símbolos material. Os símbolos do espaço podem ser elementos da natureza, como as árvores, ou podem ser artefatos, como prédios e monumentos, ou podem ser paisagens.

Em linhas gerais, o núcleo da teoria da produção do espaço de Lefebvre (1992[1974]) identifica três momentos: primeiro a produção material, depois a produção de conhecimento, e por último a produção de significados. Essas dimensões constituem uma unidade dialética contraditória: o espaço emerge somente da interação de todas as três, cada uma sendo fundamentalmente de igual valor. O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como "tese", e nenhuma é privilegiada.

## **1.5. O DIREITO À CIDADE**

Segundo Brenner (2018, p.34), mesmo durante a fase Fordista-Keynesiana do desenvolvimento capitalista, a urbanização já se expressava pela “formação e expansão de regiões urbanas em larga escala, simbolizadas nas dinâmicas de acumulação de capital e na organização das relações sociais cotidianas e das lutas políticas”. Para o autor, nas condições geopolíticas atuais, no entanto, “o processo de urbanização se tornou crescentemente generalizado em escala mundial”.

Em vista disso, a urbanização não diz mais respeito apenas à “expansão das grandes cidades do capitalismo industrial”, aos “vastos centros de produção metropolitanos, à dispersão metropolitana e às configurações regionais de infraestrutura das grandes cidades do mundo” (BRENNER, 2018, p.34). Ao invés disso, a urbanização se desenvolve agora de forma expansiva por meio do crescimento desigual do tecido urbano, em que se realizam diversos tipos de espaços: assentamentos informais e periféricos, vastas paisagens operacionais e redes de infraestrutura ao longo de toda economia mundial. Segundo Brenner (2018, p.34), observa-se a realização do que “Lefebvre (2003[1970]) antecipou aproximadamente quatro décadas atrás”, em que a intensificação e a extensão dos processos de urbanização em todas escalas espaciais e em toda superfície do espaço planetário promoveu o que Lefebvre chamou de revolução urbana.

O urbano não pode mais ser visto como um lugar relativamente limitado ou distinto; ao invés, se tornou uma condição planetária generalizada na qual, e através da qual, a acumulação do capital, a regulação da vida política e econômica, a reprodução das relações sociais cotidianas e a contestação das características possíveis do planeta e da humanidade são simultaneamente organizadas e disputadas (BRENNER, 2018, p.35).

As desigualdades do espaço urbano relacionam-se diretamente com a atuação de lideranças femininas populares pelo **direito à cidade**. Portanto, esse termo é fundamental para essa pesquisa, pois concentra em si as motivações e os objetivos das lutas dessas mulheres em territórios populares.

O conceito de direito à cidade foi originalmente cunhado por Lefebvre em 1968. Concebido em homenagem ao centenário d'O Capital, importante obra de Karl Marx, o livro "O Direito à cidade" traduz a efervescência da sua época de publicação e apresenta críticas à estrutura opressora amplamente questionada pelos protestos: a vida urbana dominada pelo cotidiano e pelo trabalho, despolitizada, sentida mais intensamente pelas classes populares, sem possibilidade de lazer, encontros e manifestações de desejos.

Segundo Lefebvre (2016[1973], p.31), o direito à cidade significa o "direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas". Para o autor (2001[1968], p.117) é um apelo e uma exigência que "só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada e renovada". Nesse sentido, o direito à cidade não se constitui apenas por demandas de infraestrutura, equipamentos urbanos ou habitação social. Isso pode muito bem ser proporcionado sem que nenhuma ruptura ocorra em relação ao modo de produção capitalista e, conseqüentemente, à maneira hierarquizante e segregadora como o espaço é nele produzido e apropriado.

O direito à cidade recusa a organização excludente e segregadora da produção do espaço. Além de recusar, direciona a sua crítica à lógica de produção da cidade pelo sistema capitalista em sua articulação com o Estado, onde a segregação espacial se manifesta concretamente como efeito dos conflitos e desigualdades entre classes sociais, a favor das elites capitalistas.

Para o autor, essa lógica de produção da cidade lança aos espaços periféricos todos os que não participam de privilégios econômicos, políticos e sociais. Cabe ressaltar, na linha do pensamento da Lefebvre, os contornos racistas e patriarcais que embasam a produção do espaço sob a ótica do modo de produção capitalista. Essas perspectivas serão exploradas de modo mais categórico no capítulo 2, na seção destinada à Teoria da Reprodução Social (TRS).

Lefebvre (2001[1968]) explicita o papel das necessidades sociais a partir de fundamentações antropológicas que envolvem desde as necessidades de informação, simbolismo, imaginário e atividades lúdicas até as necessidades de lugares qualificados, de simultaneidade de encontros e de troca sem ser dominado pelo valor de troca. Na sociedade urbana, existem também necessidades materiais que balizam a vida urbana, tais como moradia, transporte, segurança, saneamento e recursos hídricos. Segundo o autor, essas necessidades conformam direitos concretos e direitos abstratos: “direitos das idades e dos sexos, direito das condições, direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação” (LEFEBVRE, 2001[1968], p. 105). Todos esses direitos, quando reunidos, compõem o espectro do direito à cidade: para as populações subalternizadas, “despojadas de cidade, expropriadas assim dos melhores resultados de sua atividade” (LEFEBVRE, 2001[1968], p. 138), esse direito tem um alcance e uma significação particulares: representa ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte.

Na obra de Lefebvre (2001[1968]; 2016[1973]; 1992[1974]), a construção do conceito de direito à cidade se concentra no pressuposto da utopia e da transformação experienciados na práxis. A realidade urbana é em parte real e em parte virtual (LEFEBVRE, 2016[1973]). Para Lefebvre (2016[1993]), a realidade urbana

contempla uma tendência: a construção de uma humanidade e do seu espaço para além do capital e da sociedade capitalista, de modo que um outro mundo possível e uma outra lógica espacial depende do conteúdo de “subversão-negação da ordem vigente” (CARLOS, 2020, p.366), rechaçando a lógica de uma integração ao capitalismo.

Nesse sentido, para Lefebvre (2016[1973], p. 36), a sociedade atual não permite o pleno gozo do direito à cidade:

Só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem”. Para que tal direito seja assegurado é necessária uma reorientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua finalidade, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a fins superiores (LEFEBVRE, 2016[1973], p. 36).

Sob essa ótica, o **direito à cidade** é uma ferramenta de luta dos segmentos sociais despojados dos benefícios que o urbano proporciona. Também é uma exigência pelo direito de conceber dignamente as necessidades materiais e subjetivas da condição humana, a favor de uma realidade urbana transformada e contestadora da vida cotidiana, em sua razão desumanizadora.

Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também os excluir da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora (LEFEBVRE, 2016[1973], p.34).

Na mesma linha de Lefebvre, Harvey (2012, p. 15) entende que “a ideia do direito à cidade [...] surge [...] das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”. O autor afirma que Lefebvre percebeu a dor existencial da vida cotidiana na cidade e apresentou a exigência de



encará-la e criar a vida urbana alternativa, menos alienada, mais significativa e divertida, porém, conflitante e dialética. Para o autor, o direito à cidade é

muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora; é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos (HARVEY, 2012, p.15).

De tal modo, reivindicar o direito à cidade implica se apropriar do poder dominante no processo de urbanização, atualmente nas mãos das elites dos setores imobiliário e financeiro, ao revelar que tal poder de produção da cidade vem de uma pequena parcela da sociedade em condições de moldá-la de acordo com seus interesses particulares, não a partir dos interesses comuns da sociedade.

Para Lefebvre (1992[1974]); 2001[1968]); 2016[1973]), a produção do espaço é um aspecto central da problemática urbana no mundo contemporâneo, tanto pelo seu vínculo com a realização do processo de acumulação capitalista quanto pela sua associação com a (re) produção da vida. É a partir desse contexto, portanto, que essa pesquisa encontra uma das suas principais relevâncias: as práticas de resistência promovidas por lideranças femininas, que estão profundamente imbricadas com a reprodução da vida e com a necessidade de transformar a realidade imediata, precisam se associar à construção de um olhar teórico mais profundo e dialeticamente articulado com a práxis, de forma a revelar o sentido e o fundamento dos conflitos que se estabelecem em torno do espaço, como luta pelo "direito à cidade".

Cabe observar, no entanto, o uso do termo para referenciar lutas urbanas que não tenham no seu horizonte de atuação a contestação-subversão do espaço abstrato e do modo de produção dominante (capitalista). No debate acadêmico, ainda não há

consenso quanto à pertinência de aproximar conflitos sociais ao paradigma do direito à cidade quando não há clareza das suas perspectivas de transformação política e estrutural. No âmbito dessa pesquisa, pode-se contribuir ao debate em questão por meio da aplicação da tríade da produção do espaço, a fim de revelar contradições pertinentes experienciadas na práxis espacial.

Por fim, no contexto brasileiro, a expressão “direito à cidade” aparece principalmente vinculado às lutas de movimentos e associações de base comunitária engajadas no ideário da reforma urbana. A articulação entre essas organizações populares permitiu a confederação de diversos movimentos sociais para lutar pelos seus direitos em toda a cidade, alguns dos quais se tornaram também nacionais, incluindo a União dos Movimentos de Moradia, o Movimento Nacional de Luta pela Reforma Urbana e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (MARICATO, 2015; HOLSTON, 2013). Destaca-se o papel fundamental que esses movimentos com abrangência nacional tiveram na conquista por direitos, muitos deles arranjados na Constituição Federal (CF) de 1988. Dentre estes direitos, talvez um dos mais expressivos seja a função social da propriedade, descrita no inciso XXII do Artigo 5º da CF. A função social da propriedade deveria limitar constitucionalmente o direito de propriedade. No entanto, na prática, encontram-se muitos entraves jurídicos, políticos e ideológicos para a sua efetividade, de modo que, ainda hoje, a luta é paradigma essencial para o acesso a direitos.

Importante destacar o papel da liderança feminina nesse contexto espaço-temporal, através da qual se formularam novas estratégias de mobilização e contestação. Além de articularem a luta contra a remoção, as experiências de lideranças femininas no desenvolvimento de projetos de assistência social melhorou as condições de vida dos moradores em serviços que o Estado não

cumpria (HOLSTON, 2013). Para Holston (2013, p.321), as “atividades reivindicatórias, associativas e educacionais enfrentaram a ausência do Estado como provedor de serviços essenciais”. Nesse contexto específico das lideranças femininas, destaca-se as suas interlocuções com o tema desta pesquisa, no que diz respeito à luta comunitária baseada em direitos. Esses direitos citados anteriormente - contra despejos, pelo acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana básica, por assistência social e equipamentos públicos, por espaços públicos e lazer – compõe, em certo ponto, o espectro do **direito à cidade**.

## **1.6. PLANEJAMENTO RADICAL E PLANEJAMENTO INSURGENTE**

O planejamento urbano dominante, compreendido como expressão do Estado, apresenta na sua base principiológica a função de enfrentar as desigualdades da sociedade em prol do bem comum. No entanto, esta suposição expressa uma concepção ingênua, pois desconhece que o Estado é expressão das relações sociais de produção e que, portanto, “não é nem isento nem desinteressado” (OLIVEIRA, 2019, p.16) na produção capitalista da cidade.

Para compreender melhor essa dinâmica, recorre-se a Lefebvre (2016[1973]), que apresenta a contradição ordem distante *versus* ordem próxima com o objetivo de situar a ação dos agentes sociais frente à produção do espaço. Para o autor (2016[1973]), a ordem distante compreende os agentes e as forças dominantes da sociedade, capazes de empreender a produção do espaço de acordo com os seus anseios no processo de acumulação capitalista. A ordem distante possui um efeito mediato e vincula-se à atuação das elites capitalistas junto ao Estado na produção do espaço abstrato. Já a ordem próxima associa-se à dimensão da

comunidade e da vida cotidiana, possuindo efeito imediato. Na crítica ao planejamento urbano dominante, a contradição entre a ordem próxima e a ordem distante permite revelar os mecanismos silenciosos de articulação do Estado e do mercado para assegurar os interesses das elites capitalistas. Dessa forma, o efeito na produção do espaço é a realidade urbana excludente e segregadora, uma vez que, no planejamento urbano dominante,

cada vez mais se constata o abandono do seu sempre frágil papel regulador, e a adoção cada vez mais evidente do papel de coadjuvante em processos empreendedores (OLIVEIRA, 2019, p.16).

Outra crítica ao planejamento urbano dominante diz respeito ao seu tratamento como atividade essencialmente técnica e livre de valores realizada na esfera pública (FRIEDMANN, 2011). Nessa perspectiva, haveria uma distância entre o conhecimento técnico, processado e sistematizado por uma teoria e pelo método científico, e o conhecimento experimental do “cliente” do planejamento, mais adequado à resolução de problemas concretos da realidade, porém menos generalizável. Dessa forma, o Estado é a força hegemônica à qual ações contestatórias e de base comunitária devem se contrapor (FRIEDMANN, 1987). Ao mesmo tempo, ele é visto também como o meio por onde se pode obter conquistas para o desenvolvimento local:

O objetivo maior dessas lutas – a reafirmação da comunidade política em governança civil – irá requerer sem dúvida a reestruturação permanente do Estado. Mas isso só poderá ser alcançado através de um processo passo-a-passo de reformas radicais e aprendizado social em todos os domínios da ação pública (FRIEDMANN, 1987, p. 407, tradução minha).

Em 1987, John Friedmann apresenta uma elaboração teórica sobre o conceito de planejamento radical, no seu livro *Planning in the Public Domain*, em que reconhece a importância

da prática do planejamento realizado em territórios populares e em bases locais de movimentos sociais. Nesse livro, o autor diferencia o planejamento radical das demais formas de planejamento urbano alternativo<sup>11</sup>, indicando que teria como definição geral ser uma mediação para a transformação social, por intermédio da teoria e da prática. Enquanto os demais planejamentos alternativos seriam realizados pelo Estado, o planejamento radical estaria relacionado a práticas políticas radicais nos espaços de territórios populares e, portanto, comprometido com práticas políticas para a transformação do sistema.

Dessa forma, o papel do planejador não pode ser previamente estabelecido, mas deve atuar no sentido de criar oportunidades para a apropriação crítica da teoria por grupos organizados, sendo capaz de inserir a experiência em um referencial teórico e político, a fim de reelaborar e adaptar a teoria a partir do aprendizado com a experiência concreta.

Para Friedmann (1987, p.398, tradução minha), as lutas comunitárias e suas práticas são a referência para definir o papel do planejador radical:

realiza oficinas, orienta a formação de cooperativas e sindicatos de inquilinos, a criação de jardins comunitários, creches, cozinhas e lavanderias comunitárias, reúne informações necessárias às

---

<sup>11</sup> No campo dos planejamentos alternativos (alternativo ao planejamento urbano empreendido pelo Estado) existe bibliografia acadêmica dos planejamentos insurgente, radical, advocatício, comunicacional, participativo, transformador, local, progressista, militante e autônomo. Optou-se por discutir e aproximar ao objeto de estudo dessa pesquisa apenas os planejamentos insurgente e radical, por serem as versões que mais se aproximam conceitualmente da produção social do espaço e do conceito de direito à cidade de Lefebvre.

batalhas legislativas, realiza conexões com outras organizações comunitárias.

Nesse sentido, o planejador radical não é isento e nem um simples mediador, já que se compromete com a luta do grupo onde atua. A distância crítica seria necessária para colocar a ação em perspectiva, questionar suas premissas e identificar suas contradições (TANAKA, 2017). As contradições estarão presentes muitas vezes em: teoria e prática, visão normativa e visão empírica, realização da crítica e necessidade de afirmação, explanação e ação, visão de futuro e realidade presente. No entanto, conforme explica Friedmann (1987), os dilemas devem ser resolvidos na prática e por meio do uso da linguagem (diálogo), uma vez que, sendo a teoria determinada pela prática, esta não pode ser doutrinária e sim aberta à reflexão crítica e renovação constante.

O planejamento radical também foi intensamente discutido por Leonie Sandercock (1998). Para a autora (1998), a contestação ao poder seria uma característica do planejamento radical, que poderia se dar tanto através do confronto direto quanto através de ações nos interstícios do poder planejador. A autora trabalha com as noções de empoderamento e “epistemologia da multiplicidade”, e as experiências que apresenta trazem à tona comunidades culturalmente diversas. São registros de histórias de vida de pessoas, de organizações e práticas de planejamento radicais, democráticas, culturalmente pluralistas, que buscam abarcar uma variedade de pequenos empoderamentos. São os planejamentos feminista, indígena, dos negros, latinos, LGBTQIAP+, e outras diversas práticas que confrontam exclusões sistemáticas de grupos oprimidos. Para Sandercock (1998), os espaços criados por tais práticas estariam abrindo caminho para a transformação social e para o alargamento do sentido de justiça social.

Sandercock (1999) também define o planejamento insurgente a partir da necessidade de uma leitura histórica, cultural e identitária da realidade contemporânea. A autora define esse planejamento como uma prática que inclui resistência, resiliência e reconstrução. Resistência por não reconhecer os planos existentes e reivindicar o direito ao seu próprio plano. Resiliência, pois, ao reivindicar direitos civis determinados em lei, e acionar instrumentos legais (legitimados pelo Estado), estaria rompendo com o passado de tradições baseadas na informalidade (pela visão do Estado). E como reconstrução do discurso, ao levar para o processo de planejamento as narrativas culturais locais.

O planejamento insurgente também foi conceituado por Faranak Miraftab (2009) como uma prática de planejamento radical que responde a formas específicas de dominação (MIRAFTAB, 2009). O planejamento insurgente recolocaria os desafios do planejamento radical no contexto do capitalismo neoliberal global, através de práticas contra-hegemônicas associadas às lutas por cidadania, que se manifestam no sul global ou em comunidades marginalizadas. Para Miraftab (2009), essas práticas seriam contra hegemônicas ao expor contradições do capitalismo e contestar sistemas de opressão, desestabilizando relações normalizadas de dominação. A autora afirma que a ruptura do planejamento insurgente em relação aos planejamentos dominantes seria não apenas epistemológica, mas também ontológica.

O planejamento insurgente se refere a “um futuro mais justo e a um urbanismo humano e não apresenta projetos urbanísticos” (MIRAFTAB, 2009, p. 373). Sobre a relação com o Estado, Miraftab (2009) reconhece a necessidade dos movimentos de transitar entre o que ela denomina de espaços “convidados” (*invited spaces*) e espaços “inventados” (*invented spaces*). Os espaços convidados

são espaços institucionais de participação cidadã sancionados por autoridades e legitimados pelo governo ou por doadores. Os espaços “inventados” (*invented spaces*) são os espaços de ação coletiva que confrontam diretamente autoridades e desafiam a realidade urbana. Os espaços inventados seriam múltiplos e dinâmicos, e exercem a função de contestação política.

Em linhas gerais, essas definições de planejamento insurgente são bastante amplas, podendo contemplar práticas distintas, que vão desde a organização de um grupo para a elaboração de um plano alternativo a ser apresentado ao Estado, ou mesmo uma ação local para realizar uma atividade cultural coletiva, e até mesmo manifestações de protesto contra a gentrificação de um bairro. Dentre as autoras aqui apresentadas, Sandercock apresenta uma perspectiva mais aberta, que preserva a atuação do “planejador profissional”, mas incluindo nos seus milhares de casos de empoderamento formas de mobilização coletiva e registros de narrativas locais que não passam pelo campo do planejamento urbano dominante. MirafTAB parece ir mais longe, ao enfatizar as práticas locais e contestatórias, isto é, as lutas urbanas das quais emergiria um urbanismo humano produzido por linguagens e técnicas discursivas “inventadas na ação cidadã”.

Enquanto Sandercock (1998; 1999) situa a possibilidade do planejamento insurgente nas múltiplas práticas que afirmam diversidades, linguagens e distintas concepções de mundo, MirafTAB (2009; 2016) enfatiza a relação com movimentos anticapitalistas. A autora propõe também um alargamento da concepção de planejamento, incluindo ações que não envolvem planejadores: ações coletivas contestatórias e libertadoras, e práticas oposicionistas de base que inovam e criam seus próprios termos de engajamento.



Cabe observar, ante exposto, a relação existente entre o planejamento radical e os aspectos teórico-metodológicos dessa pesquisa: a premissa de o planejamento radical ser conduzido por um referencial teórico de transformação estrutural (FRIEDMANN, 1987). Para Friedmann (1987), a teoria transformadora seria aquela com foco nos problemas estruturais da sociedade capitalista, e teria como objetivo fornecer uma interpretação crítica da realidade existente e desvelar possibilidades de futuros alternativos baseados em práticas contestatórias de territórios populares em conflito. Nesse sentido, pode-se pensar que a base concreta dessas práticas é o espaço contraditório em luta pelo direito à cidade, e uma possível consequência é a produção autônoma e coletiva da vida, algo muito próximo da noção de espaço diferencial de Lefebvre.

Para Friedmann (1987), essas práticas teriam um grande potencial político pois, quando somadas, constituiriam um desafio para o sistema capitalista ao criarem novos sentidos de justiça e novas relações sociais. O autor ainda indica que essas práticas reduzem a dependência do capital global, aumentam o poder social e expandem o horizonte de possibilidades, ao passo que liberam o espaço social progressivamente do controle do Estado e do mercado.

Quanto ao planejamento radical, vale destacar que, assim como Lefebvre, Friedmann não discute em profundidade os meios através dos quais territórios populares – e organizações locais em geral - poderiam promover transformações estruturais, muito embora reconheça o caráter limitado da ação local: “promover práticas alternativas no interstício do Estado e da economia corporativa, isso em si não é nenhuma ameaça” (FRIEDMANN, 1987, p. 412, tradução minha). No entanto, o autor indica as possibilidades encontradas nas redes de conexão entre territórios

e grupos organizados e suas coalizões políticas, onde poderia ocorrer de fato a contestação desde que com respeito à autonomia local.

Por fim, destaca-se a dimensão conflitual do planejamento radical, que se faz presente no enfrentamento contra as forças hegemônicas (mercado e Estado) e um modelo de planejamento urbano excludente e segregador. Nesse sentido, encontrar espaços contraditórios e aliados em cada contexto específico significa desenvolver uma compreensão das relações complexas – locais, regionais e globais – que se fazem presentes na produção do espaço urbano, de modo a reconhecer os agentes com os quais se aproximar, enfrentar ou negociar a cada momento da ação, em razão da contestação como condição fundamental e necessária para a atuação em um campo de contradições. Dessa forma, entende-se o planejamento radical como um aliado no campo teórico e prático da atuação de lideranças femininas populares, em sua razão transformadora do espaço e das condições materiais e subjetivas, as quais permitem promover a vida urbana transformada e renovada.

## 2. **CAPÍTULO 2. LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES**

Esse capítulo apresenta reflexões teóricas sobre a questão das mulheres e das opressões de gênero nos marcos dos estudos críticos urbanos, de modo a evidenciar seus desdobramentos na produção do espaço e na reprodução social. Para tal, utiliza a Teoria da Reprodução Social e algumas perspectivas decoloniais de gênero com o objetivo de discutir a atuação das atrizes que dão sentido a essa pesquisa: as lideranças femininas populares.

Há uma passagem de Simone de Beauvoir (2016, p. 29) que diz: “basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. De modo semelhante, no cenário brasileiro atual de extrema polarização política e desinformação programada, se tornou recorrente o ataque e a perseguição de certos grupos sociais, em um movimento que coloca direitos humanos em xeque, desde o direito à cidade até o direito ao próprio corpo, especialmente no que se refere ao corpo feminino.

Segundo a filósofa feminista Silvia Federici, na Europa do século XVII as mulheres eram destituídas da autonomia que exerciam sobre os seus corpos e sobre a maternidade. Em meio a uma grande crise populacional, os Estados passaram a controlar fortemente a natalidade por meio do monitoramento dos nascimentos e da criminalização de métodos contraceptivos (FEDERICI, 2017). De tal maneira, através do domínio sobre a vida econômica e a vigília quanto ao trabalho reprodutivo, as mulheres passaram a procriar contra sua própria vontade. Portanto, mesmo que não seja possível reduzir a opressão de gênero à questão específica do patriarcado, essa mantém relações estreitas com o sistema capitalista, principalmente no que diz respeito ao controle reprodutivo.

Quanto às opressões de gênero e a sua relação com a teoria da produção do espaço, Lefebvre (1992[1974]) aponta que todas as sociedades históricas diminuíram a importância das mulheres e limitaram a influência do feminino. Para o autor, o estatuto social das mulheres seguiu a mesma restrição do seu estatuto simbólico e prático, sendo indissociáveis na prática espacial, de modo que o lugar do feminino na cidade, nas representações e na realidade é em grande parte definido pelo masculino. Segundo Lefebvre (1992[1974]), a dominação do masculino ocorre por meio do social (figura do imperador, do magistrado, do padre, do pai, do chefe e do soldado), do simbólico (o falo) e do visual (a forma urbana), constituindo os espaços de poder (masculinos). De modo semelhante, o autor (1992[1974]) destaca, no âmbito da reprodução social, que a paternidade se impõe à maternidade dominando-a e dominando o seu entorno, transformando a abstração enquanto dominação em lei do pensamento.

Conforme discutido no capítulo anterior, para Lefebvre (1992[1974]) a abstração constitui o espaço de dominação em que as diferenças são sepultadas. A dominação da terra, dos bens, das crianças, dos escravizados e das mulheres, introduz a abstração e a supõe, restando ao feminino o imediato e a reprodução da vida, o privado e a privação. Desse modo, para Lefebvre (1992[1974]), é a partir dessa dinâmica que se engendram as disposições espaciais e mentais que produzem a sociedade ocidental, com as suas ideologias e opressões.

O capítulo apresenta quatro seções. A primeira apresenta a teoria da reprodução social (TRS) a partir das reflexões de Lise Vogel, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser e Cinzia Arruzza, em diálogo com a obra de Marx d'O Capital. A segunda seção discute perspectivas de gênero alinhadas com o tema dessa pesquisa: feminismo marxista, popular, negro e decolonial. A terceira seção

explora o conceito de lideranças femininas populares a partir de Nancy Fraser, Nilza R. Nunes, Antonio Gramsci, Lev Vigotski e Henri Lefebvre.

## **2.1. TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS)**

Na teoria marxiana<sup>12</sup>, a força de trabalho é um dos elementos que constitui as forças produtivas do modo de produção capitalista. Junto aos meios de produção, a força de trabalho gera valor e mais-valia ao passo que se reproduz no espaço doméstico da produção capitalista. É na esfera do lar e executadas majoritariamente por mulheres que as atividades como a criação dos filhos, cuidados da casa, satisfação das necessidades materiais, emocionais e sexuais produzem e reproduzem a força de trabalho. No livro *Feminismo para os 99%: um manifesto* (2019), as autoras lembram que a hierarquização entre homens e mulheres, na sociedade capitalista, deve ser interpretada como efeito da reprodução social como fonte de acumulação capitalista, enquanto o capital se aproveita da condição não assalariada do trabalho envolvido.

Trabalho reprodutivo é um conceito básico da economia feminista e estuda as raízes da invisibilidade econômica das mulheres na reprodução social e no trabalho doméstico. Segundo Vogel (2013[1983]), o trabalho reprodutivo direciona sua crítica à teoria econômica clássica, que considera a reprodução social um

---

<sup>12</sup> Optou-se por utilizar as expressões “marxiana” e “marxista” como referências distintas à obra de Karl Marx. A primeira refere-se aos livros de Marx ou à sua obra, sem a especificação da doutrina ou do método de análise social. A segunda designa a produção intelectual desenvolvida posteriormente por outros autores, através do método de análise socioeconômica baseada no que Marx chamou de materialismo histórico dialético, que apresenta como elemento de definição e análise da sociedade a sua produção histórica e material.

processo natural e sem custo algum, e cumpre o papel de eixo estruturador da Teoria da Reprodução Social (TRS), podendo ser considerado o eixo estruturador da TRS.

Vogel (2013[1983]) destaca que a TRS é fruto de um acúmulo histórico de debates retomados no interior de movimentos feministas-socialistas<sup>13</sup> e antirracistas nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Para a autora (2013[1983]), em um primeiro momento, a perspectiva da reprodução social buscou solucionar um problema antigo relacionado à teoria marxista do valor: compreender as formas não-remuneradas de trabalho e responder qual seria a base material da opressão das mulheres no capitalismo.

Para tal, Vogel (2013[1983]) resgata a noção marxiana de totalidade social, em razão do termo concentrar em si as contradições estruturais do modo de produção capitalista, e também por desenvolver uma teoria integrada das relações sociais. Nessa mesma linha, Bhattacharya (2017) também destaca a importância teórico-prática da noção de totalidade social, ao posicionar ao centro da TRS a ideia marxiana de que agir sobre o mundo com base em um conhecimento empírico da realidade, ignorando as mediações que estão pressupostas nessa percepção, implica em erro com consequências práticas.

Bhattacharya (2017) indica que a realidade tal como se enxerga (aparência), por exemplo, mostra que trabalhadores

---

<sup>13</sup> Em razão das dificuldades em desenhar uma linha divisória clara entre o feminismo-socialista e o feminismo-marxista, já que o feminismo-marxista designa a tradição que se identifica, do ponto de vista teórico, explicitamente com o materialismo histórico dialético e com a crítica da economia política, optou-se, aqui, pelo termo feminismo socialista, por entender que designa um campo mais amplo e diverso.

brancos normalmente ganham salários maiores que trabalhadores negros, não havendo jamais pautas comuns de luta que pudessem uni-los. A diferença real, empiricamente documentada, sempre iria alimentar o racismo. Segundo a autora (2017), o mesmo poderia ser dito sobre as diferenças materiais entre homens e mulheres: tentar desafiar essas questões dentro do contexto estabelecido pelo capitalismo resultaria ou no fracasso (como nas experiências históricas em que o sexismo e/ou racismo sufocaram o movimento dos trabalhadores) ou em uma estratégia política fraca, que procuraria superar tais diferenças de raça e gênero entre trabalhadores por meio de apelos morais, pedindo que “fizessem a coisa certa” (BHATTACHARYA, 2017, p.14) e fossem feministas e antirracistas, sem que enxergassem um motivo concreto para fazê-lo.

Com o objetivo de explorar as contradições sociais das classes trabalhadoras, Vogel (2013[1983]) destaca que, no campo marxista do início da década de 1980, a dinâmica de acumulação capitalista era frequentemente reduzida à exploração do trabalho assalariado, o que restringia a noção marxiana de totalidade social. Nesse contexto, as relações de classe eram compreendidas como aquelas que se desenvolviam no espaço exclusivo da produção (local do trabalho formal). Da categoria classe eram abstraídos os componentes de raça, gênero e sexualidade, de modo que prevalecia a indiferença de parte considerável do campo marxista quanto às especificidades locais e configurações sociais no interior da classe trabalhadora. Segundo Vogel (2013[1983]), a categoria proletariado, portadora da subjetividade revolucionária, era ligada de forma idealista ao típico trabalhador formal do Estado de Bem-Estar Social europeu: homem, branco e provedor.

Na busca pela base material da condição de opressão das mulheres sob o capitalismo, Vogel (2013[1983]) desafiou a tradição

marxista hegemônica da época (início da década de 1980) ao propor o retorno à teoria marxiana sobre as relações de produção, presente na coletânea d'O Capital de Marx. A autora estabeleceu como premissa de investigação a produção diária e geracional da força de trabalho, condição essencial para a teoria do valor e o estabelecimento das relações sociais de produção. Vogel (2013[1983]) questionou como essa mercadoria especial – responsável pela produção de mais-valia e de todas as outras mercadorias – seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista.

A pergunta conduziu a autora a uma análise mais profunda da relação lógica e sistêmica existente entre a produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, realizados, em sua maioria, pelo trabalho feminino – remunerado ou não – no âmbito doméstico (esfera privada doméstica) e na dimensão do cuidado (trabalho reprodutivo). Nesse aspecto, caberia explicar a permanência do caráter desvalorizado do trabalho reprodutivo, que engloba estratégias de sobrevivência individuais e coletivas da classe trabalhadora, bem como uma série de tarefas socialmente naturalizadas (gestação, parto, lactação, cuidado das crianças/doentes/idosos, limpeza e nutrição) geralmente privatizadas no lar e não-remuneradas.

Uma das conclusões de Vogel (2013[1983]) é que o trabalho reprodutivo se constitui historicamente como condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista. Ao desenvolver sua argumentação, a autora localiza, no interior da



categoria marxiana de trabalho necessário<sup>14</sup>, uma dupla dimensão específica das sociedades capitalistas: o social e o doméstico. O componente social do trabalho necessário estaria, como Marx conceituou, indissolúvelmente ligado ao trabalho excedente (mais-valia). Para Vogel (2013[1983]), o componente doméstico seria o trabalho realizado fora da esfera da produção capitalista (fora do local do trabalho formal) e foi ignorado por Marx. Os dois componentes são indispensáveis para a produção tanto da força de trabalho quanto das mercadorias. A autora (2013[1983]) também destaca que a relação de apropriação do trabalho excedente se oculta pelo pagamento de salários, enquanto que o trabalho doméstico se encontra dissociado do trabalho assalariado por se realizar na esfera privada doméstica e não na esfera da produção (local do trabalho formal).

A partir da análise da obra de Marx, Vogel (2013[1983]) destaca que há uma contradição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, que se aprofunda à medida que a acumulação capitalista avança:

O impulso do capitalismo para aumentar a mais-valia através do aumento da produtividade (...) força uma separação espacial, temporal e institucional severa entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista. (...) O salário media tanto os processos de manutenção diária quanto os de substituição geracional, suplementados ou às vezes substituídos por contribuições do Estado. Ou seja, o componente social do trabalho necessário do trabalhador facilita a reprodução da força de

---

<sup>14</sup> Para Vogel (2013[2000], p. 192-193), o trabalho doméstico não produz valor, embora desempenhe um papel fundamental no processo de apropriação do mais-valor. Dessa forma, o trabalho doméstico é socialmente necessário para o capital. A autora afirma que “aprisionados na realização do trabalho necessário, o trabalho social e seu novo companheiro, o trabalho doméstico, formam um casal estranho nunca antes encontrado na teoria marxista”.

trabalho indiretamente, fornecendo dinheiro que deve então ser trocado para adquirir mercadorias. Estas duas características – a separação de trabalho assalariado do trabalho doméstico e o pagamento de salários – são materializados no desenvolvimento de locais e unidades sociais especializados para o desempenho de trabalho doméstico (VOGEL, 2013[1983], p. 159, tradução minha).

Ou seja, historicamente, nas sociedades capitalistas construiu-se uma relação na qual o fardo do trabalho reprodutivo repousa desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto a produção (trabalho formal) e a compra de mercadorias concentram-se desproporcionalmente sobre responsabilidade dos homens, através da participação no trabalho assalariado. Segundo Vogel (2013[1983]), esse posicionamento diferenciado de mulheres e homens em relação aos dois componentes do trabalho necessário geralmente é acompanhado por um sistema de supremacia masculina, e se origina como um legado histórico das divisões de trabalho das sociedades de classes anteriores (VOGEL, 2013 [1983]). A autora destaca que tais divisões são fortalecidas pela separação particular entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado, na qual o primeiro está isolado no espaço e no tempo em relação ao segundo.

A análise de Vogel (2013[1983]) também permite dar encaminhamento às provocações importantes de Bhattacharya (2017), que afirma ser insuficiente a leitura empírica da realidade para superar as contradições existentes e articular lutas comuns das classes trabalhadoras. Segundo Vogel (2013[1983]), por exemplo, a separação entre a posição social do homem em relação à mulher e a do branco em relação ao negro é, na verdade, uma visão parcial da realidade. Sob a lente da totalidade social, há um interesse material para que trabalhadores brancos se unam aos negros na luta antirracista e os homens às mulheres na luta feminista. No capitalismo, apesar das vantagens sociais que tais

relações conferem aos homens brancos da classe trabalhadora, sua própria condição social de exploração e degradação de seus meios de reprodução da vida está diretamente ligada à condição social de subordinação e desumanização dos trabalhadores negros e das mulheres.

A TRS, no seu debate atual, apresenta algumas contribuições teórico-práticas importantes para a noção de totalidade social. Uma dessas contribuições é que, ao resgatar a elaboração inicial de Vogel (2013[1983]), essa teoria recupera a noção de que a força motora do capitalismo é o trabalho humano e não as mercadorias. Ao fazer isso, desmistifica-se a esfera da economia e se restaura ao processo econômico o seu componente fundamental: as relações racializadas e generificadas nas quais os seres humanos estão imbricados na sua agência (BHATTACHARYA, 2017). Dessa forma, a TRS também oferece uma visão expandida da produção capitalista e do trabalho, além de revelar um pressuposto universal da condição humana: as pessoas precisam ser produzidas (ou produzir-se), e tarefas como dar à luz, cuidar e manter seres humanos demanda grandes quantidades de tempo, de recursos e de trabalho (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Também é importante observar que, para realizar o trabalho reprodutivo, depende-se diretamente da provisão de recursos básicos de infraestrutura. Ainda que comprados pelo salário, a água e os alimentos não chegam aos lares dos trabalhadores sem condições básicas de infraestrutura urbana. Essa provisão é regulada pelo Estado, controlada pelo capital e suas regras de disponibilidade e acesso se organizam através das linhas de gênero, raça e classe (BHATTACHARYA, 2017). A organização dessas regras depende ainda do desenvolvimento histórico específico de cada país diante do sistema global.

Uma outra contribuição importante da TRS é que ela permite uma mudança na forma em que se percebe o trabalho, propondo uma noção ampliada da categoria “classe trabalhadora”, que destaca a relação oculta entre trabalho reprodutivo e produtivo. A TRS revela que a dicotomia entre produção e reprodução social, sendo a primeira ligada à esfera pública (local de trabalho) e a segunda ligada à esfera privada (lar), é uma forma histórica de aparência específica do capitalismo, na qual o capital se põe enquanto processo. Para a TRS, o trabalho realizado nas duas esferas deve ser teorizado de maneira integrada: a relação contraditória, porém necessária entre ambas, revela que o trabalho não-remunerado realizado pelas mulheres é o pressuposto da produção capitalista e, portanto, está na base desse sistema.

Por fim, destaca-se que a TRS oferece uma chave interpretativa única para analisar a interrelação entre as múltiplas relações sociais que constituem as sociedades capitalistas, na medida que permite considerar as relações econômicas e sociais como ontologicamente inseparáveis e integradas em diferentes momentos de uma mesma totalidade social. As relações sociais de gênero ou raça ajudam a produzir a constante desvalorização e desumanização de certos grupos sociais e assim garantem a reprodução de formas entrelaçadas de exploração e despossessão. Também organizam as relações de trabalho e propriedade e enquadram as formas concretas de competição e acumulação capitalista. O capitalismo é, então, racializado e generificado, na mesma medida em que gênero e raça não são mais do que formas através das quais a classe é vivida (DAVIS, 1997). O mesmo pode ser dito de todas as múltiplas relações de poder social, uma vez que, historicamente constituídas, formam um todo social complexo. A raça não pode ser desarticulada da classe, do gênero ou da sexualidade, porque na essência constituem um mesmo “todo”.

## **2.2. PERSPECTIVAS DE GÊNERO**

A enumeração de diferentes expressões do feminismo na produção acadêmica e na prática feminista, junto à relação dialética que os diferentes feminismos estabelecem entre si (COLLINS, 2019[1990]), serve para dialogar com as diferentes possibilidades de identidade feministas assumidas pelas sujeitas de pesquisa. Desde a década de 1970, o movimento feminista adquiriu outros matizes em que as relações de poder patriarcais passam a dividir espaço com a não homogeneização da mulher (FÁVERO, 2010). Em vista disso, serão apresentadas as perspectivas de gênero presentes nos feminismos marxista, decolonial, negro e popular.

A inevitabilidade da maternidade, a subordinação ao marido, a relegação da mulher ao ambiente doméstico e a proibição do aborto são questões em ebulição no período da Segunda Onda Feminista (década de 1960). Muitas conquistas acompanharam o movimento, como a disseminação de métodos contraceptivos, a legalização do aborto (países do Norte), as lutas pelo direito à licença maternidade e ao ingresso de mulheres no mercado de trabalho. No entanto, esse contexto não invalida a crítica à um modelo hegemônico de feminismo e aos embates internos do movimento, em razão de cada onda esconder lutas invisibilizadas (HARNOIS, 2008).

Antes da década de 1980, as lutas das mulheres proletárias e/ou negras girava mais em torno da precariedade das posições de trabalho do que terem acesso ao mercado de trabalho (RIOS; LIMA, 2020). Somado a isso, questões relacionadas ao aprisionamento ao casamento, o abandono parental e do parceiro, a solidão da mulher negra e a exploração e objetificação sexual foram questões bem mais caras às suas lutas (RIOS; LIMA, 2020). Esses embates provocaram o surgimento de narrativas feministas não brancas,

em paralelo ao feminismo marxista e ao feminismo liberal, entre outras experimentações do movimento pela igualdade de gênero.

Na América Latina, a continuidade da segunda onda a partir dos anos 1980 se apoiava nas lutas específicas, mas sem o componente anticapitalista, pelo menos no discurso *mainstream*. Resultado disso foi o foco em um feminismo muito ligado a questões culturais e identitárias, ao mesmo tempo condizente com o estado neoliberal em voga, que relegava às mulheres posições flexíveis e mal remuneradas de trabalho e emprego (SCHILD, 2015). No Brasil, as mulheres de classes altas, e as que acendiam socialmente, não socializavam as obrigações de cuidado com a família e os filhos, terceirizando essa função às mulheres de classes mais baixas, em condições sociais e de trabalho perversas e precárias (FRASER, 2013).

Nesse sentido, frente ao quadro socioeconômico, Fraser (2013) destaca que, por um lado, estão os quadros femininos das classes médias profissionais desempenhando funções muito semelhantes aos homens, mas com salários menores. Do outro lado, encontram-se as mulheres trabalhadoras reféns de empregos temporários e com baixos salários (funcionárias domésticas, profissionais do sexo, migrantes e trabalhadoras de Zonas de Processamento de Exportação, por exemplo), que buscam não apenas segurança material, mas também dignidade, autoaperfeiçoamento e liberação da autoridade tradicional. A autora destaca, frente a esse quadro, em ambos os meios o sonho da emancipação das mulheres é aproveitado para a acumulação capitalista.

Para equalizar esse quadro, Fraser (2012) defende, em sua teoria crítica, que o feminismo contemporâneo deve conciliar demandas por reconhecimento com demandas por redistribuição, ou seja, preservar a necessidade das diversas identificações do

feminismo cultural enquanto milita pela igualdade socioeconômica. Para tal, a autora propõe que sejam criadas condições de paridade de representação.

Eu apresento a visão de justiça como paridade de participação. Projetado para identificar dois tipos diferentes de obstáculos (econômicos e culturais) que impedem algumas pessoas de participarem como pares na interação social, o princípio da paridade participativa abrange ambas as dimensões de (in) justiça - (má)distribuição e (não)reconhecimento - e nos permite reuni-los em uma estrutura comum (2012, p. 10, tradução minha).

A feminista e ativista estadunidense Ângela Davis (2016) realiza a análise da questão das mulheres negras desde uma perspectiva de classe e deixa claro que a luta das mulheres e dos negros é uma luta indissociável. Segundo a autora, há uma relação dialética entre ambas as causas: a luta contra o patriarcado e a luta contra o racismo devem andar lado a lado. A ativista afirma também que a emancipação da classe depende da emancipação dos negros e negras e da população indígena. Para Davis (2016), as bases de sustentação do modelo econômico, social e político devem ser atacadas simultaneamente pelos sujeitos dominados e explorados em solidariedade de classe e apoio mútuo uns com os outros.

Na mesma linha, Lélia Gonzalez (2011) argumenta que um dos aspectos distintivos da teoria feminista negra presente na sua obra e na sua trajetória é a articulação entre pensamento e ação. Segundo a autora (2011), o movimento feminista inovou a agenda de lutas ao provocar o debate público e assim politizar o mundo privado. Justamente por isso, a autora destaca que esse movimento não poderia ser cego às questões raciais. Era necessário que as mulheres negras, enquanto coletividade, marcassem suas experiências de modo a revelar questões relacionadas aos dilemas de raça, classe, história e cultura, assim como aos diferentes papéis

e representações sociais das mulheres a partir da sua condição racial na sociedade brasileira (RIOS; LIMA, 2020).

Gonzalez (2011) defende que tratar a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial recai em uma abstração típica de um discurso masculinizado e branco. Segundo a autora, falar da opressão da mulher latino-americana, por exemplo, é falar de uma generalidade que oculta a dura realidade vivida por muitas mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas.

Na mesma linha, Sueli Carneiro (2003) diz que grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras possuem demandas específicas que não podem ser analisadas apenas sob as lentes das questões de gênero unilateralmente. Para a autora (2003), essa constatação exige práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminino e feminista na sociedade, a fim de preservar as especificidades dos grupos. É por isso, por exemplo, que o combate ao racismo é uma prioridade política para as mulheres negras e implica, portanto, que o feminismo negro afirme e estabeleça suas próprias agendas políticas e teórico-práticas.

O feminismo decolonial é outra perspectiva que critica a hegemonia do discurso feminista branco e do Norte, definindo a colonialidade no gênero como um sistema de opressão capitalista e racista. Segundo Lugones (2014), a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo e relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, constituindo as práticas cotidianas que tanto cuidam ou destroem o mundo.

Em vista disso, para Lugones (2014), o feminismo decolonial desafia as estruturas modernas do capitalismo, pensando outras formas de estar no mundo. A autora também aponta duas



dicotomias que os colonizadores europeus impuseram: a do humano e a do não-humano, respectivamente, europeus e povos originários e a do homem e da mulher com papéis generificados muito definidos. No exercício da colonização, as funções de gênero foram importantes instrumentos de dominação, afastando dos povos originários, por exemplo, as suas próprias noções de gênero, ancestralidade, família, religião, modo de vida e produção. Lugones (2014) argumenta que essa relação de apagamento da cultura nativa se faz presente ainda nos dias de hoje e propõe, portanto, uma reconexão e ressignificação dessas relações sob a ótica do não-moderno.

A ascensão de mulheres a postos de poder, relegando a outras mulheres as tarefas domésticas em regime de trabalho exploratório, não representa a liberação feminina de fato. O feminismo marxista e o feminismo da classe trabalhadora vêm atentar para essas questões. Uma das expoentes desse pensamento no Brasil, Heleieth Saffioti (2013), critica a precarização das mulheres no mercado de trabalho, sujeitas à insegurança, à informalidade e à baixa organização sindical, tendo o trabalho feminino tratamento subsidiário na formação econômica capitalista e salário apenas complementar. A autora também critica o trabalho não remunerado aos quais as mulheres são relegadas, como o trabalho doméstico, as funções de cuidado e de criação dos filhos, instrumentalizando ainda mais a acumulação de capital. Essas perspectivas corroboram o debate sobre as contradições entre reprodução social e produção capitalista presente na TRS.

Cabe ressaltar, nesse contexto, a relação intrínseca entre o trabalho doméstico e os contornos racistas, classistas e escravocratas que trabalhadoras, sobretudo mulheres negras, submetem-se no âmbito do trabalho de cuidado de outras famílias.

No Brasil, o trabalho doméstico assalariado ganhou direitos trabalhistas somente depois dos anos 2000, muito embora ainda mantenha sua estrutura de exploração.

Desde os anos 1980, a presença de mulheres nas ruas chamou a atenção para o caráter de gênero nas reivindicações vinculadas à luta pelo direito à cidade. A participação feminina nessas lutas influenciou diretamente a constituição de um debate sobre um feminismo de corte popular (HAYDEN, 2002), que se desenvolve a partir da experiência direta de mulheres que lutam para garantir o seu direito à moradia. Desse modo, o feminismo popular ampara-se, por exemplo, na luta das mulheres contra as remoções motivadas pela reestruturação urbana de cunho neoliberal.

Conforme HAYDEN (2002), o feminismo popular dedicou-se a pensar e desenvolver modelos urbanos capazes de reconfigurar os papéis de gênero, a fim de coletivizar o trabalho reprodutivo, invisível e não remunerado, como a cozinha, a lavanderia e o cuidado dos filhos, a partir da organização coletiva e do redesenho das infraestruturas da vida cotidiana. Segundo a autora (1999), esse tipo de feminismo, marcado na materialidade da cidade, vincula-se a um dos sentidos essenciais da luta feminista: o pessoal é político.

Em linhas gerais, a literatura discutida sobre os feminismos negro, marxista, decolonial e popular permite expandir a compreensão sobre as diversas manifestações de gênero a partir da transversalidade dos atributos de gênero, raça, sexualidade e classe social. Essas perspectivas de gênero dialogam com a TRS, na medida que trazem ao centro do debate as questões que envolvem a esfera privada da vida, o trabalho doméstico e as complexas matrizes de opressão vividas pelas mulheres no sistema capitalista, sobretudo em sua fase neoliberal.

### **2.3. LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES**

“Lideranças femininas populares” é um conceito que essa pesquisa propõe e que se refere a um sujeito político e histórico por natureza. Como tal, entende-se que as mulheres que desempenham papéis de lideranças são agentes sociais e políticos que reúnem o que Gramsci (1999) chamaria de consciência “em si”, “para si” e “para o outro”.

O processo de identificação das mulheres com a figura da liderança feminina popular trava uma ampla batalha, que exige, em primeiro lugar, “a compreensão crítica de si mesmo”, obtida através “de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois da política, atingindo, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, 1999, p.103-104), de forma a manter unidade entre teoria e prática não como um dado mecânico, mas como um devir histórico.

A liderança exercida por mulheres desafia papéis de gênero e se torna, entre outras coisas, uma questão de linguagem (VIGOTSKI, 2007). Segundo Vigotski (2007), o reconhecimento e a legitimação social apenas são possíveis se ocorrerem sobretudo nos domínios da linguagem e dos significados, pois, mesmo que a organização e a articulação comunitárias sejam desempenhadas majoritariamente por mulheres, nem sempre vêm acompanhadas de reconhecimento e legitimação por parte de seus pares nas lutas urbanas.

No contexto das lutas urbanas, as mulheres a que essa pesquisa se refere exercem papel de referência em seus territórios, sendo destacadas através da observação empírica de suas histórias pessoais de atuação, em geral, por meio de associações de base comunitária. De modo geral, essas mulheres se enquadram em

atributos raciais, culturais e econômicos de subalternização, motivando a sua organização para transformar o espaço que vivem. O que conduz a sua atuação é o desejo de justiça e concertação, endossados pela não aceitação da realidade urbana imediata, essencial à sua reprodução social e à dos seus pares.

Em termos marxistas, essas mulheres se enquadram na perspectiva de agentes sociais revolucionárias, e fazem do seu cotidiano uma história de luta e tomada de consciência permanente, reinventando uma práxis política (GRAMSCI, 1987). São sujeitas políticas porque saem da esfera privada da reprodução social, para uma atuação ampliada no conjunto das demandas sociais expressas no cotidiano de territórios populares. As suas atuações se efetivam em uma práxis política e espacial fundada na solidariedade e na luta por transformação, que se estende do sentido mais maternal e fraterno ao enfrentamento político em movimentos sociais.

Importante observar, no entanto, que o poder emanado na práxis espacial, social e política de lideranças femininas populares não possui o mesmo estatuto ontológico da relação de poder e liderança presente no imaginário social. Como sustenta Nunes (2018), isso se deve ao fato de as lideranças femininas populares situarem-se em lugares de subalternidade espacial, econômica, política e de gênero, de modo que orientam sua práxis em razão da urgência de transformar a realidade da vida cotidiana e assim subverter consolidadas e desequilibradas relações de poder.

Segundo Nunes (2018), o conhecimento por meio das questões que se expressam no conjunto da realidade urbana e da vida cotidiana transforma-se em ferramenta política capaz de produzir mudanças. Nesse sentido, o poder feminino em territórios populares se refere mais ao poder de transformação do que ao poder de dominação (poder simbólico, masculino, fálico,

dominante), de modo que esse termo (poder feminino) ganha uma dimensão para além da clássica compreensão que o termo propõe.

Em síntese, entende-se que a expressão lideranças femininas populares se refere às mulheres cujas trajetórias pessoais e políticas atestam o seu poder de mobilização/articulação comunitária e sua inserção em espaços coletivos de participação social e luta política, adotando como critério seletivo tanto a projeção de sua visibilidade e de seu reconhecimento social quanto o diálogo com o poder público e outras organizações da sociedade. São mulheres que, enquanto protagonistas de lutas urbanas baseadas em redes de apoio, rompem com os padrões que definem a feminilidade e subvertem o lugar do feminino na política, de modo a desestabilizar as relações de dominação-exploração estruturais. Por fim, a atuação de lideranças femininas populares se insere na perspectiva da transformação social e espacial dos seus territórios, constituindo-se, portanto, como agentes sociais revolucionárias (GRAMSCI, 1987, 1999; VIGOTSKI, 2007, NUNES, 2018).

## SÍNTESE TEÓRICO-CONCEITUAL

### CONCEITOS DO ESPAÇO

- **ESPAÇO ABSOLUTO:** Refere-se ao espaço euclidiano considerado como “absoluto” pelo pensamento filosófico. O espaço euclidiano se define pela homogeneidade que garante seu uso social e político. A redução ao espaço euclidiano e homogêneo abstrai as diferenças presentes no espaço social e lhe confere um poder temível. Essa redução conduz facilmente a uma outra: a redução da realidade concreta à esfera bidimensional, à planificação representada na folha de papel através de mapas, grafismos e projeções.
- **ESPAÇO SOCIAL:** É o espaço que abriga a vida cotidiana. É por meio do espaço social que a sociedade se reproduz, uma vez que o indivíduo só tem sentido e existência quando considerados seus prolongamentos: o espaço que atinge e que produz. As pessoas refletem as modificações que produzem no espaço social (LEFEBVRE, 1992[1974]).
- **ESPAÇO ABSTRATO:** É o espaço de dominação produzido pelas elites do sistema capitalista. Através da via econômica unicamente não seria possível estabelecer relações entre pessoas e lugares particulares (lojas, cafés, cinemas, etc.). São necessários, também, discursos conotativos sobre esses lugares e consensos, de modo que esses locais sejam percebidos e respeitados como livres de problemas e tranquilos. Dessa forma, o espaço abstrato liga-se à troca (de bens e mercadorias) e depende mais do consenso do que qualquer espaço antes dele. O espaço abstrato se apresenta

como uma dualidade constitutiva: de um lado há a homogeneidade geométrica (a representação do espaço), e do outro há o fálico enquanto significante em sua razão dominadora (o espaço de representação). Dessa forma, o espaço abstrato se realiza por meio do apagamento das diferenças sociais e por isso se relaciona diretamente ao espaço fálico: ligado à produção de significados, o espaço fálico se une ao espaço abstrato por meio do desejo e da dominação – do corpo das mulheres, dos espaços de poder, etc. O espaço abstrato se equivale à lógica do trabalho abstrato de Marx, ao pressupô-lo como mercadoria (LEFEBVRE, 1992[1974]).

- **ESPAÇO FÁLICO:** O espaço, mesmo euclidiano e abstrato, não pode se esvaziar de pessoas completamente. O espaço abstrato reivindica um objeto verdadeiramente cheio e “absoluto”. Para tal, o fálico se presta a esse serviço, já que, metaforicamente, simboliza a força, a virilidade e a violência masculina. Na dimensão dos significados, o fálico se refere ao poder político e aos meios de repressão executados pela polícia, pelo exército e pela burocracia estatal. Na realidade material, o fálico se constata na verticalidade do espaço urbano. No plano simbólico, se coloca como o sentido e a razão que faz nascer a prática espacial (LEFEBVRE, 1992[1974]).
  
- **ESPAÇO DIFERENCIAL:** O espaço diferencial é o oposto do espaço abstrato: é o espaço das diferenças, dos conflitos e dos opostos. O espaço diferencial se opõe ao espaço abstrato à medida que contesta a sua dominação pela economia de troca (valor de troca) e orienta sua razão de ser em direção ao valor de uso. Só as lutas de classes têm a capacidade

diferencial, ou seja, de produzir diferenças externas ao crescimento econômico e à lógica do sistema capitalista. A transformação revolucionária da sociedade demanda que a liberdade de uso e o direito existencial ao espaço sejam reafirmados para todos através de uma versão radical da práxis espacial (LEFEBVRE, 1992[1974]).

### **DIREITO À CIDADE**

Direito à cidade significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e de trocas. É um apelo e uma exigência que só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada e renovada. De tal modo, o direito à cidade não se constitui apenas por demandas de infraestrutura, equipamentos urbanos ou habitação social. Isso pode muito bem ser proporcionado sem que nenhuma ruptura ocorra em relação ao modo de produção capitalista e à maneira hierarquizante e segregadora como o espaço é produzido e apropriado (LEFEBVRE 2001[1968]; 2016[1973]).

### **PLANEJAMENTO RADICAL**

O planejamento radical teria como definição geral ser uma mediação para a transformação social, por intermédio da teoria e da prática. Enquanto os demais planejamentos alternativos seriam realizados pelo Estado, o planejamento radical estaria relacionado a práticas políticas radicais em territórios populares, comprometendo-se com práticas políticas que visem a transformação do sistema. A teoria é adaptada à prática contestatória considerando as especificidades reais onde se



realiza. O papel do planejador é atuar no sentido de criar oportunidades para a apropriação crítica da teoria por grupos organizados, sendo capaz de inserir a experiência em um referencial teórico e político, a fim de reelaborar a teoria a partir do aprendizado com a experiência concreta (FRIEDMANN, 1987).

### **PLANEJAMENTO INSURGENTE**

O Planejamento insurgente recolocaria os desafios do planejamento radical no contexto do capitalismo neoliberal global, através de práticas contra-hegemônicas associadas às lutas por cidadania, que se manifestam no sul global ou em comunidades marginalizadas. Os espaços convidados (*invited spaces*) são espaços institucionais de participação cidadã sancionados por autoridades e legitimados pelo governo ou por doadores. Os espaços “inventados” (*invented spaces*) são os espaços de ação coletiva que confrontam diretamente autoridades e desafiam a realidade urbana. Os espaços inventados seriam múltiplos e dinâmicos, e exercem a função de contestação política (MIRAFTAB, 2009).

### **TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS)**

A maioria das sociedades capitalistas constituíram-se através de relações sociais na qual o fardo do trabalho reprodutivo repousa desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto a produção e a compra de mercadorias concentram-se desproporcionalmente sobre responsabilidade dos homens, através da participação no trabalho assalariado (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

O trabalho reprodutivo se constitui historicamente como condição necessária para o funcionamento do modo de produção

capitalista. No interior da categoria marxiana de trabalho necessário localiza-se uma dupla dimensão: o social e o doméstico. O componente social do trabalho necessário estaria indissoluvelmente ligado ao trabalho excedente no processo de produção capitalista, enquanto o doméstico estaria vinculado ao trabalho reprodutivo exercido majoritariamente por mulheres em regime de trabalho não remunerado (VOGEL, 2013[1983]).

### **LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES**

A expressão “lideranças femininas populares” se refere a mulheres cujas trajetórias pessoais e políticas atestam o seu poder de mobilização/articulação comunitária e sua inserção em espaços coletivos de participação social e luta política, adotando como critério seletivo tanto a projeção de sua visibilidade e de seu reconhecimento social quanto o diálogo com o poder público e outras organizações da sociedade. São mulheres que, enquanto protagonistas de lutas urbanas baseadas em redes de apoio, rompem com os padrões que definem a feminilidade e subvertem o lugar do feminino na política, de modo a desestabilizar as relações de dominação-exploração estruturais. Por fim, a atuação de lideranças femininas populares se insere na perspectiva da transformação social e espacial dos seus territórios, constituindo-se, portanto, como a atuação de agentes sociais revolucionárias (GRAMSCI, 1987, 1999; VIGOTSKI, 2007, NUNES, 2018).

### **3. CAPÍTULO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse capítulo aborda os procedimentos metodológicos a partir de quatro seções. A primeira seção apresenta a abordagem metodológica da pesquisa (estudo exploratório com objetos empíricos). A segunda seção descreve as técnicas de pesquisa (entrevistas semiestruturadas e cartografias da ação social). A terceira seção relata a coleta e o tratamento de dados. A quarta seção explora as perspectivas analíticas adotadas. E a quinta seção apresenta o corpus de pesquisa. Por fim, a síntese teórico-conceitual.

#### **3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA**

A abordagem metodológica consiste em um estudo exploratório com objetos empíricos nas cidades de Porto Alegre e Rio de Janeiro. Esses objetos empíricos são representados por um conjunto de lideranças femininas populares que foram investigadas em cada uma das cidades. Para refletir o fenômeno da atuação das lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade, optou-se por realizar uma pesquisa de enfoque qualitativo a fim de aproximar o objeto de estudo à realidade urbana adjacente.

## 3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

Porto Alegre e Rio de Janeiro são exemplos de cidades que tiveram processos de planejamento popular e de lutas urbanas dos quais a autora teve proximidade durante a graduação e a pós-graduação. A cidade do Rio de Janeiro passou por um aprofundamento das remoções em função dos megaeventos da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), tornando-se um referencial importante nas lutas urbanas e no planejamento radical no Brasil. Enquanto Porto Alegre é nacionalmente reconhecida pelos seus instrumentos de participação popular (sobretudo o Orçamento Participativo).

Para examinar os objetos empíricos dessa pesquisa (lideranças femininas populares das cidades de Porto Alegre e Rio de Janeiro), por meio da teoria-método da produção do espaço de Lefebvre, optou-se por técnicas de pesquisa de enfoque qualitativo, através de entrevistas semiestruturadas e cartografias da ação social. A amostra de lideranças femininas populares entrevistadas em cada cidade foi construída a partir do método da bola de neve (*snowball*), mediante os seguintes critérios de seleção:

- FAIXA ETÁRIA
- IDENTIDADE DE GÊNERO
- RAÇA
- ESCOLARIDADE
- LOCAL DE MORADIA/ATUAÇÃO

\*diversidade de territórios populares: ocupações organizadas/orgânicas, vilas e favelas

- HISTÓRICO DE LUTA CONTRA REMOÇÕES
- VÍNCULO E/OU ARTICULAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

\*movimentos sociais, coletivos, fóruns, associações comunitárias, entidades e redes

- VÍNCULO E/OU ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

\*conselhos municipais/estaduais/federais, órgãos de representação de classe, câmara de vereadores, secretarias municipais, orçamento participativo e etc.

- OCUPA CARGO DE VEREADORIA

A técnica da *snowball* é uma forma de amostra não probabilística<sup>15</sup> utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente. Velasco e Díaz de Rada (1997) definem que a pesquisa de campo, em especial àquela aplicada em ambientes comunitários, é uma forma de investigação sociocultural que exige a utilização de procedimentos e normas que possibilitam a organização e a produção do conhecimento. Uma via para a execução desse trabalho de pesquisa em comunidades é a técnica da *snowball*.

A viabilidade da *snowball* é ressaltada por Albuquerque (2009) ao apontar que, devido à sua lógica não probabilística, é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que se constitui em fator da relevância para as pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas.

Alguns autores apontam que a *snowball* possui algumas desvantagens. Albuquerque (2009, p. 22) destaca que “[...] uma limitação (da técnica) se refere ao fato de que as pessoas acessadas pelo método são aquelas mais visíveis na população”, fato que, no entanto, não seria considerado uma limitação para esta pesquisa, mas fator de relevância, já que se pretende acessar lideranças comunitárias de territórios populares.

---

<sup>15</sup> A Amostra Não Probabilista é obtida a partir da fixação de algum critério de inclusão, e nem todos os elementos da população alvo têm a mesma oportunidade de serem selecionados para participar da amostra. Este procedimento torna os resultados não generalizáveis (BICKMAN & ROG, 1997).

Junto às entrevistas semiestruturadas (anexos 1 e 2), elaborou-se cartografias da ação social. Quanto às entrevistas, cabe observar, ante o propósito de criar um diálogo interno entre as falas, que essas provavelmente serão influenciadas por temas e observações que surgiram nas aplicações anteriores. No esboço preliminar da entrevista semiestruturada (anexos 1 e 2), criou-se um roteiro que permitiu às entrevistadas contarem suas histórias de vida, e assim abordar momentos chaves das suas trajetórias, como os primórdios do envolvimento nas lutas urbanas e a militância de base comunitária, além da participação em conselhos/fórums/instituições e etc.

Quanto às cartografias da ação social, destacam-se os escritos de Torres (2012) como importante instrumento teórico-prático. A autora (2012) aponta a necessidade de realizar cartografias que registrem as práticas espaciais presentes na vida cotidiana de territórios populares, com o objetivo de contestar a naturalização de silenciamentos e apagamentos de histórias não contadas/cartografadas. Segundo Torres (2012), deve-se valorizar a experiência social, a transformação do território em território usado, praticado e experienciado, de modo a capturar os momentos e movimentos da produção do próprio espaço. Para tal, junto às entrevistas semiestruturadas, serão realizadas perguntas que possibilitem traçar sobre uma base cartográfica do local de atuação/moradia da entrevistada, os seus deslocamentos e movimentações cotidianas, bem como as suas relações com e no lugar onde vivem.

As técnicas de pesquisa foram utilizadas da seguinte forma:

OBJETIVO	TÉCNICA DE PESQUISA
Descrever a prática espacial de lideranças femininas populares em seus territórios (espaço percebido)	Entrevistas semiestruturadas e cartografias da ação social
Identificar as motivações e formas de organização das lideranças na luta pelo direito à cidade (espaço vivido)	Entrevistas semiestruturadas
Analisar a relação de suas práticas com o planejamento urbano institucional ou radical (espaço concebido)	Entrevistas semiestruturadas e cartografias da ação social.

**Quadro 1.** Relação das técnicas de pesquisa utilizadas para a investigação dos objetivos específicos elencados.

### 3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

#### ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

O primeiro procedimento metodológico consistiu na listagem das lideranças femininas populares que foram entrevistadas. Para tal, utilizou-se a técnica “bola de neve” (*snowball*). Algumas fontes ‘primeiras’ consultadas, no contexto de Porto Alegre, foram: rede de amigos e colegas próximos; ONGs com as quais a autora tem proximidade e/ou articulação (exemplo: ONG Misturaí); movimentos sociais e coletivos (exemplo: MNLN, MLB e FNUR); ocupações urbanas organizadas (exemplo: Assentamento 20 de Novembro); grupos de extensão da UFRGS (exemplo: Grupo de Assessoria Popular do SAJU); fóruns e eventos em que a autora participou (exemplo: Urbanismo x Corona e Fórum Mulheres do Fórum Nacional pela Reforma Urbana); candidatas a cargos políticos nas eleições municipais de 2020 (exemplo: vereadora Karen Santos); o Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CEDS); a Themis e a Casa de Referência Mulheres Mirabal.

Uma vez identificadas as lideranças a partir dessas fontes 'primeiras', elas foram convidadas a participar da pesquisa. As que manifestaram interesse foram contatadas para que tivessem orientações e esclarecimentos sobre a pesquisa, e assim pudessem formalizar o seu interesse via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 2). Nesse contato inicial, feito via WhatsApp, foram explicados os objetivos da pesquisa e o conteúdo prévio da entrevista semiestruturada (anexo 1).

Também nessa fase, foram coletados, em bases oficiais, dados secundários de caráter quantitativo para traçar um panorama socioeconômico dos objetos empíricos. Foram consultados, no âmbito de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, IBGE (censo 2010), DataRIO, DataSUS, DataPOA, ObservaPOA, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Labgeo UFRGS e o Projeto de Pesquisa "Determinantes sociais da saúde em debate: um estudo sobre as lideranças femininas nas favelas do Rio de Janeiro" coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nilza Rogéria de Andrade Nunes (PUC-RIO).

O tratamento dos dados foi realizado (1) por meio da gravação das entrevistas, da decupagem e transcrição do áudio e (2) da elaboração de diagramas resultantes da aplicação da tríade da produção do espaço.

### **CARTOGRAFIAS DA AÇÃO SOCIAL**

Quanto às cartografias da ação social, essas foram realizadas junto às entrevistas semiestruturadas. Cada entrevistada respondeu a questões sobre a sua vida cotidiana e sua práxis espacial. Essas perguntas possibilitaram traçar, sobre uma base cartográfica do local de atuação/moradia da entrevistada, os seus deslocamentos



e movimentações cotidianos, bem como as suas relações com o lugar em que vivem.

Por fim, o tratamento dos dados obtidos foi realizado por meio da diagramação e da graficação das cartografias, através do software de geoprocessamento ArcMap (ArcGIS) e do software de ilustração gráfica Illustrator (Adobe). O ArcMAP forneceu a base cartográfica enquanto o Illustrator permitiu graficar os desenhos, as setas, e as legendas de cada cartografia.

### 3.4 ANÁLISE DE DADOS

O trabalho de campo é fundamental porque permite alinhar teoria e prática. A cidade, em sua produção contraditória, apresenta possibilidades para a realidade e proporciona olhares pelos mais variados espectros. A **teoria crítica da produção social do espaço** é um método de análise que permite revelar realidades urbanas contra hegemônicas, e, por isso, merece esclarecimentos. Essa seção explora os fundamentos epistêmicos dos estudos críticos desde suas raízes no materialismo histórico-dialético de Marx, em oposição à linha empírico-analítico, até o debate sobre a lógica dialética presente na obra de Lefebvre.

A ideia moderna de crítica é derivada do Iluminismo e foi desenvolvida de forma mais sistemática nos trabalhos de Kant, Hegel e dos Hegelianos de esquerda (BRENNER, 2010). No entanto, assumiu uma nova significação no trabalho de Marx com o desenvolvimento da noção de crítica da economia política. Segundo Brenner (2010), Marx entendeu a crítica da economia política não só como uma crítica das ideias e dos discursos sobre o capitalismo, mas como uma crítica do capitalismo em si mesmo, e como contribuição à tentativa de transcendê-lo. Nessa concepção dialética, uma tarefa chave da crítica é revelar as contradições

existentes na totalidade historicamente específica formada pelo capitalismo.

Brenner (2010) destaca que o trabalho de Marx tem exercido grande influência no campo dos estudos urbanos críticos pós-1968, contexto que inspirou fortemente a produção intelectual de Lefebvre. O autor (2010) também destaca que, nesse contexto de efervescência intelectual, a concepção de teoria crítica se resumiu em quatro principais proposições:

- Insiste na necessidade pelo abstrato e em argumentos teóricos sobre a natureza dos processos urbanos no capitalismo;
- Considera o conhecimento das questões urbanas, incluindo perspectivas críticas, como sendo historicamente específica e mediada através de relações de poder;
- Rejeita formas de análise urbana instrumentalistas e que promovam a manutenção e a reprodução de formas urbanas excludentes e segregadoras;
- Concentra-se em prospectar possibilidades alternativas de produção do espaço (urbanismo), radicalmente emancipatórias e latentes nas cidades contemporâneas, ainda que sistematicamente suprimidas.

Vale ressaltar, conforme alerta Brenner (2010), como que o campo dos estudos críticos urbanos continua a evoluir e a se diversificar, seu caráter como teoria supostamente crítica merece ser submetido a um escrutínio cuidadoso e à discussão sistemática, pois os significados e modalidades de crítica nunca podem ser mantidos como constantes. Como indica o autor (2010), deve-se avaliar continuamente a evolução de geografias políticas e econômicas desiguais junto aos diversos conflitos que a produção capitalista e sua reestruturação produtiva desencadeiam.

Em relação à teoria-método da produção do espaço, cabe destacar a literatura de Lefebvre (1991[1969]) sobre a realização do conhecimento pressupor a separação analítica dos elementos de determinado fenômeno a ser conhecido, com o objetivo único de uni-los novamente pela razão. Segundo o autor (1991[1969]), o erro do entendimento não é criar essas oposições, porque isso seria sua

função. O erro apenas ocorre quando há paralisação do movimento do conhecimento, uma vez que, ao cessar, os opostos e as contradições conservam-se isolados e separados, quando, na verdade, a “análise deles deveria oferecer precisamente a ocasião para captar sua unidade racional” (LEFEBVRE, 1991[1969], p. 233).

De tal modo, pode-se resumir as regras práticas do método dialético baseado em Lefebvre a partir das seguintes premissas (LEFEBVRE, 1991[1969]):

- Dirigir-se diretamente ao fenômeno: análise objetiva;
- Apreender o conjunto das conexões internas: o desenvolvimento e o movimento próprio;
- Apreender os momentos contraditórios: o fenômeno como totalidade e unidade dos contraditórios;
- Analisar a luta, o conflito interno, o movimento e a tendência;
- Tudo está conectado: uma interação insignificante pode tornar-se essencial;
- Captar as transições: dos aspectos, contradições e transições no devir;
- Sempre aprofundar o conhecimento que vai do campo até essência mais profunda;
- Penetrar sempre mais profundamente na riqueza do conteúdo;
- Em certas fases do próprio pensamento, deverá se superar, modificar sua forma, ou retomar seus momentos superados.

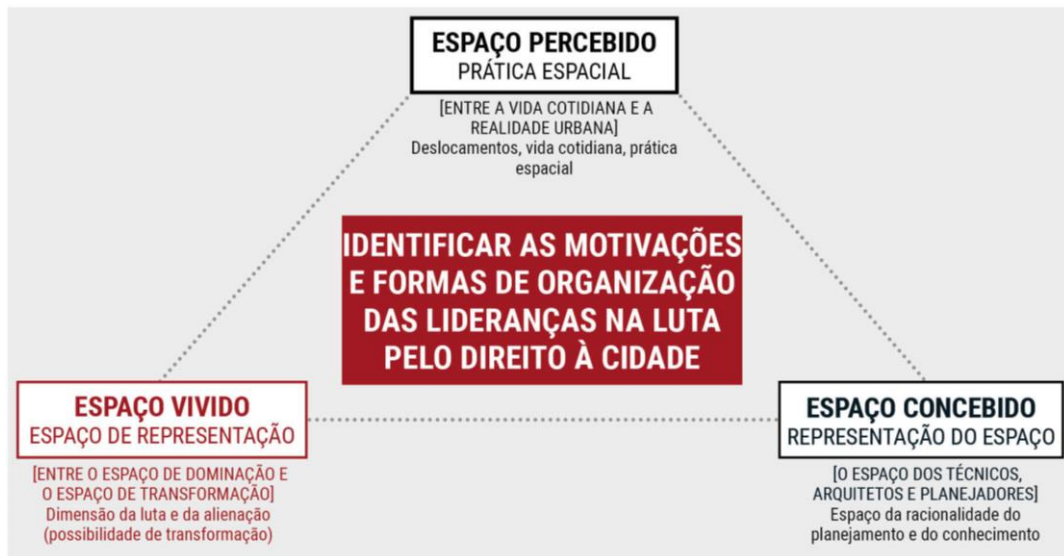
A teoria crítica baseada em Lefebvre enfatiza uma separação entre o presente (real) e o possível (virtual), de modo que a sua função não se limita em apenas investigar as formas de dominação do capitalismo. Também busca escavar as possibilidades emancipatórias que estão presentes na realidade concreta e que se encontram suprimidas pelo sistema capitalista. Na mesma linha, Brenner (2010, p.24) enfatiza que essa perspectiva também envolve uma “busca por um elemento revolucionário”, ou seja, “encontrar um agente de mudança social radical que pudesse concretizar as possibilidades desencadeadas, ainda que suprimidas pelo capitalismo”.

Por fim, retoma-se a tríade da produção do espaço vinculando-a aos objetivos específicos da pesquisa. Mesmo que associada diretamente a uma dimensão da tríade, cada objetivo específico se relaciona dialeticamente com os demais, pois constitui uma unidade dialética contraditória.



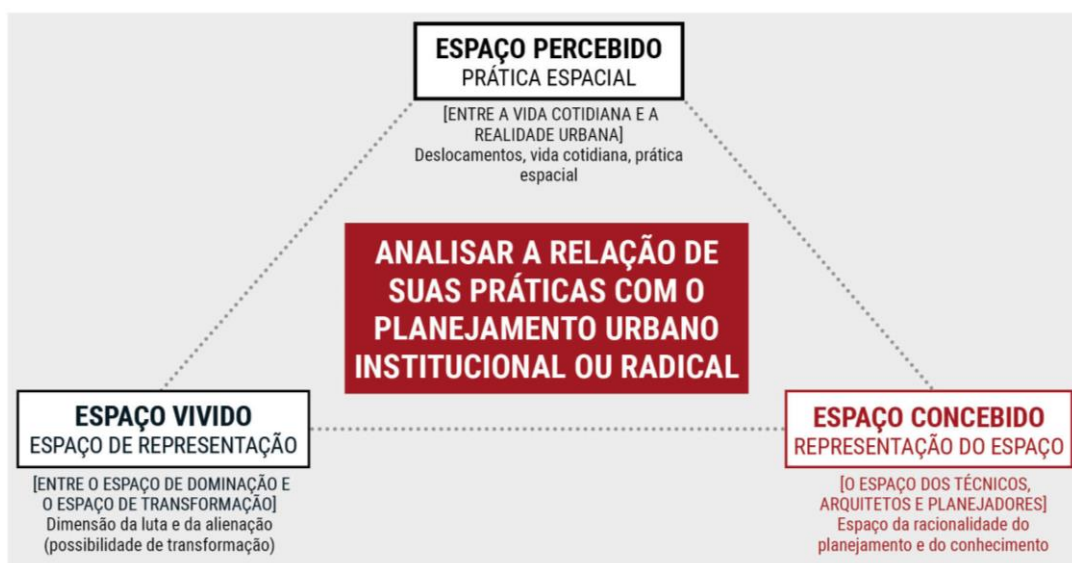
**Diagrama 2.** Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre: Objetivo 1 (vincula-se ao espaço percebido). Fonte: elaboração própria com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019).

A prática espacial (espaço percebido) designa a dimensão material da atividade e das interações sociais. Denota o sistema resultante da articulação e da conexão de elementos ou atividades. Em termos concretos, pode-se pensar como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana, o deslocamento diário entre casa e local de trabalho e o processo de produção material.



**Diagrama 3.** Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre: Objetivo 2 (vincula-se ao espaço vivido). Fonte: elaboração própria com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019).

O espaço de representação (espaço vivido) é a experimentação do espaço pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana. O espaço de representação é o espaço dos símbolos, das imagens e trata, portanto, da sua dimensão simbólica. Os símbolos do espaço podem ser tomados tanto da natureza, como as árvores, quanto de artefatos, como prédios e monumentos. Eles podem também se desenvolver a partir da combinação de ambos, como, por exemplo, nas paisagens.



**Diagrama 4.** Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre: Objetivo 3 (vincula-se ao espaço concebido). Fonte: elaboração própria com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019).

A representação do espaço (espaço concebido) é o espaço dos arquitetos, urbanistas, geógrafos, planejadores, engenheiros, cientistas sociais, etc. As representações do espaço ocorrem através de imagem, planos e desenhos, de modo que também o definem. Uma representação espacial pode ser substituída por outra, desde que mostre similaridades em alguns aspectos e diferenças em outros. Representações do espaço emergem ao nível do discurso, como descrições, definições e teorias do espaço. Lefebvre (1992[1974]) considera mapas, plantas e informações em fotos e signos como elementos da representação do espaço.

### **3.5 CORPUS DE PESQUISA**

#### **ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS E CARTOGRAFIAS**

O contato com as lideranças femininas populares ocorreu por WhatsApp via telefone pessoal da entrevistada. A exceção foram as vereadoras (Monica e Karen), em que a autora entrou em contato, também por WhatsApp, com membros das suas respectivas assessorias parlamentares.

No início de cada entrevista, questionou-se a preferência por revelar ou não a identidade na pesquisa. Caso optassem por não revelar, informou-se que poderiam ser referenciadas através de um código alfanumérico. Foi unânime entre as entrevistadas a preferência por utilizar os nomes ou apelidos na pesquisa. Em razão de a maioria das entrevistadas possuírem apelidos, e por serem através desses apelidos que são reconhecidas nos territórios populares que moram e atuam, optou-se por utilizar os seus apelidos como referência ao longo do texto dessa pesquisa. A escolha também se deve ao fato de algumas entrevistadas manifestarem a preferência pelo apelido ao invés do nome.

A seguir serão apresentados dois quadros sínteses das entrevistadas em relação aos critérios de seleção discutidos no capítulo 3.2. Dentre esses critérios, os de identidade de gênero (mulheres trans) e diversidade étnica (mulheres indígenas) não foram atendidos. O motivo foi a dificuldade de articular contato com essas lideranças: tentou-se aproximação durante dois meses, via WhatsApp e ligação telefônica, com retornos incompletos das mesmas. Passado um mês, novas tentativas de contato foram realizadas sem que se conseguisse agendar as entrevistas. Pelo cronograma de pesquisa, optou-se por seguir a pesquisa empírica sem representantes desses critérios.

RIO DE JANEIRO											
CÓDIGO	LOCAL DE MORADIA/ATUAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	IDENTIDADE DE GÊNERO	RAÇA	ESCOLARIDADE	LUTA CONTRA REMOÇÕES	ARTICULAÇÃO COM ORG. DA SOCIEDADE CIVIL	ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	OCUPA CARGO DE VEREANÇA	CONTATO INICIAL	ENTREVISTA PRESENCIAL OU VIRTUAL?
PENHA	Vila Autódromo	60-70	Mulher cis	Negra	Ensino Fundamental	Sim	Sim	Sim	Não	WhatsApp	Virtual
LUCIA	Complexo de favelas do Alemão	50-60	Mulher cis	Negra	Ensino Superior	Não	Sim	Sim	Não	WhatsApp	Virtual
ANGELA	Quilombo das Guerreiras e Ocupação Vito Giannotti	40-50	Mulher cis	Negra	Ensino Médio	Sim	Sim	Sim	Não	WhatsApp	Virtual
ZICA	Vila Aliança, no bairro Bangu	80-90	Mulher cis	Negra	Ensino Superior	Sim	Sim	Sim	Não	WhatsApp	Virtual
MONICA	Câmara de Vereadores e Favela da Maré	40-50	Mulher cis	Negra	Ensino Superior	Não	Sim	Sim	Sim	WhatsApp	Virtual

**Quadro 2.** Matriz relacionando as entrevistadas no município do Rio de Janeiro com os critérios de seleção elencados. Fonte: elaboração própria.

PORTO ALEGRE											
CÓDIGO	LOCAL DE MORADIA/ATUAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	IDENTIDADE DE GÊNERO	RAÇA	ESCOLARIDADE	LUTA CONTRA REMOÇÕES	ARTICULAÇÃO COM ORG. DA SOCIEDADE CIVIL	ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	OCUPA CARGO DE VEREANÇA	CONTATO INICIAL	ENTREVISTA PRESENCIAL OU VIRTUAL?
PRETA	Vila Boa Esperança	50	Mulher cis	Branca	Ensino Superior Incompleto	Sim	Sim	Sim	Não	WhatsApp	Presencial
MANA	Vila Planetário	50	Mulher cis	Negra	Ensino Médio	Sim	Sim	Sim	Não	WhatsApp	Presencial
KAREN	Câmara de Vereadores	35	Mulher cis	Negra	Ensino Superior	Sim	Sim	Sim	Sim	WhatsApp	Presencial
VERA	Vila Chácara do Primeiro	65	Mulher cis	Branca	Ensino Médio	Não	Sim	Sim	Não	WhatsApp	Presencial

**Quadro 3.** Matriz relacionando as entrevistadas no município de Porto Alegre com os critérios de seleção elencados. Fonte: elaboração própria.



## DADOS SECUNDÁRIOS

Os dados secundários discutidos na introdução foram obtidos nas seguintes bases de dados:

- Dados sobre o Déficit Habitacional Brasileiro, da Fundação João Pinheiro (FJP, 2019);
- Dados sobre violência do Atlas da Violência (IPEA, 2021);
- Dados do site Gênero e Número (<https://www.generonumero.media/>);
- Dados sobre publicações nos temas Gênero e Cidades obtidos nos anais dos Encontros Nacionais de Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR);

Os dados secundários apresentados no capítulo 4.1, sobre a cidade de Porto Alegre, foram obtidos nas seguintes bases de dados:

- Dados sobre número de casos e óbitos de COVID obtidos nos sites do DataSUS, DataPOA, ObservaPOA e Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- Mapas raciais de pontos de Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>;
- Censo Demográfico (IBGE, 2010);
- Bases cartográficas: Google Earth e LabGEO UFRGS;
- Dados sobre projetos municipais em curso obtidos junto a matérias de Jornais (Jornal Sul21, Brasil de Fato e Correio do Povo).

Os dados secundários apresentados no capítulo 5.1, sobre a cidade do Rio de Janeiro, foram obtidos nas seguintes bases de dados:

- Dados sobre número de casos e óbitos de COVID obtidos nos sites do DataRIO, DataSUS e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro;
- Projeto de Pesquisa “Determinantes sociais da saúde em debate: um estudo sobre as lideranças femininas nas favelas do Rio de Janeiro” coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nilza Rogéria de Andrade Nunes;
- Mapas raciais de pontos de Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>;
- Censo Demográfico (IBGE, 2010);
- Instituto Pereira Passos (IPP);
- Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS);
- Atlas do Desenvolvimento Humano (<http://www.atlasbrasil.org.br/>);
- Mapas de remoções dos megaeventos obtidos no site Memória das Olimpíadas (<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/>).

## 4. CAPÍTULO 4. CIDADE DE PORTO ALEGRE

O capítulo apresenta, na primeira seção, um panorama socioeconômico de Porto Alegre e alguns dados sobre a sua legislação e o seu planejamento urbano. O objetivo é traçar uma breve conjuntura das principais questões e atores sociais atuantes no município, de modo a elucidar, a partir das especificidades que constituem as suas desigualdades sociais, as diferenças e semelhanças em relação a cidade do Rio de Janeiro. Para tal, utiliza-se dados de bases oficiais do governo federal (IBGE), governo municipal (site da prefeitura) e dados do Observatório das Metrópoles (núcleo Porto Alegre). Na segunda seção, apresentam-se análises dos dados coletados junto às entrevistas semiestruturadas com as lideranças de Porto Alegre.

### 4.1 CONTEXTO E PANORAMA GERAL DA CIDADE

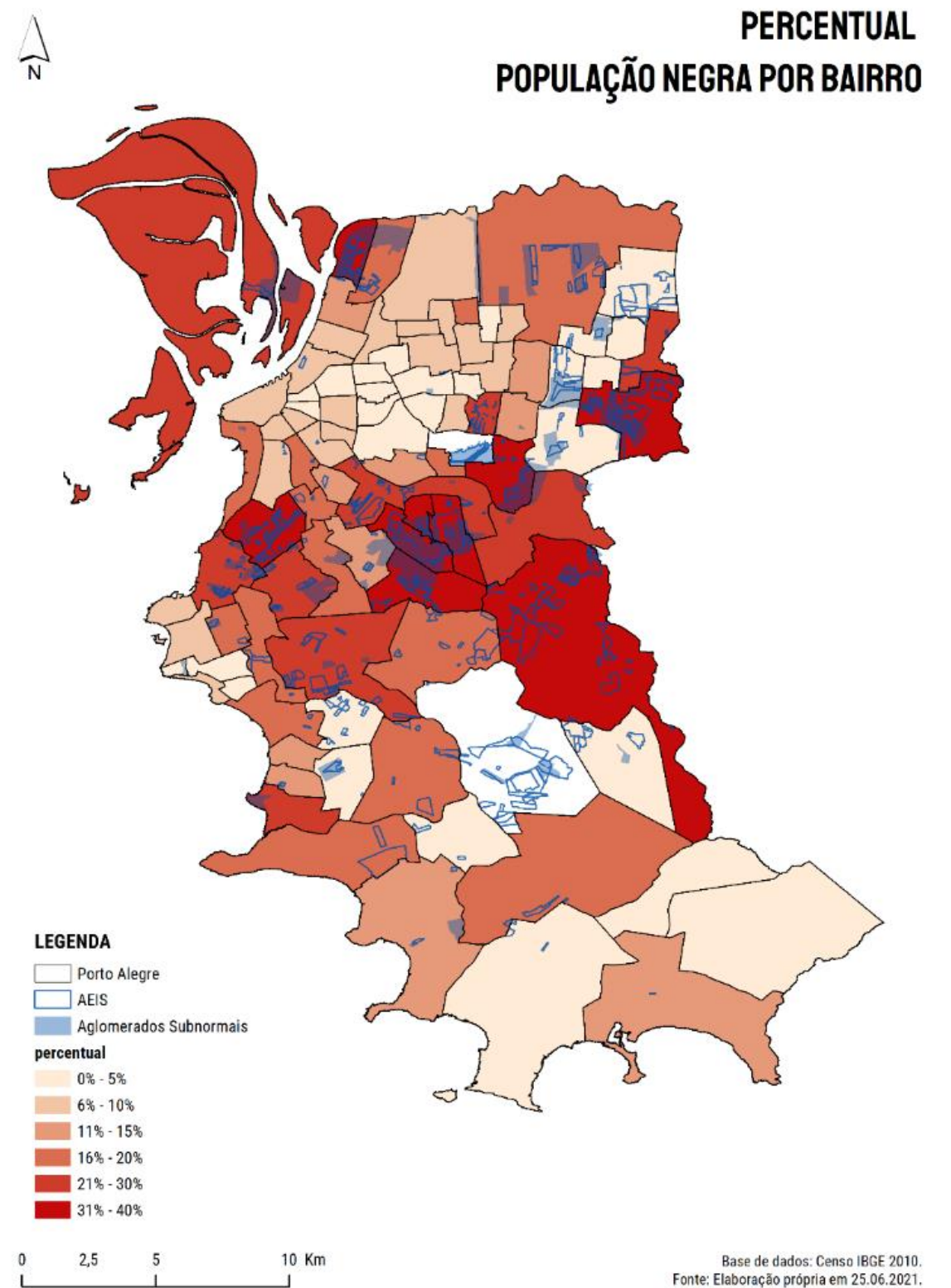
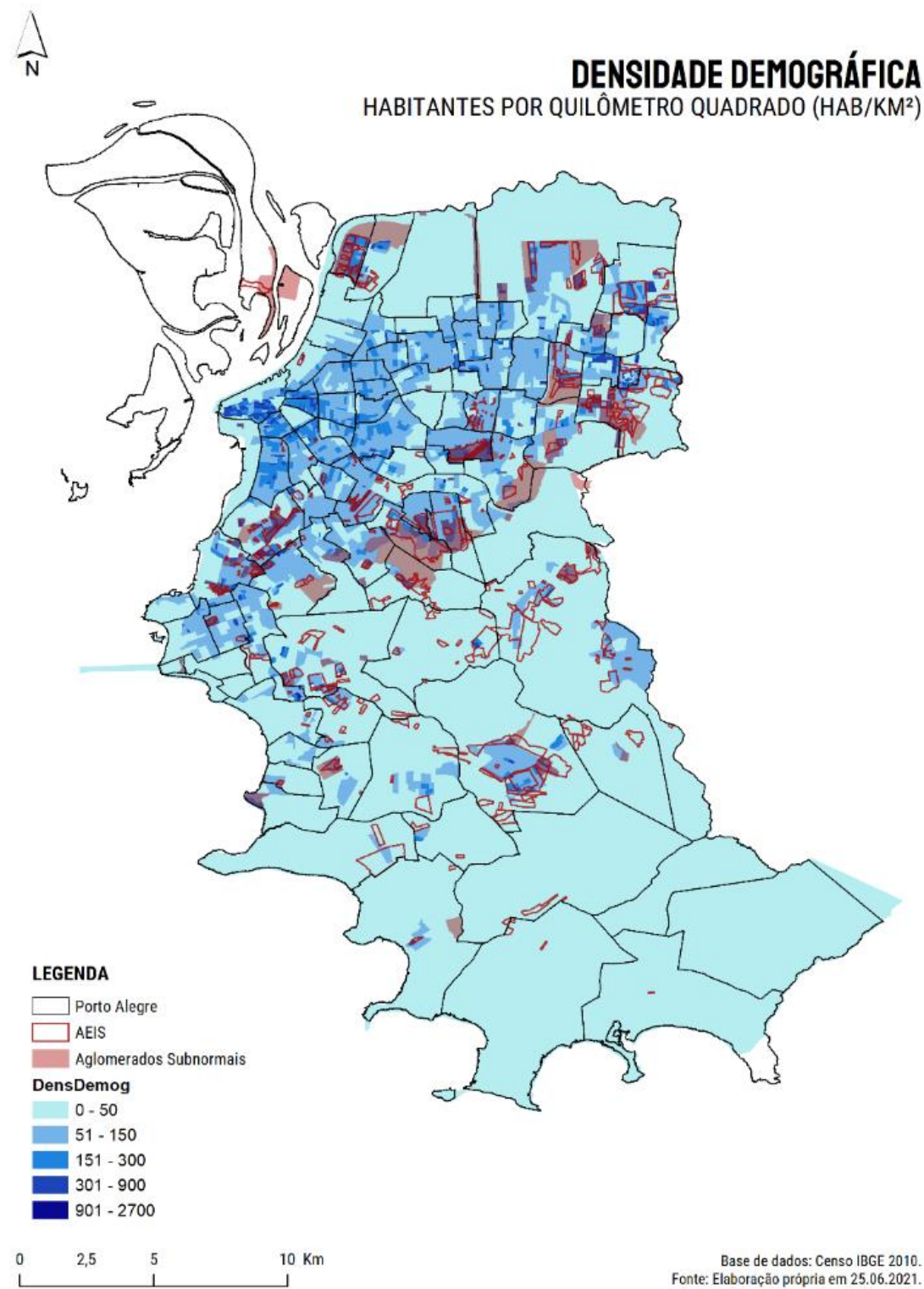
A cidade de Porto Alegre possui algumas características centrais que merecem destaque. Observando em retrospectiva, o período pós redemocratização contou com muitos avanços e conquistas populares no campo da reforma urbana em Porto Alegre (MARX; FEDOZZI; CAMPOS, 2022). As políticas urbanas executadas nesse contexto democratizaram a gestão municipal e tornaram Porto Alegre referência nacional e internacional, principalmente com os territórios populares podendo escolher prioridades por meio do Orçamento Participativo, mas também em outros Conselhos e Congressos da Cidade. A cidadania em geral e as classes populares foram incluídas na gestão pública, consagrando inovações democráticas com efeitos positivos na produção coletiva da cidade.

Cabe ressaltar, segundo Marx et al. (2022), que na esteira desses avanços ficaram evidentes os limites para implementar

políticas urbanas mais estruturais de alteração da lógica de ocupação e uso dos espaços urbanos e de propriedade da terra. Dentre esses limites, Marx et al (2022) destacam o desinteresse por parte da ação pública em relação às políticas de regularização fundiária e de construção habitacional.

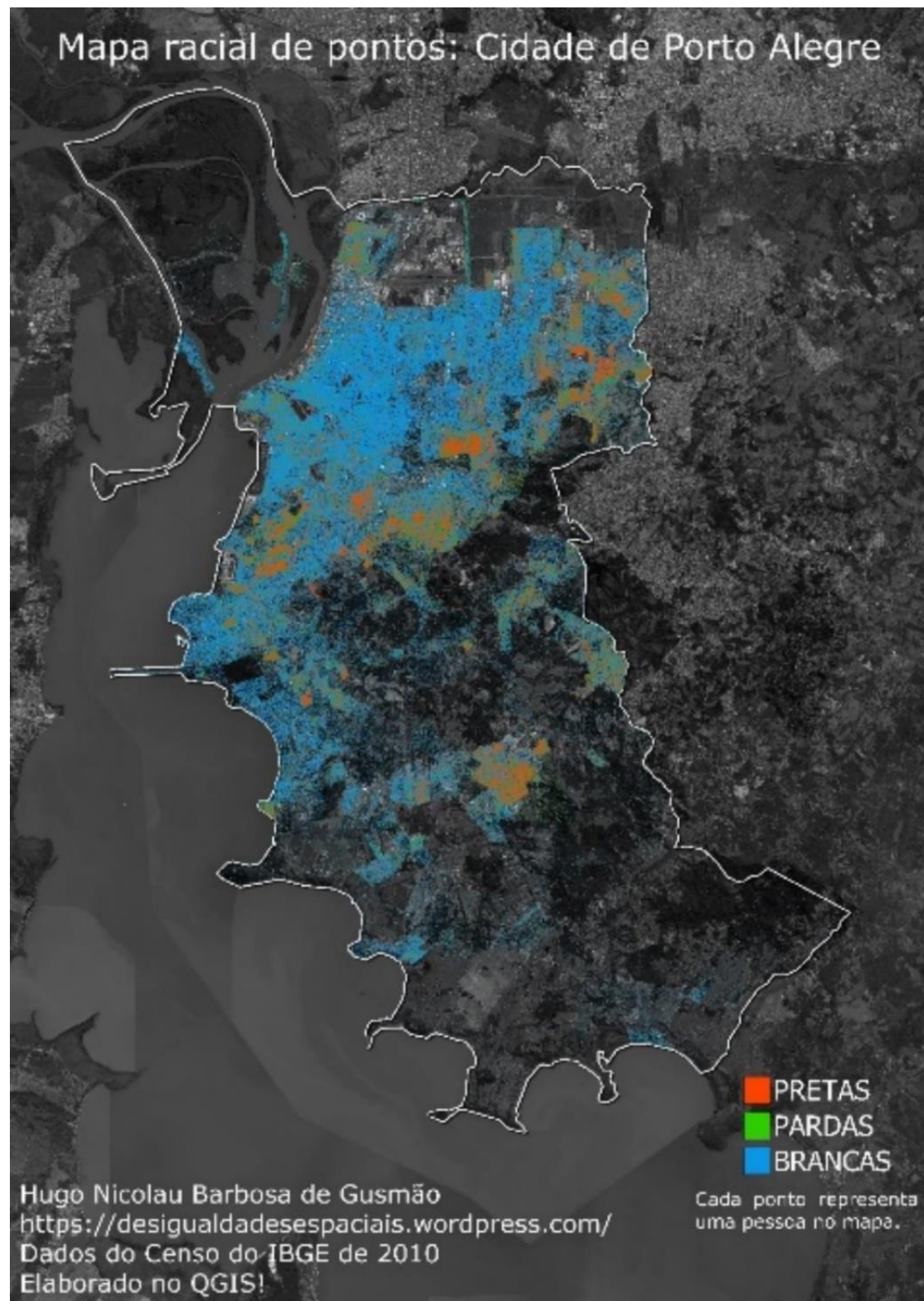
#### **4.1.1 Indicadores socioeconômicos de Porto Alegre**

A cidade de Porto Alegre tem um porte de metrópole e a sua população vem crescendo num ritmo lento há décadas, ao mesmo tempo que a sua economia se insere num quadro nacional de desindustrialização, precarização e periferização (FEDOZZI; SOARES, 2015). No que diz respeito à sua organização intra-urbana, Porto Alegre apresenta características populacionais conforme se vê nos Mapas 1 e 2, inseridos a seguir.

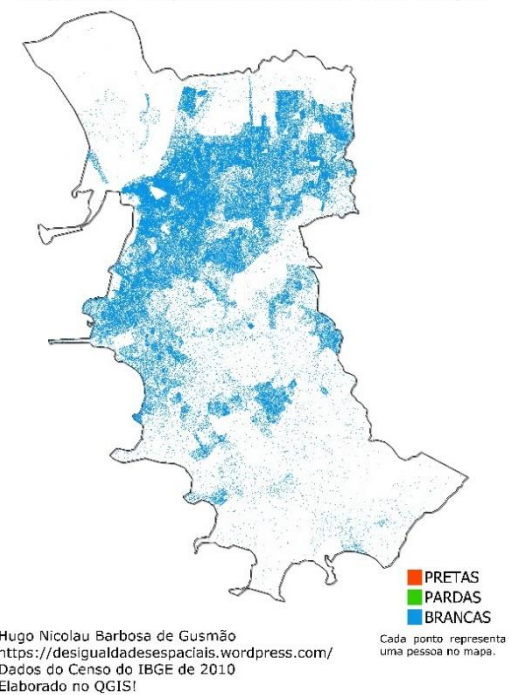


**Mapa 1.** Densidade demográfica por setor censitário em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.

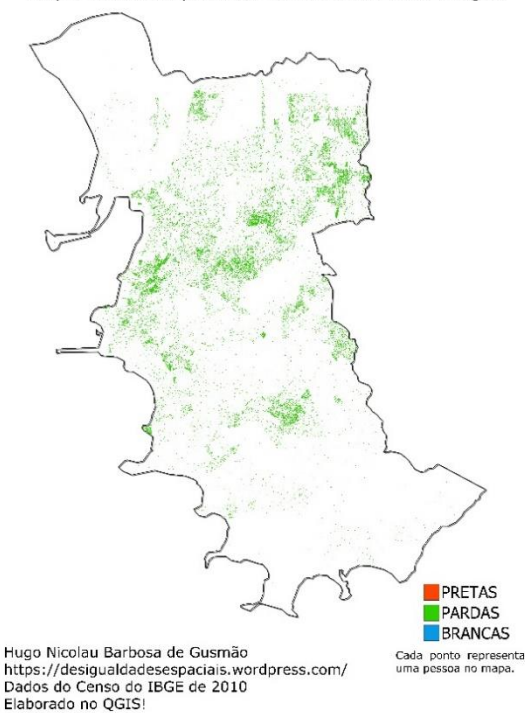
**Mapa 2.** Percentual de população negra por bairro em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.



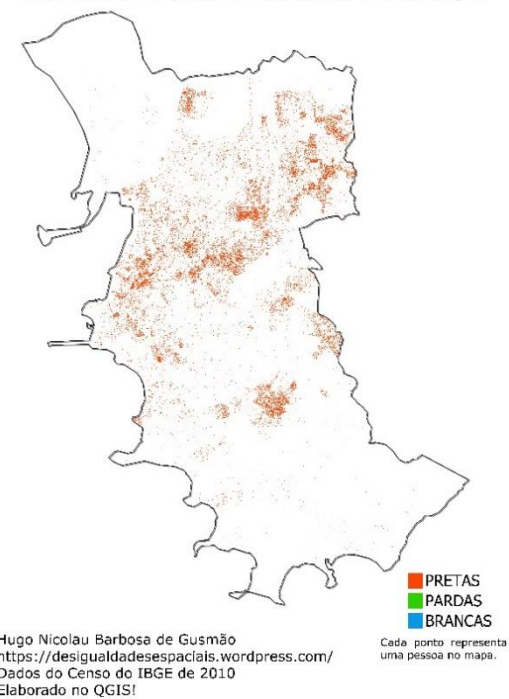
Mapa racial de pontos: Cidade de Porto Alegre



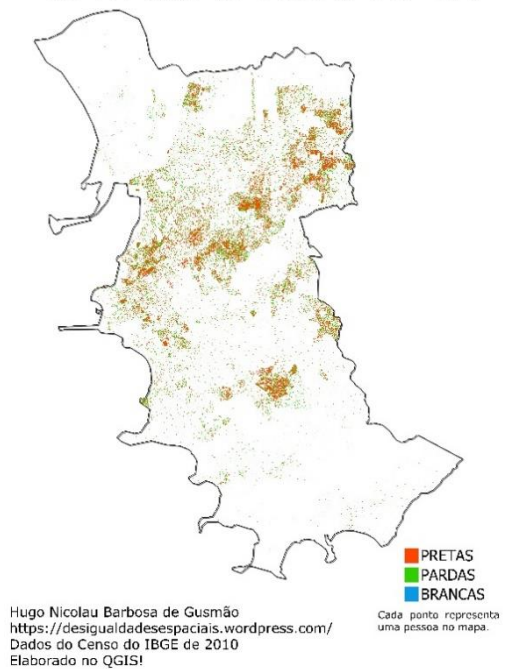
Mapa racial de pontos: Cidade de Porto Alegre



Mapa racial de pontos: Cidade de Porto Alegre



Mapa racial de pontos: Cidade de Porto Alegre

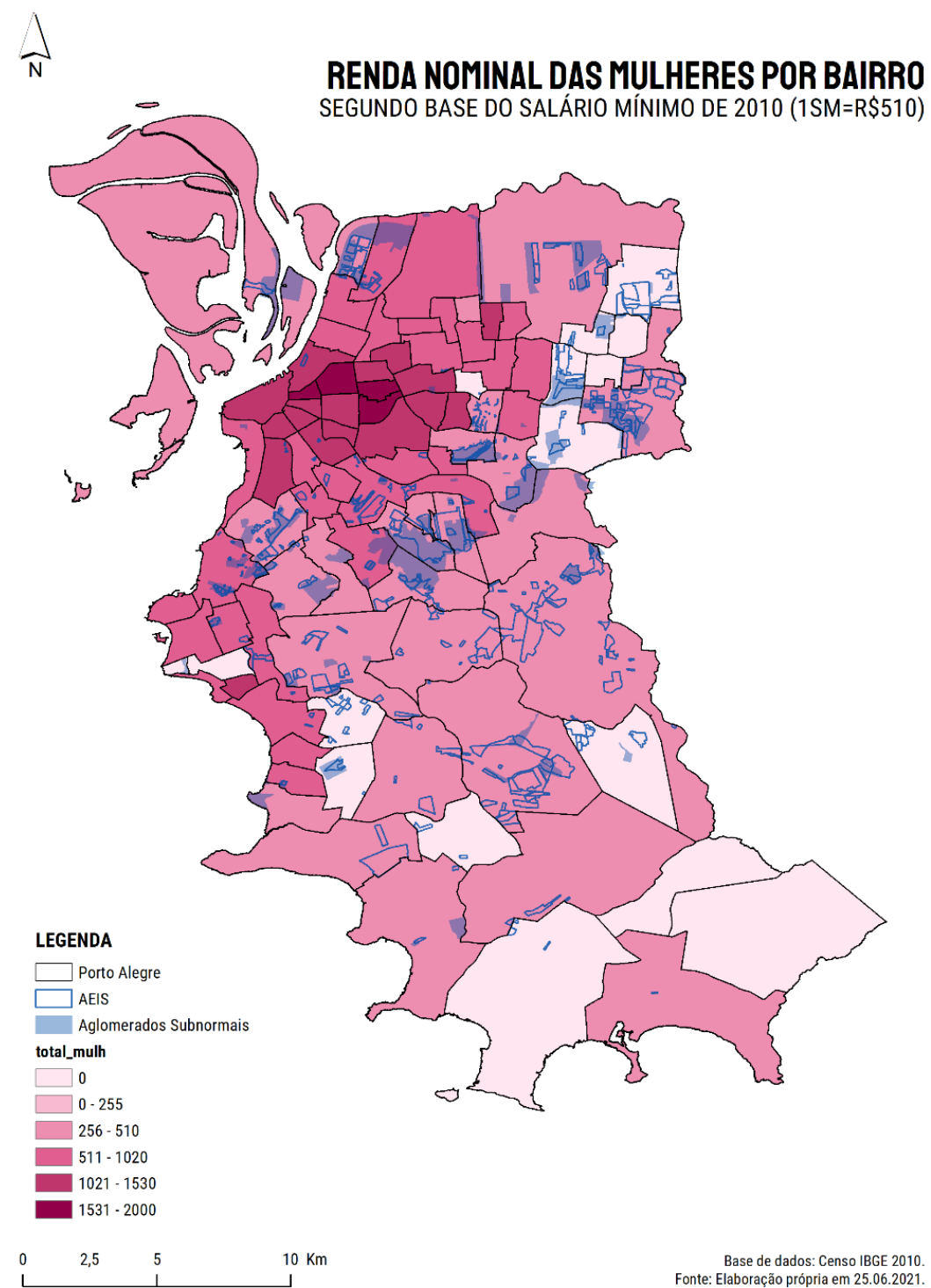
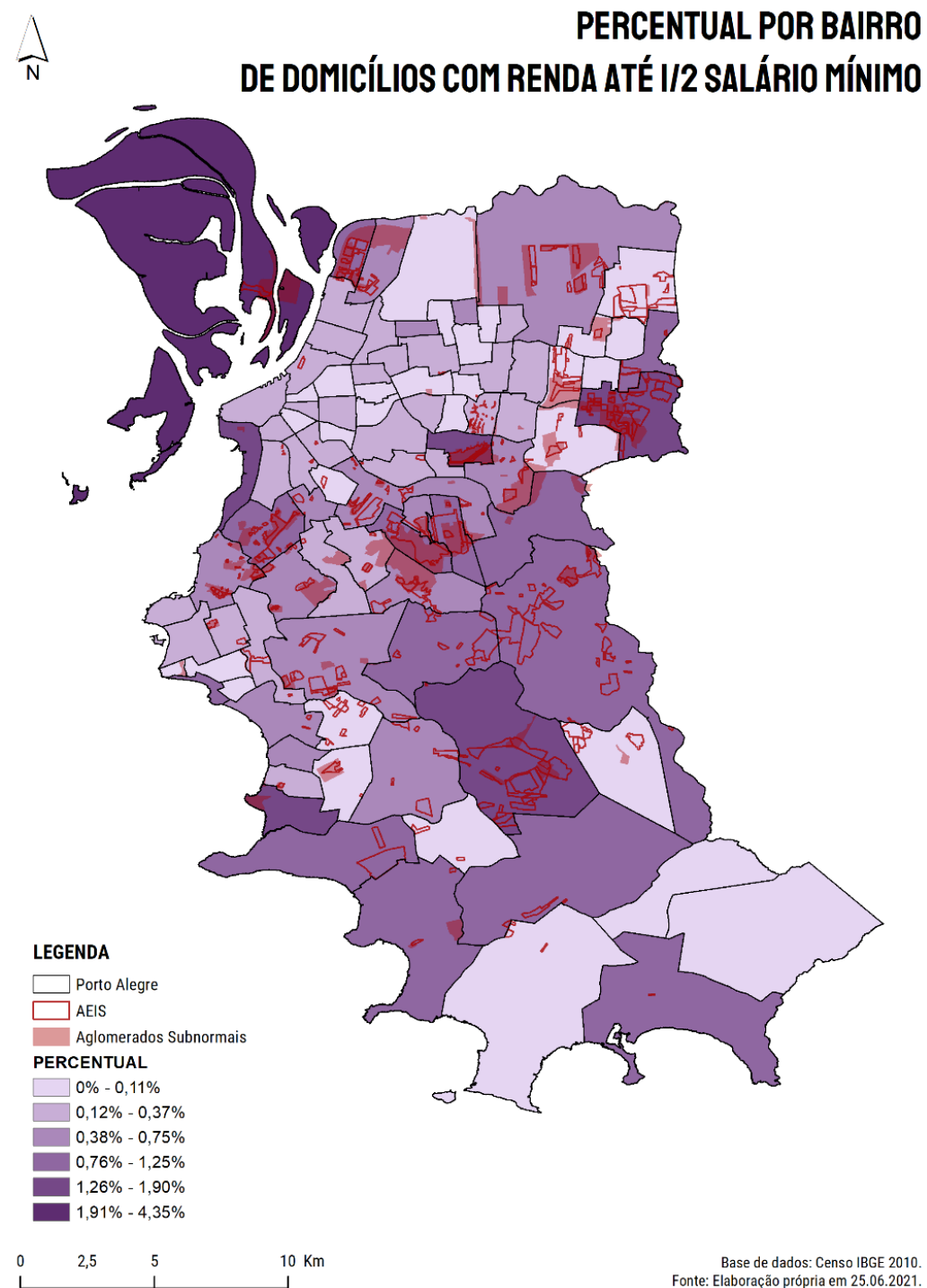


**Diagrama 5.** Mapas racial de pontos de Porto Alegre (cada ponto representa uma pessoa). Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>

Pode-se notar, no Mapa 1, que Porto Alegre não é uma cidade de grandes densidades demográficas e que a sua população de 1,5 milhões de pessoas se concentra sobretudo nos bairros centrais, onde há uma maior oferta de infraestruturas, empregos e serviços. Ainda no Mapa 1, verifica-se que são muitos os territórios populares cadastrados e as zonas especiais de interesse social nas periferias da cidade, o que indica uma quantidade expressiva de pessoas em condições vulneráveis. E se analisar com atenção a distribuição geográfica dos territórios populares cadastrados, percebe-se que esses formam uma espécie de “cordão” no sudeste da malha urbana. Esse “cordão” existe em razão do relevo da região, conformado por morros e declividades acentuadas.

O Mapa 2 apresenta dados da população negra (cerca de 20%) por bairro, e o Diagrama 5 apresenta mapas de pontos com a distribuição territorial da população negra, da população parda e da população branca. Percebe-se que as regiões de pobreza ou periferia identificadas no Mapa 1 coincidem com bairros predominantemente negros, o que é revelador do fato de que há um cruzamento entre as concentrações da população negra ou parda e as concentrações das condições de vulnerabilidade social.

São apresentados a seguir, nos mapas 3 e 4, uma representação do percentual por bairro de domicílios com renda até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e uma representação da renda nominal das mulheres por bairro, respectivamente. Essas representações indicam que a renda nominal das mulheres por bairro geralmente aumenta à medida que diminui, de bairro para bairro, o percentual de domicílios com renda até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Cabe destacar que a renda nominal das mulheres concentra os seus maiores valores nos bairros da região central, onde também se concentram as maiores densidades demográficas e as menores porcentagens da população negra da cidade.



**Mapa 3.** Percentual por bairro de domicílios com renda até meio salário mínimo em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.

**Mapa 4.** Renda nominal das mulheres por bairro em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.

Segundo dados do IBGE, o percentual da população de Porto Alegre com rendimento nominal mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo era de 25,6% em 2010 (IBGE, 2010). É bem possível que esse percentual tenha aumentado nos últimos anos. A taxa de desocupação chegou a 11,41% no ano de 2020 (primeiro ano da pandemia da Covid-19), havendo uma desocupação maior entre mulheres e jovens (PNAD, 2020). Ainda segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2020), no que diz respeito aos empregos, tem-se em 2020 cerca de 327 mil mulheres em empregos formais e cerca de 324 mil homens. Os empregos se concentram no setor de comércio e serviços e a remuneração média é maior entre os homens.

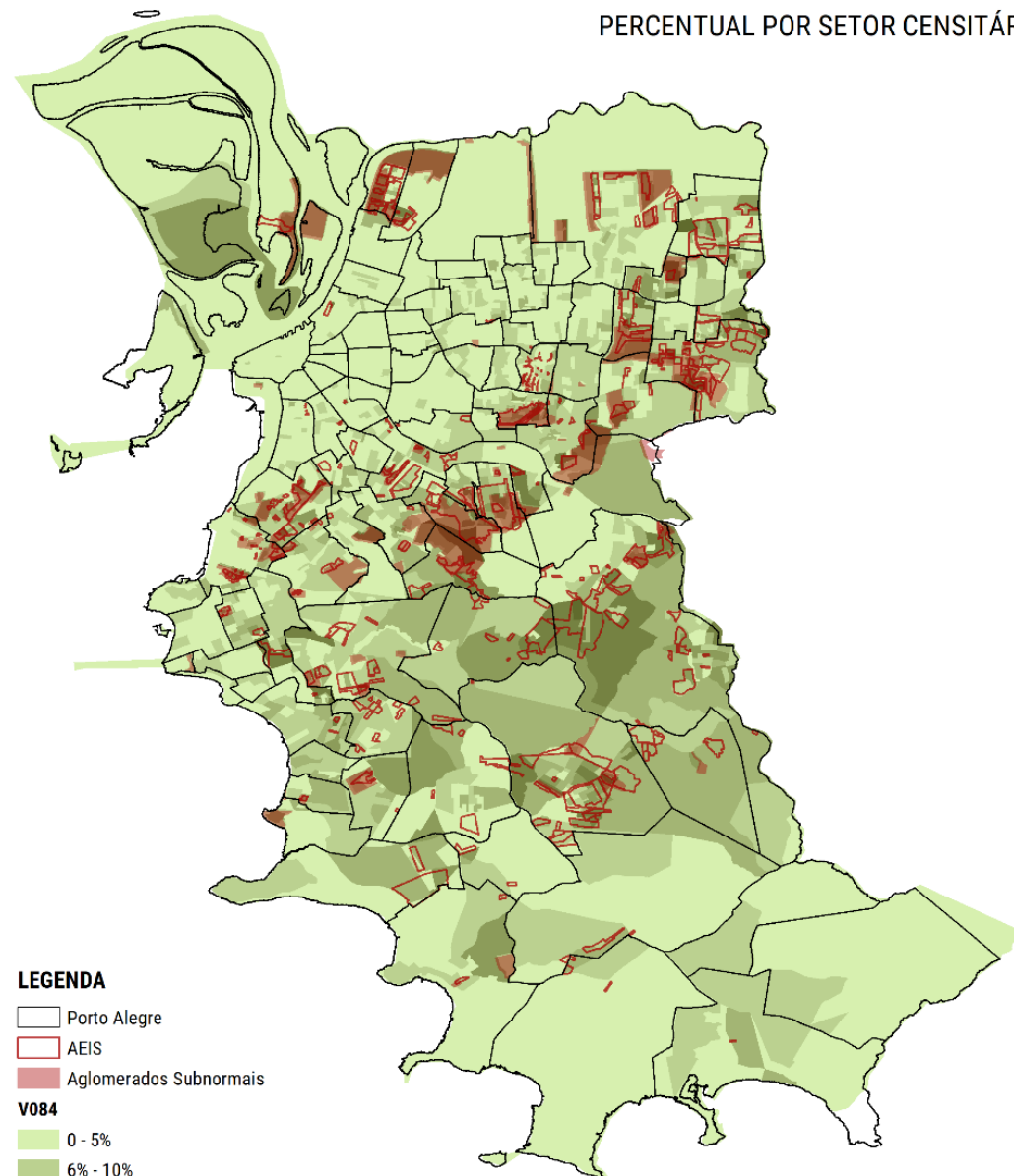
Mais adiante, nos mapas 5 e 6, pode-se ver os percentuais por setor censitário dos domicílios chefiados por mulheres ou homens sem chefia compartilhada. O que se nota nesses mapas é que a ausência de chefia compartilhada é maior nos bairros e territórios populares, que não há uma diferença acentuada entre o percentual de domicílios chefiados por mulheres sem chefia compartilhada e o percentual de domicílios chefiados por homens sem chefia compartilhada e que a chefia compartilhada é o padrão hegemônico entre os domicílios da cidade. Deve-se destacar, não obstante, que a chefia compartilhada não é necessariamente a chefia compartilhada entre um casal ou entre uma mulher e um homem.

O mapa 5 informa que as regiões com mais domicílios chefiados por mulheres sem chefia compartilhada chegam a ter de 20 a 30% de domicílios nessa situação. Esses números desvelam uma grande quantidade de mulheres que têm sobrecarregadas as suas responsabilidades, pois além da chefia das suas casas é recorrente que acumulem responsabilidades de trabalho, de cuidado de parentes e de atividades comunitárias.





### DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES COM ATÉ 4 MORADORES PERCENTUAL POR SETOR CENSITÁRIO

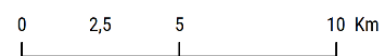


#### LEGENDA

- Porto Alegre
- AEIS
- Aglomerados Subnormais

#### V084

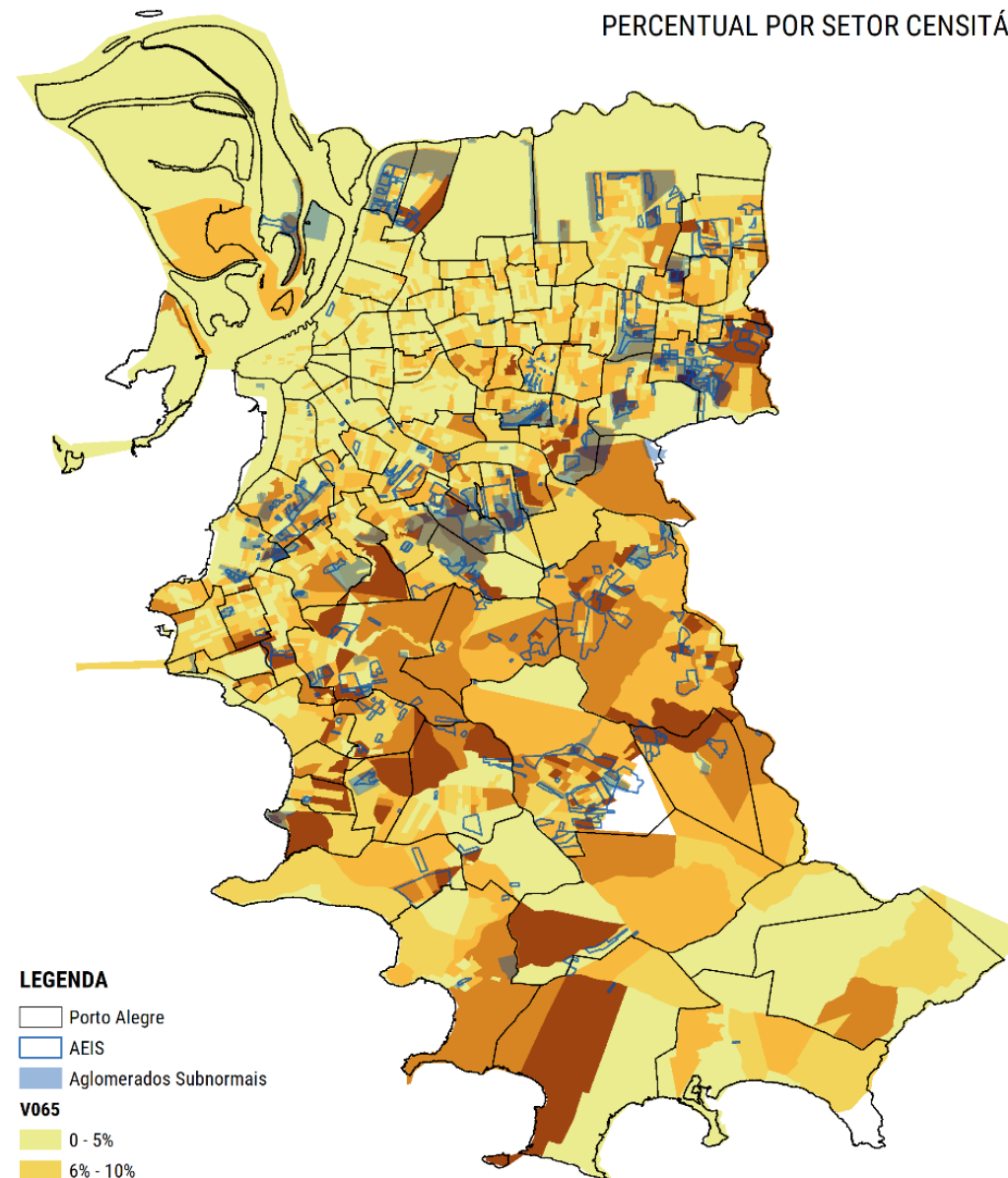
- 0 - 5%
- 6% - 10%
- 11% - 15%
- 16% - 20%
- 21% - 30%
- 31% - 50%



Base de dados: Censo IBGE 2010.  
Fonte: Elaboração própria em 25.06.2021.



### DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR HOMENS COM ATÉ 4 MORADORES PERCENTUAL POR SETOR CENSITÁRIO

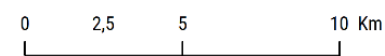


#### LEGENDA

- Porto Alegre
- AEIS
- Aglomerados Subnormais

#### V065

- 0 - 5%
- 6% - 10%
- 11% - 15%
- 16% - 20%
- 21% - 35%
- 36% - 50%



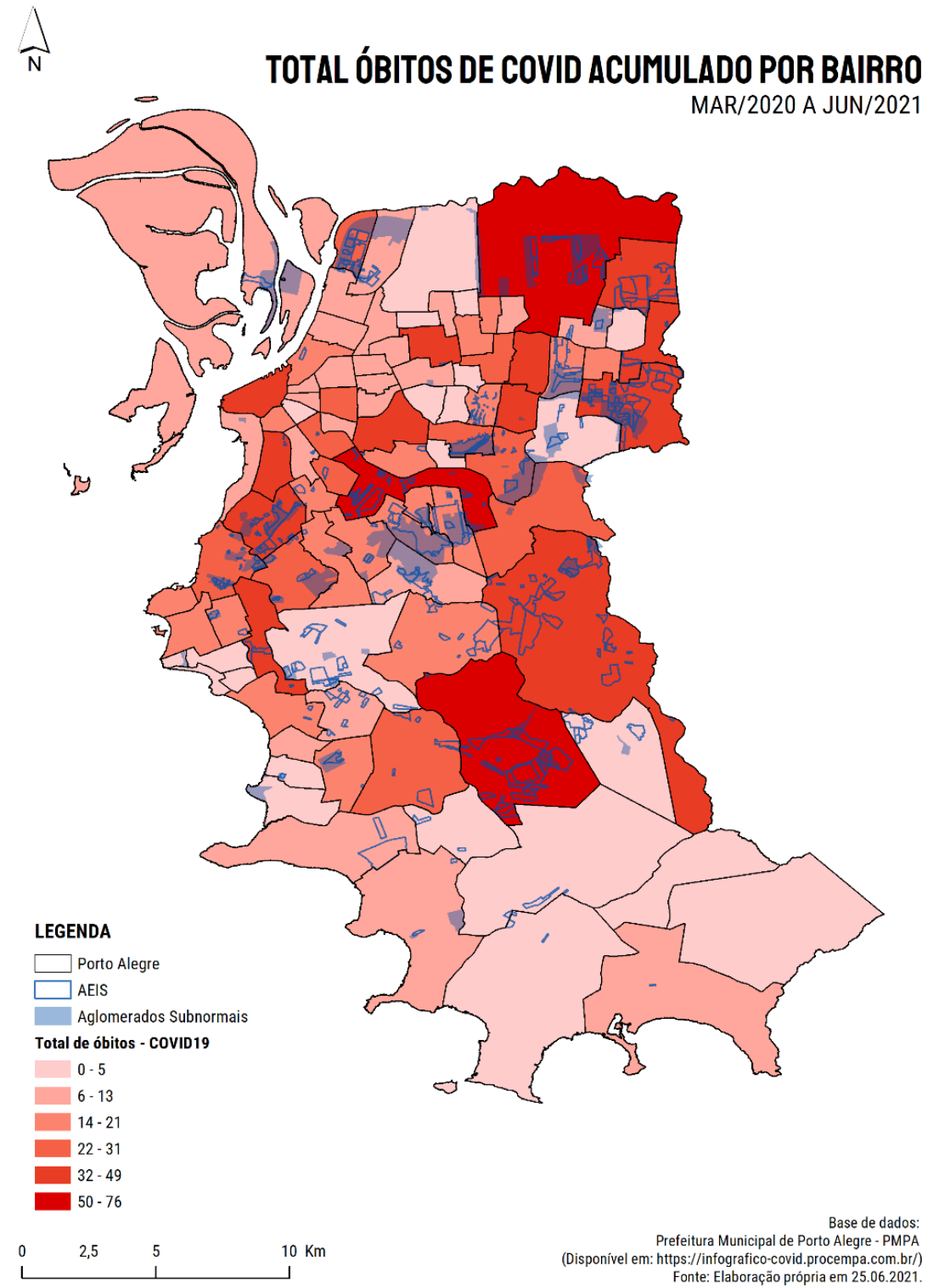
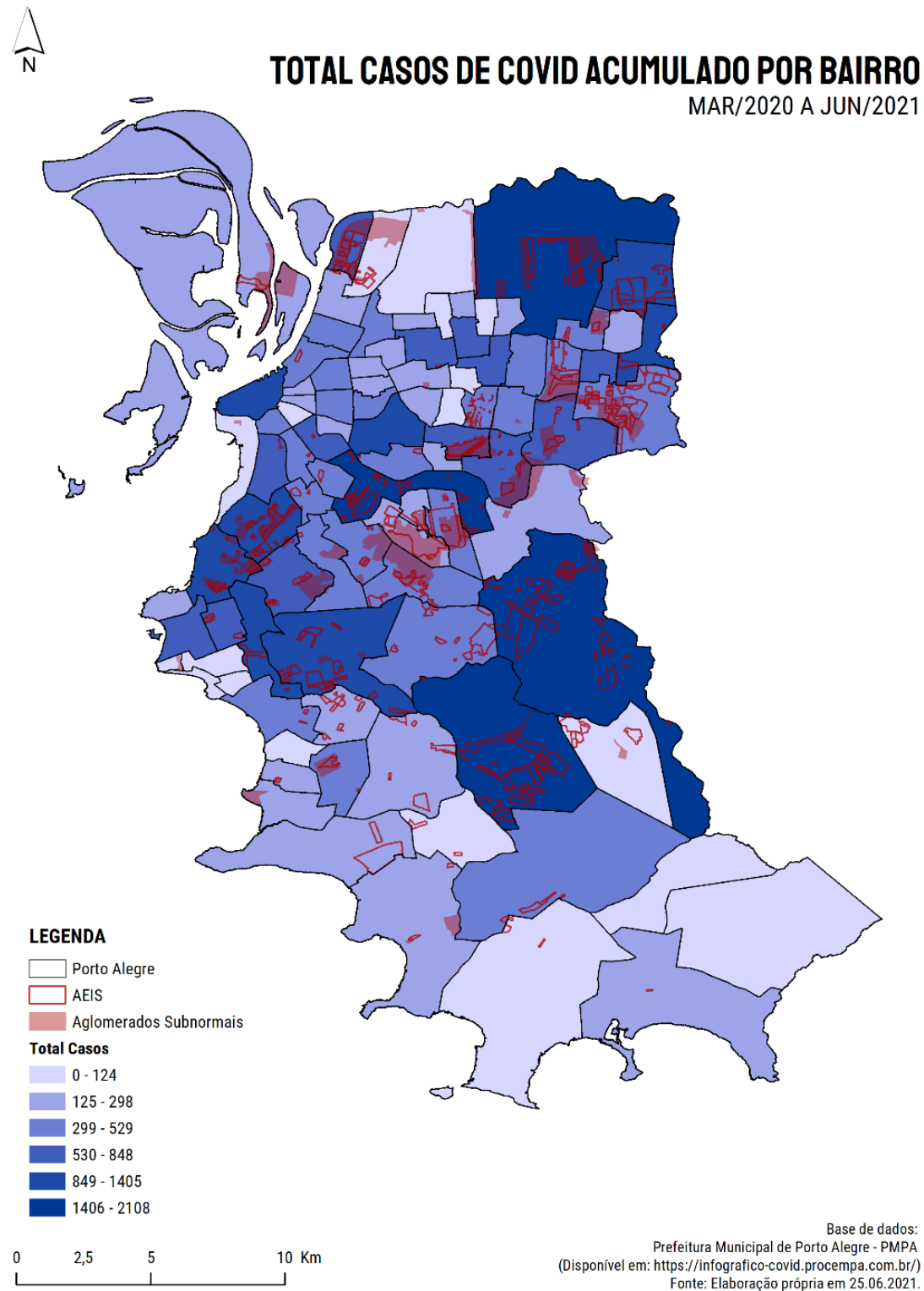
Base de dados: Censo IBGE 2010.  
Fonte: Elaboração própria em 25.06.2021.

**Mapa 5.** Domicílios chefiados por mulheres com até 4 moradores em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.

**Mapa 6.** Domicílios chefiados por homens com até 4 moradores em Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.

Os últimos mapas que compõem esse panorama geral de Porto Alegre são os mapas 7 e 8, inseridos mais à frente. Nesses últimos mapas tem-se um retrato de como a pandemia de Covid-19 atingiu a cidade. No Mapa 7, é apresentado o total acumulado de casos de Covid-19 por bairro, ao passo que no Mapa 8 é apresentado o total acumulado de óbitos de Covid-19 por bairro. Esses dados foram reunidos em meados de 2021 e não incluem, portanto, os casos e os óbitos posteriores à sua data de elaboração.

Convém notar, no que diz respeito aos mapas 7 e 8, que existe certa proporcionalidade entre casos e óbitos e que a pandemia concentra mais casos e mais óbitos geralmente nos bairros mais populosos. Não é um dado a desprezar, entretanto, que os bairros mais populosos frequentemente são bairros populares, de pessoas com pouco acesso a planos de saúde privados. Parece preciso constatar, pois, que se não há um grande salto nas quantidades de óbitos dos bairros de maior renda para os bairros populares, se deve a rede de saúde pública ter cumprido um papel decisivo, diante da pandemia, na proteção das populações mais vulneráveis.



**Mapa 7.** Total de casos de COVID-19 acumulados por bairro em Porto Alegre. Base de dados: PMPA. Fonte: elaboração própria.

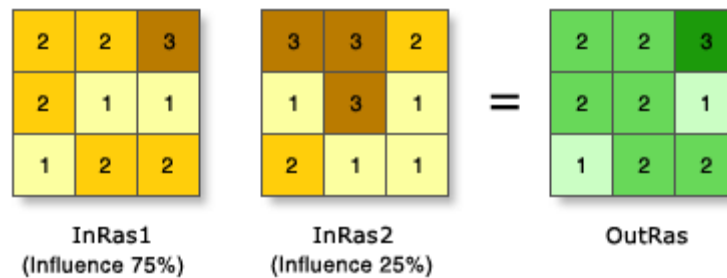
**Mapa 8.** Total de óbitos de COVID-19 acumulados por bairro em Porto Alegre. Base de dados: PMPA. Fonte: elaboração própria.

A apresentação dos dados socioeconômicos de Porto Alegre, através da espacialização dos seus indicadores, mostrou-se uma ferramenta de leitura da realidade muito importante. No entanto, para compreender mais profundamente as desigualdades sociais presentes na dinâmica urbana, optou-se pela realização de uma análise multicritério de alguns desses indicadores socioeconômicos. Os dados escolhidos para compor essa análise buscaram uma leitura interseccional da realidade urbana, onde gênero, raça e classe se articulam e se materializam na produção do espaço.

De tal modo, a análise multicritério articula os indicadores (1) de porcentagem da população negra por bairro, (2) de renda nominal das mulheres por bairro e (3) de porcentagem de domicílios com renda de até 1 SM (ano-base 2010) por bairro. Esse mapa síntese se baseia no método da **sobreposição ponderada**, que consiste em um tipo de análise das condições de determinado espaço com base em múltiplos critérios. A análise de sobreposição ponderada permite combinar, ponderar e classificar vários tipos diferentes de informações, a fim visualizar múltiplos fatores simultaneamente. Após o resultado da sobreposição ponderada (com mapa de saída em extensão *raster*), adicionou-se, através de uma sobreposição simples com transparência, a concentração populacional obtida através do dado de densidade demográfica por setor censitário.

A sobreposição ponderada foi realizada por meio do software *Arcgis 10.8* e das suas ferramentas *Reclassify* e *Weighted Overlay (Spatial Analyst Tools)*, em três etapas principais: na primeira etapa, os valores de cada indicador foram mapeados para uma escala de adequação comum, com o objetivo de comparar os diferentes tipos de informações; na segunda etapa, cada indicador elencado (População Negra, Renda nominal das Mulheres e Renda

domiciliar) recebeu um peso de importância distribuído equitativamente (ou seja, cada indicador equivale a uma cota de 33,33%); por fim, na terceira etapa, o valor de adequação é multiplicado pelo peso de importância e o resultado é um valor de sobreposição que aparece com uma simbologia de saída, conforme o exemplo abaixo.



**Figura 2.** Demonstração das etapas da sobreposição ponderada via *Reclassify* e *Weighted Overlay* (*Spacial Analyst Tools*) no *ArcGis 10.8*. Base de dados: ESRI. Disponível em: <https://doc.arcgis.com/pt-br/geoplanner/latest/documentation/find-the-best-place-using-weighted-overlay.htm>. Acesso: 12 de maio de 2023.

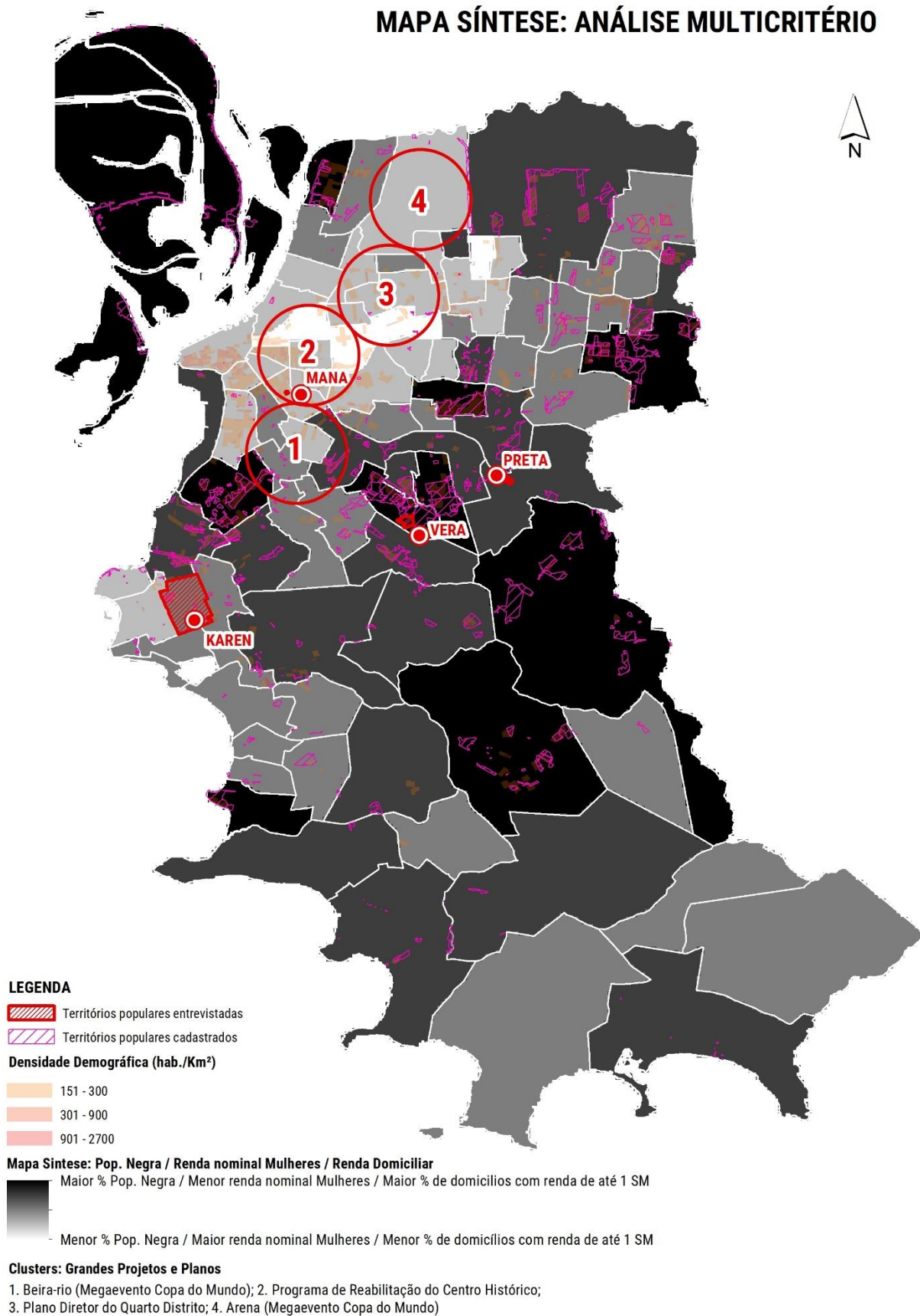
A análise multicritério da realidade urbana de Porto Alegre, apresentada abaixo, permitiu observar que os bairros e regiões com maior incidência de desigualdades interseccionais (maior porcentagem de população negra, menor renda nominal das mulheres e maior porcentagem de domicílios com até 1 SM) concentram-se na Zona Sul e Extremo-Sul, com destaque para os bairros Restinga e Ponta Grossa; na Zona Leste, com destaque para os bairros Bom Jesus, Lomba do Pinheiro, Coronel Aparício Borges, São José, Mário Quintana e Santa Teresa; na Zona Norte, com destaque para os bairros Farrapos, Sarandi e Rubem Berta; e no arquipélago de ilhas de Porto Alegre, também situado na Zona Norte. Analisando o mapa síntese, pode-se observar também que os bairros e regiões de maior incidência de desigualdades interseccionais englobam a maioria dos territórios populares cadastrados, evidenciando a dimensão espacial dessas desigualdades.

As regiões de menores desigualdades interseccionais se concentram na região central e na faixa perimetral adjacente, com destaque para os bairros Independência, Moinhos de Vento, Mont'serrat, Bela Vista, Boa Vista e Jardim Europa. Isoladamente, na Zona Sul, destaca-se os bairros Jardim Isabel, Tristeza e Vila Assunção.

Cabe observar, embora as maiores densidades demográficas de Porto Alegre se localizem na região central, a ocorrência de pontos de concentração populacional de média e alta densidade demográfica, conforme a escala do mapa, também junto aos territórios populares cadastrados.

Por fim, a área de concentração de grandes projetos e planos da cidade situa-se no entorno imediato da região central, em locais onde se percebe uma incidência menor de desigualdades interseccionais, em comparação com o resto da cidade.

## MAPA SÍNTESE: ANÁLISE MULTICRITÉRIO



**Mapa 9.** Análise multicritério dos indicadores socioeconômicos de Porto Alegre: densidade demográfica, população negra, renda domiciliar e renda nominal das mulheres. Base de dados: Censo Demográfico IBGE (2010). Fonte: elaboração própria.

#### 4.1.2 Os megaeventos sediados em Porto Alegre

Porto Alegre faz parte do conjunto das cidades brasileiras que receberam a Copa do Mundo de futebol masculino em 2014. Esse megaevento significou uma promessa de melhorias de infraestrutura que só foi cumprida parcialmente e com grandes atrasos.

Apesar dos atrasos e das expectativas não realizadas, o megaevento de 2014 em Porto Alegre foi um ponto de inflexão decisivo para as aspirações de “empreendedorismo urbano” (OLIVEIRA, 2013) dos dirigentes políticos locais e do setor imobiliário porto-alegrense. A preparação para a Copa do Mundo introduziu na agenda do poder público municipal a ideia de urgência de transformação urbana, nos moldes de uma “cidade-mercadoria” (VAINER, 2007), o que aparece num primeiro momento como mero *marketing* e mais tarde como um conjunto de obras novas.

De tal modo, cabe destacar as obras de ampliação do aeroporto Salgado Filho, a regularização de estádios de futebol conforme padrões internacionais, os avanços na infraestrutura hoteleira, a conclusão dos trechos 1 e 3 da nova orla do Guaíba e as intervenções no Cais Mauá. Muitas dessas obras foram planejadas e executadas após 2014, mas reproduzindo a agenda de adequação urbana aos moldes de uma “cidade-mercadoria” (VAINER, 2007).

Importante destacar que a realização desses megaprojetos em Porto Alegre foi frequentemente acompanhada de remoções forçadas e de um aprofundamento na segregação e exclusão social (SOARES, 2015). No que diz respeito às remoções forçadas, destaca-se os efeitos da ampliação do aeroporto Salgado Filho sobre a Vila Nazaré e a Vila Dique, como também os efeitos que as obras nos estádios da Arena do Grêmio e Beira-Rio desencadearam nas vilas



do entorno (Morro Santa Teresa, Avenida Tronco e Vila Santo André).

De todos os megaprojetos recentemente implementados em Porto Alegre, aquele que parece ter recebido uma melhor apropriação por parte da população é o da remodelagem da orla do Guaíba. Isso fica evidente quando se caminha ao longo da orla e se nota os novos espaços em pleno uso. Não se deve deixar cair no esquecimento, contudo, conforme desvelou Vivian (2019), as diretrizes político-jurídicas mediante a qual a prefeitura conduziu as tratativas para a consecução da “nova orla”, em um processo sem licitação e marcado pela disposição em conceder à iniciativa privada a gestão do espaço público com as novas infraestruturas.

#### **4.1.3 Planos e projetos municipais em curso: revisão do PDDUA, planos setoriais e revitalização do centro**

No momento, Porto Alegre tem pendente uma revisão do seu plano diretor. Essa revisão deveria ter sido encaminhada de modo a estar concluída em 2020, cerca de dez anos após a sua revisão anterior, porém já se acumulam dezenas de meses em atraso, com previsão de conclusão para dezembro de 2023.

O atraso de Porto Alegre para a revisão de seu plano diretor se explica, em parte, pela opção da prefeitura por um “planejamento” setorial, realizado em partes da cidade de grande interesse do setor imobiliário no contexto atual, como a região Central e a região do 4º Distrito. Desse modo, questões centrais que deveriam fazer parte das discussões de revisão do Plano Diretor passaram a ser discutidas de modo seletivo e pouco integrado com o resto da cidade.

Além do mais, principalmente no caso do Plano do 4º Distrito, batizado de “Programa +4D de Regeneração Urbana do 4º Distrito” e que apresenta proposta de incentivos tributários para promover o desenvolvimento dos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos<sup>16</sup>, via densificação e flexibilização dos padrões de alturas máximas, percebe-se movimentações de grupos e comunidades<sup>17</sup> organizados que reivindicam participar das discussões do plano, por serem grupos sociais mais vulneráveis às ameaças de remoções, tendo como objetivo de luta a demarcação de Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) dos seus locais de moradia.

Quanto ao Programa de Reabilitação do Centro Histórico promovido pela prefeitura, cabe destacar, pela importância econômica, política, social e cultural no contexto da metrópole, o Centro Histórico tem relevância na constituição de um regime urbano pró-mercado (SOARES et al, 2022). Além disso, sua posição geográfica o coloca entre os dois grandes projetos urbanos: o 4º Distrito ao norte e Orla do Guaíba ao sul. Em linhas gerais, o Programa de Reabilitação do Centro Histórico conta com a revitalização do Cais Mauá, na zona portuária da cidade, que é motivo de disputas intensas entre os governos estadual e municipal e organizações da sociedade civil. No âmbito dessas disputas no Centro Histórico, destaca-se os movimentos de luta pela moradia localizados na região, o caso do Cais Mauá já citado

---

<sup>16</sup> Para saber mais, acessar: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/07/como-moradores-da-vila-dos-papeleiros-veem-a-revitalizacao-do-4o-distrito-em-porto-alegre-cl5d4vbpv00030168k0r3y4p7.html> . Acesso: 15 fev. de 2023.

<sup>17</sup> Para saber mais, acessar: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/10/09/moradores-das-comunidades-do-4-distrito-se-mobilizam-pelo-futuro-das-moradias>. Acesso: 15 fev. de 2023.

anteriormente, a concessão do Mercado Público e a ampla proposta para a “revitalização da área”, sobretudo no que diz respeito a desregulação dos potenciais construtivo dos terrenos, via flexibilização das alturas máximas, de especial interesse dos setores imobiliários.

Os processos de concessão de parques e de outros espaços públicos em Porto Alegre também são alvos da gestão municipal atual, reforçando a lógica neoliberal de cercamento do espaço público para obtenção de lucro privado. Nessa esteira, outro projeto municipal em curso é a privatização do Parque Farroupilha (popularmente conhecido como Parque Redenção), principal parque urbano da cidade, por meio de uma tramitação que busca concedê-lo por 30 anos à iniciativa privada. Em resposta a esse projeto, um movimento espontâneo de revolta e indignação começou a tomar corpo na cidade, o Coletivo Preserva Redenção.

O Coletivo em questão lançou uma carta denúncia para impedir que o espaço público da Redenção seja concedido<sup>18</sup>. Uma grande quantidade de coletivos e organizações da sociedade civil - com destaque para o IAB/RS por seu aporte técnico à contestação do projeto - se uniram à preservação do parque como área pública. O IAB/RS atesta que as justificativas para a concessão, tais como sinalização, mobiliário urbano, adequação do calçamento incluindo o piso podotátil, adequação dos sanitários, preservação e conservação dos monumentos e prédios existentes, entre outros, são importantes. No entanto, o instituto defende que para realizar

---

<sup>18</sup> Para saber mais, acessar: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/07/como-moradores-da-vila-dos-papeleiros-veem-a-revitalizacao-do-4o-distrito-em-porto-alegre-cl5d4vbpv00030168k0r3y4p7.html> . Acesso: 15 fev. de 2023.

tais tarefas não é necessário privatizar o parque, pois o Poder Público Municipal tem orçamento para executar os serviços mencionados - inclusive porque já existem espaços concedidos dentro do parque, como é o caso do Mercado do Bom Fim e do Refúgio do Lago.

#### **4.1.4 Os Planos Populares de Ação Regional**

Mesmo diante de cenário de inflexão ultraliberal, Porto Alegre possui movimentos sociais organizados no quadro de um campo popular de lutas. Alguns desses movimentos contam com colaboradores dispostos a ações de planejamento radical ou insurgente (planejamento alternativos) em alguns bairros e territórios populares de Porto Alegre.

Um exemplo do trabalho que vem sendo feito em Porto Alegre na direção de um planejamento alternativo é o caso dos Planos Populares de Ação Regional<sup>19</sup>. Esses planos são o resultado de uma colaboração entre o IAB-RS, o CPLAB-UFRGS e grupos da sociedade civil organizada no que o plano diretor de Porto Alegre define como as Regiões de Gestão do Planejamento 1, 2, 4, 5 e 7. Com o patrocínio do CAU-RS e a assistência técnica de profissionais em arquitetura e urbanismo, moradores e lideranças de diferentes regiões tiveram uma oportunidade de desenvolver e sistematizar, ao longo de dois anos de trabalhos, um diagnóstico e um conjunto de propostas sobre a cidade em que vivem.

---

<sup>19</sup> Para mais informações sobre os Planos Populares de Ação Regional, convém consultar o site: < <https://www.planospopularespoa.org/> >. Acesso: 05 de fev. de 2023.

Os Planos Populares de Ação Regional foram desenvolvidos com base em oficinas preparatórias e no método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre. O método convida os participantes da confecção dos planos a um pensamento sobre a cidade em três tempos: presente, passado e futuro. Cientes de onde vieram, de onde estão e de para onde querem ir, os participantes podem se situar melhor no tempo e no espaço, o que os auxilia em seu diagnóstico de época e na identificação das suas possibilidades, das suas prioridades e das suas estratégias de ação.

## 4.2 LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES

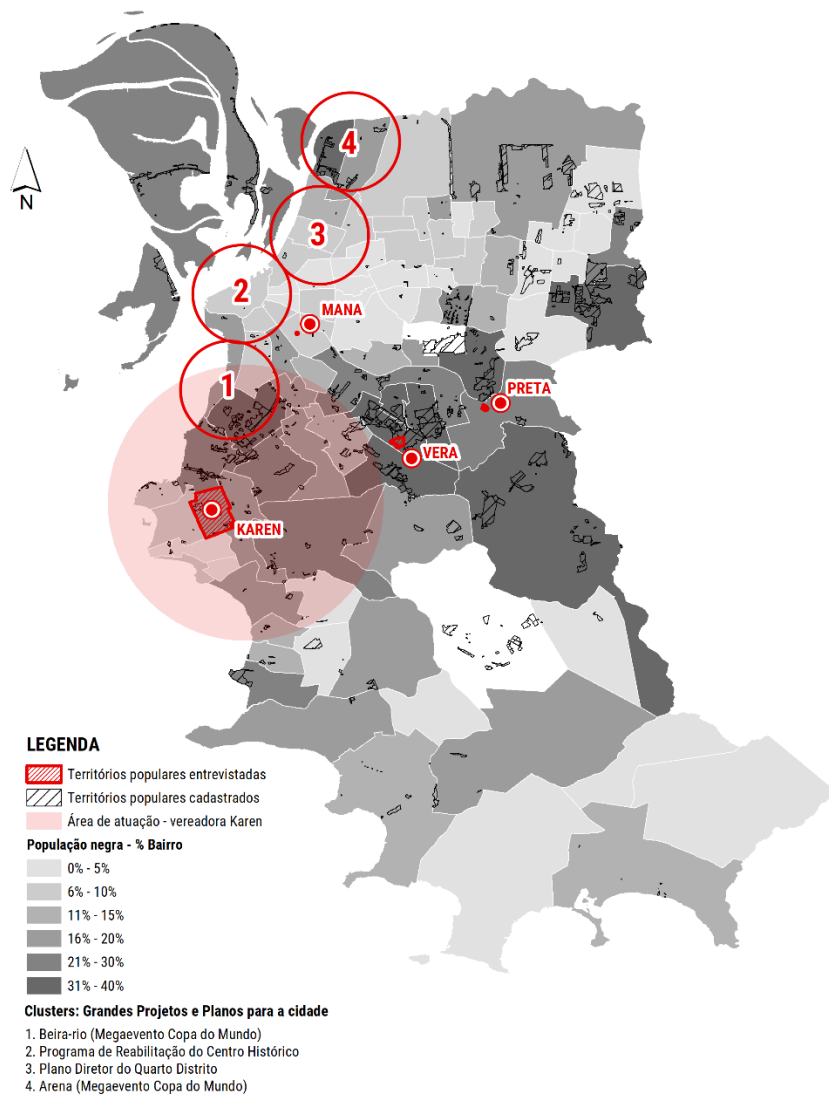
Conforme indicado no corpus de pesquisa, foram realizadas 4 entrevistas com lideranças femininas populares da cidade de Porto Alegre. Para situar o leitor, apresenta-se o Mapa 10 com a espacialização das entrevistadas em relação ao seu território de moradia e atuação, bem como em relação aos principais planos e projetos municipais em curso e já realizados (megaeventos).

PRETA: Vila Boa Esperança

MANA: Vila Planetário

VERA: Vila Chácara do Primeiro

KAREN: Vereadora e moradora do Bairro Camaquã, com atuação concentrada na Zona Sul de PoA

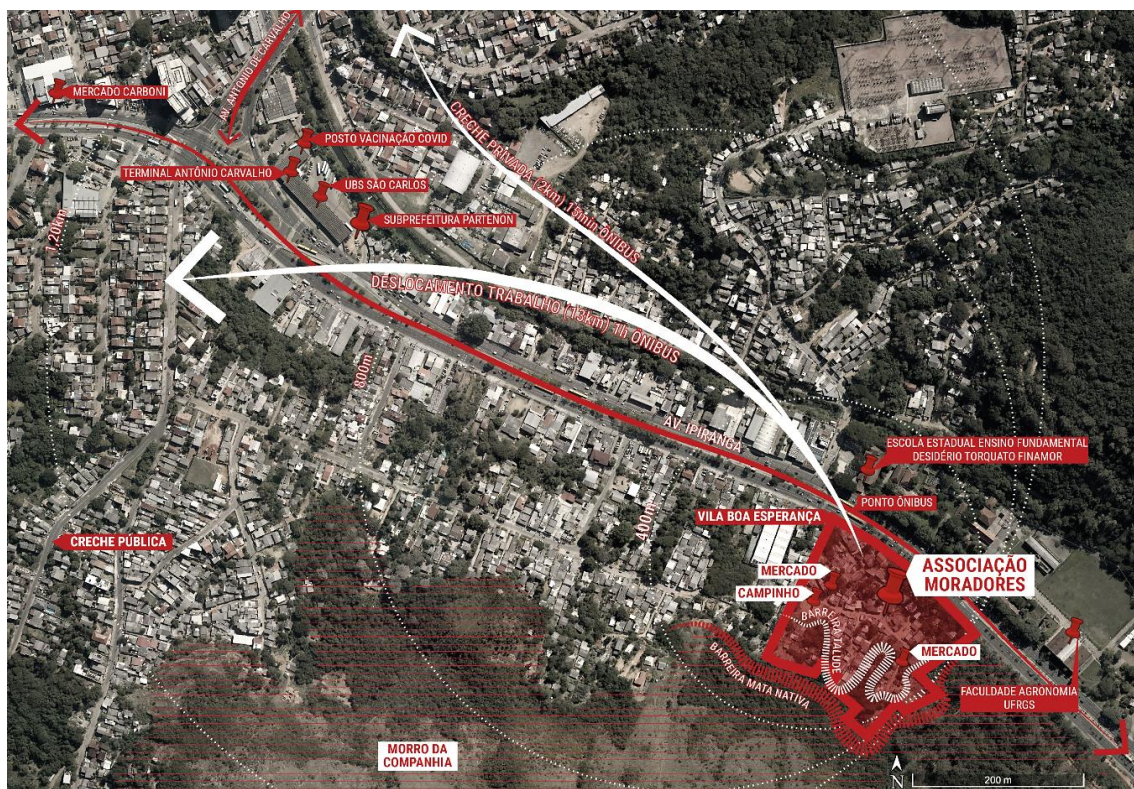


**Mapa 10.** Espacialização das entrevistadas em relação ao seu território de moradia e atuação – cidade de Porto Alegre. Base de dados: Censo IBGE 2010 e Entrevistas Semiestruturadas. Fonte: elaboração própria.

#### 4.2.1 PRETA

Preta é liderança feminina popular da Vila Boa Esperança. É uma mulher branca, solteira e mãe de duas filhas. Nasceu em Passo Fundo, em 1972, e se mudou para Porto Alegre em 1978. Preta foi morar definitivamente na Vila Boa Esperança quando casou, em 1988, pois seu marido era morador da Vila desde 1974. Na casa que reside atualmente, e que também é sede da Associação Comunitária, mora há 25 anos.

A ocupação da Vila Boa Esperança ocorreu no início da década de 1960, quando a área era de posse da família do Gen. José Antônio Flores da Cunha. As primeiras famílias se fixaram no local devido ao trabalho na empresa de mineração e de extração de saibro. A UFRGS tomou posse da área no ano de 1984, quando dezenas de famílias já moravam lá. Segundo levantamento feito pela Associação de Moradores da Vila Boa Esperança, 98 famílias moram no local.



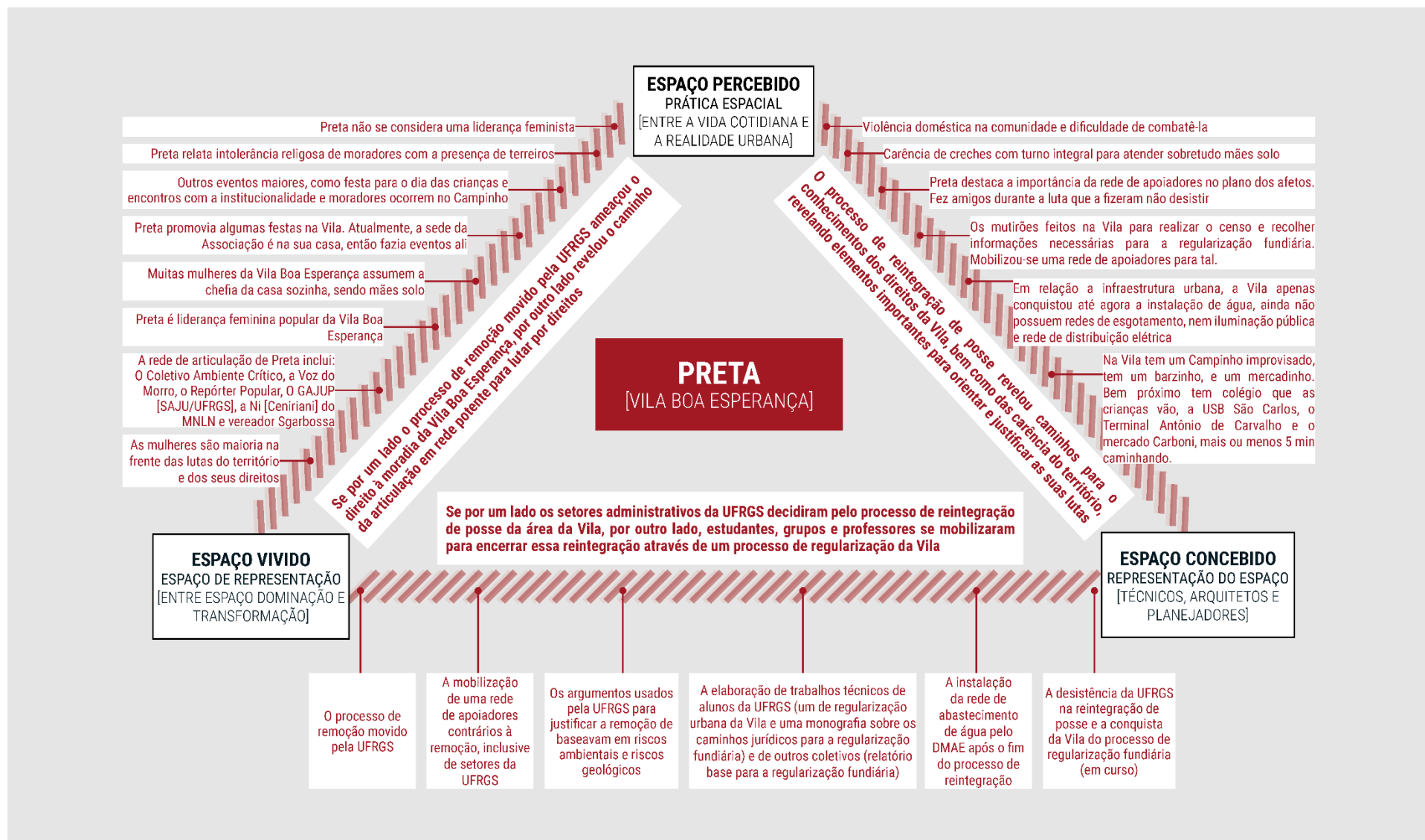
**Figura 3.** Cartografia realizada durante a entrevista com Karen (objetivo 1). Base de dados: entrevista com Karen. Base cartográfica: Google Earth (2022). Fonte: elaboração própria.

Seguindo na cartografia de Preta, a vila se localiza em uma região da cidade com equipamentos públicos disponíveis em um raio de distância que pode ser percorrido a pé. A única necessidade reclamada pelas moradoras é de uma **creche municipal**, que gostariam que fosse dentro da vila, em razão do grande número de mães solo e de crianças que residem no território.

Nas redondezas da vila, encontra-se uma Escola de Ensino Fundamental (**Desidério Tourquato**) utilizada pelos moradores, a **Faculdade de Agronomia da UFRGS**, o supermercado **Carboni**, o **Terminal Antônio de Carvalho**, a **UBS São Carlos**, um posto de **vacinação de COVID** e a **subprefeitura do Partenon**, onde ocorrem reuniões do Orçamento Participativo (OP). Todos esses equipamentos podem ser acessados a pé, sem necessidade de carro ou transporte público. Pelo acesso à vila ocorrer pela Av. Bento Gonçalves, logo na entrada encontra-se uma parada de ônibus, diariamente utilizada pelos moradores.

Em razão do território já ter abrigado uma praça de mineração de saibro no passado, a paisagem da vila é marcada por **taludes** que não foram devidamente recuperados pela empresa que explorava a área na época. Esses taludes são ponto de atenção para a vila, pois já foi alvo de argumentos da UFRGS para justificar a remoção por supostamente se tratar de uma área de risco. No entanto, conforme estudos realizados por apoiadores técnicos, esses taludes não apresentam risco geológico aos moradores. Assim como as redes de infraestrutura urbana, os taludes são aspectos gerenciáveis do terreno, necessitando de intervenções do poder público no sentido de prover condições mínimas de moradia digna aos moradores.





**Diagrama 6.** Diagrama síntese da entrevista com Preta. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta. Fonte: elaboração própria.

O resultado do diagrama síntese de Preta indica três principais ligações dialéticas. A primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, indica que o processo de reintegração de posse revelou caminhos para o conhecimento dos direitos da Vila, bem como das carências do território, como importantes aliados na luta por direitos. No decorrer do processo de reintegração de posse, formou-se uma rede de apoio voluntário para a construção de materiais técnicos sobre o território, que foram utilizados pela vila para reivindicar direitos perante o poder público e conquistar a regularização fundiária. Esses materiais englobam, inclusive, um plano urbanístico da área, construído na vila com o apoio de facilitadores técnicos por meio de uma metodologia participativa.

Essa rede de apoio apareceu bastante durante a entrevista com a Preta, que relembra com carinho de vários momentos junto aos coletivos e apoiadores que se somaram à luta da Vila.



***O Coletivo Ambiente Crítico, a Voz do Morro, o Repórter Popular, que fez algumas apresentações de slides aqui na comunidade. O GAJUP [SAJU/UFRGS], a Ni [Ceniriani Vargas da Silva<sup>20</sup>] do MNLN, ela teve aqui na comunidade também, tirou umas fotos.... acho que ela articulou também um pouco para gente conseguir a ligação de água né, já que ela é delegada do Orçamento Participativo, aí ela também articulou ali provavelmente.***

A segunda, em relação ao espaço concebido e ao espaço vivido, indica que, se por um lado setores administrativos da UFRGS decidiram iniciar um processo de reintegração de posse da área da Vila, por outro lado, estudantes, grupos e professores se mobilizaram para encerrar a reintegração através de um processo

---

<sup>20</sup> Para saber mais sobre a Ni, acesse: <https://ibdu.org.br/2021/03/09/elaspelodireitoaacididade-forca-feminina-que-passa-de-maes-para-filhas/>

de regularização da Vila. Ou seja, a regularização fundiária da Vila foi uma consequência direta da reintegração de posse, e só se realizou pela articulação da Associação de Moradores com uma rede ampla de apoiadores, e pela construção de um diálogo de mobilização junto aos moradores da vila, papel desempenhado por Preta ao longo dos anos da vigência do processo jurídico.



***Eu fico pensando...eu peitei a UFRGS, sabe? Sabe o que é não acreditar naquela situação ali? Mas foi o que eu fiz! Eu peitei o reitor da UFRGS, eu peitei uma mulher que disse que a comunidade era uma comunidade super animosa, que era uma comunidade que não podia entrar, sabe. E o dia que eu sentei na mesa com o reitor, ela estava sentada na minha frente e eu olhei no olho dela e falei: pode visitar a comunidade, ela é pacífica!***



***Eu acho que é isso, essa imposição de chegar lá e fazer e não esperar que os outros façam por mim! Acho que isso me tornou referência! Referência de luta mesmo! De botar a cara a tapa e dizer: não, eu vou fazer. E peitei moradores aqui também, que queriam advogado particular. E eu disse: não, a gente vai pegar um advogado público.***

A terceira ligação dialética, entre o espaço percebido e o espaço vivido, revelou que, se por um lado o processo de remoção movido pela UFRGS ameaçou o direito à moradia da Vila Boa Esperança, por outro lado revelou o caminho da articulação de uma rede potente para lutar por direitos, conquistando o fim do processo de remoção que ameaçava os moradores.

Cabe destacar, na ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço vivido, que Preta sente reconhecida pelos seus pares (moradores e apoiadores da vila) as suas estratégias de luta pelos direitos da vila. No entanto, salta aos olhos a sua consciência sobre a relevância da própria atuação, pois ao afirmar que “peitou o reitor da UFRGS”, ela também atesta a sua capacidade de mobilização e diálogo junto a diversos atores institucionais e políticos. Nessa perspectiva, à medida que Preta se sente reconhecida como liderança feminina popular, ela reconhece as suas estratégias como importantes aliadas da vila na luta pelo direito à moradia e o direito à cidade, reunindo o que Gramsci (1999) chama de

consciência “de si, para si e para o outro”, não como um dado mecânico, mas como um devir histórico.



***Então, algumas pessoas me reconhecem, outras não. Alguns homens me discriminam, outros homens não, me apoiam pra caramba. Então é bem dividido, então 80% das pessoas têm o total de aprovação né. Tem gente que pensa: é uma mulher que tá aqui gritando e falando e a gente sabe que existe né, é só mais uma, né. Mas eu me sinto honrada né, as pessoas confiarem em mim, mesmo que não seja 100%, mas as pessoas que importam confiam em mim né. Então para mim é bom isso. Eu me vejo como uma liderança.***

Embora Preta oriente parte considerável da sua atuação ao mote das demandas femininas da vila, ela afirma não se reconhecer enquanto uma liderança feminista. A sua fala, no entanto, parece revelar menos um sentimento de discordância com as pautas feministas em si, e mais com a percepção de uma prática feminista pouco dialógica e muito distante da sua vida cotidiana.



***Eu não me considero uma liderança feminista, assim sabe. Eu não sei nem dizer o que eu me considero nesse sentido assim, porque, lógico, eu luto porque eu acho que as mulheres têm que ter os meus direitos dos homens, mas também me coloco no lugar dos homens, muitas vezes então assim eu não sei dizer assim ‘ah eu sou feminista’, ou ‘eu sou uma liderança feminista’, eu ponho a minha vontade, mas se um homem discordar de mim eu achar que ele tá certo eu concordo com ele; se eu achar que ele tá errado não vou continuar debatendo, mas não que eu seja extremamente feminista ou extremamente machista. Eu acho que eu consigo balancear sabe, não tanto machista não tanto feminista demais. Eu fico ali nem tentando não puxar tanto para um lado como para o outro para não dar o conflito né, porque daqui a pouco tu tá sendo extremamente feminista, que é uma coisa muito importante né, mas tu também não escuta e daqui a pouco o cara tem também um pouco de razão né.***

Pela fala de Preta, a sua percepção sobre o feminismo constitui-se de um ideário de práticas feministas supostamente descoladas da vida cotidiana e da realidade urbana marcada pelo medo generalizado da despossessão. Essa visão encontra eco nas palavras de Bhattacharya (2017), que diz serem as perspectivas feministas e/ou antirracistas, quando discutidas unilateralmente e descontextualizadas da perspectiva da totalidade social

engendrada pelo capitalismo, estratégias políticas fracas, uma vez que procurariam superar as diferenças de raça e gênero por meio de apelos morais, demandando que as pessoas fossem feministas e antirracistas sem que enxergassem um motivo concreto para fazê-lo. De tal modo, o descolamento de uma autodeterminação feminista associa-se muito mais a uma visão de feminismo que não apresenta vantagens para a luta política de Preta.

Nesse sentido, a ligação dialética entre o espaço vivido e o espaço percebido também revela a contradição existente entre o fato de Preta não se considerar uma liderança feminista e a sua práxis política estar fortemente vinculada à dimensão da reprodução social e ao mote das questões femininas. Essa contradição, entretanto, endossa a pertinência do debate acerca da Teoria da Reprodução Social (TRS) frente a atuação de Preta. Para Vogel (2013[1983]) e Bhattacharya (2017), a separação entre a posição social do homem em relação à mulher e a do branco em relação ao negro, por exemplo, é, na verdade, uma visão parcial da realidade. No capitalismo, apesar das vantagens sociais que tais relações conferem aos homens brancos de classes populares, sua própria condição social de exploração e degradação de seus meios de reprodução da vida está diretamente ligada à condição social de subordinação e desumanização dos trabalhadores negros e das mulheres.



**Diagrama 7.** Registros fotográficos da luta dos moradores contra a reintegração de posse da Vila Boa Esperança. Fonte: <https://reporterpopular.com.br/vila-boa-esperanca-comemora-o-fim-da-reintegracao-de-posse/>. Acesso: 12 de maio de 2023.

#### 4.2.2 MANA

Mana reside desde os 16/17 anos na Vila Planetário, território popular localizada na região central de Porto Alegre. Atualmente é uma das lideranças femininas populares que atua como vice-presidenta na Organização da Sociedade Civil – OSC Instituto Misturaí, com sede na vila. A construção como liderança feminina popular remonta ao final dos anos 1980 e ao início dos anos 1990, quando Mana foi presidenta do Clube de Mães e em seguida coordenadora da Creche da Vila. Antes disso, Mana relata o seu envolvimento com as atividades coletivas que visavam melhorar as condições materiais dos moradores, que eram muito precárias antes do reassentamento da Vila. Após essa experiência, iniciou sua atuação junto a Associação de Moradores. Cabe destacar que, assim como Mana, outros moradores da Vila Planetário se referem à vila como comunidade, demonstrando um forte vínculo e um forte pertencimento ao território popular.



***Quando eu vim morar na Planetário deveria ter 17 anos, e dentro da Planetário tinha um Centro Comunitário né, que eram os Vicentinos da Igreja Santa Terezinha, eles faziam umas atividades dentro da comunidade buscando qualidade de vida para as pessoas que moravam ali, e nisso minha mãe ajudava também, a questão de alimentos que eram ofertados para comunidade, que era o sopão né, que era corte e costura, que hoje as pessoas chamam edredom, mas ali todas as pessoas da comunidade dentro desse espaço faziam seus acolchoados para não passar frio, que eram confeccionados com roupas né, costurados no chitão. Então ali se fazia a integração assim da comunidade em si, e eles sempre incentivaram a comunidade a fazer uma associação de moradores para lutar pelo lugar né, para permanecer aqui né, porque é uma comunidade bem central né, e sempre foi o desejo das pessoas de nos tirar daqui.***

A luta da Vila Planetário contra o processo de remoção ocorreu especialmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Nesse período observou-se a pressão política a favor da remoção das famílias do local, que incluía vereadores, moradores do Bairro Santana e veículos de comunicação. Um incêndio ocorrido na Vila ocasionou a morte de um morador, chamando atenção da mídia local e da prefeitura.



***Na época eu estava sempre envolvida ali, a irmã Odila [dos Vicentinos] convidou se eu não queria ser presidente do clube de mãe. E daí eu acabei me envolvendo assim no clube de mães. Logo depois veio esse incêndio que acabou causando uma morte da comunidade, porque a grande maioria ali eram recicladores, então nesse incêndio deu uma visibilidade assim na mídia, e foi quando Olívio Dutra, na época tava na prefeitura, o orçamento participativo era bem forte, daí se veio essa possibilidade de a gente conseguir a construção das casas aqui né. Daí nisso a gente começou a se envolver assim mais né, mas mais mulheres mesmo né. Antes os presidentes das associações eram homens, mas sempre a luta da comunidade foi ter direito de permanecer aqui, e ter o direito de dividir os terrenos por igual para cada um e ter a segurança de construir a sua casa né, com dignidade assim. Quando aconteceu o incêndio foi quando a gente, através do orçamento participativo e com o desempenho da Prefeitura, na época Olívio Dutra, a gente conseguiu né, ser a primeira comunidade a ser urbanizada no Rio Grande do Sul. Aí então as casas foram destruídas, se criou um galpão na Rua Dr. Olinto de Oliveira e as pessoas foram realocadas temporariamente para ali até as casas ficarem prontas foram.***



***Todo mundo teve muito medo porque não foi tão fácil assim né, quando se limpou o terreno né, teve esses galpões que foram feitos ali na Ipiranga, e ali ficou a grande maioria da comunidade. Então se teve vigílias né, junto com o Olívio [prefeito da época, Olívio Dutra] e a esposa dele, a Judite, e todo mundo da equipe dele, os advogados e tudo mais, que até hoje a gente ainda tem contato com uma delas, que é a Betania Alfonsin, que na época tinha 22 anos. E então se teve muito medo, porque o nosso destino era ir para o Barão Vermelho na Restinga, né. E teve muita pressão na época, da RBS também, na época era o João Dib, que era vereador, e ele insistia nisso, que a gente não tinha o direito de ficar aqui né, a pressão dos moradores da redondeza também, mas foi uma luta constante, por isso a gente fazia vigília, dia e noite, com medo que viessem e nos tirassem mesmo. O terreno já estava limpo. A comunidade acabou fazendo na época uma manifestação, onde a gente foi para a frente da prefeitura e tudo mais, reivindicando né, porque a gente tinha o direito de estar aqui, a gente gostaria de ficar aqui né, e daí veio os projetos para a construção das casas.***

Nesse contexto, o prefeito da época, Olívio Dutra e alguns representantes da UFRGS (professores e estudantes de Direito) se aproximaram da Vila e iniciaram uma articulação com os moradores para evitar a remoção, culminando na aprovação de um projeto para construção de casas em um território da região central, sendo a primeira comunidade a ser urbanizada no Rio Grande do Sul. A entrega das casas ocorreu a partir do ano de 1992, em um processo de muita luta, medo e angústia para as famílias, com realocações temporárias para as famílias que seriam atendidas



pelo projeto e realocações permanentes para outras famílias que não se enquadraram nos critérios estabelecidos para receber a concessão real de uso das casas. Na entrevista, Mana relatou com carinho a atuação de Olívio Dutra, sua equipe e sua esposa, Judite.



***Ele foi fundamental também nisso assim, a minha irmã costuma dizer: tu é apaixonada por esse cara. E eu digo: eu admiro esse cara demais. Então assim, ele e a dona Judite na época...E a gente teve assim, sabe, a história da luta. Infelizmente esse incêndio né, que foi a situação assim que permitiu esse olhar mais para essa comunidade, que já vinha lutando pelo direito de estar aqui. Não em si sonhando com as casas, que foram muito além né, mas sim com direito de só dividir seus terrenos ali, e ter o direito de conseguir construir uma casa com segurança e ter uma casa digna assim.***



***Mesmo com o Olívio Dutra, a comunidade já tinha uma luta antes, dentro da Câmara de Vereadores, e nunca era ouvida, e ele deu, esse tempo dele de governo, o seu tempo para nos ouvir. Porque quando houve o incêndio que estourou tudo, ele [o Olívio Dutra] veio na comunidade.***

Durante as décadas que seguiram após realização do projeto de urbanização na Vila Planetário e a relocação dos moradores, a Associação de Moradores passou por um período de esvaziamento pela falta de articulação da comunidade. Esse período também marcou o aumento do poder associado ao tráfico na região. A criação da OSC Misturaí, com a construção da sua sede na Vila Planetário em 2019 e a constituição de uma diretoria, liderada desde 2020 por mulheres da vila, promoveu uma aproximação entre as ações da instituição e as reivindicações da vila, construindo novas redes de apoio em articulação interna e externa, incluindo diversos atores políticos e institucionais. Mana tem um papel central nas articulações institucionais da OSC Misturaí. Como vice-presidenta, executa projetos e ações de educação, cultura e assistência social na Vila Planetário e em outras vilas, em conjunto com as lideranças femininas populares locais (onde a maioria são mulheres).



***A gente precisa estar aí e fortalecer essas lideranças que estão se formando e estão atuando forte nos seus territórios.***



**Figura 4.** Cartografia realizada durante a entrevista com Mana (objetivo 1). Base de dados: entrevista com Mana. Base cartográfica: Google Earth (2022). Fonte: elaboração própria.

Seguindo no relato da **cartografia de Mana**, a sua articulação institucional nos últimos anos, somada a pressão política realizada pela vila junto a Misturaí, culminou na conquista do direito de utilizar um imóvel de propriedade da prefeitura e que estava abandonado, localizado ao lado da Vila Planetário. A Casa da Descentralização, popularmente conhecida como **Casa D** (representada em vermelho na cartografia), atualmente sob gestão da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), é um espaço onde ocorrem atividades culturais e socioeducativas. Nesse espaço, a **OSC Misturaí** (representada em vermelho na cartografia) realiza uma horta comunitária e atividades de educação (reforço escolar) e cultura (aulas de violão, sopro, percussão, ballet, etc.) para as crianças da comunidade.

A entrada da vila nesse imóvel público foi uma conquista para os moradores, que reivindicavam o seu uso para realizar atividades comunitárias. Nesse contexto, a articulação da diretoria

da Misturaí (incluindo Mana) em conjunto com os moradores da vila e com uma rede de apoiadores externos foi fundamental para essa conquista. Além dos projetos realizados na Casa D, a OSC Misturaí atende diariamente moradores em situação de rua, distribuindo refeições, kits de higiene e encaminhando demandas específicas para os centros de acolhimento sob responsabilidade do poder público.

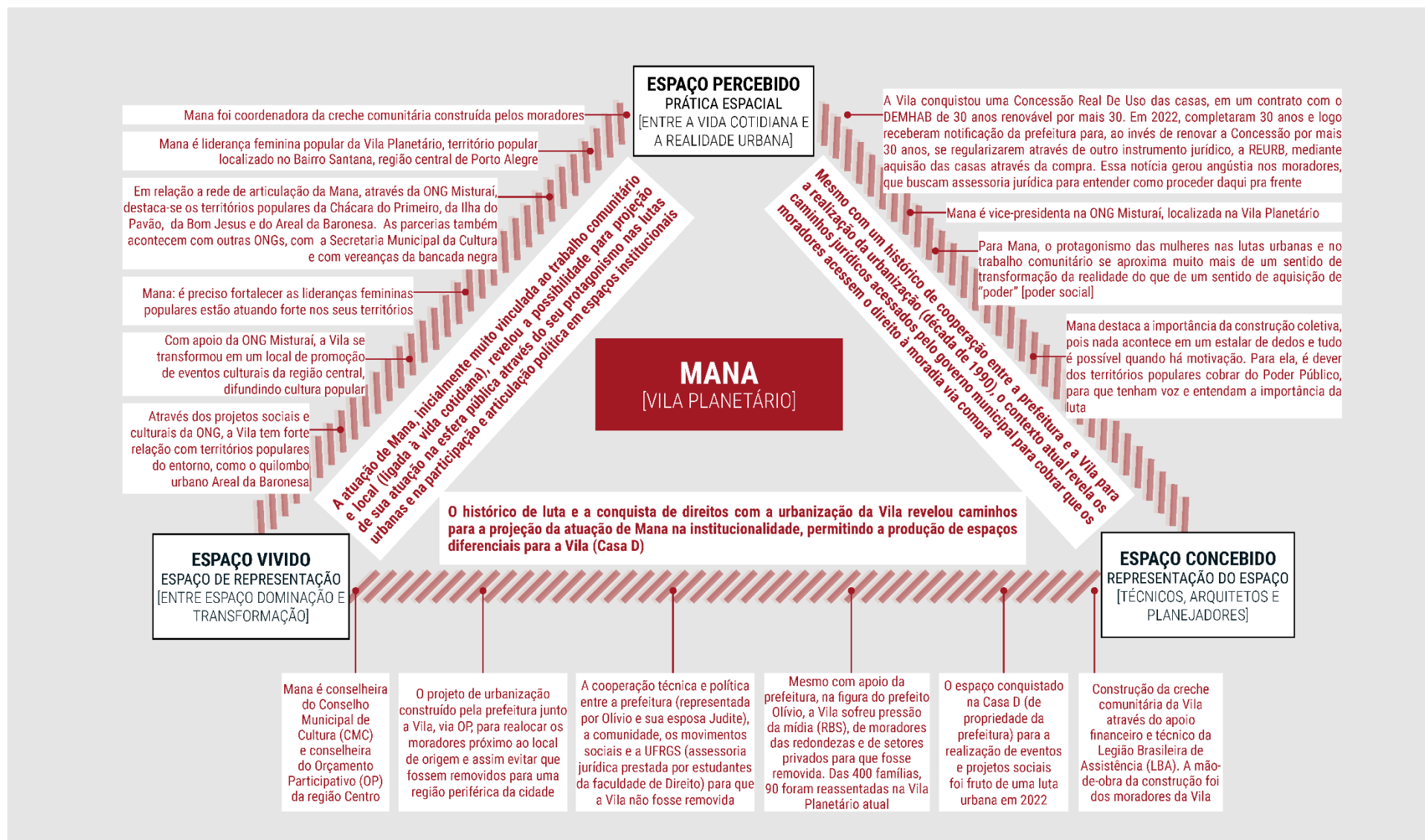
Os projetos e ações pontuais realizadas pela OSC Misturaí dependem das redes formadas e da articulação existente entre diversos atores. Em função disso, a vida cotidiana das presidentas inclui, principalmente, reuniões, encontros e eventos com outras lideranças, com representantes públicos e com pessoas físicas que apoiam os projetos. A visibilidade conquistada pela atuação dessa instituição abriu espaços de diálogo dentro de Conselhos Municipais e dentro do Orçamento Participativo (OP). Atualmente, Mana é **Conselheira da Cultura da Região Centro** (representado em vermelho na cartografia) e também é **Conselheira do Orçamento Participativo da Região Centro** (representado em vermelho na cartografia).

Os principais problemas observados na Vila Planetário se relacionam a insegurança e a falta de espaços de lazer próximos ou dentro da vila. Em relação à segurança, os moradores convivem com a realidade do tráfico e a guerra de facções, que alternam em ciclos com períodos de estabilidade e violência. Em relação a espaços de lazer, os moradores, de maneira geral, procuram espaços da área central da cidade que são próximos da Vila, como o Parque da Redenção e a Orla do Guaíba.



***Mas a gente também já vem de uma situação de negros que moram numa comunidade né, então a gente já vem carimbado.***

Na Vila Planetário, destaca-se o espaço denominado “Redondo” que, embora não apresente nenhuma infraestrutura de lazer, é o ponto de encontro de famílias e amigos, em especial nos finais de semana, quando são realizados churrascos e confraternizações. Esse espaço, também citado no livro “Os supridores” de José Falero, é utilizado também pela OSC Misturá para realizar eventos culturais, como rodas de samba, apresentações musicais, festas juninas, festas de Natal, de Dia das Crianças, etc. Esses eventos se projetam para além dos moradores da Vila Planetário, englobando uma rede de apoiadores e amigos que não residem ali, mas que frequentam a vila nos dias de eventos culturais e assim potencializam as trocas entre o público externo e os moradores da vila, mitigando o estigma e o preconceito associado a violência existente no território. Os eventos também funcionam como espaço de geração de renda para os moradores, que comercializam produtos junto aos visitantes.



**Diagrama 8.** Diagrama síntese da entrevista com Mana. Base de dados: entrevista semiestruturada com Mana. Fonte: elaboração própria

Nas ligações dialéticas presentes no diagrama síntese de Mana, a relação entre espaço percebido e o espaço concebido aponta que, mesmo o histórico de cooperação entre a prefeitura e vila para a realização da urbanização no passado, em um contexto político e social mais favorável, a relação das forças políticas atuais dentro da institucionalidade mudou. A atuação do governo executivo é pautada na ideologia do Estado Mínimo, refletindo-se nos caminhos jurídicos acessados para cobrar que os moradores acessem o direito à moradia por meio da compra dos imóveis. À frente dessa luta, tanto pela sua experiência quanto pelo seu papel de liderança feminina popular, Mana é responsável por lidar com essas questões pois mantém viva, até hoje, a rede de apoiadores que lutou ao seu lado durante a relocação da Vila entre as décadas de 1980 e 1990.

Já a relação entre o espaço concebido e o espaço vivido, indica que o histórico de luta e a conquista de direitos com a urbanização da vila revelou caminhos para a projeção da atuação de Mana na esfera institucional e também política, permitindo a conquista e a produção de espaços diferenciais pela Vila, como é o caso da Casa D. A casa D alcançou um significado simbólico na vida cotidiana dos moradores, pois é fruto de uma luta coletiva para acessar um espaço público. Nesse sentido, a casa D e o seu papel na vida cotidiana dos moradores se constituem como um espaço diferencial, fruto de uma luta coletiva da vila.

A relação entre o espaço percebido e o espaço vivido revelou que a atuação de Mana, inicialmente muito vinculada ao trabalho comunitário e local (ligada à vida cotidiana), possibilitou a sua projeção na esfera pública através do protagonismo nas lutas urbanas e na participação e articulação política em espaços institucionais. Esse movimento entre a esfera do território (local) e a esfera pública (institucional) é um processo consciente na

autopercepção de Mana sobre a sua atuação, sendo a partir desse movimento que Mana se reconhece enquanto uma liderança feminina popular.



***Eu acho que para mim não é o poder de ser uma liderança, mas é de transformar assim o lugar onde eu moro. Eu acho que eu acredito assim que a gente tem que começar pelo lugar onde a gente mora né, depois a gente vai abrindo assim.***



***E pela história de tá dentro de uma comunidade que sempre teve né, pessoas buscando qualidade de vida para quem mora nesses locais, sempre me motivou, depois de alguns dias atrás que eu dei conta que a palavra certa é “motivar”. (...) Para os meus filhos, meus familiares né, que moram no mesmo lugar que eu, eu contribuir para ajudar a buscar a qualidade de vida, e até mesmo fazer com que essas pessoas se enxerguem, porque lá atrás né, a Irmã Odila e os Vicentinos fizeram isso com a gente né, principalmente comigo. Então enquanto liderança assim é motivador sabe, hoje eu sou avó, então eu fico mais motivada ainda de ajudar a construir um mundo melhor, começando pelo lugar onde eu moro.***

Na fala de Mana, percebe-se que o sentimento de reconhecimento enquanto uma liderança feminina popular vem acompanhado da constatação de um maior número de mulheres atuando na luta por direitos e na melhoria da qualidade de vida dos seus territórios. Essa percepção vem acompanhada de uma motivação maternal para luta, que, em um primeiro momento, direciona os esforços e as estratégias políticas para garantir as necessidades básicas de sobrevivência dos moradores.



***A gente viu que cresceu muitas lideranças femininas né, que estão se mexendo por que não aceitam ver uma mãe sem ter um prato de comida para dar para ao filho né.***

Nesse sentido, o poder de transformação a que Mana se refere relaciona-se à luta por mudanças necessárias nas infraestruturas de reprodução da vida. No âmbito da atuação das lideranças femininas populares, essa transformação se materializa por meio de uma motivação maternal que extrapola a esfera doméstica e local, reunindo o mote de questões que historicamente constituem o trabalho reprodutivo, executado majoritariamente por mulheres, a fim de transformá-lo em estratégia de luta.

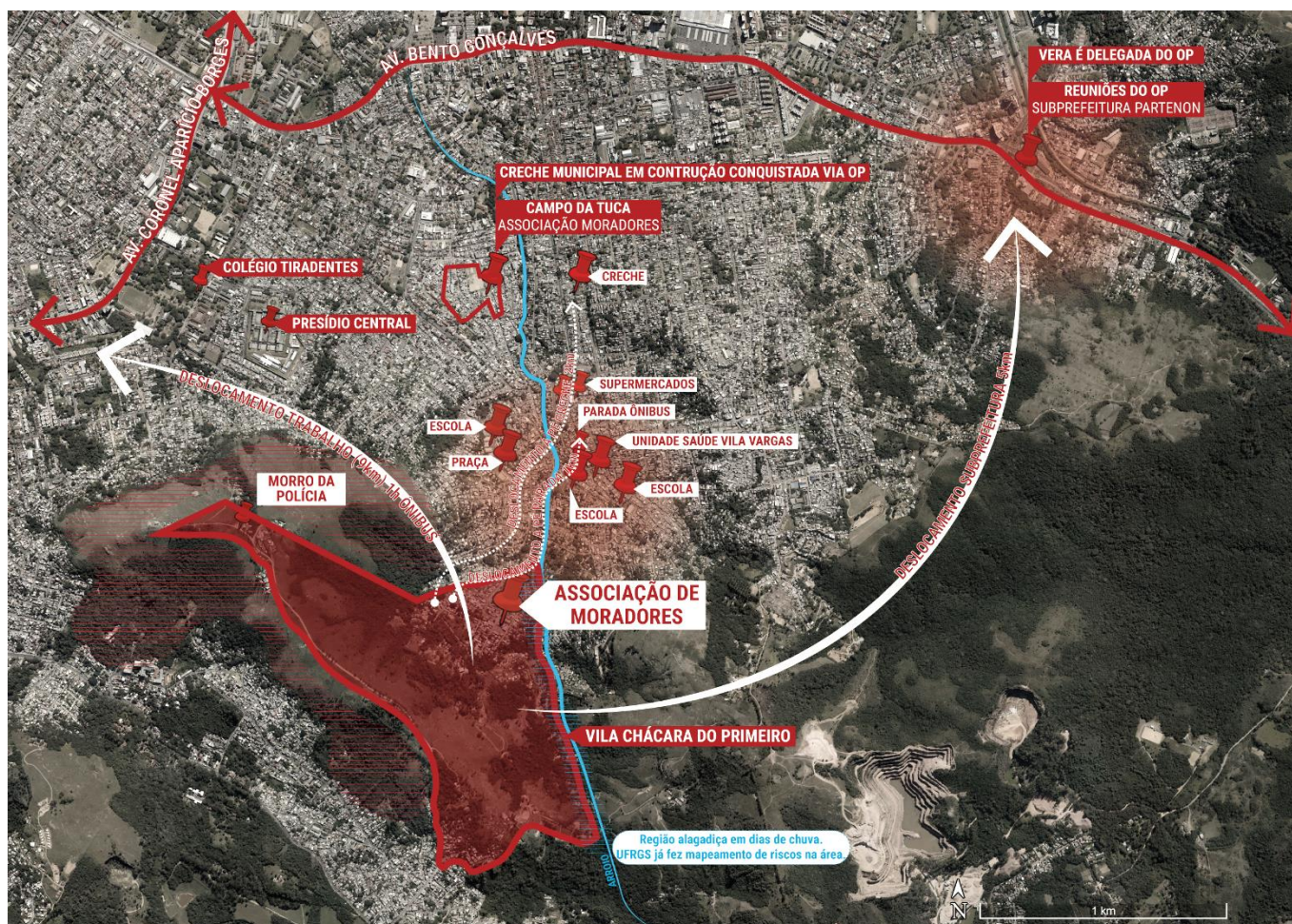


**Diagrama 9.** Registros fotográficos de um dos eventos culturais promovidos pela Vila Planetário junto ao Instituto Misturái. Na primeira foto, Mana conversa com o ex-prefeito Olívio Dutra na comemoração de 30 anos do realocação e da urbanização da Vila Planetário. Fonte: acervo de registros feitos pela autora em 2022.



### 4.2.3 VERA

Vera tem 59 anos, é viúva e mãe de três filhos, e vive há sete anos na Vila Chácara do Primeiro, no bairro Aparício Borges, Zona Leste da cidade. Vera nasceu na região da Restinga Seca, distrito rural do município de Santo Ângelo, interior do Rio Grande do Sul, e veio para Porto Alegre junto aos seus filhos e netos em busca de uma vida melhor. Tornou-se liderança feminina popular devido à sua capacidade de mobilização, articulação e vontade de mudança. Atualmente trabalha como cuidadora em uma casa de família e divide seu tempo com as atividades da Associação.



**Figura 5.** Cartografia realizada durante a entrevista com Vera (objetivo 1). Base de dados: entrevista com Vera. Base cartográfica: Google Earth (2022). Fonte: elaboração própria.

A **Associação de Moradores** possui 30 anos de existência e nesse ano, 2023, inaugurou sua nova sede, fruto do trabalho em rede junto às ONGs parceiras, como o Instituto Misturaí e o Engenheiros Sem Fronteiras (núcleo Porto Alegre). Essa foi a maior conquista recente da atuação de Vera como liderança feminina popular, pois a sede anterior estava em condições muito precárias para a continuidade dos projetos. Atualmente, a Associação possui projetos de costura e artesanato para geração de renda às mulheres e mães solo, atividades para idosos, e um projeto de reforço escolar para crianças. Entre as principais parcerias articuladas por Vera estão o Projeto Surfar, ONG Misturaí, Projeto CAD, ONG Gerando Falcões, ONG Engenheiros Sem Fronteiras, Projeto Casulo e Rede Florescer.



*Foi por causa desse desastre que deu aqui dentro da comunidade e daí as mulheres lá da rua da Represa foram procurar a UFRGS para nos ajudar, e daí eu conheci eles lá no GRID, numa reunião que nós tivemos lá, e que eu conheci os Engenheiros Sem Fronteiras dentro da UFRGS, e daí a gente fez assim muito muito trabalho. Eles vieram com os alunos da universidade para dentro da comunidade, onde eles fizeram esse mapa que eu te falei né. Fizeram estudos na nossa comunidade, os pontos de risco...a gente firmou assim uma relação de amizade e continuamos né. E daí tem a Júlia advogada [do ESF], ela que fez assim toda papelada da Associação de Moradores...foi ela que organizou, foi ela que arrumou o CNPJ, daí toda a papelada até chegar no cartório, porque antes de mim a Associação não tinha CNPJ.*

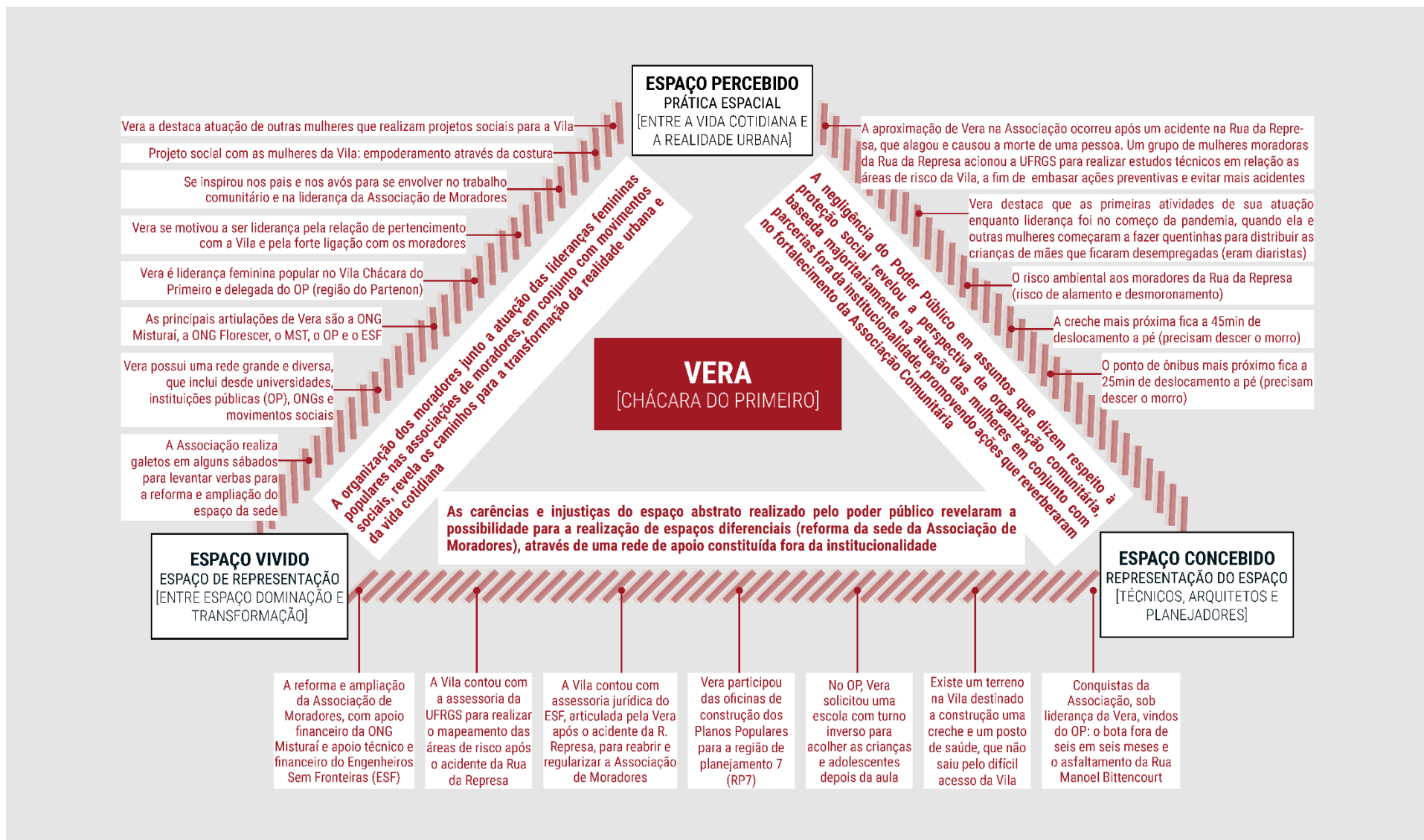
Além das tarefas cotidianas na Associação de Moradores, a rotina de Vera consiste em articular, junto ao **Orçamento Participativo (OP)**, aos órgãos públicos e a instituições parceiras, a busca por melhorias na infraestrutura e na disponibilidade de equipamentos públicos e de geração de renda para a Vila. Vera também atua buscando novos voluntários e parceiros, além de incentivar e motivar o engajamento dos moradores com os assuntos da Associação.

Em relação ao território, a Vila Chácara do Primeiro possui diversas carências. Entre elas a falta de uma linha de ônibus

regular (a **Linha São José** fica a 2 km de distância), a falta de creche ou escola, de posto de saúde, de quadra poliesportiva e de espaços de lazer. Constantemente a região sofre com as **fortes chuvas e desabamentos**, o que já causou mortes de moradores. Os moradores lutam há muitos anos, sem sucesso, para que a Prefeitura realize melhorias nas infraestruturas de saneamento e de asfaltamento da rua Manoel Bittencourt (único acesso à vila). O pedido para asfaltamento foi aprovado no OP em 2007 e até hoje não foi executado pela Prefeitura.



*As crianças vão colégio aqui elas têm que descer tudo isso aqui até porque nem transporte escolar não temos aqui, não tem um ônibus, e as últimas paradas de ônibus que a gente tem é ali no início do morro. Todo esse trajeto que fez tu fez de carro a gente faz todos os dias a pé e as crianças que vão para o colégio tem que fazer tudo a pé. Tem o colégio do bombeiro que ali tem ali na rua da Represa, mas não é dentro da comunidade. O colégio tem só ensino fundamental e creche não temos perto; a creche mais perto é a Walter Silva.*



**Diagrama 10.** Diagrama síntese da entrevista com Vera. Base de dados: entrevista semiestruturada com Vera. Fonte: elaboração própria.

Em linhas gerais, o diagrama síntese de Vera revela os problemas de gênero presentes nas desigualdades urbanas, aprofundadas durante os anos da pandemia da COVID-19. A motivação inicial da atuação de Vera foi a luta contra a fome das famílias da Vila, sobretudo as famílias de mães solo. Essas mulheres, ao perderem seus empregos por conta do contexto pandêmico, enfrentaram muitas dificuldades para prover o sustento familiar. Muitas delas, na condição de trabalhadoras domésticas, mesmo que não tenham perdido o emprego, encontravam inúmeras dificuldades para realizar o trabalho reprodutivo cotidiano, sem ter com quem deixar os filhos pequenos que ficavam em casa sem poder ir à creche.



***No começo da pandemia, no dia 21 de março, a gente começou aqui fazer as quentinhas para as crianças, muitas mães que eram diarista foram mandadas embora naquela quarentena, e as mães estavam em casa sem comida para as crianças. Daí eu e a vizinha aqui do mercado a gente se uniu, se juntou assim e daí que a gente começou a fazer as quentinhas e servia para as crianças aqui. Daí depois, como aquilo ali começou a se estender muito, a gente resolveu fazer a comida aqui e pedir para as mães buscarem, porque a gente tava com medo por causa da pandemia, que alguma criança pudesse pegar o vírus também né. Daí a gente resolveu assim fazer e mandar para casa para toda a família. Não tinha estrutura aqui, mais ou menos bem ali naquelas máquinas de costura era um fogão campeiro, sabe. A gente cozinhava e daí a mãe e buscava e levava, porque ela também tinha que ser alimentada.***

Em meio a esse contexto, a atuação de Vera inicialmente foi muito vinculada a luta contra a fome, e no apoio às mães e às mulheres da Vila que perderam seus empregos e que precisavam de ajuda com os filhos pequenos. Cabe destacar, entretanto, que foi em meio a esse contexto de desigualdades interseccionais que a Associação de Moradores se renovou e iniciou uma nova fase de ações na Vila. Sobretudo pela atuação de Vera enquanto liderança feminina popular, somado ao apoio de entidades e movimentos sociais, a Associação conquistou uma reforma e uma ampliação da sua sede. Foi em meio a esse contexto que a liderança feminina popular de Vera se projetou para além do território popular, sendo

também delegada do OP. Junto ao OP, Vera luta para conseguir uma escola, uma praça e a pavimentação de algumas ruas da Vila.



***Tu sabe que eu vi meu pai, minha mãe trabalhar numa comunidade chamada Restinga Seca, interior de Santo Anjo. Meus pais foram líderes comunitários, meus avós também. Eu acho esse trabalho muito lindo, porque tu se entrega assim de corpo e alma. Tu tem uma ligação forte com a comunidade, com as pessoas que moram ali. E eu aprendi com meu pai e a minha mãe a escutar, a ouvir o problema do próximo sabe. E meu pai sempre tinha uma frase que dizia assim: se você ouvir o que o teu próximo tá contando e não sente a dor dele é porque tu tá doente então.***

As lutas reveladas pelo diagrama síntese de Vera, na medida que se vinculam ao horizonte da melhoria das condições de reprodução da vida dos moradores da Vila (luta por creches e escolas, por infraestrutura urbana, contra a fome e etc), aproximam-se do debate acerca da Teoria da Reprodução Social (TRS). Nessa perspectiva, a atuação de lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade se materializa na coletividade por meio da luta pela transformação das condições sociais e materiais que balizam a reprodução da vida, em todas as suas esferas.



***Eu entrei como delegada do OP né, que eu fui convidada foi convidada pela gestora lá a Luana, a gestora aqui da nossa Subprefeitura do Partenon (Antonio de Carvalho). Foi ela que me convidou porque ela teve aqui um dia bem no começo desse ano, e daí ela me convidou para ser delegada para representar a comunidade lá dentro da Subprefeitura. Então aqui a gente já ganhou muita coisa do tipo esgoto na Rua Maria Antônia, asfalto também na Rua Maria Polônia e na Rua Lucíola e agora estão trabalhando aqui atrás também numa ruazinha que tem ali que não tem calçamento, não tem esgoto, não tem nada.***



***Ontem teve uma reunião com a SMED [Secretaria Municipal de Educação] para ver aqui para cima eu pedi um turno inverso sabe, como se a criança tava colégio de manhã de tarde ela vem para cá. Daí criança sai do colégio de manhã e tem atividade para poder ficar durante o dia que funciona quase como uma creche, as crianças precisam para não ficarem na rua. As meninas daqui uns dias têm a primeira menstruação, e as mãe não tem uma conversa aberta, não são de falar, porque hoje em dia a gente tá vivendo uma era que tudo é moderno, mas lá dentro de casa muitas vezes as mães não tem uma conversa aberta com as filhas, e nem com os moços, então acho que a gente vai conversando com as meninas na escola, então uma escola, ma estrutura né, para poder receber as crianças.***

Em relação as ligações dialéticas do diagrama síntese de Vera, a primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, revela que, na ausência do poder público na proteção social de territórios populares, a tática da organização comunitária fortemente marcada pela atuação das mulheres é capaz de articular parcerias potentes fora da institucionalidade, mostrando outros caminhos para transformar a realidade.

A segunda, em relação ao espaço concebido e ao espaço vivido, indica que as carências e as injustiças do espaço abstrato, realizadas pelo poder público, mostraram a possibilidade para a realização de espaços diferenciais, através da reforma da sede da Associação de Moradores com apoio de uma rede articulada fora da institucionalidade.

A terceira, em relação ao espaço percebido e ao espaço vivido, revela que a transformação da realidade urbana e da vida cotidiana da Vila se materializa através da organização dos moradores e da atuação das lideranças femininas populares nas Associações de Moradores, junto a movimentos sociais e a uma rede de apoio ampla e diversa.

Na entrevista de Vera, a liderança diz se sentir reconhecida pelos moradores em razão dos efeitos positivos que a sua atuação proporciona à vila de modo geral. Na sua percepção, o apoio que recebe dos moradores ocorre em razão da sua vontade autêntica de fazer algo a respeito das necessidades coletivas da vila, somado ao seu engajamento na reforma da Associação de Moradores e na consolidação desse local como um espaço coletivo e autônomo.



***Eu como liderança, eu me sinto assim uma mulher de pulso firme porque muitas vezes tu tem que tomar umas atitudes firmes...Então sim, eu me sinto uma liderança, e me sinto um pouco orgulhosa de mim mesma...Por que muitas pessoas que passaram por aqui não tiveram êxito em fazer alguma coisa, e se tu não tiver assim a credibilidade e confiança de outros né, como da ONG Misturá...Então eu me sinto bem em ter realizado o meu***

***sonho de ter um espaço de empoderamento aqui dentro da comunidade. Eu me sinto reconhecida como uma liderança também, e tenho apoio de muitos vizinhos aqui.***



***Quando a gente coloca as pautas e a gente explica as coisas os moradores entendem, eles nos compreendem. E depois desse avanço que aconteceu aqui dentro da comunidade eles estão se sentindo seguros, eles estão sentindo, assim, que tem firmeza na diretoria da associação, então eles nos respeitam. Isso é muito bom, é gratificante para mim porque eles me reconhecem como uma líder comunitária que tá aqui para trazer as benfeitorias para dentro da comunidade, porque eu trago lá de fora e quero que fique aqui entendeu, eu não quero que saia daqui.***

Vera também destaca que esse sentimento de reconhecimento por parte dos moradores vem acompanhado da legitimação das estratégias que utiliza na sua atuação enquanto liderança feminina popular. Para ela, a forma como se comunica e se relaciona com os moradores da vila, bem como com os apoiadores externos, é uma qualidade muito importante da sua atuação, que permite manter vivo o senso de coletividade interno (entre os moradores e a associação) e externo (entre moradores, associação e a rede de apoio).



***Eu acho assim que eu me sinto mais reconhecida pela maneira que eu me relaciono com meus vizinhos. É o meu relacionamento com eles, porque eu penso assim que não ia adiantar ter um espaço bonito e aconchegante aqui se não tivessem as pessoas aqui dentro né. Então eu acho assim que o meu relacionamento com eles é o mais importante porque eu preciso deles do meu lado, eu preciso fazer minha comunidade vir para dentro da associação, e daí isso depende de mim, do meu caráter, do que eu falo e como me comporto, de como eu atuo aqui dentro da comunidade.***

Nesse sentido, tanto na fala quanto na atuação de Vera, fica evidente a sua escolha por trabalhar o empoderamento a partir das questões femininas que circundam a vida dos moradores da Vila Chácara do Primeiro. Principalmente pelo fato de a maioria dos moradores mais diretamente envolvidos com o trabalho comunitário serem mulheres, mas também pela realidade social da população no contexto pandêmico, em que mulheres e mães solo foram fortemente afetadas por serem o grupo social mais vulnerável à desigualdade de renda, às condições precárias de



moradia e à exposição ao vírus pela necessidade de trabalhar em empregos pouco estáveis e mal remunerados (muitas dessas mulheres eram/são trabalhadoras domésticas).



***Eu tento passar isso para as mulheres aqui da comunidade, tento passar para elas confiança e que se a gente não tem hoje um litro de leite para dar para um filho, amanhã a gente pode ter...A gente não precisa se atirar na droga, na prostituição, a gente tem que ter respeito pelo corpo da gente, todos os dias sabe. Eu falo isso para as mulheres e tento assim passar para elas uma autoestima sabe, que uma mulher não pode ser concorrente da outra, que a gente tem que ficar unida, mulheres unidas conseguem muita coisa.***

De tal modo, a atuação de Vera, no âmbito da ligação dialética entre o espaço vivido e o percebido, aproxima-se da perspectiva do feminismo popular, na medida que se realiza em conjunto com o trabalho comunitário exercido majoritariamente por mulheres. Unidas pela necessidade de sobrevivência frente ao contexto pandêmico, essas mulheres desvelam os desafios da vida cotidiana da vila frente às desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe, em meio a um contexto socioeconômico que relega às mulheres residentes em territórios populares posições flexíveis e mal remuneradas de trabalho e emprego (SCHILD, 2015).

Portanto, no contexto das trabalhadoras domésticas da Vila Chácara do Primeiro, muitas delas na condição de mães solo, as desigualdades observadas nessa realidade urbana enquadram-se em uma dinâmica estrutural que é aproveitada para a acumulação capitalista. No Brasil, devido às especificidades sócio-históricas do seu desenvolvimento econômico, as mulheres de classes altas e as que acendiam socialmente, majoritariamente brancas, não socializavam as obrigações de cuidado com a família e os filhos, terceirizando essas funções às mulheres de classes mais baixas e em sua maioria negras, em condições sociais e de trabalho perversas e precárias (GONZALEZ, 2011; SAFFIOTI, 2013; FRASER, 2013).



**Diagrama 11.** Registros fotográficos das atividades realizadas na sede da Associação de Moradores durante a pandemia: produção de quentinhas para alimentar os moradores da Vila. Fonte: acervo de registros disponibilizados por Vera.

#### 4.2.4 KAREN

Karen Santos é professora de educação física formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Acima de tudo, Karen se define como militante. Luta contra a discriminação racial e o genocídio da juventude negra, contra o machismo e em defesa da igualdade entre homens e mulheres, em defesa dos direitos da população – sobretudo do trabalho digno, da educação e da saúde públicas e de qualidade e da moradia. Filha de pai bancário do Banrisul e mãe secretária de escola estadual, desde cedo teve contato com debates interseccionais sobre raça, classe e gênero no ambiente familiar. Trabalhou por dois anos como pesquisadora do IBGE, executando a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Nesse trabalho de pesquisa das condições de vida dos porto-alegrenses e moradores da região metropolitana, viu-se diante de uma realidade segregada e discriminatória. Foi diante disso que decidiu participar da luta política a partir dos movimentos sociais.

Em 2016, concorreu à vereança em Porto Alegre e alcançou a primeira suplência pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em 2019, assumiu como vereadora da cidade. Em 2020, Karen foi eleita a vereadora mais votada da cidade, alcançando 15.702 votos. Karen se aproximou da política através do Movimento Estudantil, atuando na luta pela garantia da política de cotas na universidade, e também do Movimento Negro. O seu mandato é coletivo e foi conquistado através da dedicação de muitas pessoas que compartilham das mesmas indignações diante das desigualdades sociais. O mandato coletivo de Karen é oriundo do Coletivo Alicerce, braço estudantil do PSOL.



***Eu ajudei a construir o Coletivo Alicerce, antes do coletivo a gente tinha o Terceiras Manhãs. No movimento social negro a gente chegou a construir o coletivo NegrAção, que foi o primeiro coletivo de estudantes cotistas da UFRGS.***

eixos de atuação do mandato

locais atuação

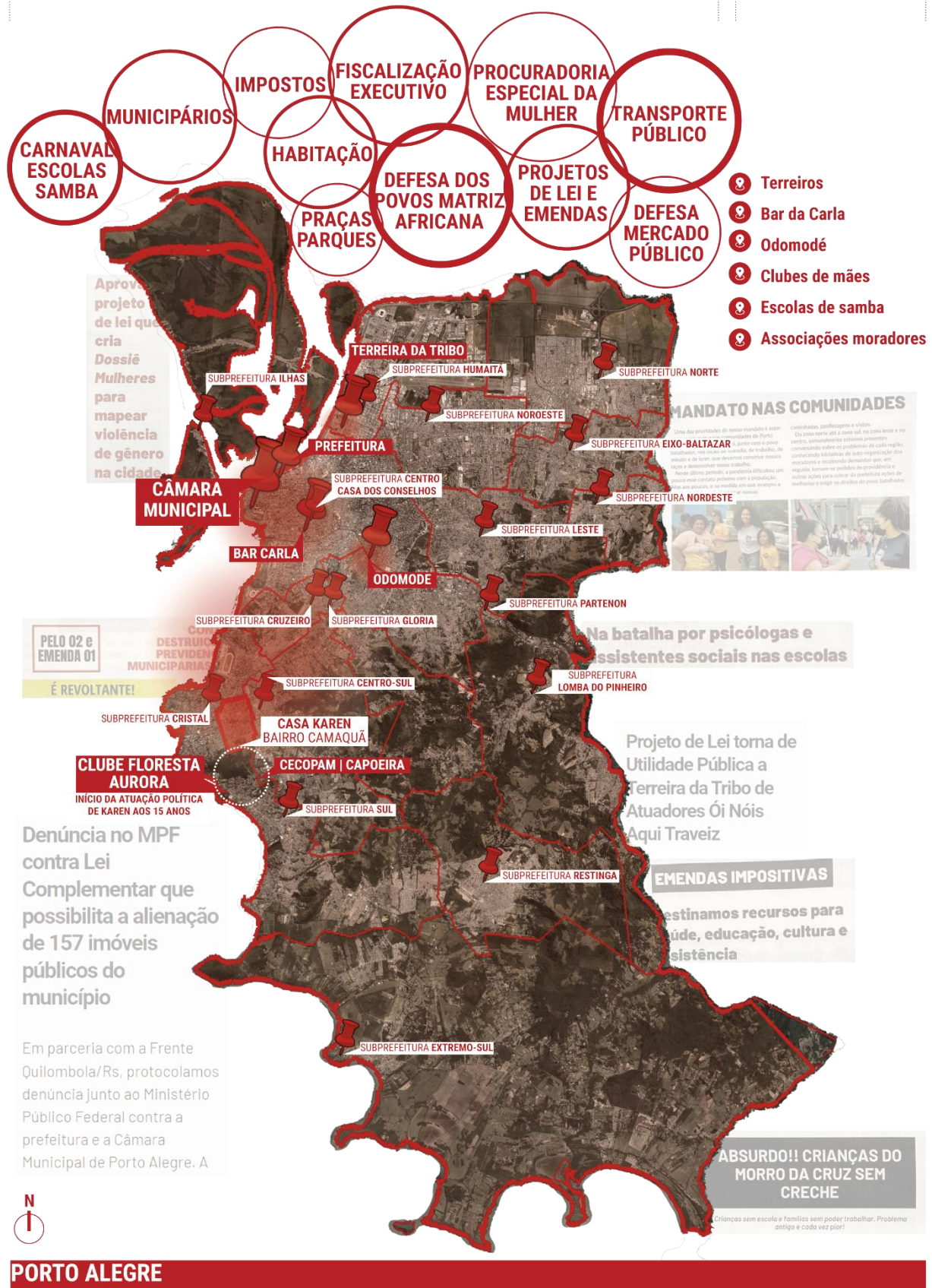


Figura 6. Cartografia realizada durante a entrevista com Karen (objetivo 1). Base de dados: entrevista com Karen. Base cartográfica: Google Earth (2022). Fonte: elaboração própria.

O início da atuação política de Karen foi aos 16 anos no Clube Negro Floresta Aurora, espaço que frequentava com a família na época em que o clube se situava no Bairro Ipanema. Ela e seus familiares articularam um projeto junto a uma rede de parceiros para levantar verba para reformar a biblioteca da sede, com o objetivo de reabri-la. Karen também teve forte vínculo político com grupos de capoeira de Porto Alegre, lançando mão, desde muito jovem, de uma atuação baseada no combate às desigualdades interseccionais que permeavam o seu fazer político, mesmo dentro de movimentos sociais progressistas.



*E antes eu fiz parte também do grupo de Capoeira Guerreiros Mestre Farol, e a gente chegou a construir também, dessa perspectiva de mulheres, o encontro Menina Mandingueira, que foi um encontro de Mulheres Capoeiristas do grupo, para elaborar desde cantigas e até para debater o lugar da capoeira na roda, questão do machismo, acho que esse foi um dos primeiros espaços, de grupo, que a gente já pensava e executava política pública sem nem ter muita dimensão. A gente chegou a construir a Semana Municipal da Capoeira; o mestre tinha uma federação que captava recurso, e era lei né, a Semana Municipal da Capoeira, então a gente fazia barracões, fóruns e a Semana Municipal da Capoeira.*



*Nesses grupos, o que unia mais as mulheres eu acho que era a necessidade né, da parte do machismo, se criavam situações em que nós precisávamos nos defender e se organizar, mas em geral era muito a necessidade de conquistar as nossas coisas. A gente conseguia organizar os nossos espaços né, as nossas políticas financeiras, conseguir debater temas que consideramos pertinentes, para que dessem movimento para as nossas indignações, o racismo, o machismo e as necessidades mais objetivas. E a partir delas, a gente fazia os nossos espaços em paralelo para tentar avançar na discussão teórica, que nos permitisse compreender de onde vinha, muito trabalhando na lógica da reeducação dos nossos companheiros... Tinha a divisão sexual do trabalho, então as mulheres ficavam mais nas tarefas da cozinha, limpeza da louça, e os homens mais voltados para o círculo na roda de conversa [espaço de discussão]. Então a gente tentava criar alguns espaços assim, para que elas enxergassem isso, enquanto uma desigualdade de gênero, e fossem se colocando aos poucos.*

Os principais eixos de atuação do mandato são as lutas nas pautas que envolvem o eixo **cultural**, como o carnaval de rua e as escolas de samba; o eixo **sindical**, como a classe dos municipais, contra o aumento de impostos e as mudanças nas políticas

tarifárias; o eixo da **habitação**; o eixo de **proteção de parques e praças**; o eixo que promove ações de **combate à violência de gênero**, junto a procuradoria especial da mulher; o eixo da **defesa dos povos de matriz africana**, como no caso emblemático da defesa do mercado público; o eixo do **transporte público** e da fiscalização do governo executivo municipal.

Segundo Karen, os carros chefes do mandato são a pauta da defesa e qualidade do transporte público, a defesa das trabalhadoras terceirizadas da empresa Multiclin e a luta pela educação (escolas estaduais e municipais).

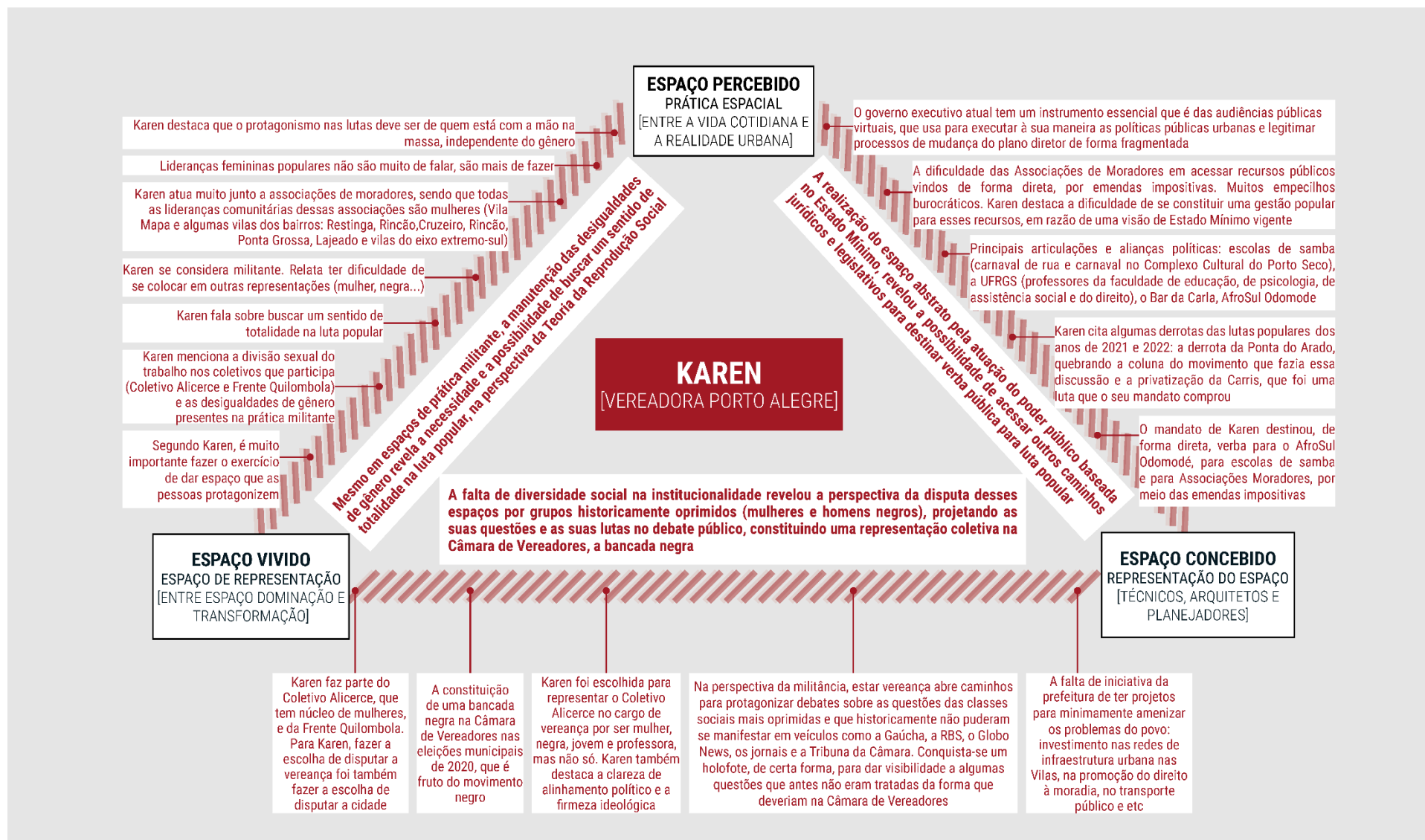
Territorialmente, a atuação do mandato se concentra nos bairros e nos territórios populares da Zona Sul e Extremo-Sul, com destaque para os bairros da Restinga, Lomba do Pinheiro, Rincão, Ponta Grossa e Lajeado, onde o mandato atua apoiando as lutas de terreiros, associações de moradores, clubes de mães, bares e escolas de samba.



***Acho que essa ideia de conseguir compartilhar um mandato e da relação entre as instituições com a luta popular e sindical, isso é uma das principais elaborações práticas nossas. Acho que o nosso fazer político é o principal instrumento para conseguir fortalecer o protagonismo das organizações do nosso povo, os terreiros, as escolas de samba, associações, os clubes de mães, o Bar da Carla, Odomodé.***



***Até estava pensando isso esses dias, a gente montou um mandato do nada, assim, errando e acertando. Mas não tinha experiência nenhuma; o próprio Ronaldo [advogado do mandato e ponte de contato com a Karen] teve que se ferrar muito até entender o que tinha que fazer, porque a gente dava tudo para ele fazer. A gente queria tudo, ainda não sabíamos qual ia ser a nossa linha de assessoria jurídica.***



**Diagrama 12.** Diagrama síntese da entrevista com Karen. Base de dados: entrevista semiestruturada com Karen. Fonte: elaboração própria.

O resultado do diagrama síntese de Karen indica que, em relação a ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço concebido, a realização do espaço abstrato pela atuação do poder público, baseada no Estado Mínimo, revelou a possibilidade de acessar outros caminhos jurídicos e legislativos para destinar verba pública para luta popular, de forma direta. Um exemplo dos caminhos jurídicos alternativos acessados pelo mandato de Karen são as emendas impositivas<sup>21</sup>.



***Desde 2019, com as Emendas Impositivas, em que a gente pode direcionar verba imediatamente para a associação, a gente direciona para o carnaval, para o Afrosul Odomodé, para as escolas, e eu percebo que falta iniciativa do poder público de ter projeto para a execução dessas emendas...eles não vem pra cá para a câmara de vereadores, para a tribuna, para dizer: a gente está com a perspectiva de fazer uma reforma no Porto Seco, e isso vai demandar um milhão de reais, então os vereadores que se dispuserem...sabe, fazer algum tipo de lobby para arrecadar a grana necessária, como eu vejo as entidades privadas o tempo todo fazerem. Então eu vejo que esse desmonte do Estado combina muito com isso assim, dele se despreocupar de como se desenvolve, de para onde se desenvolve.***



***Problema que tem a questão da burocracia, do racismo institucional, entendeu, porque às vezes a associação não tem CNPJ, não é uma associação reconhecida como uma utilidade pública. E as nossas entidades orgânicas mesmo e que têm raízes comunitárias estão disputando com essas grandes corporações da filantropia, da assistência social e até da saúde. Então é uma visão, assim, de Estado Mínimo, entre aspas, porque o fomento segue vindo, mas sem o controle de uma gestão popular sabe, onde as pessoas pudessem ir e disputar os recursos. Para o Afrosul Odomodé liberaram agora o recurso que a gente destinou em 2019. Poxa, sabe, 3 anos para conseguir um recurso, ainda mais sendo uma entidade que está com a sua documentação em dia. Então tem muito racismo institucional nesse contexto...então fica uma situação que parece que não tem uma decisão em última instância, né e tem! Por que para algumas entidades eles conseguem criar caminhos jurídicos para viabilizar o repasse do recurso, sabe.***

---

<sup>21</sup> Emenda Impositiva é o instrumento pelo qual vereadores podem apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), destinando recursos do município diretamente para determinadas obras, projetos ou instituições.



A relação dialética entre o espaço percebido e o concebido também permitiu desvelar as vantagens e as desvantagens que o mandato de vereança engloba no conjunto da atuação política de Karen. Por mais que a atuação dentro de um mandato parlamentar seja uma relação de trabalho, Karen afirma que a vereança abre muitas portas políticas, financeiras e jurídicas para realizar certas reparações e construir frentes de lutas que teriam pouco alcance e visibilidade se não fossem disputadas também dentro da institucionalidade. Em última instância, o mandato parlamentar também serve como holofote e meio de acesso à informações privilegiadas.



***Aqui dentro tudo fica uma relação de trabalho. Então antes tu militava no teu tempo vago, hoje tu recebe para militar. Então de certa forma é um privilégio. E também por ter uma estrutura que antes a gente não tinha, uma sede ampla, um material de panfleto que antes a gente não tinha acesso, um caixa fixo para contribuir com as lutas que necessitam...desde pagamento para a quadra de vôlei até para comprar as telhas da associação comunitária. Então é uma forma de manter uma margem para podermos manter uma relação com as entidades sem precisar de uma mediação com o poder público, porque se depender do poder público a gente não vai ter, né, ainda mais pelos vetos que a gente tem aqui dentro.***



***Na perspectiva da militância, estar na vereança te abre perspectivas para fazer debates que a gente historicamente não teve acesso, a gente vai debater na gaúcha, a gente vai debater na RBS, na Globo News, tu escreve para jornal, na tribuna da câmara, então tu tem um holofote de certa forma para dar visibilidade para algumas questões que antes não eram tratadas aqui dentro da forma como deveriam ser tratadas assim. E tu tem acesso à informação privilegiada, então tu consegue perceber as movimentações tanto do transporte, da especulação imobiliária.***

A relação entre o espaço concebido e o espaço vivido apontou que a falta de diversidade social na institucionalidade revelou a necessidade de disputar esses espaços por grupos historicamente oprimidos (mulheres e homens negros) como forma de reparação histórica, de modo a projetar as suas questões e as suas lutas no debate público, constituindo uma representação coletiva na Câmara de Vereadores, a bancada negra.



***Eu fui projetada [para encabeçar o cargo de vereadora do mandato coletivo], foi uma decisão do coletivo. E eu acho que é muito dessa leitura mesmo, de como é importante dar espaço, porque a gente tem pessoas super qualificadas, de homens, de mulheres brancas, sabe, só que em última instância conseguir projetar também figuras negras, homens negros, mulheres negras, indígenas, né. Não é só aquele debate meio reto das ações afirmativas, acho que ao mesmo tempo tem que ter o debate da formação política para esse tipo de tarefa, até porque é algo muito sedutor, então a tendência de entrar aqui e se envolver com essa institucionalidade é muito grande, então também tem que ter uma firmeza ideológica, não dá pra ser alguém só para cumprir cotas. Tem todas essas contradições que a gente vem analisando. Mas o meu caso foi uma decisão coletiva. Teve muito esse debate de ser mulher, de ser jovem, de ser professora, de ser negra, no coletivo eu atuava na educação, eu atuava no movimento negro, no movimento de mulheres, então, de certa forma, gente busca muito na política do coletivo, a partir dessas mediações e desses segmentos da luta de classes, buscar um sentido de totalidade, né.***

A relação entre o espaço percebido e o espaço vivido, revelou que mesmo nos espaços de prática militante do mandato de Karen, a manutenção das desigualdades de gênero revela a necessidade e a possibilidade de buscar um sentido de totalidade na luta popular, na perspectiva da Teoria da Reprodução Social.



***A gente não é muito de falar, a gente é mais de fazer, de mudar a parada [se referindo às lideranças femininas de modo geral]. A gente vem tentando construir isso no movimento sabe. Mas olha, eu tô há 14 anos de militância, e a gente vem tentando desconstruir essa ideia né, do fazer e do falar, porque realmente é isso né, quem não faz tem muito mais tempo de elaborar tanto teoricamente quanto de ocupar espaços de representação, mas é uma representação que não tem uma conexão direta com o trabalho. Também não acho que tem que ser aquela coisa né, do retroceder à ideia do trabalho artesanal, todo mundo ter que fazer tudo para conseguir ter algum tipo de respaldo político. Mas há uma centralidade muito grande de poder nas figuras públicas, os dirigentes, né, são figuras públicas, então uma desconexão deste trabalho cotidiano, que é um trabalho invisível e difícil de captar isso para fazer capital político.***



***A galera remete um poder gigante à essas figuras [se refere aos homens em contextos de luta pela não remoção e dos advogados do processo], o que também atrapalha muito nesse sentido também [da desigualdade de gênero], do protagonismo delas [lideranças comunitárias]. Acho que o protagonismo deve ser de quem está com a mão na massa, quem tem mais compreensão das dificuldades. Mas é isso, é uma construção, na verdade primeiro uma desconstrução, para depois projetar essas mulheres para a vida pública.***

Em relação a sua construção enquanto figura pública dentro de um mandato parlamentar, Karen prefere dissociar a sua imagem e a sua prática de bandeiras como o feminismo e o antirracismo, pois discorda de movimentos feministas e antirracistas que balizam as suas narrativas apenas em matrizes identitárias e culturalistas. Por esse motivo, Karen prefere se autodeterminar como uma vereadora militante, em um movimento que visa recolocar o valor político da práxis militante dentro da luta popular.



***Na verdade, eu me vejo como uma militante, que é um conceito assim mais pau para toda obra, por que eu acho que liderança infelizmente pela prática mesmo dos nossos líderes remete a todos esses conceitos aí que a gente vem questionando: o que é ser o líder? Assim me vejo muito como militante. Acho muito massa a gente recolocar esse conceito na roda, sabe, por que é criminalizado o tempo inteiro, sabe, isso é muito panfletado, isso é muito militante, a universidade faz muito isso, inclusive. E tenho muitas dificuldades, assim, de me colocar dentro desses outros conceitos, do feminismo, do antirracismo...muito também pelo que eu vejo esses movimentos fazerem, sabe, então não quero me associar muitas vezes a esses movimentos porque eu tenho divergência, com a prática e com o debate. Eu acabo sendo militante mesmo, a Karen, me contempla mais assim sabe, do que mulher, negra, periférica, professora, antirracista, feminista, socialista, ecossocialista, vegetariana nas horas vagas sabe, mãe de pet...acho que isso tudo é meio complicado assim, né. Militante é o que eu faço: faço uma organização política e cumpro a tarefa de estar vereadora.***



***Eu sempre fui a pessoa do vamos fazer, tem como, a gente buscar apoio e a gente correr atrás, entendeu...E eu acho que em última instância é isso, é trabalhar com pessoas né, acho que eu tenho um pouco desse tato assim sabe, de trabalhar com pessoas dos mais diversos tipos assim sabe. E de tentar, apesar das nossas diferenças, manter uma união para a gente não se dissipar sabe, a gente tem potências muito grandes, muito fortes, brigo muito pelo que eu acredito, mas cedo para caralho também, entendeu, cedo e tenho muita paciência.***



## CASA DA MÃE SANDRA DO BARÃ

### e a luta pelo direito à moradia

Em 2019 tomamos conhecimento do caso da Mãe Sandra do Barã, que estava às vésperas de ser removida do local onde vivia. Mãe Sandra do Barã era moradora da região da Cruzeiro, em Porto Alegre, e sua casa havia sido afetada pelas obras iniciadas em 2012 para a Copa do Mundo de 2014 (e que até hoje não foram concluídas). Sem diálogo, a prefeitura queria retirar Mãe Sandra do Barã de seu território ancestral e em troca lhe ofereceu um aluguel social absolutamente insuficiente para garantir uma outra moradia digna.

A situação era absurda e criou diversos transtornos para Mãe Sandra e sua família, inclusive com situações de abandono. Colocamos nosso mandato à disposição para construir a resistência e fortalecer a luta pelo direito dela e sua família acessarem uma casa adequada às necessidades. Fizemos diversas reuniões para ouvir Mãe Sandra e entender as demandas, reunimos com a prefeitura para tratar do caso e, em 2021, depois de muita luta, procura, lutas e reuniões, conseguimos reverter a situação. No dia 11 de agosto aprovamos, na Câmara de Vereadores, um Projeto de Lei que permitiu a soma dos bônus moradia e isso possibilitou encontrar uma casa ampla e viável no bairro medianeira, que comportou as necessidades da Mãe Sandra, da família e seu Barã, respeitando também o tempo para todos os rituais necessários da tradição da casa.

*Foi uma luta difícil, que se prolongou por muitos anos e impactou muito a família. Mas foi uma luta fortalecida coletivamente e que resultou em vitória. No dia 17 de fevereiro deste ano, finalmente a Mãe Sandra do Barã conquistou a matrícula e a escritura da sua nova moradia. Ela e sua família resistiram contra o risco de despejo, enfrentaram o racismo religioso, e lutaram duramente pelo direito ao território.*

## Vida digna, trabalho digno

O desemprego tem sido uma dura realidade no Brasil e também em Porto Alegre. Dados do IBGE, levantados no primeiro trimestre de 2020, indicavam que mais de 82 mil pessoas estavam sem emprego na capital. A situação piorou muito com a chegada da pandemia. E a população mais afetada pelo desemprego é aquela que vive nas regiões periféricas.

Para quem consegue trabalhar, a situação também não é boa. Os últimos anos foram de redução dos direitos trabalhistas, precarização dos postos de trabalho, avanço do trabalho informal e do trabalho terceirizado - onde são recorrentes as denúncias de demissões injustas, de não pagamento de valores alimentação e transporte, de assédio moral e outras violações de direitos.

A pauta do trabalho é uma das questões centrais para nós. É urgente que seja implementada uma política de geração de emprego digno para a população. Esta é uma luta que está na ordem do dia e que precisa ser fortalecida, pois impacta diretamente a vida da população. Ter a possibilidade de vida digna pensada também tem acesso ao direito de trabalhar.

## SINE NOS BAIRROS


No dia 16 de maio protocolamos um pedido de providência solicitando que a prefeitura organize, pelo menos uma vez ao mês, plantões do Sine nos bairros de Porto Alegre. Nosso pedido foi encaminhado na mesma semana em que a prefeitura promoveu, no centro da cidade, o Feirão de Emprego 250 anos de Porto Alegre.

Para as pessoas em situação de desemprego, muitas vezes o preço do trabalho informal e do trabalho terceirizado - sobretudo em momentos como o que vivemos agora, em que se articula mais um aumento abusivo da tarifa, que já é cara, e que diversas licenças foram retiradas pela gestão de Sebastião Melo. Há pessoas que não tem dinheiro para se deslocar do seu local de moradia até o centro para procurar trabalho.

Nesse sentido, nosso pedido de providência foi encaminhado com o objetivo de possibilitar maior acesso às vagas de trabalho disponibilizadas na cidade.

## Na batalha ao lado das trabalhadoras da cozinha e da limpeza das escolas municipais

Depois de muita mobilização, em 2021 a prefeitura implementou o modelo de contratação emergencial de trabalhadoras para a cozinha e a limpeza das escolas. Apesar de importante, desde o início o processo foi atravessado por diversos problemas causados pela prefeitura, como falta de organização, falta de informação e falta de apoio para a organização de documentações.



## Aprovado projeto de lei que cria Dossiê Mulheres para mapear violência de gênero na cidade

Depois, chegaram até nós diversas situações em que trabalhadoras foram impedidas de assumir suas vagas porque tinham sido barradas nos exames médicos de forma injustificada. Ainda, muitas trabalhadoras por meses recebendo seus valores e salários atrasados.

No final do ano, a prefeitura encerrou os contratos com as trabalhadoras, comunicando que os mesmos não poderiam ser renovados e que um novo processo seletivo deveria ser realizado.

O que temos visto é que a prefeitura de Porto Alegre está reproduzindo uma relação trabalhista muito semelhante ao que as empresas terceirizadas impõem para essas trabalhadoras. Além dos atrasos recorrentes, ao encerrar os contratos temporários com menos de um ano de prestação de serviço a prefeitura se furta de pagar férias para centenas de pessoas que trabalharam o ano inteiro para garantir alimentação e limpeza nas escolas.

Apesar da negligência da prefeitura, o estabelecimento do vínculo com o município foi uma conquista da luta e da mobilização das trabalhadoras. Ainda em outubro de 2021, o nosso mandato reuniu com o secretário de administração e patrimônio, André Barbosa, para levar os questionamentos das colegas contratadas e reivindicar a continuidade do contrato a partir de fevereiro de 2022.

No começo desse ano foi realizado novo concurso, porém a prefeitura não garantiu a continuidade para aquelas que já estavam trabalhando. Diversas trabalhadoras, depois de passar horas em uma fila debaixo do sol quente, foram desclassificadas de forma injusta. E os problemas seguem se repetindo: muitas estão sem receber vale transporte desde o início do novo contrato, muitas ainda não receberam a rescisão, nem quem está na escola, nem quem não conseguiu seguir trabalhando após o novo contrato, nem pessoas trabalhando 40h e recebendo apenas por 20h e a inabilidade não está sendo paga de forma adequada. Além disso, a prefeitura emitiu um contrato no outro sem garantir férias para as contratadas.

Nos estamos diante de um problema gravíssimo. De um lado, temos centenas de trabalhadoras que necessitam e querem trabalhar, e do outro está a prefeitura que despreza e negligencia o trabalho e os direitos dessas que executam serviços essenciais para a garantia do funcionamento das escolas. É inaceitável que a prefeitura trate essas pessoas da mesma forma que eram tratadas quando trabalhavam para empresas privadas e terceirizadas.

Essa política perversa e elitista do governo Melo precisa ser denunciada. Reclamamos e exigimos que ele garanta os direitos das trabalhadoras! Seguimos apoiando a luta das trabalhadoras da cozinha e limpeza das escolas municipais, em diálogo permanente com elas e também pagando reuniões no executivo.

É urgente o pagamento das rescisões, inabilidade e 10h de serviço faltantes, do vale transporte, a garantia de férias, nova chamada de trabalhadoras e a continuidade dos contratos. São direitos fundamentais para evitar adofecimentos e ainda mais precarização da vida e do serviço público.

Em 2021, a Câmara de Vereadores aprovou um projeto de lei de autoria do nosso mandato que estabelece a criação do Dossiê das Mulheres em Porto Alegre. Esse foi um dos projetos propostos em conjunto com a Bancada Negra, e faz parte da Agenda Marielle Franco.

A lei aprovada determina a elaboração e publicação de estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas pelos serviços públicos do município. Os dados devem ficar disponíveis para o acesso de toda a população, mantendo-se o sigilo sobre a identidade das mulheres.

O Dossiê deve apresentar dados sobre feminicídio e sobre qualquer forma de violência que vitima a mulher, além de constar a identificação da cor das mulheres - para que seja possível mapear as diferenças raciais que possam existir em relação à violência contra a mulher e para permitir a construção de políticas públicas específicas e direcionadas.

Mais do que nunca, precisamos produzir e trazer a dados sobre a realidade das mulheres em nossa cidade, para pensar políticas públicas qualificadas para combater a violência e de acolhimento às mulheres e famílias que vivem esse problema.

Seguimos na batalha para que o prefeito Sebastião Melo implemente essa lei urgentemente. A luta por direitos, pela vida e pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres não pode esperar.

**SOMOS MULHERES BATALHADORAS**  
Sustentamos milhões de famílias  
Lutamos por direitos e vida digna

## QUEDEMOS EMPREGO!

Sem emprego digno e respeito por todas as mulheres, o país não terá futuro...

A CRISE É GRAVE  
SÓ COM LUTA E UNIDÃO  
O POVO TERÁ FORÇA  
PARA MUDAR ESSA  
REALIDADE

**Karen Santos**  
Membro do Conselho  
de Porto Alegre - PSOL

POVO DE  
CANTALHA

PSOL

FIM DO IMIESF NAS VILAS  
77 POSTOS DE SAÚDE SERÃO FECHADOS  
MAIS DE 1800 TRABALHADORES DEITADOS  
(Agentes Comunitários, Educadoras, Médicas de Família, etc)

## Marchezan não vai no posto de saúde

a não ser pra tirar foto

MAIS DE 80% DAS QUESTÕES DE SAÚDE DO POVO SE RESOLVEM NOS POSTOS DE PERIFERIA  
METADE DOS BAIRROS SEQUEM TEM POSTO DE SAÚDE  
A OUTRA METADE CORRE RISCO DE PERDER

### Posto na Vila

Não é presente de político  
É conquista da Comunidade

TEMOS QUE DEFENDER NOSSAS CONQUISTAS  
#Nenhuma Trabalhadora Deitada  
#Nenhuma Posto a Menos

ALICERCE  
CONHEÇA O ALICERCE,  
LUTE COM A GENTE!

## MARCHEZAN AUMENTOU O IPTU DA CIDADE SEM DIALOGO COM A POPULAÇÃO

São ataques por todos os lados:

Entrega nossos parques e praças para a iniciativa privada lucrar com o nosso lazer; não abre vagas nas creches municipais; terceiriza os serviços dos postos de saúde da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus, e que privatizar o IFRS; destruiu a carreira dos servidores públicos municipais; aumentou o preço da passagem de ônibus.

### A cidade está abandonada!

Esburacada, violenta, não tem emprego. Falta água, falta luz, alaga quando chove.

E AGORA O PREFEITO VAI COBRAR ALICERCE MAIS IMPOSTO DO POVO QUE BATALHA.

Marchezan diz que Porto Alegre está em crise  
MAS SÓ QUEM PAGA A CONTA SÃO OS TRABALHADORES/AS

ALICERCE  
10 curta nossa página no facebook

TODO ANO É A MESMA COISA! CHEGA O VERÃO E...  
**FALTA ÁGUA**  
MAS SOBRAM PROMESSAS



LEBRE 2015/16/16-21

### PROMESSA NÃO MATA A SEDE

Muda ano, muda governo e a falta de água na Lomba, entre dezembro e março, já virou rotina.

E nada que tá sendo prometido pela prefeitura tem resolvido o problema.

Mas por que falta água?  
Com o tempo o bairro aumentou, vieram mais moradores, mais casas etc... os condomínios...  
Os condomínios tem grandes reservatórios que armazenam toda a água... quando vem...  
Mas a estrutura da Lomba é a mesma há 50 anos!!!  
Pra onde tá indo o dinheiro do IPTU?

### E o restante da população? Como fica?

ALICERCE E MEN MAPA - LUTE COM A GENTE

**Diagrama 13.** Registros fotográficos dos panfletos do mandato parlamentar. Fonte: elaboração própria durante a entrevista no gabinete de Karen, na Câmara Municipal de Porto Alegre.

### MANDATO NAS COMUNIDADES

Uma das prioridades do nosso mandato é estar sempre nas ruas e nas comunidades de Porto Alegre. Acreditamos que é aí, junto com o povo batelhador, nos locais de moradia, de trabalho, de estudo e de lazer, que devemos construir nossos laços e desenvolver nosso trabalho.

Neste último período, a pandemia dificultou um pouco esse contato próximo com a população. Mas aos poucos, e na medida em que avançou a vacinação, foi possível retomar nossas caminhadas, parliatagens e visitas.

Da zona norte até à zona sul, na zona leste e no centro, usualmente estamos presentes conversando sobre os problemas de cada região, propondo iniciativas de auto-organização dos moradores e recebendo demandas que, em seguida, tornamos pedidos de providência e outras ações para cobrar da prefeitura ações de melhoria e exigir os direitos do povo batelhador.



### SOMOS O COLETIVO ALICERCE

O Mandato do Povo que Batalha é construído por muitas mãos, mentes e corações que não se conformam com a exploração e com a precarização da vida do povo. Um mandato coletivo formado por pessoas que lutam para transformar o mundo.

Karen Santos é professora, militante do Coletivo Alicerce e está vereadora de Porto Alegre pelo PSOL. Na eleição municipal de 2020, foi a mais votada entre os/as 36 parlamentares e alcançou a reeleição para o cargo legislativo.

No parlamento, travamos batalhas contra projetos de leis que visam atacar os direitos dos servidores municipais, que entregam para a iniciativa privada a administração de serviços que deveriam ser públicos, e contra o projeto neoliberal e privatista aplicado pelo governo municipal. Denunciamos, na tribuna, os abusos e as negligências cometidos contra a população.

Além disso, buscamos eocar as vozes daquelas e daqueles que mais trabalham e menos têm. Daquelas e daqueles que vêm de baixo, que enfrentam o sufoco diário da exploração da força de trabalho, da opressão e das desigualdades.

Queremos fortalecer as iniciativas de solidariedade e de luta das comunidades e o protagonismo do Povo que Batalha, na busca coletiva por saídas para seus problemas.



Nós te convidamos para conhecer o trabalho do Coletivo Alicerce e do nosso mandato! E também para somar forças na construção da nossa política, pois somente com união conseguiremos ampliar nossas lutas. Queremos seguir conectados com os problemas reais do povo e pensando coletivamente nas possíveis soluções para os problemas.

### ABSURDO!! CRIANÇAS DO MORRO DA CRUZ SEM CRECHE

Crianças sem escola e famílias sem poder trabalhar. Problema antigo e cada vez pior!

Nos últimos anos, você ou suas parentes/vizinhas conseguiram vaga na creche pras crianças?

É difícil, né? Isso acontece porque falta vaga para mais de 4 mil crianças de 0 a 5 anos em Porto Alegre


A prefeitura não atende a demanda de vagas e ainda terceiriza as creches, deixando de investir na educação pública.

### NÓS LUTAMOS POR:

EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE! ISSO É UM DIREITO E NÃO PODE SER NEGOCIADO!

Construa essa luta com a gente! Conheça o nosso coletivo, acompanhe o nosso mandato. Se quiser, chama a gente no whats: 51 98417-5259

### #EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA #DA CRECHE À PÓS-GRADUAÇÃO



## TODOS NA RUA PELA EDUCAÇÃO

Ato | 18:00 | Esquina Democrática

#GREVE GERAL #VAI SER MAIOR #Nossos Direitos Já

CONVERSE COM COLEGAS | MOBILIZE SUA ESCOLA | ORGANIZE-SE COM O ALICERCE

### O QUE LEVA A MULHER A NÃO DENUNCIAR UMA AGRESSÃO

- ✓ Medo do agressor;
- ✓ Dependência financeira;
- ✓ Preocupação com a criação dos filhos;
- ✓ Vergonha da agressão;
- ✓ Dúvidas sobre a punição;
- ✓ Acreditar que terá sido a última vez;
- ✓ Acreditar que o agressor mudará;
- ✓ Não conhecer seus direitos.

CONVIVER COM SINTOMAS COMO ESSES É SER VITÍMA DA VIOLÊNCIA.

### NUNCA PENSE DUAS VEZES. DENUNCIE!

#### COMO DENUNCIAR

- ✓ Solicitar o comparecimento da Brigada Militar, através do 190 (24h);
- ✓ Registrar a Ocorrência Policial na Delegacia mais próxima (24h);
- ✓ Procurar o Centro de Referência e Atendimento à Mulher;
- ✓ Central de atendimento à mulher - 180 (24h);
- ✓ Defensoria Pública do Estado do RS.

### O QUE É VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

Violência que decorre de uma relação histórica de poder e de dominação do homem e submissão da mulher, marcado pela discriminação e menosprezo à condição de mulher.

### COMO IDENTIFICAR AS FORMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

- ✓ Ter medo do homem com quem vive;
- ✓ Ser perseguida ou excessivamente controlada pelo parceiro;
- ✓ Ser agredida verbal ou fisicamente pelo companheiro/namorado/marido/pai/filho ou outro familiar;
- ✓ Ter objetos, roupas ou documentos destruídos ou subtraídos;
- ✓ Ser obrigado a manter relações sexuais;
- ✓ Ser ameaçada de agressão ou morte;
- ✓ Ser desqualificada como mulher/mãe/profissional.

WHATSAPP - PC  
51 98418.7814

190 - Brigada Militar / 197- Polícia Civil

Diagrama 14. Registros fotográficos dos panfletos do mandato parlamentar. Fonte: elaboração própria durante a entrevista no gabinete de Karen, na Câmara Municipal de Porto Alegre.



Em linhas gerais, os diagramas sínteses da produção do espaço das entrevistadas de Porto Alegre mostram que, em um primeiro momento, a atuação de lideranças femininas populares aparece fortemente vinculada à dimensão do espaço percebido e às suas ligações dialéticas com o espaço vivido e com o espaço concebido. Isso se percebe pelo fato das suas atividades comunitárias e coletivas acontecerem no conjunto da vida cotidiana, no fazer do dia-a-dia, como afirmou Karen, “nós não somos de falar, somos de fazer”.

Algumas falas e atuações das lideranças femininas populares entrevistadas refletem o maior envolvimento das mulheres na realização do trabalho comunitário e coletivo. Seja pela angústia gerada na ameaça de remoção, seja pela necessidade de equipamentos e/ou infraestrutura urbana, as motivações das mulheres para o trabalho comunitário, como também para cumprir a tarefa de serem lideranças femininas populares, parecem se aproximar da dimensão do trabalho reprodutivo presente da TRS, na medida que essas mulheres orientam a sua atuação para transformar os problemas da vida cotidiana e melhorar as condições materiais de vida para todos.

Ao passo que a atuação das lideranças femininas populares se concentra em grande medida na dimensão do espaço percebido e na esfera local e privada, é a partir das suas ligações com o concebido e o vivido que o trabalho das mulheres alcança a esfera pública, primeiro através do protagonismo nas lutas comunitárias, destacado na tarefa de ser liderança feminina popular, e segundo na construção política de sua atuação, que se projeta na participação em diversas esferas da institucionalidade.

A ligação dialética entre o espaço vivido e o percebido, na maioria das análises, revelou a proximidade da atuação das lideranças femininas populares entrevistadas com a perspectiva

do feminismo popular, à medida que coletiviza, em conjunto com o trabalho comunitário exercido majoritariamente por mulheres nas associações de moradores, as tarefas domésticas e as obrigações de cuidados com a família e os filhos (trabalho reprodutivo). Conforme HAYDEN (2002), o feminismo popular dedicou-se a pensar e a desenvolver modelos espaciais capazes de coletivizar o trabalho reprodutivo, invisível e não remunerado, como a cozinha, a lavanderia e o cuidado dos filhos, a partir da organização coletiva e do redesenho das infraestruturas da vida cotidiana.

Cabe destacar que a maioria das mulheres que atuam em conjunto com as lideranças femininas populares, unidas pela necessidade de sobrevivência, vivenciam os desafios da vida cotidiana por meio de desigualdades interseccionais entre gênero, raça e classe, em meio a um contexto socioeconômico que relega às mulheres residentes em territórios populares posições flexíveis e mal remuneradas de trabalho e emprego (SCHILD, 2015). Em todos os casos, com destaque para as trabalhadoras domésticas e mães solo, a dinâmica contextual de desigualdades que permeia a vida cotidiana dessas mulheres acaba sendo aproveitada para a acumulação capitalista.

Essa realidade corrobora com o debate sobre as contradições entre **reprodução social** e **produção capitalista** presente na TRS. Nesse contexto, é importante destacar a relação intrínseca entre o trabalho doméstico e os contornos racistas que trabalhadoras em sua maioria mulheres negras submetem-se ao executar tarefas de cuidado em outras famílias. No Brasil, o trabalho doméstico assalariado ganhou direitos trabalhistas somente depois dos anos 2000, muito embora ainda mantenha sua estrutura de exploração.

A ligação dialética entre o espaço vivido e o espaço percebido também revelou a contradição existente entre o fato de



Preta não se considerar uma liderança feminista, mas manter uma práxis política fortemente vinculada à dimensão da reprodução social e ao mote das questões femininas. Essa percepção, do ponto de vista dialético e frente ao contexto em que ocorre, constitui-se de um ideário de práticas feministas supostamente descoladas da vida cotidiana e da realidade urbana marcada pelo medo generalizado da despossessão.

Nessa mesma linha, Karen prefere dissociar a sua imagem e a sua prática enquanto vereadora de bandeiras como o feminismo e o antirracismo, pois discorda de perspectivas que balizam as suas narrativas apenas em matrizes identitárias e culturalistas. No entanto, Karen reconhece a manutenção das desigualdades de gênero mesmo nos espaços de prática militante que atua, indicando a necessidade e a possibilidade de buscar um sentido de totalidade na luta popular.

A análise dos diagramas de Preta e Karen encontra eco nas palavras de Bhattacharya (2017), que diz serem as perspectivas feministas e/ou antirracistas, quando discutidas unilateralmente e descontextualizadas da perspectiva da totalidade social engendrada pelo capitalismo, estratégias políticas fracas, uma vez que procurariam superar as diferenças de raça e gênero por meio de apelos morais, demandando que as pessoas fossem feministas e antirracistas sem que enxergassem um motivo concreto para fazê-lo. No capitalismo, apesar das vantagens sociais que homens brancos de classes populares têm, sua própria condição social de exploração e degradação dos seus meios de reprodução da vida está diretamente ligada à condição social de subordinação e desumanização dos trabalhadores negros e das mulheres.

Quanto ao reconhecimento enquanto liderança feminina popular, percebe-se que ele vem acompanhado da constatação de um maior número de mulheres atuando na luta por direitos e na

melhoria da qualidade de vida dos territórios populares. O poder de transformação, nesse caso, relaciona-se à luta por mudanças necessárias nas infraestruturas de reprodução da vida, conferindo uma motivação maternal que extrapola a esfera doméstica e local, e engloba as questões que historicamente constituem o trabalho reprodutivo, executado majoritariamente por mulheres.

A análise dos diagramas também revelou que as lideranças femininas populares se sentem reconhecidas como tal à medida que os seus pares, moradores e apoiadores da vila, legitimam as suas estratégias de luta pelos direitos do território. Ao mesmo tempo, essas lideranças demonstram ter consciência sobre a relevância da própria atuação, pois atestam a sua capacidade de mobilização e diálogo junto a diversos atores institucionais e políticos. De tal modo, à medida que se sentem reconhecidas como lideranças, elas reconhecem as suas estratégias como importantes aliadas nas lutas urbanas, reunindo o que Gramsci (1999) chama de consciência “de si, para si e para o outro”, não como um dado mecânico, mas como um devir histórico.

Já no caso de Karen, que atua por meio de um mandato parlamentar, a falta de diversidade social na institucionalidade revelou a necessidade de disputar esses espaços, por grupos historicamente oprimidos (mulheres e homens negros), como forma de reparação histórica, a fim de projetar ao debate público as suas questões e as suas lutas. Essa necessidade aproxima-se das perspectivas feministas negras, já que, segundo Davis (2016), a análise da questão das mulheres negras desde uma perspectiva de classe deixa claro que a luta das mulheres e dos negros é uma luta indissociável. Para a autora (2016), há uma relação dialética entre ambas as causas: a emancipação da classe depende da emancipação dos negros e negras e da população indígena. Portanto, as bases de sustentação do modelo econômico, social e político devem ser atacadas simultaneamente pelos sujeitos

dominados e explorados, em solidariedade de classe e apoio mútuos com os outros.

Em relação às estratégias e aos eixos de atuação das lideranças femininas populares entrevistadas em Porto Alegre, identifica-se que, na ausência da proteção social do poder público, a organização comunitária fortemente marcada e gerida pela atuação de mulheres é capaz de articular parcerias potentes fora da institucionalidade, mostrando outros caminhos para transformar a realidade. Essa transformação se materializa através da atuação nas associações de moradores, no sentido de organizar e articular a luta junto a movimentos sociais e a uma rede de apoiadores.

As lutas reveladas nos diagramas sínteses, ao passo que se vinculam ao horizonte da melhoria das condições materiais do espaço social (luta por creches e escolas, por infraestrutura urbana, contra a fome e etc), aproximam-se do debate acerca da Teoria da Reprodução Social (TRS). Nessa perspectiva, a atuação de lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade também engloba a luta pela transformação das condições sociais e materiais que balizam a reprodução da vida, em todas as suas esferas.

## 5. CAPÍTULO 5. CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O capítulo apresenta, na primeira seção, um panorama socioeconômico do Rio de Janeiro e alguns dados e reflexões sobre o seu planejamento urbano. O objetivo é traçar uma breve conjuntura das principais questões e agentes sociais atuantes no município, buscando elucidar, a partir das especificidades que constituem as suas desigualdades sociais, as diferenças e semelhanças em relação a Porto Alegre. Utiliza-se dados de bases oficiais do governo federal (IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano), governo municipal (site da prefeitura e do Instituto Pereira Passos), dados Observatório das Metrópoles e do site Memória das Olimpíadas. Na segunda seção do capítulo, apresentam-se análises dos dados coletados junto às entrevistas semiestruturadas com lideranças femininas populares da metrópole do Rio de Janeiro.

### 5.1 CONTEXTO E PANORAMA GERAL DA CIDADE

A coletânea “Reforma Urbana e Direito à Cidade”, lançada em 2022 pelo Observatório das Metrópoles, apresenta um panorama urbano dos últimos anos das metrópoles brasileiras. No exemplar destinado ao Rio de Janeiro, os autores situam as principais características da ordem urbana da metrópole do Rio de Janeiro como sendo: “a desigualdade, em suas múltiplas dimensões, a segregação residencial e a cidadania escassa (RIBEIRO et al., 2022, p.14).

Segundo Ribeiro et al. (2022), as estratégias de atuação contemporânea do poder público voltam-se para a construção de um ambiente econômico e institucional favorável aos negócios privados, em detrimento da função de provisão de bens e serviços públicos para o uso comum. Segundo Ribeiro et al. (2022), esse tipo

de gestão se caracteriza, por exemplo, pela privatização de empresas públicas, pelo estabelecimento de parcerias público-privadas e pela realização de operações urbanas (simples ou consorciadas). Para os autores (2022), o resultado desse tipo de gestão foi o agravamento da segregação residencial e das desigualdades sociais e urbanas existentes na metrópole do Rio de Janeiro, pois os negócios urbanos rentáveis são aqueles localizados em algumas de suas áreas, e são principalmente nessas áreas que os investimentos públicos são alocados.

Já nas áreas da metrópole de baixa intervenção do poder público, Ribeiro et al. (2022) apontam que essas foram controladas inicialmente pelo tráfico de drogas e mais tarde pelas milícias. As milícias são organizações paramilitares que passaram a gerir diversos territórios populares (vilas e favelas) por meio do constrangimento dos seus moradores, através de ameaças pelo poder armado e pelas promessas de segurança contra grupos rivais. A gestão desses territórios assume, em vista ao contexto esboçado, caráter patrimonialista e clientelista.

Não obstante, cabe ressaltar que esse caráter patrimonialista e clientelista se aprofundou com a crise econômica, política e institucional de 2015, momento em que assumem as administrações de vários municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro e do Governo do Estado políticos alinhados com ideologias conservadoras, acentuando ainda mais as desigualdades urbanas através de ações públicas desregulamentadas e narrativas de cunho religioso (RIBEIRO et al., 2022).

### 5.1.1 Indicadores socioeconômicos do município do Rio de Janeiro

Segundo dados oficiais do Instituto Pereira Passos (IPP)<sup>22</sup> de 2019 com base no IBGE, a cidade do Rio de Janeiro possui 6.718.903 habitantes. A densidade demográfica do município é de 5.556 hab./Km<sup>2</sup>. A área mais populosa da capital é a Zona Norte, com 87 bairros e 42% da população do município. A maior densidade demográfica (10.185 hab./km<sup>2</sup>) também se situa na Zona Norte. A Zona Oeste apresenta a segunda maior população e a menor densidade demográfica (2.851 hab./km<sup>2</sup>), já que sua área territorial é extensa. Nela estão os três bairros mais populosos da cidade: Campo Grande (328.370 hab.), Bangu (244.728 hab.) e Santa Cruz (217.333 hab.). A densidade demográfica do Centro e Zona Sul é de 9.794 hab./km<sup>2</sup>, bem próxima da Zona Norte. O bairro com a maior densidade demográfica da capital é a Rocinha (48.258 hab./km<sup>2</sup>).



**Mapa 11.** Mapa das zonas da cidade do Rio de Janeiro. Base de dados: IETS, com base em dados e microdados do Censo Demográfico de 2010. Fonte: Painel regional - Rio de Janeiro e bairros, elaborado pelo Observatório Sebrae/RJ em 2015.

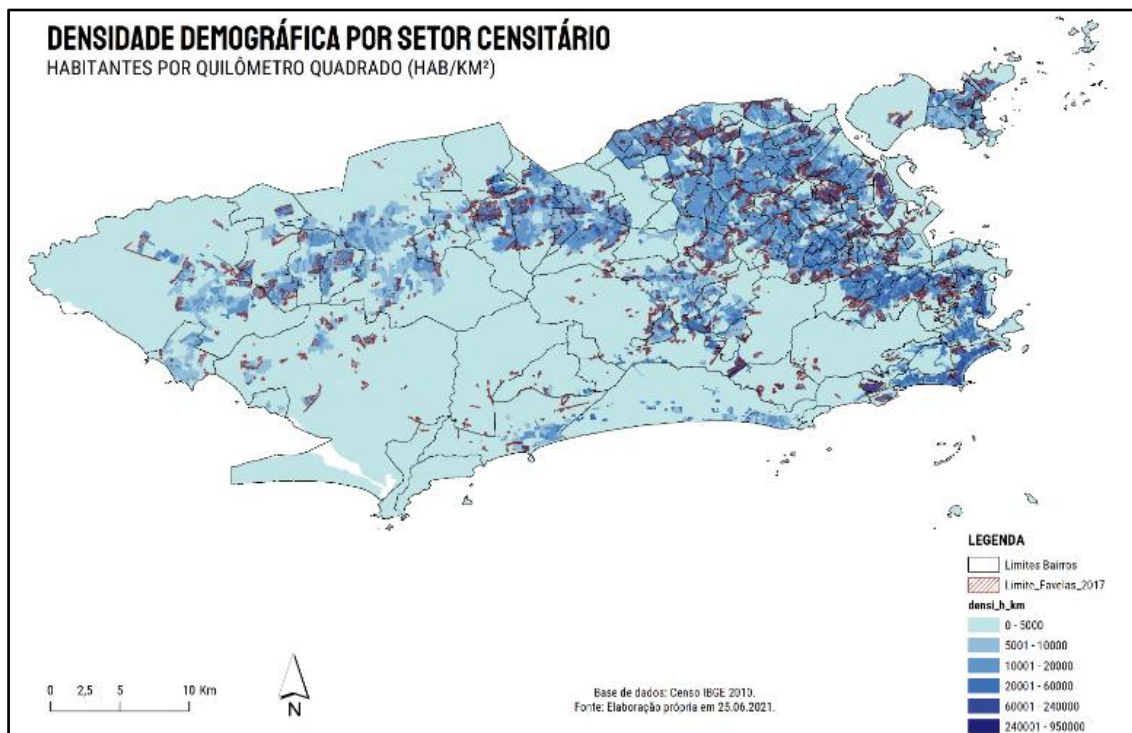
---

<sup>22</sup> Esses dados encontram-se disponíveis em: <https://www.data.rio/pages/rio-em-ntese-2>. Acesso: 18 jan. 2023.

### DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO RIO DE JANEIRO

	POPULAÇÃO	ÁREA (KM <sup>2</sup> )	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM <sup>2</sup> )
Estado do RJ	15.989.929	43.780	365
Cidade RJ	6.320.446	1.225	5.161
Centro/ Zona Sul	1.303.785	133	9.794
Zona Norte	2.645.526	260	10.185
Zona Oeste	2.371.135	832	2.851

**Tabela 1.** População residente, área total e densidade demográfica: Estado e cidade do Rio de Janeiro, 2010. Base de dados: Censo IBGE (2010) e Armazém de Dados IPP (2010). Fonte: elaborado pela autora com base em IETS. Nota: a diferença entre a área territorial do município calculada pelo IPP e a do IBGE ocorre devido à adoção de distintas metodologias e base cartográfica em seus cálculos.



**Mapa 12.** Densidade demográfica por setor censitário da cidade do Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.

O Mapa 11 indica a correspondência entre as áreas de maior densidade demográfica com os limites de favelas. Longe de ser um fato isolado, o dado precisa ser interpretado junto a outros indicadores socioeconômicos para compreender as suas raízes e o seu impacto na realidade urbana e metropolitana do Rio de Janeiro.

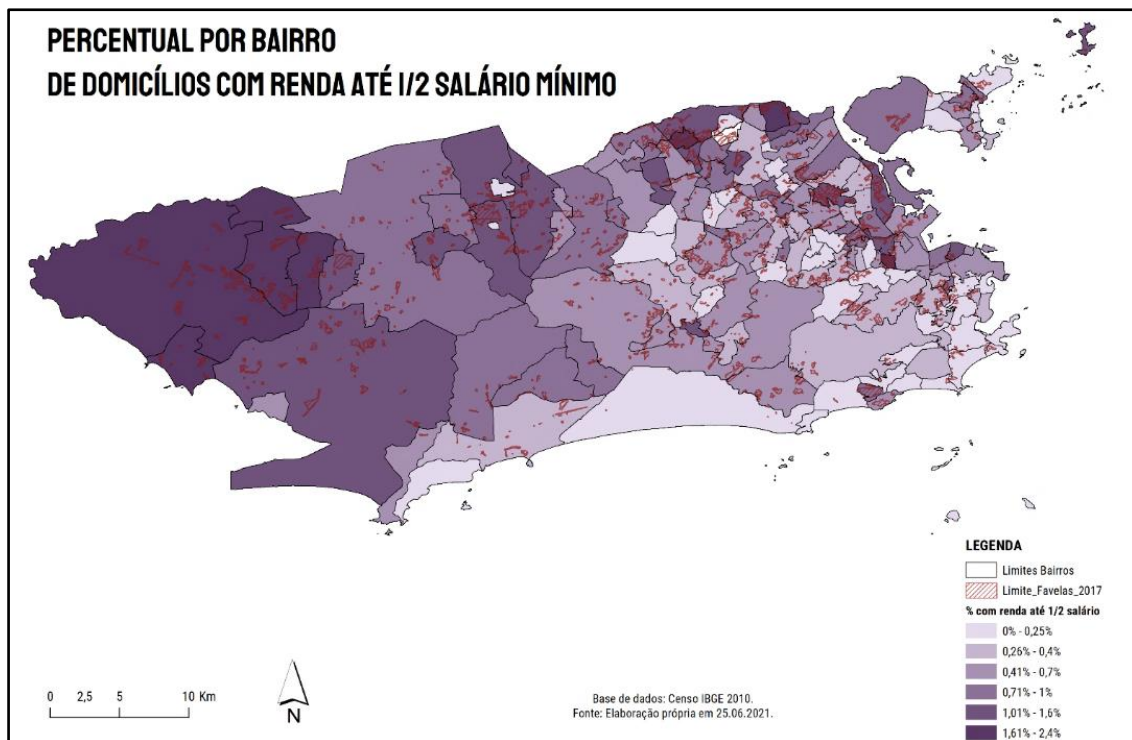
Em relação à renda, a porcentagem de domicílios com classe de rendimento superior a 5 salários mínimos (SM) no Estado

do RJ é inferior à da capital. No Centro e Zona Sul, esse percentual (57,3%) é muito superior ao encontrado tanto nas Zonas Norte (28%) e Oeste (29,5%) quanto na cidade do Rio de Janeiro (35,5%). A distribuição espacial das classes de renda da cidade do Rio de Janeiro, apresentada no Mapa 13, reforça a concentração de maiores rendas na região oceânica (Centro e Zona Sul, e na porção da Zona Oeste correspondente aos bairros Jardim Oceânico e Barra da Tijuca), ao passo que as classes com renda de até 1 SM concentram-se sobretudo nos bairros da Zona Oeste e Zona Norte.

**CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR  
(SALÁRIO MÍNIMO) (%)**

	ATÉ 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 1 A 5	MAIS DE 5	SEM RENDA
Estado do RJ	13,5	21,9	34,6	25,4	4,6
Cidade do RJ	9,8	17,8	32,6	35,5	4,3
Centro e Zona Sul	5,1	10,3	23,6	57,3	3,8
Zona Norte	11,1	20,0	36,5	28,0	4,4
Zona Oeste	11,6	20,3	34,1	29,5	4,6

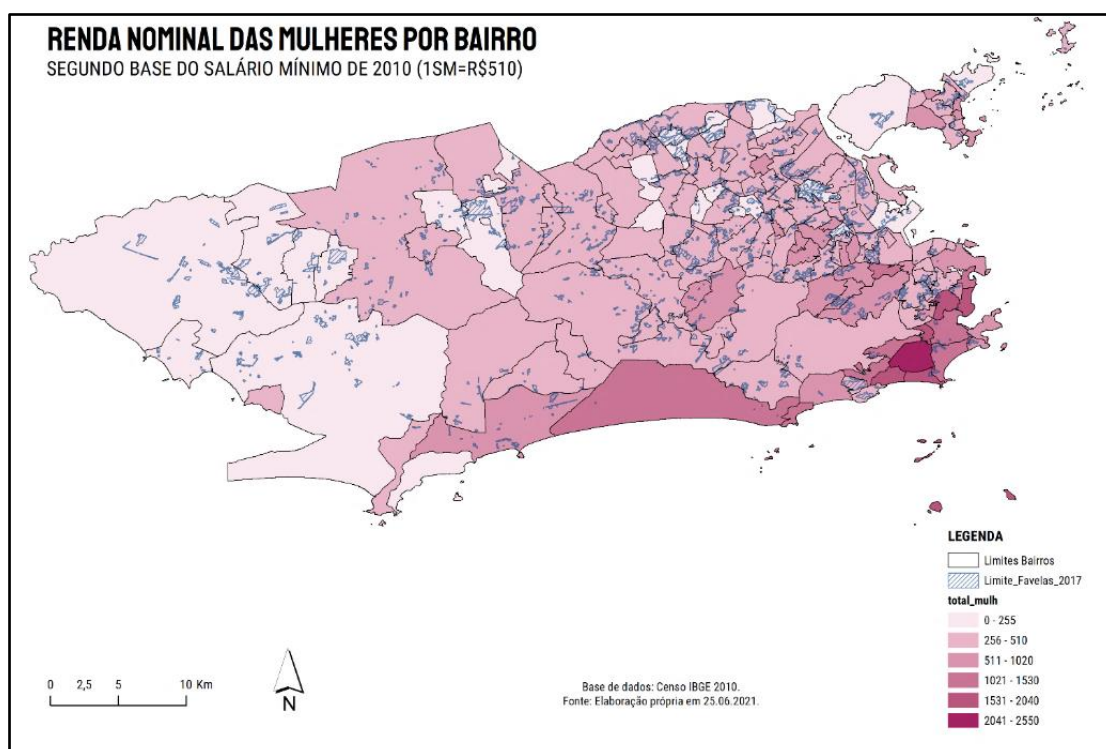
**Tabela 2.** Classes de rendimento nominal mensal domiciliar. Base de dados: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE (2010). Fonte: elaborada pela autora com base em dados do Painel regional: Rio de Janeiro e bairros, Observatório Sebrae/RJ em 2015. Notas: (1) salário mínimo utilizado: R\$510; (2) inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios.



**Mapa 13.** Percentual por bairro de domicílios com renda até meio salário mínimo (R\$210 em 2010) no Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.

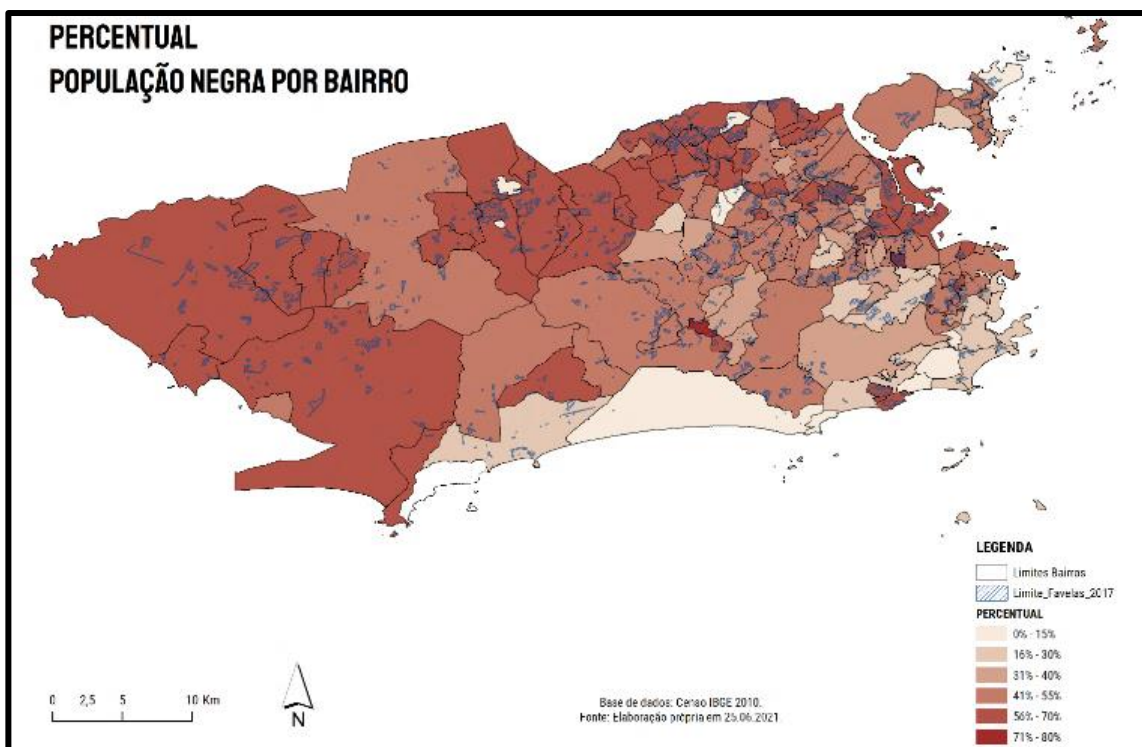


O Mapa 14 mostrado a seguir apresenta a renda nominal das mulheres por bairro e aponta um padrão de desigualdade de renda semelhante às classes de rendimento domiciliar: enquanto as Zonas Oeste e Norte apresentam os mais baixos índices de renda nominal das mulheres, a Zona Sul, o Jardim Oceânico e Barra da Tijuca apresentam os índices mais altos.

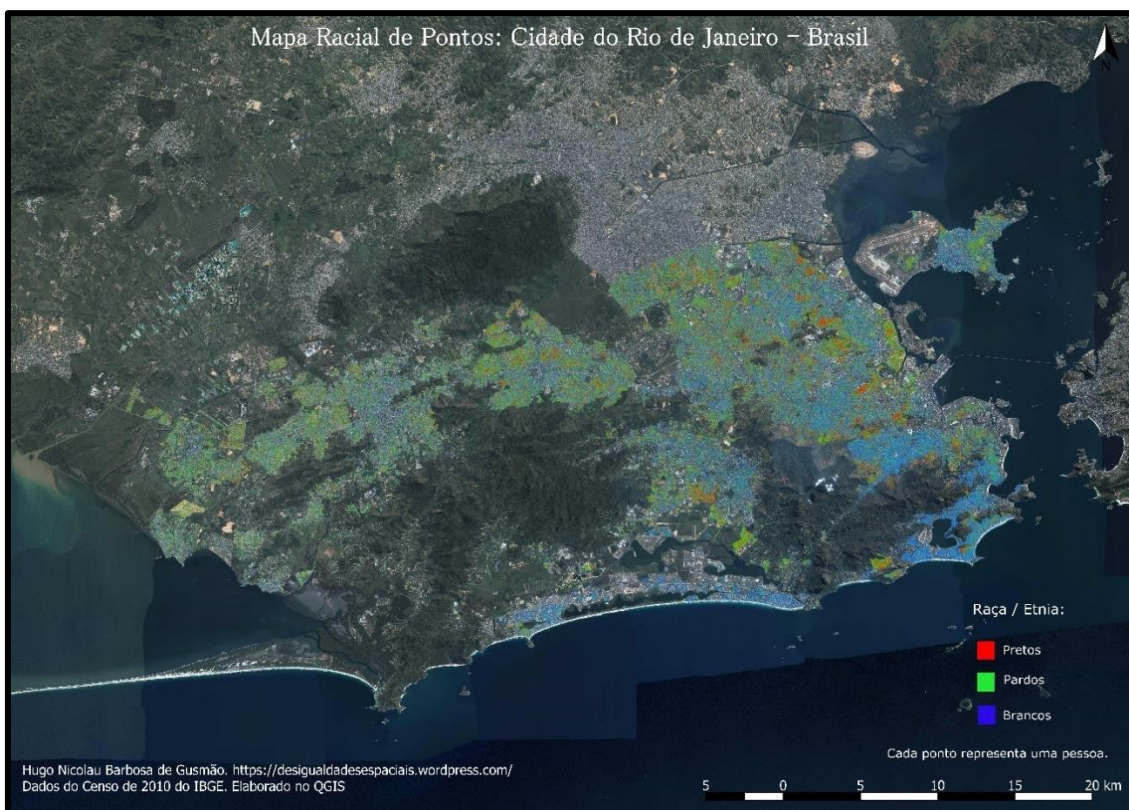


**Mapa 14.** Renda nominal das mulheres por bairro no Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria.

Em relação à raça, embora a população branca esteja espalhada por toda cidade, há uma concentração intensa na Zona Sul. Segundo dados do IBGE (2010), 80% da Zona Sul é branca. No bairro mais rico da cidade do Rio de Janeiro, a Lagoa Rodrigo de Freitas, esse número sobe para 90%. Isso forma um contraste com o perfil racial da cidade, onde 50% é de origem parda ou negra.

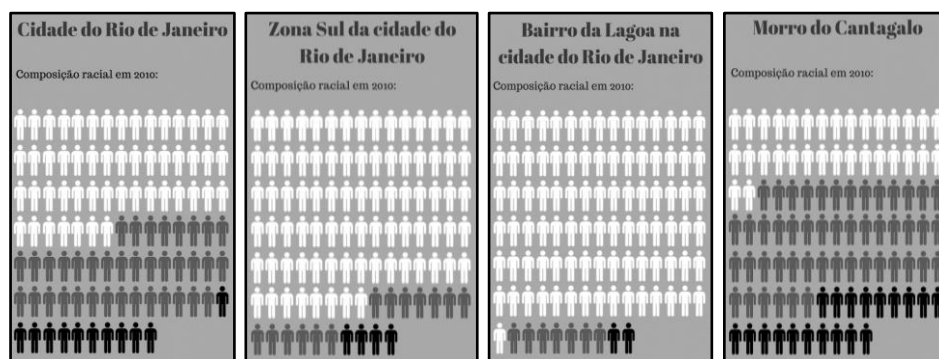


**Mapa 15.** Percentual de população negra por bairro no Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: elaboração própria. Nota: a mancha branca no mapa representa a Favela do Vidigal, a qual constava, em relação ao atributo “raça” da tabela, como um campo sem valor.



**Mapa 16.** Mapa racial de pontos do Rio de Janeiro (cada ponto representa uma pessoa). Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>. Acesso: 18 de jan. de 2023.

O Mapa 15 indica que a distribuição de pessoas de origem preta ou parda está espalhada nas áreas mais pobres da cidade, como a Zona Norte e a Zona Oeste, com ocorrência de pontos de concentração pela cidade que podem ser identificados como favelas. Já o Mapa 16 demonstra que a região oceânica, como a Zona Sul e a Barra da Tijuca, possui uma concentração populacional majoritariamente branca, enquanto as regiões mais afastadas da praia e em direção ao interior do continente possuem uma composição racial um pouco mais distribuída. Conforme será mostrado no diagrama a seguir, vale destacar que os pontos no mapa onde há grande concentração de pretos e pardos são em sua maioria morros e favelas, deixando claro que há uma segregação residencial, econômica e social que impede que a população preta e parda more na zona sul, a não ser que seja nos morros.



**Diagrama 15.** Comparativo entre infográficos raciais na zona sul do Rio de Janeiro (amostra de cem pessoas onde cada uma representa 1%). Base de dados: Censo IBGE 2010. Fonte: Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>. Acesso: 18 de jan. de 2023.

O Diagrama 15 abaixo demonstra que, na capital carioca, brancos são 52% da população, pardos, 37% e pretos, 11%. Na Zona Sul, os moradores autodeclarados brancos correspondem a 83% da população, enquanto que pardos correspondem a 13% e pretos correspondem a 4%. No bairro da Lagoa isoladamente, brancos são 91%, pardos 7% e pretos 2% da população. Na mesma Zona Sul, o Morro do Cantagalo tem 32% de brancos, 49% de pardos e 19% de pretos.

A apresentação dos dados socioeconômicos da cidade do Rio de Janeiro através da espacialização dos seus indicadores se mostrou uma ferramenta de leitura da realidade muito importante. No entanto, para compreender mais a fundo as desigualdades sociais presentes na dinâmica urbana, optou-se pela realização de uma análise multicritério de alguns desses indicadores socioeconômicos. Os dados escolhidos para compor essa análise (densidade demográfica, renda domiciliar, renda nominal das mulheres e população negra) buscaram uma leitura interseccional da realidade urbana, onde gênero, raça e classe se articulam e se materializam na produção do espaço urbano.

Com base na metodologia da **sobreposição ponderada**<sup>23</sup>, o mapa síntese com a análise multicritério do Rio de Janeiro, apresentado abaixo, indica que os bairros e regiões com maior incidência de desigualdades interseccionais (maior porcentagem de população negra, menor renda nominal das mulheres e maior porcentagem de domicílios com renda de até 1 S.M.) concentram-se na Zona Norte, com destaque para os bairros Complexo da Maré, Portuária, Ramos, São Cristóvão, Complexo do Alemão, Ilha do Governador, Vigário Geral, Realengo, Madureira, Anchieta, Irajá e Jacarezinho; na Zona Oeste, com destaque para os bairros de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba; na Zona Centro-Sul, com destaque para os bairros da Rocinha, Vidigal, Rio Comprido e Centro.

Os bairros com menor incidência de desigualdades interseccionais encontram-se em sua maioria nos bairros da Zona Sul, com destaque para, com os melhores indicadores, Leblon,

---

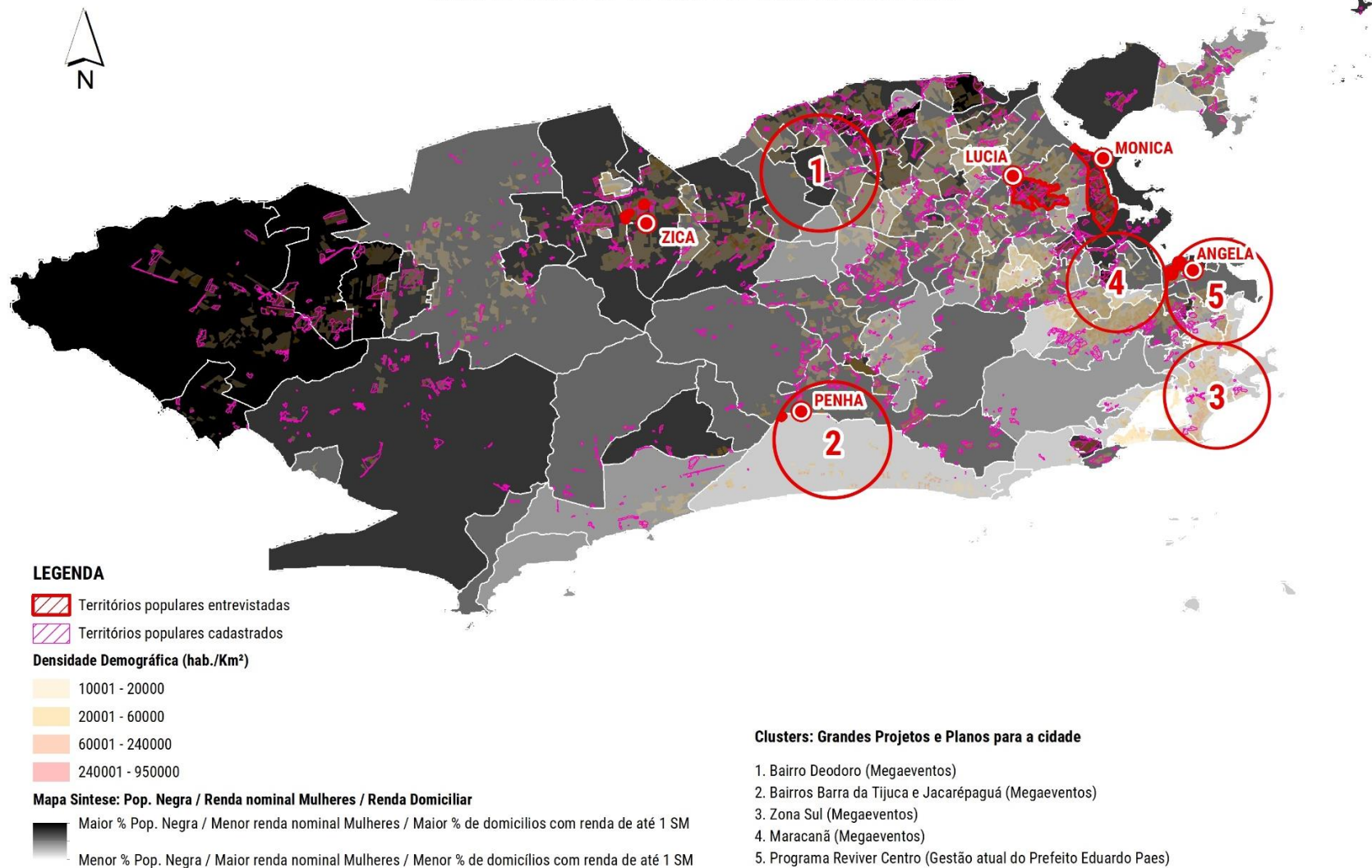
<sup>23</sup> O método da sobreposição ponderada foi explicado no capítulo 4.1.1.

Jardim Botânico, Gávea, Lagoa, Ipanema, depois seguido de Copacabana, Botafogo, Urca, Flamengo, Laranjeiras, Catete e Glória. Isoladamente, na Zona Oeste, destaca-se a Barra da Tijuca.

Diferente de Porto Alegre, que concentra as suas maiores densidades na região central da cidade, observa-se que no Rio de Janeiro as maiores densidades populacionais encontram-se vinculadas aos territórios populares cadastrados. Ainda, a maior concentração de territórios populares e altas densidades demográficas ocorre na Zona Norte.

Por fim, cabe destacar que, assim como Porto Alegre, os grandes projetos e intervenções urbanas, bem como os planos municipais, encontram-se localizados no eixo centro-sul do Rio de Janeiro, com exceção do bairro da Barra da Tijuca e do bairro Deodoro, que abrigam instalações esportivas construídas para abrigar as Olimpíadas de 2016.

## MAPA SÍNTESE: ANÁLISE MULTICRITÉRIO

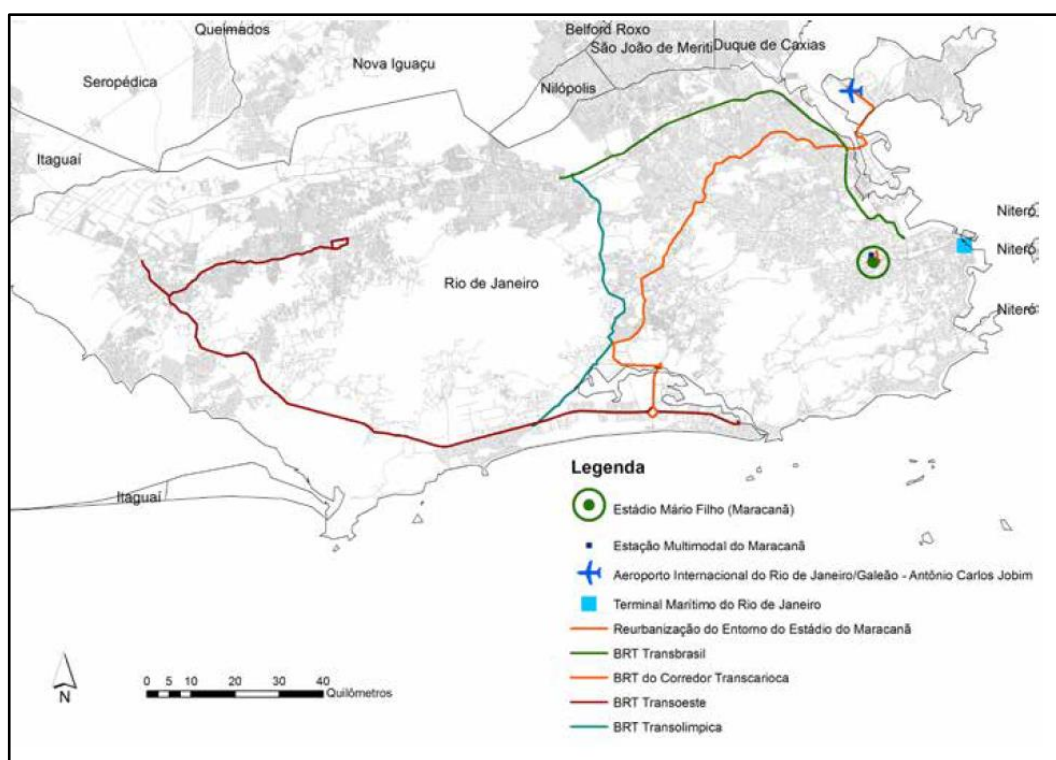


**Mapa 17.** Análise multicritério dos indicadores socioeconômicos do Rio de Janeiro: densidade demográfica, população negra, renda domiciliar e renda nominal das mulheres. Base de dados: Censo Demográfico IBGE (2010). Fonte: elaboração própria.

A análise multicritério permitiu observar a segregação residencial do espaço urbano, corroborando com a literatura de Gonzalez (2011) e Ribeiro et al. (2022). Gonzalez (2011) afirmava ser o grupo branco dominante (dentro da população branca, se refere aos brancos pertencentes a classes sociais de maior poder econômico e social) o detentor do privilégio de morar nas regiões da cidade mais ricas e desenvolvidas. Já o lugar da população negra é o oposto: nas favelas, nos cortiços, em ocupações, em regiões alagadas e nos morros. Para os autores (GONZALEZ, 2011; RIBEIRO et al., 2022), a ordem urbana também tem como característica a “divisão racial do espaço”, no que tange as localizações das moradias. E isso é efeito dos processos históricos vivenciados na evolução urbana do Rio de Janeiro, sobretudo no que diz respeito ao acesso desigual à propriedade privada, que acaba assumindo contornos delineados pelas desigualdades interseccionais (classe, raça e gênero). Nessa mesma linha, o acesso à infraestrutura urbana, bem como a equipamentos públicos e, de modo geral, à proteção social do Estado, assume também contornos raciais, na qual a população negra encontra-se em desvantagem.

### 5.1.2 Os megaeventos sediados no Rio de Janeiro

Entre os anos de 2007 e 2016 o Brasil e, em particular, a cidade de Rio de Janeiro sediou uma série de megaeventos esportivos e culturais incluindo os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Militares Mundiais (2011), o Rock in Rio (2011 e 2013), a Rio +20 (2012), as Copas das Confederações (2013) e do Mundo de futebol masculino (2014), e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016). Esses megaeventos se materializaram na cidade através de uma série de grandes projetos e grandes intervenções urbanas, em sua maioria realizados entre 2007 e 2016, conforme mostrado abaixo.

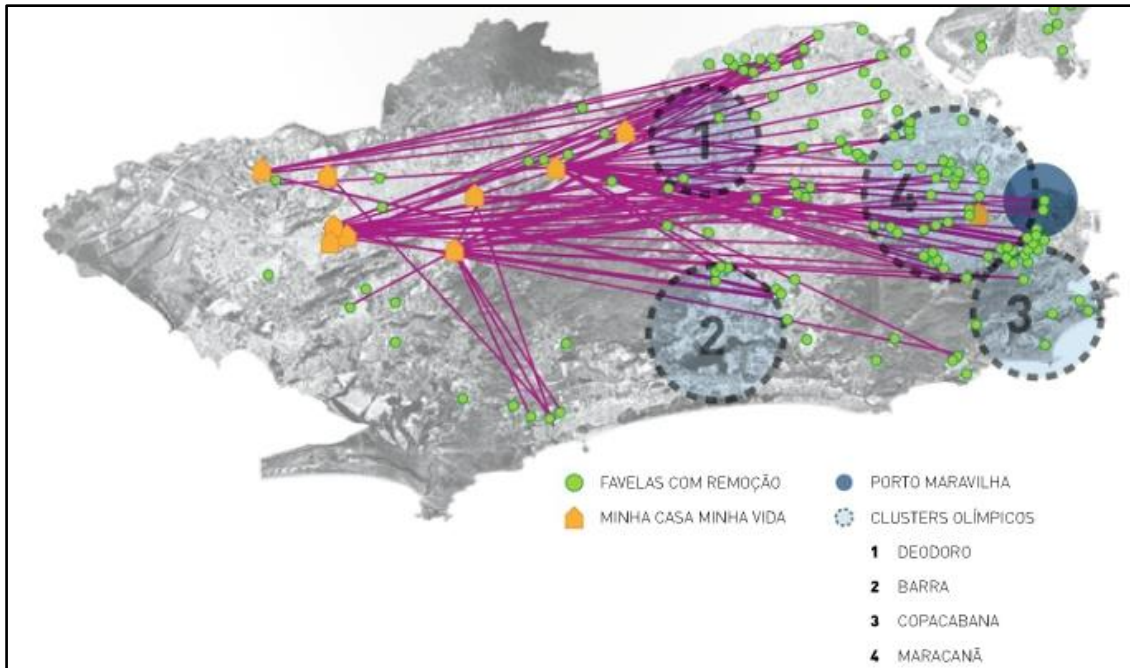


**Mapa 18.** Mapa dos Principais Investimentos da Copa do Mundo e das Olimpíadas do Rio de Janeiro – 2014. Fonte: O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro - reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade, Observatório das Metrópoles, 2015.

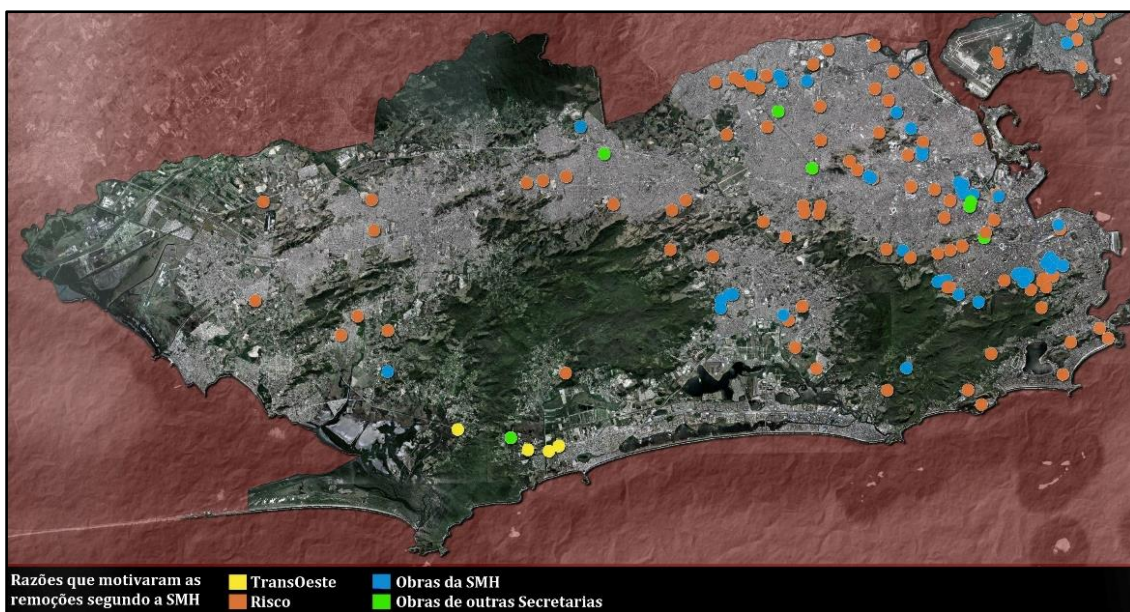
Essas grandes intervenções urbanas afetaram diversas áreas ocupadas por população de baixa renda, uma vez que apresentam como característica comum uma situação fundiária irregular, e que apenas foram passíveis de serem ocupadas pelo desinteresse do setor imobiliário e pela negligência do poder



público ao longo das últimas décadas (SANTOS JUNIOR et al., 2015). Segundo o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio De Janeiro (2013), em diversos casos identificados percebeu-se a adoção de procedimentos e mecanismos de nítido desrespeito ao direito à cidade, em especial ao direito à moradia, assim como aos direitos humanos sociais e individuais.



**Mapa 19.** Favelas com remoções x empreendimentos PMCMV. Base de dados: informações da gerência de terras e reassentamentos da SMH, abril de 2012. Fonte: Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenções no território no início do século XXI, FAULHABER (2012).



**Mapa 20.** Mapa de remoções: ações que motivaram segundo SMH. Fonte: Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenções no território no início do século XXI, FAULHABER (2012).

Segundo Santos Junior et al. (2015), a análise da espacialidade do projeto de reestruturação urbana vinculado ao projeto olímpico indica uma submissão direta da política pública aos interesses privados, ligados principalmente ao setor imobiliário, às grandes empresas de obras públicas, aos conglomerados financeiros e ao setor turístico. Assim, as intervenções nas áreas de centralidade da cidade (Área Portuária, Zona Sul e Barra da Tijuca) ocasionaram remoções das classes populares (mapas 21 e 22). Simultaneamente, houve oferta de empreendimentos de habitação de interesse social para reassentamentos dessas populações em bairros periféricos, sobretudo na Zona Oeste.

Santos Junior et al. (2015) também apontam, com base em dados da FIPE/ZAP (2014), que o resultado desse processo foi um significativo aumento dos preços dos imóveis na cidade. De acordo com esse levantamento, tomando como referência o mês de janeiro de 2014, o preço médio do metro quadrado na cidade era de R\$ 10.250 contra R\$ 8.146,00 do Distrito Federal e R\$ 7.839,00 de São Paulo. Os bairros da área central tiveram um aumento no preço para venda de imóveis acima de 300% entre 2008 e 2014, com destaque para Bairro de Fátima, Cidade Nova, Estácio e São Cristóvão (respectivamente, 323,30%, 366,35%, 433,91% e 362,05). Na Zona Sul, que já possuía valores de solo urbano bastante elevados em diversos bairros, o destaque é para o Vidigal, uma área de favela ao lado do bairro do Leblon, que recebeu uma UPP e teve uma valorização em 477,24%.

Entre problemas relacionados a orçamento, trabalho, mobilidade e segurança pública, a remoção de territórios populares foi um dos pontos mais sensíveis e polêmicos desse processo. Enquanto os governos municipal, estadual e federal exaltavam a escolha do Rio de Janeiro como sede dos megaeventos esportivos e culturais, os impactos sociais em relação à moradia foram

evidentes no processo de preparação para sediar os megaeventos, de modo que reacendeu fortemente o debate político em torno da remoção de territórios populares, fazendo com que movimentos sociais e organizações da sociedade civil questionassem o legado desses megaeventos (SANTOS JUNIOR et al., 2015; FAULHABER, 2012).

Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de articulações potentes da sociedade civil organizada com foco na resistência popular frente aos projetos associados a mercantilização e a elitização da cidade. Nesse contexto, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (CPCO) emergiu como um espaço de articulação de movimentos sociais, dos atingidos, das ONGs, dos estudantes, de setores acadêmicos, dos sindicatos, e das pessoas que se manifestavam contrárias a esses projetos.

Segundo dados do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (CPCO, 2013), cerca de três mil famílias foram removidas até 2013, outras centenas foram reassentadas para regiões periféricas. Algumas denúncias do CPCO (2013) também indicam que, mesmo se houvessem melhorias materiais para algumas famílias reassentadas, muitos moradores reclamavam ter piorado significativamente suas condições de vida, pois perderam empregos, passaram a levar horas para chegar ao local de trabalho, diversas crianças perderam o ano na escola, muitos tiveram suas redes de sociabilidade dissolvidas, entre outros problemas. De tal maneira, as classes populares assistiram a sucessivos processos de despossessão e passaram a ter que reproduzir sua sobrevivência em áreas cada vez mais periféricas.

### 5.1.3 Planos e projetos municipais em curso

Nos últimos anos, a cidade do Rio de Janeiro passou e vem passando por sucessivos ciclos de ajustes regulatórios, marcados pela baixa participação popular e pelo alinhamento com o mercado (FIDALGO et al, 2022). Esses ajustes regulatórios foram acompanhados por arranjos institucionais específicos e pela construção de narrativas que reforçaram a orientação pró-mercado das intervenções urbanas e da própria gestão pública municipal. Importante destacar que muitos desses ajustes são desdobramentos de orientações, legislações e políticas federais, inseridas no contexto da inflexão ultraliberal e conservadora vivenciada nos últimos anos no Brasil.

Na linha dos estudos críticos urbanos, Fidalgo et al. (2022), analisam os ajustes regulatórios e suas consequências no âmbito espacial e na governança urbana da metrópole do Rio de Janeiro a partir das seguintes premissas: (1) adoção do paradigma da “liberdade econômica” na gestão urbana; (2) adoção e aposta nas Operações Urbanas (Consoviada e Simplificada) para a gestão territorial da cidade; (3) projeto Reviver Centro e o privilégio das demandas do mercado em face da proteção histórica e social; e (4) processo de revisão do Plano Diretor Municipal e suas contradições.

O princípio da liberdade econômica foi regulamentado no Brasil em 2019, a partir da aprovação da Lei 13.874, em 20 de setembro de 2019. Trata-se de uma cartilha norteadora da ação estatal e que coloca o Estado em posição de subsidiário da iniciativa privada, a partir de uma “declaração de direitos de liberdade econômica” (FIDALGO et al, 2022, p.167). Em linhas gerais, a lei elenca quatro princípios básicos que devem nortear a interpretação de qualquer ato que se relacione ao exercício de atividades econômicas: a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas; a presunção da boa-fé do

particular perante o poder público; a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas; e o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado (L13874, 2019).

A referida lei pretende estabelecer um novo marco para a ação e interpretação em diversas searas, com destaque para as cidades e todo o seu processo de ordenação (FIDALGO et al, 2022). Como exemplo, pode-se citar a isenção de licenciamento para empreendimentos considerados de “baixo risco”, uma vez que a lei ampliou as tipologias de atividades classificadas nessa categoria, chegando ao limite de dispensar qualquer o licenciamento e a aprovação prévia da prefeitura para muitas das atividades econômicas que são desenvolvidas nas cidades.

Segundo Fidalgo et al. (2022), o princípio da liberdade econômica nas cidades, para além dos seus efeitos práticos de redução das possibilidades de fiscalização e direcionamento dos usos e do ordenamento urbano pelo poder público, aprofunda a visão das cidades como um conjunto de espaços e atividades primordialmente de natureza privada, tornando-se, via de regra, excludentes e com baixo grau de integração.

Nos últimos quinze anos, sobretudo a partir do Golpe de 2016 e da inflexão ultraliberal, é notável a articulação de arranjos de gestão territorial reconfigurados, sobretudo por meio da instituição de PPPs (Parcerias Público-Privadas) e OUCs (Operações Urbanas Consorciadas), em parte promovidas no contexto da preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 (FIDALGO et al, 2022). Um exemplo no caso do Rio de Janeiro é a Lei Complementar Municipal nº 101 de 2009 que designou a região do Porto do Rio de Janeiro como Área de Especial Interesse Urbanístico e instituiu a Operação Urbana Porto Maravilha, que teve como objetivo a “revitalização” da região portuária.

Fidalgo et al. (2022) destacam que os contratos celebrados no contexto dessas PPPs revelam duas questões importantes: a primeira refere-se a uma mudança no padrão de atuação das empresas privadas, que passam de executoras de grandes obras a gestoras de equipamentos e serviços públicos; a segunda relaciona-se aos riscos que a privatização impõe ao uso público e comum de equipamentos urbanos, tendo em vista que as empresas gestoras desses espaços públicos passam a tomar decisões baseadas no desempenho econômico e na maximização do lucro de seus investimentos.

Para além do alinhamento a uma visão da cidade voltada para o mercado e para a arrecadação, as propostas e alterações legislativas dos últimos anos também tiveram em comum a baixa - ou nenhuma - participação popular, o que, por vezes, colocou em dúvida a própria validade dos seus respectivos processos legislativos (FIDALGO et al, 2022).

Na cidade do Rio de Janeiro, o início de 2021 é marcado pelo retorno de Eduardo Paes ao comando da prefeitura (o atual prefeito foi o gestor responsável pela implementação do projeto Porto Maravilha). Logo no início da sua gestão, o atual prefeito articula mais um projeto para a área central do Rio: o Programa Reviver Centro, consolidado no Projeto de Lei Complementar nº 11/2021 (LC11, 2021). Em síntese, o referido programa tem por objetivo incentivar o uso habitacional na região central, promovendo a mistura social com a residência de populações de diferentes rendas. Para alcançar esse objetivo, o programa prevê a implementação de vários projetos e mudanças na legislação, que visam viabilizar economicamente empreendimentos residenciais, em especial retrofits de prédios comerciais.

O programa foi proposto por projeto de lei apresentado sem consulta à população, durante o processo de revisão do Plano

Diretor e sem se relacionar com ele, em um movimento orquestrado para evitar que a revisão mais ampla do ordenamento urbanístico municipal pudesse inviabilizar a proposta (FIDALGO et al, 2022). Complica ainda o fato de o projeto desconsiderar a população que mora, vive e trabalha na área central, em sua grande maioria pertencente a classes populares.

Ainda que não sejam feitas remoções pelo poder público de forma direta, o programa pode iniciar um processo de expulsão indireta da população mais pobre através do aumento do custo de vida na região central e da alteração dos usos dos espaços. Apesar de prever a elaboração de programas com a Locação Social e a Moradia Assistida, o programa não deixa claro o seu funcionamento.

Outro risco trazido pelo projeto está na previsão de utilização do instrumento da Operação Interligada o que, por si só, deixa muitas dúvidas e problemas. Por meio desse instrumento, pretende-se que a construção ou reconversão de edificação residencial na área central dê ao seu proprietário o direito de aumento de gabarito em imóveis localizados na zona sul da cidade e na região da Tijuca. A Operação Interligada, com impacto potencial significativo em áreas valorizadas e já bastante adensadas da cidade, está sendo colocada no projeto em um momento em que o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro está em reformulação, sendo este o processo que deveria tratar do seu debate e definição (FIDALGO et al, 2022).

Vale destacar, de modo a complementar o cenário apresentado nesse contexto, que em 29 de abril de 2021 foi lançado o Decreto nº 48.806 (D48806, 2021) que tem como objetivo a realização de uma “intervenção especial de ordenamento urbano” na área central da cidade. Esse decreto se insere em uma lógica de “limpeza territorial”, que possa tornar o centro da cidade mais

atrativo para classes mais abastadas (FIDALGO et al, 2022). Desse modo, o decreto trata de coibir, entre outras, “qualquer atividade de comércio ambulante”, “guarda ou armazenagem de quaisquer bens, mercadorias, móveis e objetos de uso pessoal” e “usos de moradia”. Com esse decreto, a Prefeitura do Rio de Janeiro vem promovendo a expulsão de camelôs, ambulantes e pessoas em situação de rua do Centro da cidade, com o recolhimento de pertences e mercadorias desses agentes.

Conforme destacou Fidalgo et al. (2022), vale a pena investir no Centro, sobretudo para promover melhores condições de vida e trabalho para as classes populares que residem e se reproduzem nessa região da cidade. No entanto, o arcabouço legal do Programa Reviver Centro apresenta diversas insuficiências normativas e principiológicas que impedem a qualificação da região do Centro para fins de moradia das classes populares que ali residem.

#### **5.1.4 Fórum popular do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro**

A revisão do Plano Diretor da Cidade, realizada por meio do Projeto de Lei Complementar nº 44/2021 (LC44, 2021) e ainda em discussão na Câmara de Vereadores no momento da redação dessa dissertação, engloba no texto elaborado pelo executivo municipal várias propostas que reproduzem a lógica mercadológica descrita ao longo desse capítulo.

Dentre elas, cabe destacar a previsão e protagonismo das operações interligadas na estrutura de intervenção pública na cidade – como já mencionado anteriormente no âmbito do Programa Reviver Centro – e a alteração do coeficiente básico



construtivo<sup>24</sup> de toda a cidade para 1 (um), expandindo enormemente a possibilidade de uso da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)<sup>25</sup>. Com o uso da OODC, a cidade e o desenvolvimento urbano passam a ser fonte importante de arrecadação para os cofres públicos sem que, no entanto, haja qualquer dispositivo que direcione essa arrecadação para investimentos em áreas ou projetos de interesse social.

Segundo Fidalgo et al (2022), a introdução dessas propostas se dá em meio a uma insuficiente participação popular no processo de elaboração do projeto de lei. De tal modo, Fidalgo et al (2022) alertam que a falta ou insuficiência de participação popular é uma característica comum entre as alterações legislativas que adotam uma visão mercadológica mais explícita, reforçada pela ideia de autojustificação trazida pelo paradigma da liberdade econômica mencionado anteriormente.

Frente a esse contexto, em meados de 2021 foi criado o Fórum Popular do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Fruto do acúmulo coletivo de mais de 80 entidades da sociedade civil, de movimentos sociais e da academia, o Fórum Popular do Plano

---

<sup>24</sup> Para orientar o uso e a ocupação do solo urbano, o Plano Diretor (PD) utiliza um mecanismo chamado Coeficiente de Aproveitamento (CA). Quando esse coeficiente é 1 (um), o proprietário de um terreno de 100 m<sup>2</sup> pode construir até 100 m<sup>2</sup> (uma vez a área do terreno). Se o coeficiente for 2, ele pode construir até 200 m<sup>2</sup> no mesmo espaço (duas vezes a área do terreno). Existem dois tipos de CA: básico e máximo. O CA básico garante o direito básico de uso da propriedade. O CA máximo estabelece um potencial construtivo adicional por meio da contrapartida financeira paga pelo proprietário do terreno ao poder público.

<sup>25</sup> A Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) é uma concessão emitida pelo poder público para que o proprietário do imóvel construa acima do coeficiente básico estabelecido mediante o pagamento de uma contrapartida financeira. Ou seja, se um terreno está localizado em uma área de coeficiente básico igual a 1(um) mas que permite um coeficiente máximo de 4 (quatro), o proprietário do terreno precisa adquirir o direito de construir a mais, se assim desejar, não podendo ultrapassar o coeficiente máximo estabelecido para aquela região.

Diretor da Cidade do Rio de Janeiro produziu um documento com questionamentos e propostas para o novo plano.

Esse documento foi apresentado ao debate público em formato de carta, sendo fruto de encontros semanais democráticos e participativos, com discussões por temas estratégicos para a população negra, pobre e periférica. O documento<sup>26</sup> traz contribuições e críticas a partir de questões gerais sobre o processo conduzido pela prefeitura para revisão da lei, bem como propostas para o Plano Diretor em relação aos princípios, ao ordenamento territorial, aos instrumentos de planejamento e controle social e a participação democrática. Alguns desses princípios ganharam grande projeção no debate público, circulando em conteúdos jornalísticos e mídias sociais de políticos e vereadores da cidade do Rio de Janeiro.

Cabe observar que esses princípios vão ao encontro das diretrizes inscritas no debate sobre o planejamento insurgente e o planejamento radical discutidos no capítulo 1. Em vários momentos, a carta explicita a necessidade de o planejamento urbano institucional criar e/ou aprimorar mecanismos de participação social no processo de revisão do Plano. Nessa mesma linha, a carta fala sobre o Plano Diretor incluir no texto da lei as demandas oriundas dos Planos Populares de bairros e favelas da cidade, produzidos localmente e de forma autônoma, através da representação direta ou indireta (representantes de associações comunitárias e associações de bairros) de moradores que participam ativamente das discussões.

---

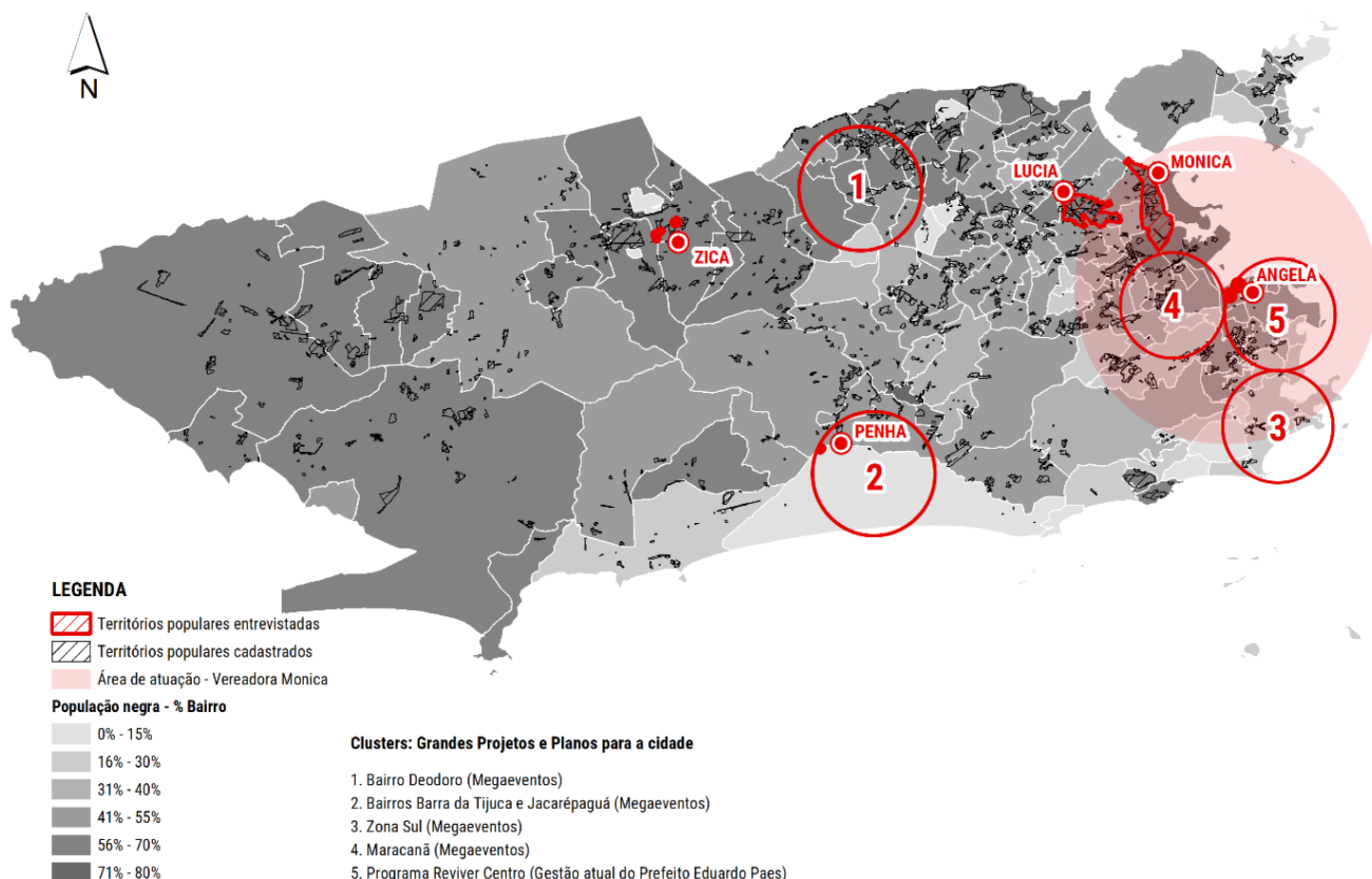
<sup>26</sup> Para saber mais sobre a Carta, o conteúdo na íntegra encontra-se disponível através do link: <https://www.caurj.gov.br/forum-popular-divulga-carta-com-contribuicoes-para-processo-de-revisao-do-plano-diretor-do-rio/>. Acessado em: 18/01/2023.

Essas perspectivas se aproximam da literatura sobre o planejamento insurgente discutida por Miraftab (2009). A autora (2009) reconhece a necessidade de os movimentos sociais transitarem entre espaços “convidados” (*invited spaces*) e espaços “inventados” (*invented spaces*). Os espaços convidados são espaços institucionais de participação cidadã sancionados por autoridades e legitimados pelo governo, e se aproximam do princípio da criação/aprimoração de espaços de participação social na revisão do Plano Diretor. Os espaços “inventados” (*invented spaces*) são os espaços de ação coletiva que confrontam diretamente autoridades e desafiam a realidade urbana, relacionando-se, portanto, ao princípio da legitimação e do reconhecimento dos Planos Populares.

## 5.2 LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES

Conforme indicado no corpus de pesquisa, foram realizadas 5 entrevistas com lideranças femininas populares da cidade do Rio de Janeiro. Para situar o leitor, apresenta-se o Mapa 21 com a espacialização das entrevistadas em relação ao seu território de moradia e atuação, bem como em relação aos principais planos e projetos municipais em curso e já realizados (megaeventos).

PENHA: Vila Autódromo  
 ANGELA: Ocupação Vito Giannotti e Quilombo da Gamboa  
 LUCIA: Complexo de favelas do Alemão  
 ZICA: Vila Aliança (Bangu)  
 MONICA: Complexo de favelas da Maré



**Mapa 21.** Espacialização das entrevistadas em relação ao seu território de moradia e atuação – cidade do Rio de Janeiro. Base de dados: Censo IBGE 2010 e Entrevistas Semiestruturadas. Fonte: elaboração própria.

### 5.2.1 PENHA

Penha é moradora e liderança feminina popular da Vila Autódromo, território popular que existe a mais de 50 anos e se localiza ao lado do Parque Olímpico, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A Vila em questão sofreu remoções forçadas e violentas realizadas pelo poder público municipal entre 2014 e 2016, em razão das obras para as instalações olímpicas de 2016. De um lado da vila, foi construído a via expressa BRT TransOlímpica, e do outro lado foram construídas as edificações do Parque Olímpico e do Terminal BRT. Depois de anos de conflitos, a vila conquistou parte da urbanização aos moradores que resistiram até o fim do processo. No entanto, essa intervenção não atendeu boa parte das diretrizes do Plano Popular da Vila Autódromo, restando apenas 20 famílias das 700 que ali moravam.

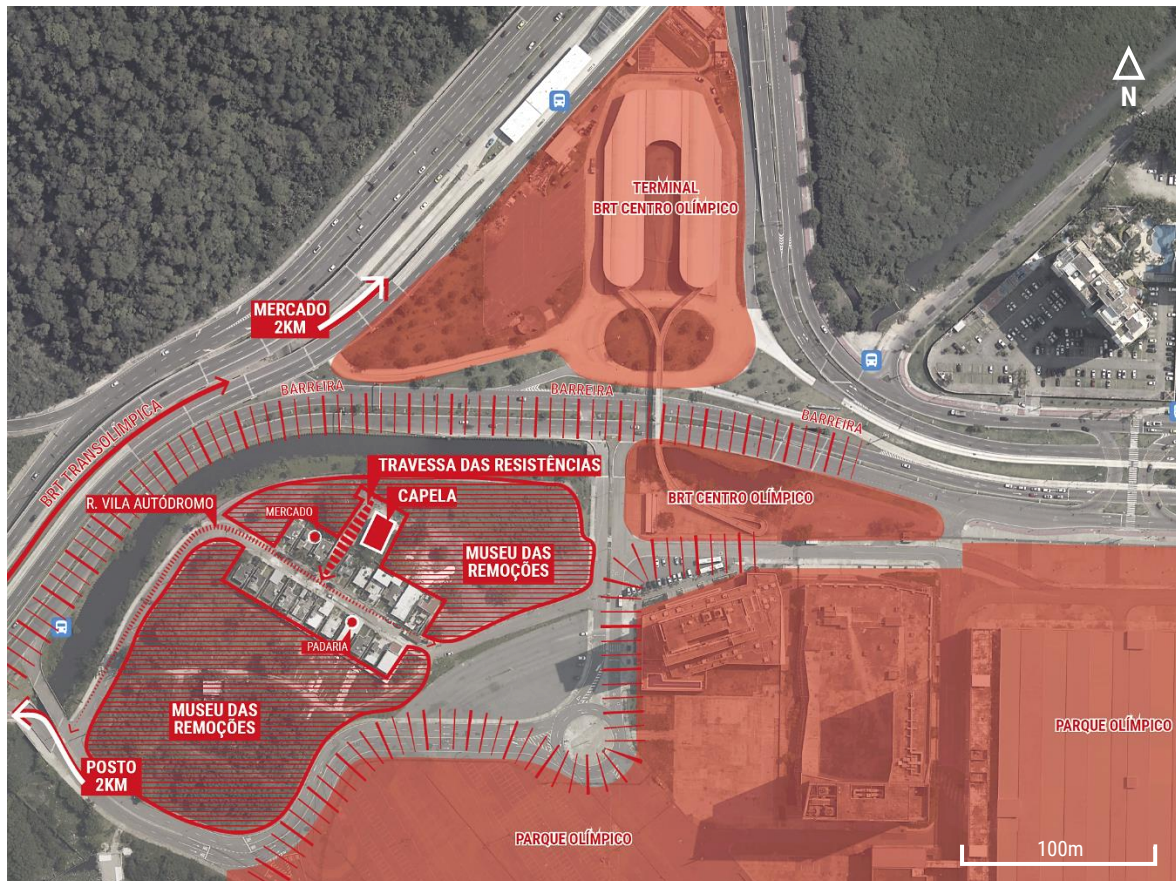
Penha nasceu em Itabaiana, no estado da Paraíba, e se mudou para o Rio de Janeiro ainda criança. É filha de mãe solteira e foi criada pela avó até os 7 anos, quando foi morar com a mãe na cidade do Rio de Janeiro. Penha relata as dificuldades materiais vividas ao longo da sua história por ser pobre e favelada, ao mesmo tempo que usa desse estatuto para se autodefinir e embasar a sua motivação nas lutas urbanas.



***Eu nasci em uma cidade chamada Itabaiana, no interior da Paraíba, e com sete anos mais ou menos eu vim para o Rio. Eu sou filha de mãe solteira e analfabeta. E eu fui criada pela minha avó até os sete anos porque minha mãe veio para o Rio tentar a vida. Mas eu lembro que a minha casa na Paraíba era grande, espaçosa e que tinha quintal. Só que lá eu passava muita necessidade. Aí eu vim morar na Rocinha, onde comecei a trabalhar muito nova. Aí eu morava num barracinho que era muito desconfortável porque não tinha água, não tinha luz, uma vida bem difícil. Hoje em dia falam que a vida de pobre era difícil, mas antigamente era muito pior.***



***Eu me vejo como uma mulher pobre e favelada: uma trabalhadora que não teve muitas condições de ir para universidade. Na minha época era muito mais difícil, mas eu me sinto uma pessoa trabalhadora simples favelada, que precisa continuar lutando por direitos. Não é porque somos pobres que temos que ser esculachados, a gente tem que ser respeitado!***



**Figura 7.** Cartografia realizada durante a entrevista com Penha (objetivo 1). Base de dados: entrevista com Dona Penha. Base cartográfica: Google Earth (2022). Fonte: elaboração própria.

Na cartografia de Penha, os elementos mais evidentes foram as barreiras geradas pela construção das instalações do **Parque Olímpico** e do **BRT Centro Olímpico**, reforçando a sensação de isolamento dos moradores. Tanto para ir ao mercado quanto ao posto de saúde, os moradores precisam se deslocar de transporte público mais em razão dessas barreiras construídas, do que em razão da distância a ser percorrida. Pela vila ser constituída de pessoas idosas em sua maioria, dificulta ainda o fato de terem poucas linhas de ônibus que permitam realizar um trajeto curto e mais circular, já que, pela localização da Vila ao lado de grandes avenidas, a oferta de transporte com essa característica é reduzida. Penha indica que muitos moradores fazem esse deslocamento a pé. Na área que restou da vila, e que foi urbanizada, foram construídos pelos moradores e apoiadores o **Museu das Remoções** e a **Capela**. Já a **Travessa das Resistências**, construída de forma

orgânica pela passagem dos moradores durante os anos da remoção, foi uma exigência dos moradores junto a prefeitura, que conquistaram a sua pavimentação e a sua inclusão no projeto de urbanização.

Atualmente, Penha coordena a Capela e é responsável pela mediação entre a prefeitura e a vila. A Capela funciona também como sede provisória da Associação de Moradores, pois a sede oficial da Associação, prevista no projeto de urbanização da prefeitura, ainda não foi construída. A vila aguarda desde 2016 a conclusão das obras destinadas aos equipamentos públicos, que incluem uma escola, um centro comunitário e uma praça com quadra poliesportiva.

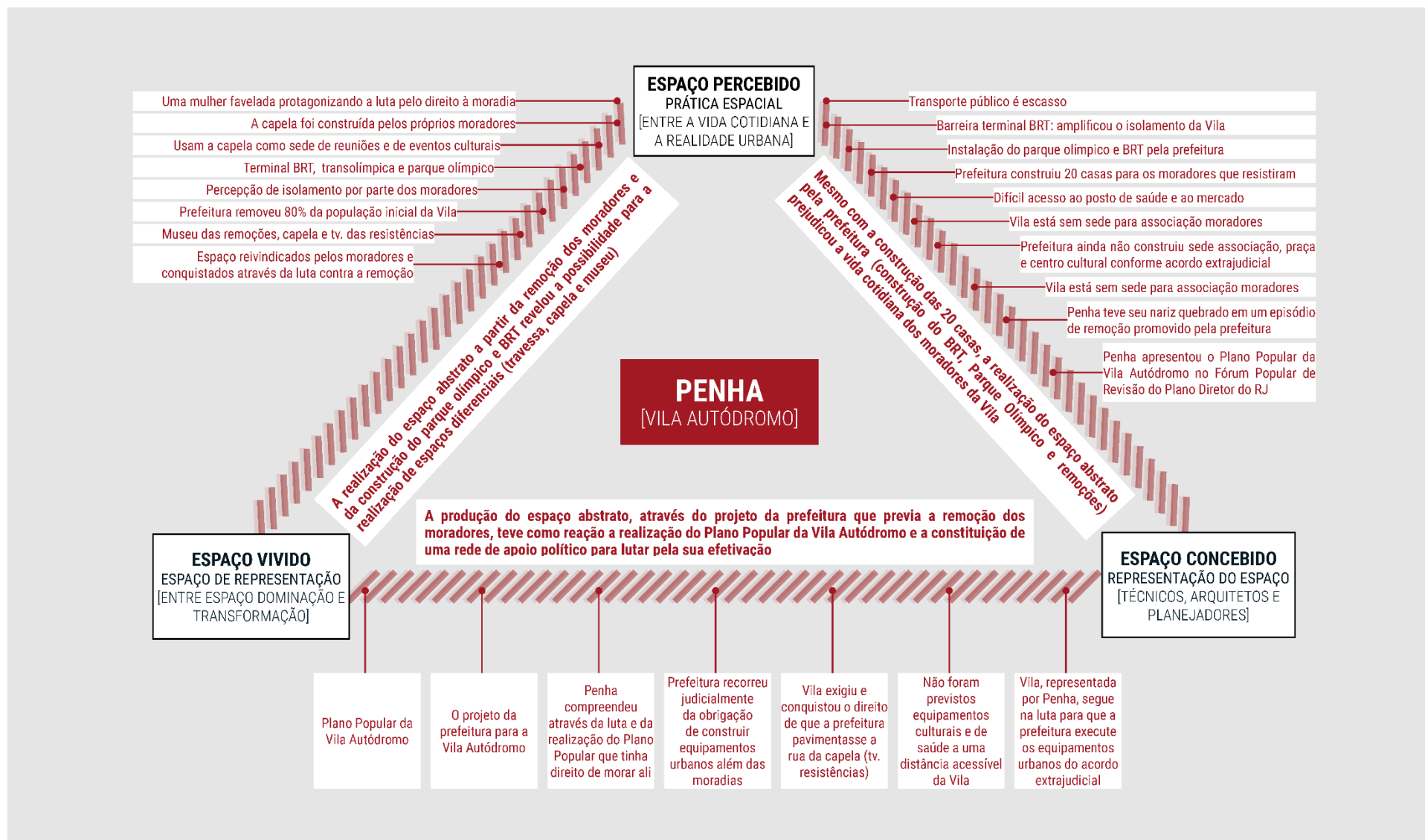
O processo de ocupação da vila foi realizado através do apoio e da cooperação mútua entre os moradores, que, por esse motivo, constituíram um forte senso de pertencimento e vínculo ao território. Esse vínculo fica evidente quando Penha relata a sua história com a Vila Autódromo, desde a chegada ao Rio de Janeiro ainda jovem.



***Eu costumo dizer que aqui eu comecei a entender quando você se sente totalmente feliz, completo em todos os sentidos. Nós chegamos aqui em 1994 e minha avó, que morava com a gente, morreu em 2004. Então viu bastante aqui na Vila Autódromo...a gente conseguiu se tornar uma grande família.... Era uma comunidade pequena que a gente viu ser construída ao longo dos anos. Infelizmente depois eu a vi sendo derrubada. Os vizinhos que a gente tinha como irmão, como amigos...a gente fica triste com essas perdas.***



***A minha casa foi derrubada no dia 8 de maio de março, no dia da mulher e foi assim bem complexo na verdade, enfim. E a gente foi ficando e estamos aqui até hoje, eu sou muito feliz e grata a Deus por estar neste território e contando a minha própria história. Eu acho que isso também é uma das coisas que eu aprendi dentro da luta: é fundamental você poder contar sua própria história, né! A museologia social ela te traz essa transformação, também, do pobre e do trabalhador, do negro contar a própria história...não ser contada por qualquer pessoa, mas nós mesmo. E isso também é muito bom!"***



**Diagrama 16.** Diagrama síntese da entrevista com Penha. Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: elaboração própria.



O resultado do diagrama síntese de Penha indica três principais ligações dialéticas. A primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, revelou que mesmo com a construção das 20 casas, a realização do espaço abstrato pela prefeitura (construção do BRT, Parque Olímpico e as remoções) prejudicou a vida cotidiana dos moradores da Vila.

A segunda, em relação ao espaço concebido e ao espaço vivido, indica que a produção do espaço abstrato, através do projeto da prefeitura que previa a remoção dos moradores, teve como reação a realização do Plano Popular da Vila Autódromo e a constituição de uma rede de apoio para lutar pela sua efetivação. A dimensão da luta pelo direito à cidade assume importância central na vida de Penha, pois mesmo com a pressão e com as ameaças realizadas pela prefeitura, Penha não desistiu de lutar contra a remoção e pela efetivação DO Plano Popular da Vila Autódromo.



***E as pessoas de fora foram vendo isso...porque muitas das vezes o governo, e a sociedade, elite, ela entende que, por exemplo, o governo dizia que tava pagando bem aqui, que que a gente queria? Se eles estavam indenizando bem...eles estavam dando outro apartamento. Mas no meu ponto de vista não era isso. No meu ponto de vista ele [o governo] estava tirando o meu direito de permanecer nesse território, e para nada...entende?***

A terceira, em relação ao espaço percebido e ao espaço vivido, reflete que a realização do espaço abstrato a partir da remoção dos moradores e da construção do parque olímpico e BRT revelou a possibilidade para a realização de espaços diferenciais (travessa, capela e museu).



***A Travessa das Resistências foi criada porque a prefeitura derrubou as casas e nós começamos a passar ali no período da remoção, e, quando terminou a remoção, a gente exigiu e conseguiu que fizessem uma nova rua ali. As reuniões e encontros são feitos todos na capela. A capela foi feita pelos próprios moradores, e é o nosso espaço que temos para nos reunirmos. E no período da remoção também ela continuou servindo a comunidade nesse sentido, porque era o único local que tem banheiro e bebedouro, né, e que pode receber os visitantes. Então ela faz parte do acervo do museu e da comunidade.***

No caso da Vila Autódromo, os Planos Populares, mais do que uma solução para a urbanização, representaram uma forma de planejar o território envolvendo os moradores diretamente. Ao apresentar alternativas, considerar requisitos técnicos e demandas populares, sempre apresentados de forma aberta para o debate público, a realização do Plano Popular da Vila Autódromo permitiu democratizar a produção do espaço. O Plano, realizado de forma autônoma e junto ao território, se aproxima das discussões teóricas e das experiências práticas do planejamento radical (FRIEDMANN, 1987).



***A universidade fez uma grande diferença até mesmo para nós pobres, porque nós começamos a entender melhor o que era um Plano Popular, o que era a gente conhecer melhor o nosso próprio território e entender que tinha como ser organizado. Uma das falas dos nossos governantes era de que a Vila Autódromo não dava para ser urbanizada. E, na verdade, nós provamos que dava e ainda ficaria muito mais barato. Isso teria sido o legado das Olimpíadas, entende. E não foi porque o governo não quis. Essa é a grande verdade, né. E gastou quase 300 milhões para tirar a comunidade e ainda teve que fazer as 20 casas e organizar o que sobrou da vila, por que essas famílias conseguiram com muita luta ficar e fazer com que os nossos direitos fossem respeitados.***

Por fim, a ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço vivido também permitiu revelar que Penha, à medida que projeta na sua atuação a categoria nativa de “mulher favelada protagonizando a luta pelo direito à moradia”, ela se sente reconhecida pelos seus pares (moradores e apoiadores) como uma liderança feminina popular. Para Penha, a legitimidade da sua liderança ocorre pelas categorias nativas da sua personalidade que a fazem ser autêntica (a sua força, a sua presença e a sua noção de direitos), e que respaldam o seu protagonismo nas lutas urbanas pelo forte vínculo com o território.



***Eu não me disse liderança. Quem me nomeou liderança foi a sociedade que vinha participar da luta e que começou a perceber essa liderança em mim. Eu acho que é pela forma que eu coloco, pela forma como eu busco meu direito, porque eu entendia que eu era feliz aqui. Então eu me destaquei muito por ser autêntica e ser aquela pessoa que tava sempre ali, mesmo quando quebraram meu nariz e eu disse que eu ia concertar pra eles quebrarem do outro lado. Isso me tornou muito forte. Eu nem me considero uma liderança, mas as pessoas de fora sim.***



**Diagrama 17.** Registros da Vila Autódromo após a remoção dos moradores e a construção das casas acordadas com a prefeitura. Na primeira foto, registro do grafite com a imagem das lideranças da Vila Autódromo. Penha é a liderança do meio. Fonte: <https://diariodotrio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

### 5.2.2 ANGELA

Angela é moradora e liderança feminina popular da Ocupação Vito Giannotti, território popular localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro, próximo a rodoviária e ao Bar do Omar, na região central da cidade (bairro Santo Cristo). A ocupação Vito Giannotti teve início em janeiro de 2016 em um prédio que já abrigou o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e ficou abandonado por 15 anos. Atualmente, vivem ali 28 famílias. Angela milita no Quilombo da Gamboa e trabalha como vendedora ambulante na Rua do Catete (bairro Catete), próximo à estação de metrô do Largo do Machado. Em relação ao lazer, Angela destaca o evento cultural promovido pela Central dos Movimentos Populares (CMP), o Samba Brilha, que ocorre aos finais de semana em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Angela aponta que a região que mora é provida de muitos serviços e estabelecimentos (comércio, saúde e educação).

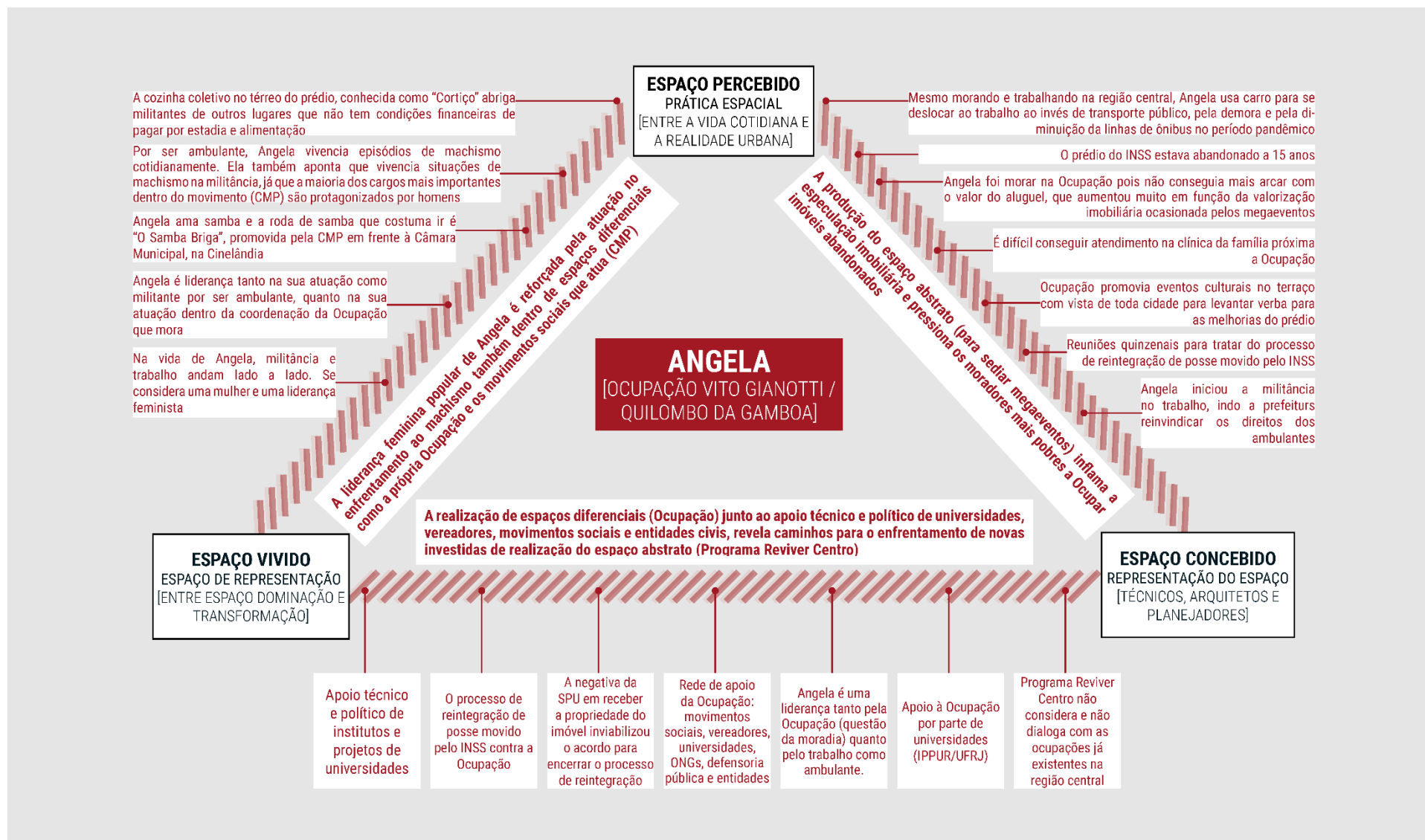
O deslocamento diário de Angela tem como ponto de partida o bairro Santo Cristo, na região Central, e como ponto de chegada o Largo do Machado, no bairro Catete. Esse deslocamento é feito através da sua kombi. Angela relata que prefere se deslocar de Kombi, pois o transporte público é muito demorado e muito caro. Além disso, é através da Kombi que Angela transporta os materiais necessários para o trabalho de ambulante.

Em relação à saúde, Angela utiliza, com mais frequência, o Hospital da Gamboa. A Clínica da Família, vinculada ao SUS, é menos utilizada por Angela, que afirma ter um atendimento ruim, sempre muito cheio e sem disponibilidade para realização de exames.



**Figura 8.** Cartografia realizada durante a entrevista com Angela (objetivo 1). Base de dados: entrevista com Angela. Base cartográfica: Google Earth (2020). Fonte: elaboração própria.

Angela destaca que, pela Ocupação se localizar em um morro, ocorrem vários eventos culturais no terraço do prédio, pois a vista é muito bonita aos finais de tarde. Participam desses eventos os companheiros de luta dos movimentos sociais e os amigos e familiares dos moradores. Esses eventos também têm objetivo de gerar renda aos moradores e à Ocupação, que precisa de reformas no prédio. Logo após a homologação da Lei Complementar que instituiu o Programa Reviver Centro (LC229, 2021), Angela indica que vai ser construído um condomínio de apartamentos com mais de duas mil moradias, ao lado da Rodoviária Novo Rio.



**Diagrama 18.** Diagrama síntese da entrevista com Angela. Base de dados: entrevista semiestruturada com Angela. Fonte: elaboração própria.

O diagrama síntese de Angela resultou nas seguintes ligações dialéticas: a primeira, entre o espaço percebido e o espaço concebido, indica o que a produção do espaço abstrato (para sediar megaeventos) inflama a especulação imobiliária e pressiona os moradores mais pobres a ocupar imóveis abandonados. Cabe destacar, em meio a esse contexto, que Angela foi uma entre as tantas pessoas que não puderam mais arcar com o aumento do valor dos aluguéis na cidade do Rio de Janeiro durante as obras dos megaeventos. No entanto, foi esse mesmo contexto que permitiu que Ângela se aproximasse de movimentos organizados de moradia.



***Aí foi através desse movimento que eu cheguei aqui até ocupação. Na época que iniciou a ocupação, eu morava de aluguel em uma comunidade, morava com meu irmão, então eu não vim de imediato morar aqui. Apesar de não fazer parte do primeiro dia da ocupação, eu tenho uma Kombi e na minha kombi veio o fogão, os alimentos e a água. Aí eu vim e depois eu fiquei só assessorando, durante um ano, porque não tinha água no prédio, aí eu trazia água no galão na kombi. Foi um processo muito difícil para a gente conseguir regularizar a água. Aí fiquei durante um ano fazendo esse processo, né, de estar apoiando. Depois de um ano, o aluguel da comunidade de onde eu morava aumentou muito na época da Copa do Mundo, aí eu vi dificuldade e eu pedi se tinha uma vaga pra vir morar na ocupação...foi aí que eu vim morar aqui! E já está fazendo quase 5 anos que eu moro aqui.***

A segunda ligação dialética, entre o espaço concebido e o espaço vivido, mostra que a realização de espaços diferenciais (a própria Ocupação Vito Giannotti) junto ao apoio técnico e político de universidades, vereadores, movimentos sociais e entidades civis, revela caminhos para o enfrentamento de novas investidas de realização do espaço abstrato (Programa Reviver Centro).



***Aqui na Zona Portuária, tem as ocupações que são apoiadas pelo movimento [CMP] e tem também muita ocupação espontânea, acho que tá em torno de 17 ou 18 ocupações, né, onde o povo se reúne, porque tá no desespero na rua e abre um espaço e começam a morar. A única coisa que atrapalha um pouco é que nessas ocupações espontâneas têm o domínio do tráfico. E aí algumas famílias precisam se submeter às regras. Aí a gente tá levando essas mulheres para o nosso espaço, tentando levar algum esclarecimento sobre o que é a moradia, sobre o que é os espaços que elas ocupam.***

A terceira e última ligação dialética, entre o espaço percebido e o espaço vivido, revelou que a liderança feminina popular de Angela é reforçada pelo enfrentamento ao machismo também dentro de espaços diferenciais, como a própria Ocupação Vito Giannotti e os movimentos sociais que atua (CMP). Nesse contexto, Angela conta com uma rede de apoio entre mulheres dentro dos movimentos sociais e dos espaços diferenciais que articula. Nesses espaços, Angela se destaca pelo engajamento em combater as violências de gênero que ocorrem, por meio de estratégias políticas que reivindicam o respeito e a fala das mulheres presentes. Para Angela, a sua habilidade em refletir e colocar em prática estratégias de combate ao machismo se deve a sua vida cotidiana como trabalhadora ambulante, onde precisa de defender constantemente.



***Então, vou falar para você que o negócio é sofrido...às vezes eu me vejo cansada, dá vontade de desistir e seguir minha vida. Mas depois você dorme e acorda no dia seguinte, aí você vê que não pode desistir. A gente passa muito a questão do machismo também, né, na rua. Eu sou ambulante né, além de ser ambulante eu ainda presto serviço para outros ambulantes. Aí todos os prestadores de serviços são homens, eu sou a única mulher. Aí você sempre ouve: porque tá fazendo isso, não é trabalho de mulher. E tem sempre aquela coisa de tentar te derrubar de um jeito ou de outro, entendeu. Então assim, se você não suportar, não for forte o suficiente e não falar, como diz, falar grosso igual aos homens e bater de frente, você não consegue sobreviver dentro disso.***



***E dentro dos movimentos também a gente acaba passando por isso, porque a maioria dos cargos das pessoas que são mais importantes dentro do movimento, todos eles são de homens, entendeu. E as mulheres estão sempre abaixo dos homens, né.***



***A gente já conseguiu afastar pessoas do nosso movimento, que são aqueles militantes velhos, sabe, que chega na reunião e acha que tem que ganhar tudo no grito. Ainda mais quando é mulher quem tá discordando. Aí assim, ele chegava na reunião e queria gritar mais alto, e queria intimidar você. Aí eu comprei um saco de apito e comecei a distribuir entre as mulheres. Eu falei: quando ele começar a gritar ou então falar que mulher abre a boca para falar m\*\*\*\*, a gente vai começar a apitar e ninguém vai ouvir ele, até ele ver que ele tem que mudar ou então ninguém mais vai ouvir ele na reunião. Só que aí no primeiro apitão ele se emendou. Então até hoje ele continua a mesma peça entendeu, quando ele se estressa ele abandona a reunião, mas não grita mais. Mas eu não sei se sou ou não feminista (risos).***





**Diagrama 19.** Registros da Ocupação Vito Giannotti. Fonte: <https://diariodorio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

### 5.2.3 LUCIA

Lucia é assistente social, professora, moradora e liderança feminina popular no Complexo de Favelas do Alemão, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Ela conta que já discutia política pública para favela aos 12 anos de idade, pois desde criança se envolvia nos movimentos, nas mobilizações e nas eleições das associações de moradores. Por saber ler e escrever, Lucia fazia as atas das reuniões. Foi nesse contexto que ela desenvolveu o seu senso crítico sobre política e vários assuntos que permeavam o território de moradia e atuação. Ainda aos 12 anos, Lucia montou uma escola de alfabetização em casa. Em seguida, militou nas mobilizações das pastorais de favela pela habitação e pela luta comunitária.

Na década de 1990, Lucia atuou nas associações de moradores e movimentos de jovens dentro da favela. No início dos anos 2000, participou de uma pesquisa da UNICEF com os Centros de Promoção da Saúde (CEDAPS) e aprendeu muita coisa sobre movimentos sociais, estratégias de mobilização e sobre ser liderança comunitária. Em paralelo, iniciou a graduação em Pedagogia, mas por conta de dificuldades financeiras teve que abandonar. Posteriormente, graduou-se em Serviço Social.

Em 2007, o Complexo do Alemão viveu uma chacina promovida e assumida pelas Forças de Segurança do Estado<sup>27</sup>, contexto em que Lucia teve seu primeiro contato com os órgãos internacionais de promoção dos Direitos Humanos. Ela ajudou a elaborar o Relatório de Direitos Humanos da Anistia Internacional

---

<sup>27</sup> Para saber mais, acessar: [https://wikifavelas.com.br/index.php/EDUCAP\\_-\\_Espa%C3%A7o\\_democr%C3%A1tico\\_de\\_uni%C3%A3o\\_conviv%C3%Aancia\\_aprendizagem\\_e\\_preven%C3%A7%C3%A3o](https://wikifavelas.com.br/index.php/EDUCAP_-_Espa%C3%A7o_democr%C3%A1tico_de_uni%C3%A3o_conviv%C3%Aancia_aprendizagem_e_preven%C3%A7%C3%A3o). Acesso: 01 fev. de 2023.

sobre a tragédia que ocorreu no Alemão. Como resultado desse trabalho, Lucia participou do documentário *Elas da Favela*, lançado no Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Com o acúmulo dos anos anteriores, Lucia fundou, em 2008, o Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção (EDUCAP), uma ONG comunitária que promove projetos com foco na saúde e na educação dos moradores da favela. Inicialmente, a ONG acontecia no espaço da sala de casa de Lucia. Quatro anos depois, o EDUCAP ganhou um projeto e a construção de uma sede nova, feita de contêineres coloridos e empilhados. Esse projeto foi construído em parceria com a Embaixada Britânica e inaugurada pelo Príncipe Harry. Lúcia tornou o EDUCAP um espaço de aprendizagem, de eventos e projetos comunitários e de parcerias produtivas com outras ONGs.

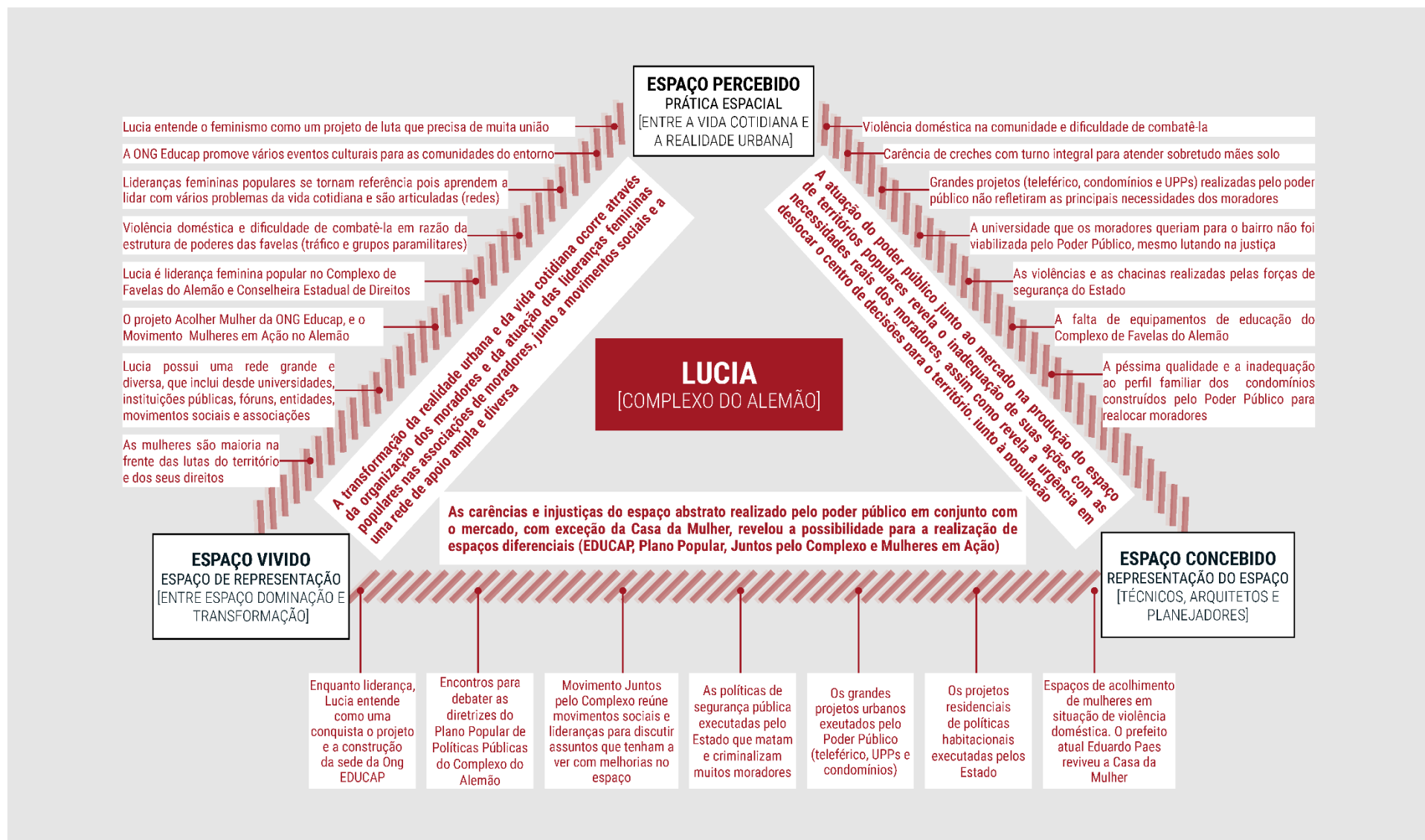


***Assim, eu tinha 12 anos de idade quando a gente já discutia política pública para favela, mas eu não tinha noção do que eu fazia né, nos movimentos, nas mobilizações, eleição de Associação de Moradores...tudo eu tava metida. Aí eu comecei a fazer as atas da Associação, porque as pessoas não sabiam ler. Eu já sabia ler e escrever, então eu acabava participando disso tudo né. E aí eu comecei a desenvolver o meu pensamento, e meu pensamento é o pensamento sobre política desde essa época né. Aí o que acontece, eu pegava e fazia essas mobilizações, e até campanha política eu trabalhei na época. O povo oferecia um metro de pedra, um saco de cimento para calçar rua, porque a rua estava ruim, ou também para melhorar o esgoto que tava ruim, enfim, essas coisas de mutirão, porque antigamente era assim né...então comecei muito assim. Quando eu tinha 12 anos eu montei a primeira escola em casa. Então já mobilizava muita coisa. Daí eu fui seguindo adiante, acompanhando as mobilizações das pastorais de favela, pastoral de favela pela habitação e pela luta comunitária. E aí foi indo até que eu comecei a trabalhar nas Associações de Moradores. Só que eu nunca tive ONG. E aí no início dos anos 2000, eu participei de uma pesquisa da UNICEF com os CEDAPS, que são os centros de promoção de saúde. Aí lá eu fui aprendendo muita coisa sobre movimentos sociais, sobre mobilização, sobre estratégia, sobre liderança...porque eu não me via liderança né, eu aprendi lá.***



**Figura 9.** Cartografia realizada durante a entrevista com Lucia (objetivo 1). Base de dados: entrevista com Lucia. Base cartográfica: Google Earth (2020). Fonte: elaboração própria.

Na cartografia de Lucia, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) apareceram como locais que concentram uma série de equipamentos públicos, como sedes da polícia, quadras poliesportivas, praças e as estações do teleférico. Após a instalação das UPPs, Lucia relata que houve a realização de uma série de empreendimentos habitacionais financiados pelo governo federal e/ou municipal, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa Favela-Bairro. Lucia destaca o abandono por parte do poder público dos cuidados com o Parque Serra da Misericórdia, que poderia ser uma local de uso recreativo e turístico para os moradores. Outros locais de destaque são a sede do Movimento Mulheres em Ação no Alemão, do qual Lucia faz parte, o Jornal Voz das Comunidades e a Vila Olímpica, que é um equipamento público de esporte e lazer utilizado por diversas escolas do entorno.



**Diagrama 20.** Diagrama síntese da entrevista com Lucia. Base de dados: entrevista semiestruturada com Lucia. Fonte: elaboração própria.

O resultado do diagrama síntese de Lucia indicam três principais ligações dialéticas. A primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, indica que a atuação do poder público, junto ao mercado na produção do espaço de territórios populares, revela a inadequação de suas ações com as necessidades reais dos moradores, assim como revela a urgência em deslocar o centro de decisões para o território, junto à população.



***A arquitetura ela não foi feita para um morador que tivesse 7 filhos...você tem sete filhos em um apartamento que a cozinha é um ovo, o banheiro é pequeno, 2 quartos que não cabem duas camas de solteiro, uma sala pequeníssima e uma varanda. E aí toda a arquitetura não foi pensada para as famílias que foram desabrigadas. Enfim, são estruturas que quando eles descobriram que ia ser doado para apartamentos Minha Casa Minha Vida, utilizaram material de terceira. Todas as chaves abriam a mesma porta...assim, estruturas que eles não pensaram como seria entregue para essa população que morava lá no Pico do Morro, nos barracos que nem banheiro tinha.***



***Na verdade, o que eles deveriam fazer nessa construção social de arquitetura dentro das favelas é fazer melhorias nas casas, nos becos e vielas, e construir o que é de política pública. O programa Minha Casa Minha Vida, ao meu olhar, era de arquitetos e engenheiros utilizando a comunidade, porque a gente tem a favor da gente aqui uma Serra da Misericórdia, onde eles desenharam um parque que nunca foi feito. Agora em tempo de política o INEA [Instituto Nacional do Meio Ambiente] veio e fez uma melhoria na Serra e criou um espaço de convivência. Mas eles poderiam construir escolas dentro da comunidade. Eles poderiam, no lugar da UPP, ter construído até uma Universidade, que a gente tem até hoje a proposta de Universidade que não foi construída, e houve uma briga, uma luta junto à Defensoria Pública do Estado e ao Ministério Público, e não adiantou.***

Cabe destacar, na ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço vivido, que o tema da violência de gênero é desvelado por meio de casos recorrentes de violência doméstica nas favelas, e também por meio da carência de creches em turno integral que atenda sobretudo mães solo. Segunda Lucia, é muito complexo lidar com os casos de violência doméstica dentro das favelas em razão dos poderes que dominam a vida cotidiana dos moradores no Complexo do Alemão. Atualmente, no entanto, Lucia aponta que a Casa da Mulher gerida pela prefeitura e destinada ao abrigamento de mulheres vítimas de violência doméstica tem funcionado bem,

embora necessite de esforços políticos para que prospere no futuro apesar da mudança de governo. Já a carência de creches públicas, segundo Lucia, é um problema que desde sempre há pouca resposta do governo municipal, e prejudica principalmente a vida cotidiana das mulheres que trabalham em turno integral.



***Tem muita violência doméstica na comunidade, e é desafiador porque a favela vive poderes né. E esses poderes tem voz de comando e esses comandos são desafiadores, muitas vezes você consegue pular ele, muitas vezes mediar, muitas vezes você tem que baixar a cabeça e já não pode mais fazer mais nada. Assim, são situações, semana passada eu consegui tirar uma família [da situação de violência doméstica]. Ela foi embora com a roupa do corpo para não morrer.***



***Hoje tem espaços de acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica. Hoje tem, antes não tinha. Hoje a gente tem o projeto do prefeito Eduardo Paes da casa da mulher, tá funcionando legal porque tem muito espaço. Esse projeto é da gestão municipal atual. Ele [prefeito Eduardo Paes] tinha começado no governo Lula, só que conforme Lula sai, Dilma entra, Dilma foi perdendo poder até sair, e aí perdeu tudo, mas essa casa da mulher é um bom exemplo, porque o que que acontece em nosso país: a descontinuidade das políticas públicas.***

Para Lucia, a produção de espaços abstratos no Complexo do Alemão, sem respaldo da coletividade, apresenta riscos aos moradores, uma vez que ocorre por meio das políticas de segurança públicas organizadas nas Unidades de Política Pacificadora (UPPs), que matam anualmente muitas pessoas nas favelas, sobretudo jovens negros. Na fala apresentada a seguir, Lucia indica que, no caso da produção habitacional via PMCMV e PAC, o viés econômico desses programas se sobrepõe ao seu viés social, em um movimento alinhado a contradição entre o valor de troca e o valor de uso de Lefebvre (1992[1974]).



***Existe a casa que foi construída pelo próprio morador e derrubá-la foi muito desrespeitoso com ser humano. Tipo meu pai, ele construiu a casa dele aos trancos e barrancos. Virava a noite trabalhando com mutirão para colocar uma laje para melhoria da vida. Tudo que foi colocado ali tem suor, lágrimas e sangue! Então toda essa estrutura não é pensada também pelo sentimento né. Ela é uma muralha de pedra...isso para mim é o que o morador de favela considera lá fora: a Selva de Pedra! O que o capitalismo e o neoliberalismo produzem é uma coisa sem sentimento, sem valor humano. E a nossa casa ela tem esse valor humano: arquitetura construída a várias mãos por um profissional que é autodidata, sabe. E aí não valorizam isso e derrubam o sonho que***

***você construiu e às vezes não te dão de volta igual. Muitas casas foram derrubadas e muita gente ainda tá no aluguel social batendo de lugar em lugar, indo de construção em construção. E a gente tem que entender que o lar, principalmente para pessoas de classe baixa, é o lugar do aconchego e de se sentir segura.***

A segunda ligação dialética, entre o espaço concebido e a espaço vivido, indica que as carências e injustiças do espaço abstrato realizado pelo poder público, em conjunto com o mercado, com exceção da Casa da Mulher, revelou a possibilidade para a realização de espaços diferenciais (EDUCAP, Plano Popular, Juntos pelo Complexo e Mulheres em Ação).

A terceira, em relação ao espaço percebido e ao espaço vivido, revelou que a transformação da realidade urbana e da vida cotidiana ocorre através da organização dos moradores e da atuação das lideranças femininas populares nas Associações de Moradores, junto a movimentos sociais e a uma rede de apoio ampla e diversa. A terceira ligação dialética também revela que as motivações e as estratégias de atuação de Lucia têm como base o enfrentamento aos problemas comuns da vida cotidiana das mulheres, sobretudo pelas dificuldades presentes na esfera do trabalho reprodutivo. De tal modo, desde o início da sua atuação na vida pública pelo trabalho comunitário, Lucia se envolve com a luta pela conquista e pela execução de políticas públicas para mulheres, englobando desde o tema da moradia digna até da saúde coletiva e de equipamentos públicos de qualidade (como creches e escolas).



***Em 2012 foi quando nasceu toda estrutura da ONG que é container. E aí durante esse período eu sempre discutia e me envolvia com políticas públicas para as mulheres, muito porque, enquanto mulher, eu me envolvia muito dentro da favela, porque a maioria dos lares são mães solas, e mesmo que eu não seja mãe solo, eu apoio todas as mulheres que a gente sabe que lutam para poder manter a estrutura da família, criar e educar os filhos. Então eu sempre fui articulada. Hoje, por exemplo, eu dou aula para a turma de terapia ocupacional da UFRJ, sobre redes territoriais sociais. Eu adoro o Milton Santos, sou apaixonada por tudo que ele fala. Ele era um geógrafo né, mas ele pensava, e a gente também tem que pensar, a favela como lugar vivo! E com estruturas de pessoas que hoje eu sei que nós somos a tecnologia social. A gente precisa humanizar a tecnologia.***





***Vamos pensar como realmente esses espaços têm que ser construídos! Por exemplo, hoje um espaço de educação infantil já não atende mais as mães que trabalham fora, porque as crianças não ficam em horário integral. As creches no passado na década de 70/80 até o fim dos anos 90, ela foi até mais ou menos 2000 2001, 2002, pensada como depósito de crianças...as crianças não tinham educação infantil. Elas eram ligadas à assistência à criança: tomar café, dormir, comer e mais nada.***

Quanto ao tema do feminismo, Lucia se autodetermina como uma mulher feminista com bastante clareza. Pelo seu histórico de vida, Lucia justifica a sua autodeterminação e o seu engajamento no enfrentamento às violências e às desigualdades de gênero como partes de uma motivação pessoal em resposta à um caso de feminicídio na família. Portanto, o feminismo assume a perspectiva de um projeto de luta na atuação de Lucia, que orienta a sua prática no sentido de empoderar as mulheres e no sentido de articular redes de apoio e acolhimento às vítimas de violência doméstica do Complexo do Alemão.



***Bom, eu sou uma mulher feminista. E eu tenho um histórico do porquê a gente veio parar no Rio de Janeiro. Eu vim da cidade de onde eu nasci porque minha avó foi assassinada lá pelo padrasto do meu pai. E aí eu guardei isso, nunca esqueci. A vida toda eu acompanho o choro do meu pai pela morte dela. Então nessa história, eu me enxerguei uma pessoa que nunca deveria abaixar a cabeça para homem nenhum, e deveria lutar para nenhuma mulher ser submissa, e apanhar e morrer por conta do histórico de um homem. Então eu sempre trabalhei para que as mulheres entendam que elas são poderosas, elas nunca foram menos que um homem, elas sempre foram mais e uma tem que dar a mão para a outra. Porque o feminicídio veio à tona por conta de todos esses movimentos. A gente precisa que todas as mulheres entendam que todas as mulheres precisam participar.***



***Porque muitas mulheres quando a gente chama para os encontros, vêm umas 20, mas aquela mulherada todas que vem aqui reclamar da sua situação social, ou de uma situação violência durante a semana, ela não vem participar para discutir, então a gente ainda precisa empoderar mais essas mulheres. Falar para elas: vocês têm direito, mas vocês só vão alcançar isso quando tiver participação. Mas mesmo assim, elas às vezes abaixam a cabeça para todas as violências que sofrem, todas as faltas de respeito que sofrem, e por conta de algumas feministas que brigam errado pelo feminismo acaba afastando, é muito complicado. A gente precisa de união, a gente precisa muito de união. Porque eu entendo o feminismo como um projeto de luta, porém, algumas pessoas acham que é uma bagunça. Então a gente precisa tirar esse estigma de que o feminismo é uma bagunça no Brasil: o feminismo é uma luta. E a luta aqui no Brasil se intensificou após a morte da Marielle.***

Quanto ao reconhecimento enquanto liderança feminina popular, Lucia se sente muito reconhecida não só pelos moradores do Complexo do Alemão, mas também pelos apoiadores e pessoas de fora. Ela entende que esse reconhecimento é fruto de uma vida dedicada ao trabalho comunitário e à luta pelos direitos humanos do território. Segundo Lucia, o fato dela se envolver desde a adolescência em assuntos e em espaços comunitários possibilitou que tivesse muita experiência e muito repertório de atuação para lidar com a complexidade dos problemas da vida cotidiana de territórios populares. Parte dessa inteligência adquirida com a experiência permitiu a Lucia acessar estratégias e promover espaços de luta baseados em uma ética do cuidado, com foco na educação, no fortalecimento da identidade do território e na promoção da qualidade de vida.



***Eu acho que muito né, eu alfabetizei muitos jovens e adultos. E assim, esse reconhecimento é nítido, o que você tem, você vai construindo sua história né, dentro do lugar que vive, e você passa a ser respeitada e reconhecida. Pô, se com 12 anos as pessoas já iam lá em casa para eu escrever carta, para eu escrever ata da associação, era o reconhecimento, assim, do potencial que eu tinha né, então isso aí para mim, assim, não tem preço, eu sou muito grata à comunidade que eu tô, claro que a gente enfrenta tantas coisas aqui, mas o reconhecimento não só pela comunidade, mas por muitas pessoas que estão fora é nítido.***



***Eu acho que a gente que acaba se tornando referência, a gente vai aprendendo a lidar com tudo quanto é tema que se vive. Todos os temas que você vive no cotidiano, a gente acaba discutindo. Porque é aquilo, a construção de uma cidade, de uma comunidade, ela é feita numa corrente, numa rede, e você tem que compreender a função do outro para que o outro compreenda a sua, e assim sucessivamente. Porque aí você consegue construir e dar qualidade de vida ao território onde você tá, a partir do momento que a pessoa entenda que ela faz parte daquela construção também, entendeu, que aí cria esse elo, essa identidade, até para gerar respeito, ética né, criar essa cultura do cuidado né, com aquilo que está no seu entorno e com aquilo que você ajudou a construir, mas isso só vai partir de quando a pessoa estiver em uma consciência, porque as pessoas estão sem essa consciência, é por isso que é importante trabalhar isso na educação.***



**Diagrama 21.** Registros da vida cotidiana de Lucia na ONG Educap. Fonte: <https://www.atelierarq.com.br/educap> e <https://www.atelierarq.com.br/educap> . Acesso em: 18 de maio de 2023.

#### 5.2.4 ZICA

Graduada em Serviço Social e em Pedagogia, Zica é pioneira no Movimento Sindicalista das Domésticas do Brasil, sendo uma das fundadoras do Sindicato Estadual das Trabalhadoras Domésticas do Rio de Janeiro. Atua como liderança feminina popular no ofício de Coordenadora do Centro Comunitário da Vila Aliança, localizada no bairro Bangu, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. É natural da Manhumirim (MG) e é moradora da Vila Aliança desde 1964. Vivenciou três processos de remoção: o primeiro ocorreu na Favela da Alegria em 1951, no bairro São Cristóvão (zona central), seis anos após ter se mudado para a cidade do Rio de Janeiro, sendo realocada no Parque Proletário da Penha, bairro Penha (zona norte). O segundo processo ocorreu em 1964, saindo do bairro Penha (zona norte) para ser realocada na Vila Aliança, no bairro Bangu (zona oeste), onde reside até hoje.

Em 1961, o presidente americano John Kennedy, idealiza a Aliança para o Progresso, projeto de cooperação técnica e financeira com países da América Latina. No Rio de Janeiro, o governo Carlos Lacerda utilizou esse apoio para criar três sub-bairros: Vila Aliança e Vila Kennedy em Bangu, e Cidade de Deus em Jacarepaguá. A Vila Aliança, assim como outras favelas e bairros das periferias da cidade do Rio de Janeiro, surge como resultado do processo de remoção de trabalhadores para regiões mais afastadas da cidade<sup>28</sup>.

A Vila Aliança atualmente possui equipamentos públicos e infraestrutura urbana graças a luta de anos da Associação de Moradores junto às Pastorais de Favela, os movimentos sociais e

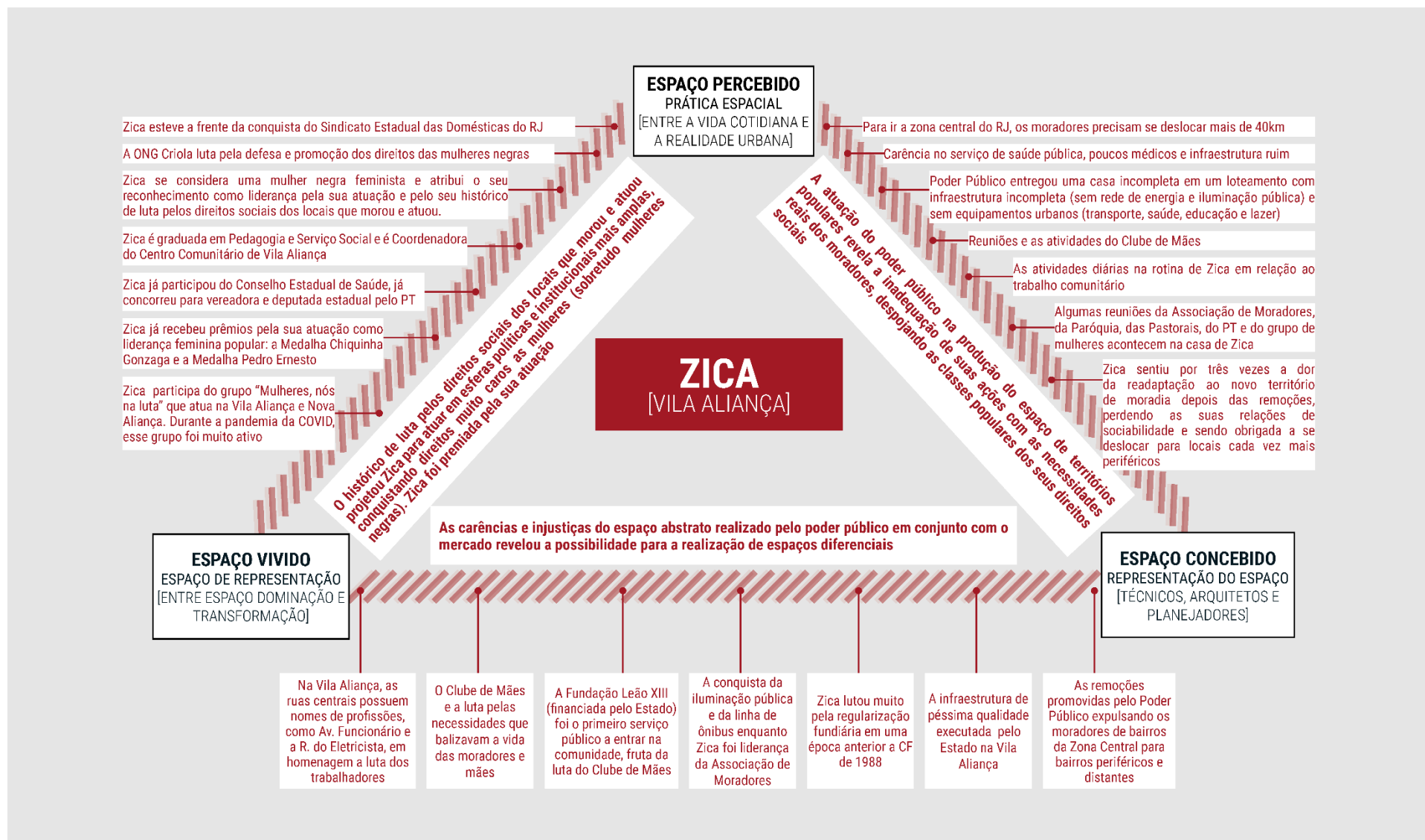
---

<sup>28</sup> Para saber mais, acesse: <https://www.anf.org.br/vila-alianca-lugar-de-historia-e-luta/>. Acesso: 15 fev. de 2023.

as vilas do entorno (**Vila Kennedy**). Cabe destacar a atuação das mulheres nessa luta, uma vez que a organização comunitária teve como marco inicial as reuniões feitas pelas primeiras moradoras e mães, unidas pelas carências do território. Nesse contexto, criaram um **Clube de Mães**. Na Vila Aliança e Nova Aliança, Zica tem uma rotina que envolve o trabalho comunitário, onde frequenta a **Igreja**, a **Paróquia**, a **Associação de Moradores** e o **Centro Comunitário**. A **casa de Zica** é local de reuniões comunitárias também, abrigando atividades da Paróquia, do Centro Comunitário, reuniões da **ONG Criola** e do diretório estadual do **Partidos dos Trabalhadores (PT)**. Fora da Vila Aliança, Zica tem atividades na zona central do RJ, deslocando-se mais de **40km** de ônibus ou de trem.



**Figura 10.** Cartografia realizada durante a entrevista com ZICA (objetivo 1). Base de dados: entrevista com ZICA. Base cartográfica: Google Earth (2020). Fonte: elaboração própria.



**Diagrama 22.** Diagrama síntese da entrevista com ZICA. Base de dados: entrevista semiestruturada com ZICA. Fonte: elaboração própria.

O resultado do diagrama síntese de Zica indicam três principais ligações dialéticas. A primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, indica que a atuação do poder público na produção do espaço de territórios populares revela a inadequação de suas ações com as necessidades reais dos moradores, despojando as classes populares dos seus direitos sociais.

A segunda, em relação ao espaço concebido e ao espaço vivido, indica que as carências e injustiças do espaço abstrato, realizado pelo poder público em conjunto com o mercado, revelou a possibilidade para a realização de espaços diferenciais. Ao longo da sua trajetória de vida, Zica sofreu três processos de remoção. Segundo Zica, mesmo que em um primeiro momento a realocação parecesse ser uma escolha que melhoraria as condições materiais da sua vida, logo que chegava ao novo local de moradia percebia que o espaço não fora pensado para acolher e respeitar o direito dos moradores removidos. Em seus termos:



***Foi um processo como todas as remoções: muito ruim! A gente sai de uma comunidade onde construímos nossa vida por muitos anos, as relações de amizade com toda a estrutura nas quais convivemos ao longo do tempo. Chegamos em uma comunidade onde tudo é novo, vizinhos novos, moradores novos, tudo diferente da vida anterior. Um novo recomeçar de vida, muito assustador.***

A terceira, em relação ao espaço percebido e ao espaço vivido, revelou que o histórico de luta pelos direitos sociais dos locais que morou e atuou, projetou Zica para atuar em esferas políticas e institucionais mais amplas, de modo a conquistar direitos muito caros as mulheres (sobretudo mulheres negras). Zica foi premiada pela sua atuação a frente da conquista do Sindicato Estadual das Domésticas do RJ.

**PRÊMIO AZIZA**

Apoio: Fundação Heinrich Böll

Para ANAZIR MARIA DE OLIVEIRA ZICA pelo seu destaque na defesa dos direitos das mulheres negras no ano 2000

E com efetividade. Ela tem resultados.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro

"Dona Zica: eu acredito na luta" o documentário

2,999 visualizações • 13 de mai. de 2014

👍 142 🗑️ NÃO GOSTEI ➦ COMPARTILHAR ⬇️ DOWNLOAD 🎞️ CLIPE ➦ SALVAR ...

Sou fundadora do PT, tá... eu como fundadora do PT

"Dona Zica: eu acredito na luta" o documentário

2,999 visualizações • 13 de mai. de 2014

👍 142 🗑️ NÃO GOSTEI ➦ COMPARTILHAR ⬇️ DOWNLOAD 🎞️ CLIPE ➦ SALVAR ...

Sou fundadora do PT, tá... eu como fundadora do PT

"Dona Zica: eu acredito na luta" o documentário

2,999 visualizações • 13 de mai. de 2014

👍 142 🗑️ NÃO GOSTEI ➦ COMPARTILHAR ⬇️ DOWNLOAD 🎞️ CLIPE ➦ SALVAR ...

**Diagrama 23.** Registros de tela obtidos junto ao documentário "Dona Zica: eu acredito na luta". Fonte: <https://youtu.be/GgEt09eB4jI>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

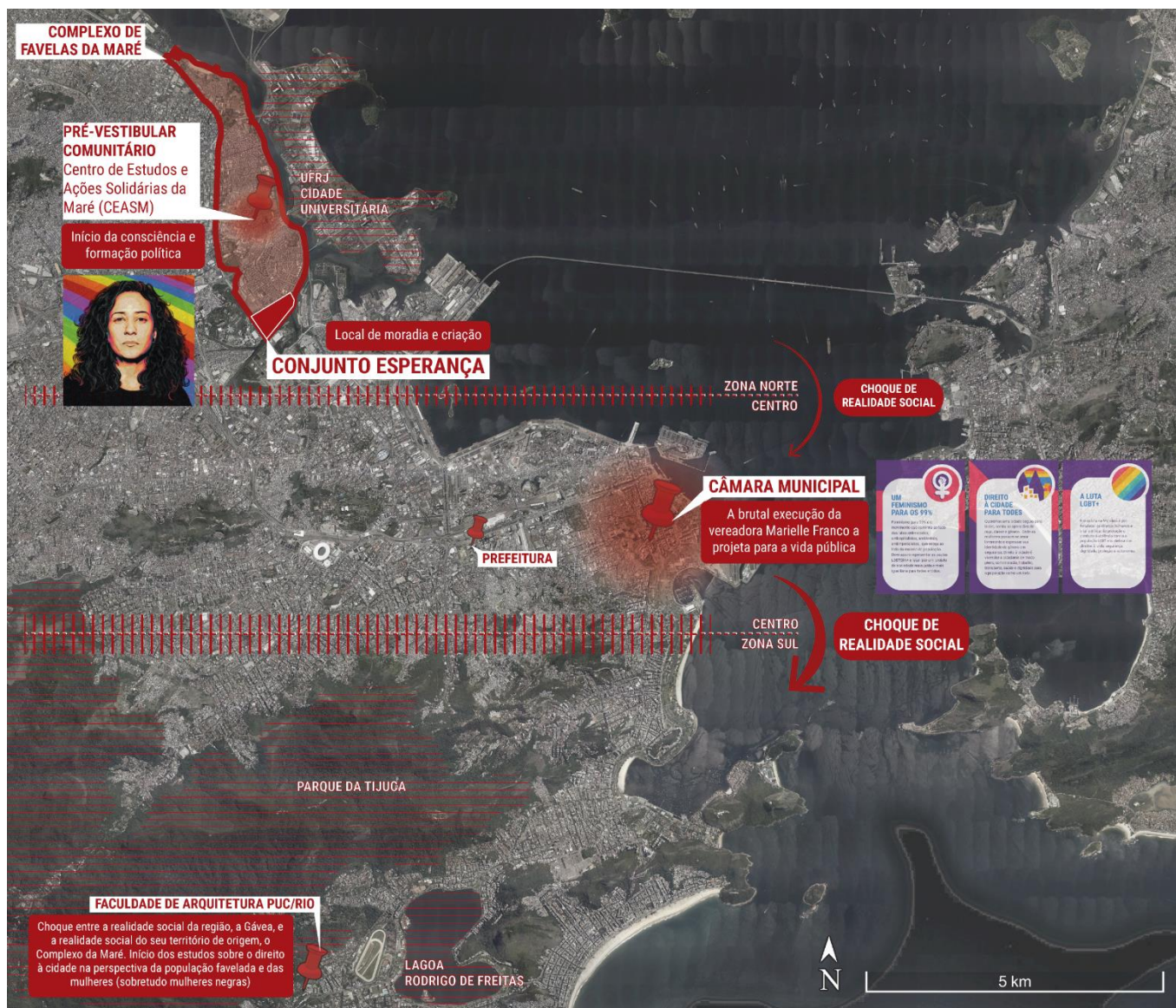


### 5.2.5 MONICA

Monica tem 35 anos de idade e é militante de direitos humanos e ativista LGBTQIAPN+. Arquiteta e Urbanista formada pela PUC-Rio, onde também se tornou mestra em Arquitetura, na área de "Violência e Direito à Cidade". Nasceu e cresceu no Conjunto Esperança, um dos 16 territórios populares que constituem o Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

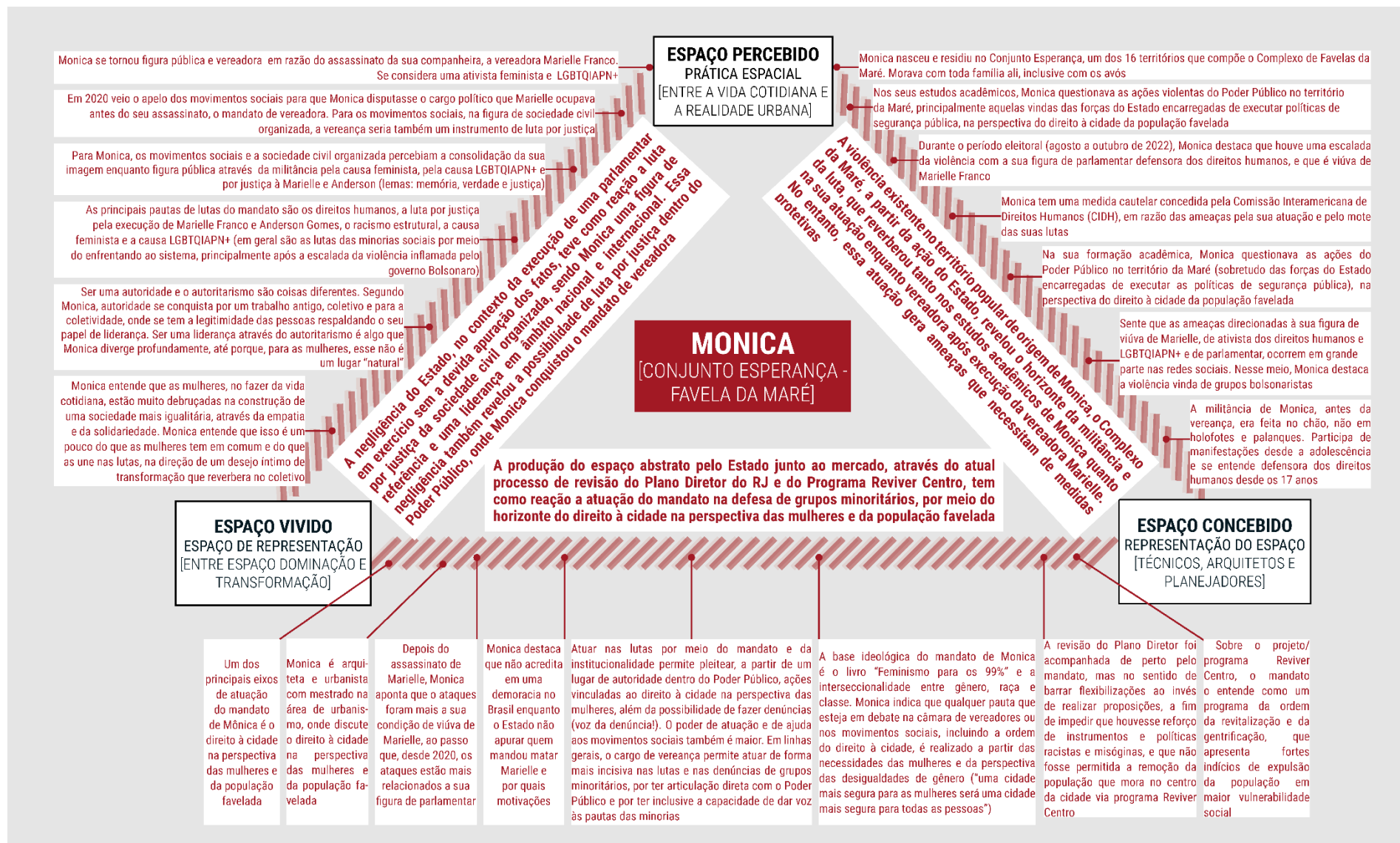
Eleita vereadora com pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2020, tem pautado sua atuação na promoção e defesa dos direitos das mulheres e no debate urbanístico com foco na inclusão social. Desde a execução de sua companheira, Marielle Franco, em 14 de março de 2018, Monica se dedica incansavelmente na luta por justiça para esse crime, se tornando referência internacional na defesa dos direitos humanos. Seguindo a trilha de Marielle Franco, com quem esteve ao lado em todas as lutas, Mônica atende à urgência dos debates que pautam os direitos das mulheres e a melhoria das condições de vida nas favelas e comunidades.

No Complexo da Favelas da Maré, Mônica cresceu imersa em um contexto de violência rotineira, que só foi compreender melhor quando chegou ao Ensino Superior. Foi ao ingressar no pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) que sua visão em relação à política mudou. Com um senso crítico aguçado e uma perspectiva social a partir dos territórios populares, ingressou a graduação em Arquitetura e Urbanismo na PUC-RJ. O impacto inicial entre as realidades econômicas despertou em Mônica o desejo de disputar a cidade e quebrar as restrições de qualidade de vida impostas aos 99% da população. Esse desejo se manifestou tanto nos seus estudos acadêmicos na graduação e na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, quanto na sua atuação como vereadora da cidade do Rio de Janeiro.



**Figura 11.** Cartografia realizada durante a entrevista com Monica (objetivo 1). Base de dados: entrevista com Monica. Base cartográfica: Google Earth (2020). Fonte: elaboração própria.

Na cartografia de Monica, os elementos mais evidentes e recorrentes na sua fala foram (1) o choque entre realidades urbanas vivenciado no deslocamento diário do Conjunto Esperança para a universidade (PUC-RJ), no bairro Gávea; e (2) o forte vínculo da sua militância e formação política com a vida cotidiana no Complexo da Maré, ainda antes de iniciar a graduação em Arquitetura e Urbanismo. Em relação à sua formação política, Monica destaca a importância de ter estudado no pré-vestibular comunitário Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), pois a permitiu compreender a dimensão estrutural das opressões e desigualdades presentes na sua vida cotidiana.



**Diagrama 24.** Diagrama síntese da entrevista com Monica. Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: elaboração própria.

O resultado do diagrama síntese de Monica indica três principais ligações dialéticas. Na primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, os fatos da realidade de Monica ao longo do tempo refletem a influência de ter nascido e vivido no Conjunto Esperança, um dos 16 territórios populares do Complexo da Maré. A trajetória de vida nesse local refletiu nas escolhas acadêmicas da liderança, em que o tema de pesquisa voltado ao debate do direito à cidade na perspectiva das mulheres e da população favelada se relaciona com a sua militância no território desde a sua adolescência, sobretudo na pauta das violências reproduzidas pelo Estado durante a execução de políticas de segurança pública. Essa violência vivida na adolescência e na juventude encontra eco na vida cotidiana atual, mas agora direcionada ao seu protagonismo na luta por justiça pela execução da Marielle e pela sua atuação enquanto vereadora.

Em síntese, a ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço concebido permite a reflexão de que a violência existente no território popular de origem de Monica, o Complexo da Maré, a partir da ação do Estado, revelou o horizonte da militância e da luta, que reverberou tanto nos seus estudos acadêmicos quanto na sua atuação enquanto vereadora após execução da companheira Marielle. Esse resultado permite refletir sobre o direito à cidade como um sentido de luta comum, que é coletiva e que visa a transformação das matrizes estruturais de opressão.



***O meu direcionamento à carreira de parlamentar inevitavelmente teve relação com o assassinato da Marielle, antes disso eu não tinha interesse na vida pública. Antes de 2018 (ano de assassinato da Marielle), eu me dedicava exclusivamente à dissertação de mestrado, enquanto bolsista da PUC/RJ. Depois de 2018, a academia ficou de lado e passei a me dedicar inteiramente à luta por justiça pelo assassinato da Marielle, com agendas de denúncia nacionais e internacionais, que ajudassem a pressionar o Estado brasileiro.***

A ligação dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido indica que a produção do espaço abstrato pelo Estado em conjunto com o mercado, através do atual processo de revisão do Plano Diretor do RJ e do Programa Reviver Centro, tem como reação a atuação do mandato na defesa de grupos minoritários, por meio do horizonte do direito à cidade na perspectiva das mulheres e da população favelada. Em relação ao direito à cidade na perspectiva das mulheres e da população favelada, Monica destaca que a base teórica e ideológica do seu mandato é o livro “Feminismo para os 99%” e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Segundo Monica, qualquer pauta que esteja em debate na câmara de vereadores ou nos movimentos sociais, incluindo a ordem do direito à cidade, é realizado a partir das necessidades das mulheres e da perspectiva das desigualdades de gênero, pois, em seus termos, “uma cidade mais segura para as mulheres será uma cidade mais segura para todas as pessoas”.



***As mulheres, no fazer da vida cotidiana, estão muito debruçadas na construção de uma sociedade mais igualitária, através da empatia e da solidariedade. E isso é um pouco do que as mulheres tem em comum e do que as une nas lutas, na direção de um desejo íntimo de transformação da sociedade que reverbera no coletivo.***

Em relação ao espaço percebido e ao espaço vivido, o diagrama síntese revelou que a negligência do Estado, no contexto da execução de uma parlamentar em exercício sem a devida apuração dos fatos, teve como reação a luta por justiça da sociedade civil organizada, sendo Monica uma figura de referência e uma liderança em âmbito nacional e internacional. Essa negligência também revelou a possibilidade de luta por justiça dentro do Poder Público, onde Monica conquistou o mandato de vereadora.

Em relação ao movimento de se sentir reconhecida como uma liderança feminina popular, Monica reflete que a figura de liderança apresenta alguns problemas, em razão do seu estatuto

simbólico aproximar-se da dimensão do masculino e do poder de dominação. Em suas falas, Monica aponta que autoridade e o autoritarismo são coisas diferentes. Para ela, autoridade se conquista por um trabalho antigo, coletivo e para a coletividade, onde se tem a legitimidade das pessoas respaldando o seu papel de liderança. Nesse sentido, ser uma liderança através do autoritarismo é algo que Monica diverge profundamente, “até porque, para as mulheres, esse não é um lugar natural”. Monica ainda destaca que a figura de liderança muitas vezes fica no lugar tóxico da masculinidade, da disputa de poder, de modo que as mulheres, enquanto lideranças em espaços públicos, precisam muitas vezes se masculinizar para serem respeitadas. Os espaços de poder, como a tribuna da Câmara de Vereadores, por exemplo, muitas vezes associam-se a vertente mais tóxica e misógina do masculino, e isso reverbera no fazer político das mulheres e das lideranças femininas populares. Esses espaços de poder, conforme exemplificado por Monica no âmbito da Câmara de Vereadores, relacionam-se ao debate acerca do espaço fálico de Lefebvre (1992[1974]).



***Atuar nas lutas por meio do mandato e da institucionalidade tem prós e contras. Os pontos a favor são o fato de possuir acesso a outros debates estando em um lugar de autoridade, que mesmo com os seus limites na municipalidade, possui muita relevância dentro da cidade do Rio de Janeiro. Por exemplo, a atuação na luta pelo direito à cidade na perspectiva das mulheres, há muitas coisas a se fazer enquanto vereadora, pois estar no centro do Poder Público pleiteando por melhorias nos serviços de forma geral, tem muita potência e valor político. Na voz de autoridade, ainda há a possibilidade de fazer denúncias, e você acaba sendo uma “voz da denúncia”. O poder de atuação e de ajuda aos movimentos sociais também é maior via mandato de vereança. Mas é isso, ainda tem o lado de que a institucionalidade acaba restringindo a luta em determinados temas, pelo limite territorial da municipalidade.***



***Ser uma autoridade e o autoritarismo são coisas diferentes. A autoridade se conquista por um trabalho antigo, coletivo e para a coletividade, onde se tem a legitimidade das pessoas respaldando o seu papel de liderança. Ser uma liderança através do autoritarismo é algo que discordo profundamente, até porque, para as mulheres, esse não é um lugar “natural”. A figura de liderança muitas vezes fica no lugar tóxico da masculinidade, da***

***disputa de poder, de modo que as mulheres, enquanto lideranças em espaços públicos, precisam muitas vezes se masculinizar para serem respeitadas. Os espaços de poder associam-se a vertente mais tóxica de um pacto de masculinidade, e isso reverbera no fazer político das mulheres e das lideranças femininas populares.***

Por fim, Monica revela que, nos espaços da institucionalidade, o lugar de se afirmar uma mulher liderança é um lugar de luta constante para ser respeitada na coletividade, sendo um processo muito exaustivo emocionalmente. Para ela, se não houver o compromisso constante de reforçar o pacto com a coletividade em meio a uma estrutura social patriarcal, acaba-se caindo na perversidade tóxica do pacto da masculinidade.



***As mulheres ocupando espaços de poder (como é o caso do mandato de vereadora) sempre se sentem pressionadas a falar melhor e a não demonstrar vulnerabilidade, sendo um processo muito exaustivo emocionalmente.***



***O lugar de se afirmar uma mulher liderança é um lugar de luta constante para que se tenha o respeito pela coletividade, o compromisso e a responsabilidade de construir e de pactuar com os movimentos sociais e com o povo. Portanto, se não houver o compromisso constante de reforçar o pacto com a coletividade em meio a uma estrutura social patriarcal, a gente acaba caindo na perversidade tóxica do pacto da masculinidade.***

A base ideológica do mandato de Monica é o livro “Feminismo para os 99%”, que aborda o tema da Teoria da Reprodução Social (TRS) a partir da opressão de gênero no sistema capitalista. Essa base ideológica também engloba o debate ecossocialista e interseccional. Segundo Monica, qualquer pauta que esteja em debate na câmara de vereadores ou nos movimentos sociais, incluindo o tema do direito à cidade, é realizado a partir das necessidades das mulheres e da perspectiva das desigualdades de gênero, de modo que o feminismo está no centro de qualquer decisão do mandato.




***Uma cidade mais segura para as mulheres será uma cidade mais segura para todas as pessoas.***




**UM FEMINISMO PARA OS 99%**

Feminismo para 99% é o movimento que caminha ao lado das lutas antirracistas, anticapitalistas, ambientais, antiimperialistas, que esteja ao lado da maioria da população. Deve assim representar as pautas LGBTQIA+ e lutar por um projeto de sociedade mais justa e mais igualitária para todas e todos.



**DIREITO À CIDADE PARA TODES**

Queremos uma cidade segura para todes, contra as opressões de raça, classe e gênero. Onde as mulheres possam se amar livremente e expressar sua identidade de gênero em segurança. Direito à cidade é vivenciar a cidadania de modo pleno, com moradia, trabalho, transporte, saúde e dignidade para a população como um todo.



**A LUTA LGBTQ+**

Nossa luta na Mandata é por fortalecer os direitos humanos e criar políticas de proteção e combate à violência contra a população LGBTQ em defesa dos direitos à vida, segurança, dignidade, proteção e autonomia.

**Diagrama 25.** Registros de tela obtidos junto ao site do mandato parlamentar de Monica. Fonte: <https://monicabenicio.com.br/>. Acesso em: 12 de maio de 2023.



**EPÍLOGO**

Em linhas gerais, os diagramas sínteses das entrevistadas do Rio de Janeiro indicam que a produção do espaço abstrato em conjunto com o mercado, através da execução de padrões habitacionais precários e fora de contexto, por exemplo, revela o estágio atual da precarização das infraestruturas de reprodução social das classes populares, que ainda pesa desproporcionalmente nas mulheres.

O desinteresse em prover condições dignas de vida para os territórios populares, por parte do poder público e do mercado, em um contexto de inflexão ultraliberal, vem na esteira da precarização das relações trabalhistas e da proteção social do Estado, uma vez que o mercado, atuando junto ao Estado, não vê mais motivações econômicas para promover condições mínimas de reprodução das classes trabalhadoras. De tal modo, o foco de extração da mais-valia não é mais o trabalhador da economia política clássica. Atualmente, o foco parece se concentrar na exploração da mais-valia urbana através da produção de espaços abstratos dominados pelo valor de troca.

Esse contexto afeta sobretudo a vida cotidiana das mulheres em territórios populares. Pelo seu vínculo histórico com a esfera privada, em um contexto espacial marcado pela ausência do Estado (proteção social) e pela ausência de cidade (infraestrutura urbana e equipamentos públicos), as mulheres têm seus meios de reprodução cada vez mais escassos e precarizados. Se por um lado o poder público concentra sua atuação na qualificação de espaços urbanos de maior interesse imobiliário e menos nos territórios populares da cidade, por outro lado percebe-se a projeção cada vez maior da atuação de lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade, acionando articulações políticas (redes) e práticas espaciais, como o planejamento radical visto nos Planos Populares.

Frente ao contexto mencionado, da produção de espaços abstratos pelo Estado em conjunto com o mercado, com destaque para o processo de revisão do Plano Diretor do RJ e o Programa Reviver Centro, tem-se a atuação do mandato parlamentar de Monica, que, por meio do horizonte do direito à cidade na perspectiva das mulheres e da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, luta diariamente na defesa dos grupos minoritários afetados.

Na atuação das lideranças femininas populares entrevistadas na cidade do Rio de Janeiro, o tema do combate à violência de gênero e à violência doméstica foi bastante recorrente. Angela se destaca por utilizar estratégias políticas que reivindicam o respeito e o direito à fala das mulheres, tanto na sua vida cotidiana como trabalhadora ambulante, quanto na sua atuação junto aos movimentos sociais. Já Lucia se destaca pela sua motivação no enfrentamento aos problemas da vida cotidiana das mulheres, sobretudo pelas dificuldades presentes na esfera do trabalho reprodutivo. Desde o início da sua atuação na vida pública pelo trabalho comunitário, Lucia se envolve com a luta pela conquista e pela execução de políticas públicas para mulheres, englobando desde o tema da moradia digna até da saúde coletiva e de equipamentos públicos de qualidade (como creches e escolas). Zica, que no seu fazer político foi uma das fundadoras do Sindicato Estadual das Trabalhadoras Domésticas do Rio de Janeiro. E Monica, que no seu mandato parlamentar revela a dificuldade de se afirmar uma mulher liderança em espaços institucionais como a Câmara Municipal, sendo necessário acionar práticas de luta para enfrentar a dominação que se manifesta nesse espaço fálico.

Na análise dos diagramas, o tema da violência de gênero é desvelado por meio de casos recorrentes de violência doméstica nas favelas, e também por meio da carência de creches em turno

integral que atenda sobretudo as mães solo. Embora a escassez de creches municipais seja um problema com pouco investimento por parte da municipalidade, a Casa da Mulher gerida pela prefeitura e destinada ao abrigamento de mulheres vítimas de violência doméstica tem funcionado bem, embora necessite de esforços políticos para que prospere no futuro apesar da mudança de governo.

Em relação ao reconhecimento enquanto liderança feminina popular, a ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço vivido permitiu revelar que, de modo geral, à medida que essas lideranças atuam de forma autêntica, elas se sentem reconhecidas pelos seus pares (moradores e apoiadores). Para Penha, por exemplo, a legitimidade da sua liderança ocorre pelas categorias nativas da sua personalidade que a fazem ser autêntica (a sua força, a sua presença e a sua noção de direitos), e que respaldam o seu protagonismo nas lutas urbanas pelo forte vínculo com o território. Já para Lúcia, esse reconhecimento é fruto de uma vida dedicada ao trabalho comunitário e à luta pelos direitos humanos do território.

Por fim, em relação ao planejamento radical, destaca-se a realização dos Planos Populares, que, mais do que uma solução para a urbanização, representaram uma forma de planejar o território envolvendo os moradores diretamente. Ao apresentar alternativas, considerar requisitos técnicos e demandas populares, sempre apresentados de forma aberta para o debate público, a realização do Plano Popular da Vila Autódromo permitiu democratizar a produção do espaço. De tal modo, esse Plano Popular, realizado de forma autônoma e junto ao território, se aproxima das discussões teóricas e das experiências práticas do planejamento radical (FRIEDMANN, 1987).

Por fim, a realização de espaços diferenciais ocorreu junto ao apoio técnico e político de universidades, vereadores, movimentos sociais e entidades civis, muitas vezes em resposta às novas investidas de realização do espaço abstrato pelo poder público em conjunto com o mercado. A produção de espaços abstratos, sem respaldo da coletividade, apresenta riscos aos moradores, uma vez que o viés econômico desses programas se sobrepõe ao seu viés social, em um movimento alinhado a contradição entre o valor de troca e o valor de uso de Lefebvre (1992[1974]).

## 6 CONCLUSÃO

Para realizar as considerações finais, faz-se necessário, em primeiro lugar, retomar o ponto de partida desse novo lá em 2020, onde tudo começou. O objetivo geral, de desvelar a atuação de lideranças femininas populares na produção do espaço urbano pelo direito à cidade, se desdobrou em três objetivos específicos:

- Descrever a prática espacial de lideranças femininas populares em seus territórios (objetivo mais vinculado a dimensão do **espaço percebido**);
- Identificar as motivações e formas de organização das lideranças na luta pelo direito à cidade (objetivo mais vinculado à dimensão do **espaço vivido**);
- Analisar a relação de suas práticas com o planejamento urbano institucional ou radical (objetivo mais vinculado a dimensão **espaço concebido**).

Esses objetivos específicos foram pensados em conjunto com a aplicação da teoria-método da produção do espaço de Lefebvre, de modo a viabilizar a investigação do tema nos marcos epistêmicos traçados (estudos de gênero e estudos críticos urbanos). Esse procedimento inicial, de dissecar as dimensões da tríade e relacioná-las aos objetivos específicos da pesquisa (apêndices), se mostrou bastante relevante durante a análise dos resultados, pois permitiu visualizar os fatos presentes na realidade urbana a partir dos momentos da produção do espaço. Desse modo, foi possível refletir sobre as ligações que constituem a unidade dialética contraditória da atuação das lideranças femininas populares, e gerar os diagramas sínteses apresentados nos capítulos 4.2 e 5.2.

Os resultados obtidos por meio da aplicação da tríade, em conjunto com os conceitos operacionais da pesquisa, revelaram

reflexões importantes acerca da atuação das lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade. Os conceitos operacionais que mais apareceram em diálogo com a produção do espaço, além do direito à cidade e das lideranças femininas populares, foram a TRS, o espaço diferencial, o planejamento radical e o espaço fálico. Esse diálogo reforça a pertinência da obra de Henri Lefebvre no tempo atual, como também revela as suas aberturas para refletir sobre os problemas urbanos em interseccionalidade de gênero, raça e classe. Nesse sentido, cabe destacar que a **Teoria da Reprodução Social (TRS)** desempenhou um importante elo entre as **lideranças femininas populares** e a **produção social do espaço urbano**.

Quanto às lideranças femininas populares, agora à luz do empírico, cabe destacar que as características mais recorrentes englobaram uma série de atributos e habilidades já mencionados no debate teórico do capítulo 2. Dentre eles, a capacidade de articulação em espaços institucionais e políticos, de constituição de redes de apoio, de protagonismo nas lutas urbanas, de gestão do trabalho comunitário e local, de mobilização em pautas comuns e de melhoria nas infraestruturas de reprodução social foram as que apareceram na maioria das entrevistas. Outras características não previamente citadas no debate teórico, mas alinhadas com tal perspectiva, foram o forte sentimento de pertencimento e vínculo com o território, a coerência entre o pensamento e a ação, a autenticidade, a militância, o sentido ético baseado no maternal e no cuidado e o sentimento de totalidade da luta. Ao fomentar um sentido de luta comum entre gênero, raça e classe, o sentimento de totalidade é capaz de desvelar não apenas a interseccionalidade e a conexão dialética desses termos na práxis, mas também a perspectiva da transformação concreta através da prática espacial como eixo norteador da atuação de lideranças femininas populares.

Quanto às perspectivas feministas, cabe destacar que a percepção de algumas lideranças se ampara em um ideário de práticas supostamente descoladas da vida cotidiana e da realidade urbana marcada pelo medo generalizado da despossessão. Essa visão encontra eco na TRS, a partir da reflexão de Bhattacharya (2017), que diz serem as perspectivas feministas e/ou antirracistas, quando abordadas unilateralmente, estratégias políticas fracas, uma vez que procurariam superar as diferenças de raça e gênero por meio de apelos morais. Segundo a autora (2017), apesar das vantagens sociais de homens brancos de classes populares, sua própria condição social de exploração está diretamente ligada à condição social de subordinação dos trabalhadores negros e das mulheres. De tal modo, percebe-se que o descolamento de uma autodeterminação feminista se associa muito mais a uma visão de feminismo que não apresenta vantagens para a luta política dessas lideranças.

Cabe destacar, nos casos citados anteriormente, que a ligação dialética entre o vivido e o percebido revelou a contradição entre preferir não se considerar feminista e a manutenção de uma práxis política fortemente vinculada à luta pelo direito à moradia e pelas questões que envolvem o universo feminino no território popular de atuação. Essa contradição, além de se aproximar da TRS, também evidencia a relação entre a atuação dessas lideranças femininas populares e o debate acerca do **feminismo popular**. Segundo Hayden (2002), a presença de mulheres nas ruas chamou a atenção para o caráter de gênero nas reivindicações vinculadas à luta pelo direito à cidade. A participação feminina nessas lutas influenciou diretamente a constituição de um debate sobre um feminismo de corte popular que se desenvolve a partir da experiência direta de mulheres que lutam para garantir o direito à moradia.



Em relação à pesquisa de modo geral, observa-se alguns **limites** e algumas **possibilidades** que se abrem para estudos futuros. Quanto aos **limites** da pesquisa, aponta-se a falta de diagramas síntese da tríade da produção do espaço de cada objeto empírico (Porto Alegre e Rio de Janeiro), em razão do cronograma da pesquisa; a pouca diversidade étnica e racial das mulheres, uma vez que não se conseguiu entrevistar lideranças representantes de alguns grupos minoritários (indígenas); a diversidade de territórios populares de moradia e atuação das entrevistadas; e a proximidade espacial entre os territórios populares e os locais de grande interesse dos setores imobiliários. Nesse aspecto em específico, cabe destacar que, enquanto na cidade do Rio de Janeiro algumas lideranças entrevistadas encontram-se espacialmente próximas a setores urbanos alvos de planos e projetos municipais em curso, em Porto Alegre nenhuma das entrevistadas atua em contexto semelhante.

No entanto, esse último limite em específico é, ao mesmo tempo, uma importante **possibilidade** de abertura para investigações futuras, e que pode revelar outras realidades urbanas através da atuação de lideranças femininas populares. Tanto no 4º Distrito quanto no Centro Histórico de Porto Alegre, regiões que são alvos de processos de planejamento urbano “fatiados”, os processos de valorização imobiliária e de gentrificação em curso já são alvo de conflitos urbanos que se desenrolam no tempo atual, e por isso merecem atenção.

Quanto ao poder público, salienta-se que a sua atuação na produção do espaço em conjunto com o mercado, visando sobremaneira o crescimento econômico, mesmo que possa gerar empregos e ampliar a renda *per capita*, resulta na reprodução das desigualdades urbanas existentes, tornando-as ainda mais graves. Por esse motivo, é necessário que o poder público e as políticas

urbanas, com especial atenção às práticas radicais e insurgentes de planejamento urbano, tenham como principal objetivo a melhoria das condições de reprodução social da população, na direção das reflexões e das reivindicações trazidas pela TRS.

A perspectiva da produção do espaço sob a ótica da TRS, em conjunto com a realização de espaços diferenciais, significa também construir os diversos objetos do espaço urbano como valor de uso e não como valor de troca (LEFEBVRE, 1992[1974]). Sob essa perspectiva, é necessário considerar a atuação de lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade, que, se potencializada, pode revelar caminhos para a transformação da realidade urbana e da vida cotidiana em novas práticas espaciais e novos sentidos do comum, construídos na coletividade.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem "Respondent-driven Sampling" na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ANF. **Como moradores da Vila dos Papeleiros veem a revitalização do 4º Distrito, em Porto Alegre**. 2018. Disponível em: <https://www.anf.org.br/vila-alianca-lugar-de-historia-e-luta/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ARADO, Preserva. **Entenda a causa**: Preserva Arado. Disponível em: <https://preservaarado.wordpress.com/entenda/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. London: Pluto Press, 2017.

BRENNER, Neil. **Espaço de Urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

BRENNER, Neil. **O que é teoria crítica urbana**. E-Metropolis. [s. l.], p. 19-27, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o direito à cidade**. Revista Direito e Práxis, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 349-369, mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48199>.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. 17(49), 117-133. 2003.

CAU/RJ. **Fórum Popular divulga carta com contribuições para processo de revisão do Plano Diretor do Rio**. 2021. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/forum-popular-divulga-carta-com-contribuicoes-para-processo-de-revisao-do-plano-diretor-do-rio/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

CUNHA, Marcella. **Atlas da Violência**: 75% das pessoas assassinadas no Brasil são negras. 75% das pessoas assassinadas no Brasil são negras. 2020. Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/08/31/atlas-da-violencia-75-das-pessoas-assassinadas-no-brasil-sao-negras>. Acesso em: 27 jan. 2023.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 1997. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 10/07/2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raca e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Liderança e Organizações**. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 93-119, dez. 2011.

FATO, Brasil de. **Ambulantes protestam contra projeto da Prefeitura do Rio de remover camelôs do Centro**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/17/ambulantes-protestam-contra-projeto-da-prefeitura-do-rio-de-remover-camelos-do-centro>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FATO, Brasil de. **Moradores das comunidades do 4º Distrito se mobilizam pelo futuro das moradias**. 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefatores.com.br/2020/10/09/moradores-das-comunidades-do-4-districto-se-mobilizam-pelo-futuro-das-moradias>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FAULHABER, Lucas. **Rio Maravilha**: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense/EAU. Niterói: 2012.1.p.59

Fávero, Maria Helena. **Psicologia do gênero**. Psicobiografia, Sociocultura e Transformações. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. 435 p.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero**: psicobiografia, sociocultura e transformação. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. Trad. Coletivo Sycorax.

FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R. (Org.). **Porto Alegre**: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, 370 p.

FIDALGO, Tarcyla., SANTOS, Orlando., CORRÊA, Filipe., MEZA, Humberto. **Ajustes regulatórios e projetos pró-mercado**. Coletânea reforma urbana e direito à cidade. organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Marcelo Gomes Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 165 – 180.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism**: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis: Verso, London, 2013, 256 p.

FRASER, Nancy. **Política feminista na era do reconhecimento**: uma abordagem bidimensional para a justiça de gênero. ARENAL, 19:2, 2012, p. 267-286.

FRIEDMANN, John. **Insurgencies**: Essays in planning theory. London, UK: Routledge, 2011. 255 p.

FRIEDMANN, John. **Planning in the public domain**: from knowledge to action. Princeton, Princeton University Press, 1987.

GLOBO, O. **Programa de reordenamento da prefeitura do rio gera expectativa em camelos**. 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/programa-de-reordenamento-da-prefeitura-do-rio-gera-expectativa-em-camelos-ninguem-ambulante-porque-quer-25093088>. Acesso em: 18 fev. 2023.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideia, 2011.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2016[1993]. 312p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUSMÃO, Hugo Nicolau Barbosa de. **Desigualdades espaciais**. Disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

GZH – Gaúcha ZH. **Como moradores da Vila dos Papeleiros veem a revitalização do 4º Distrito, em Porto Alegre**. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/07/como-moradores-da-vila-dos-papeleiros-veem-a-revitalizacao-do-4o-distrito-em-porto-alegre-cl5d4vbvpv00030168k0r3y4p7.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

HARNOIS, Catherine. **Re-presenting Feminisms: Past, Present, and Future**. NWSA Journal, 20(1), 120-145, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume. São Paulo, 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres/Nova York, Verso. 2012. 205 p.

HAYDEN, Dolores. **Redesigning the American dream**: the future of housing, work, and family life. New York: Norton & Company, 2002.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Atlas da Violência**: violência por raça. Violência por Raça. Ipea. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/3/violencia-por-raca>. Acesso em: 27 jan. 2023.

IPP – Instituto Pereira Passos. **População**. 2019. Disponível em: <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LABCIDADE. **Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino**. 2021. Larissa Lacerda, Isadora Guerreiro e Paula Freire Santoro. Disponível em: [http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/#:~:text=Com%20baixos%20sal%C3%A1rios%20\(especialmente%20mulheres,com%20os%20custos%20da%20moradia.7](http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/#:~:text=Com%20baixos%20sal%C3%A1rios%20(especialmente%20mulheres,com%20os%20custos%20da%20moradia.7). Acesso em: 10 jul. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008[1970].

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991[1969].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001[1968].

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1992[1974].

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**: o direito à cidade. 2 ed. Belo Horizonte: Ufmg/Humanitas, 2016[1973].

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. In: Revista Estudos Feministas, 22(3), 935-952, 2014.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgent Planning**: Situating Radical Planning in the Global South. Planning Theory, v. 8, n. 1, p. 32-50, fev. 2009.

MONTEIRO, Polianna. Gonçalves. **A produção feminista do espaço**: costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas. In: XVIII Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional. Natal: Anpur, 2019.

NÚMERO, Gênero e. **Maioria entre informais, mulheres têm lugar central na inédita renda emergencial**. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-renda-emergencial/>. Acesso em: 07 jul. 2021.

NÚMERO, Gênero e. **No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza**. 2019. Disponível em: <https://www.generonumero.media/casas-mulheres-negras-pobreza/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NÚMERO, Gênero e. **Um retrato das mães solo na pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Feminização do poder em espaços populares**: trabalho e resistência social. Lex Cult: Revista do CCJF, Rio de Janeiro, v. 2, p. 126, 2018.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela**: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Clarice. **Da cidade industrial à cidade neoliberal**: Projetos Urbanos na produção de espaços artificiais. In: XVIII Encontro Nacional da ANPUR, 2019, Natal. Anais do XVIII ENANPUR, 2019.



OLIVEIRA, Clarice. **Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento**: a Copa do Mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013. 230 p.

PINHEIRO, Fundação João. **Deficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: Fjp, 2021. 169 p. Disponível em: [http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05\\_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf](http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

PNAD - Pesquisa nacional por amostra de domicílios. **PNAD: microdados**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico**: Por uma cartografia da ação. Rev. Tamoios, São Gonçalo (Rio de Janeiro), p. 3-12, 20 set. 2012.

RÍOS, Flavia; LIMA, Marcia (orgs.). Lélia Gonzalez. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar. (376 pp.)

RUAS, Rhaysa. **Teoria da Reprodução Social**: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 379-415, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2020/46086>.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANDERCOCK, Leonie. **Making the Invisible Visible**. A Multicultural Planning History. Los Angeles: University of California Press, 1998.

SANDERCOCK, Leonie. **Translations**: from insurgent planning practices to radical planning discourses. *Plurimondi*, v. 1, n. 2, pp. 37-46. 1999.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos et al. **O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro**: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade. In: SANTOS JUNIOR,

Orlando Alves dos et al (org.). Rio de Janeiro: os impactos da copa do mundo 2014 e das olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 172p.

SCHILD, Veronica. **Feminism and Neoliberalism in Latin America**. In: New Left Review. Nov./ dec. 2015. London, UK. n. 96, pp. 59-74. 2015.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. Geosp: Espaço e tempo, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012. Tradutores: Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto.

SEBRAE/RJ, Observatório. **Atlas do Desenvolvimento Humano: rio de janeiro e bairros**. Rio de Janeiro e bairros. 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae\_INFREG\_2014\_CapitalRJ.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

SILVA, Joseli Maria. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, dez. 2007.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Introdução. In: SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (org.). **Porto Alegre: os impactos da copa do mundo 2014**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2015. p. 13-18.

TANAKA, Giselle. **Planejar para Lutar e Lutar para Planejar: Possibilidades e Limites de Planejamentos Alternativos**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. 287 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1ª ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.

UOL. **Fórum: negros são vítimas de 80% das mortes violentas de jovens no Brasil**. 2021. Elaborada por: Lola Ferreira e Igor Mello. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/10/22/mortes-violentas-criancas-e-jovens-brasil.htm>. Acesso em: 27 jan. 2023.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VELASCO, Honorio; DÍAZ DE RADA, Angela. **La lógica de la investigación etnográfica**. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tias baianas tomam conta do pedaço**: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 3, 1989.

VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIVIAN, Mariana Motta. **Transformações Urbanas no Século XXI**: trajetórias e produção institucional das políticas de waterfront regeneration no brasil. 2019. 344 f. Dissertação (Mestrado) - de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

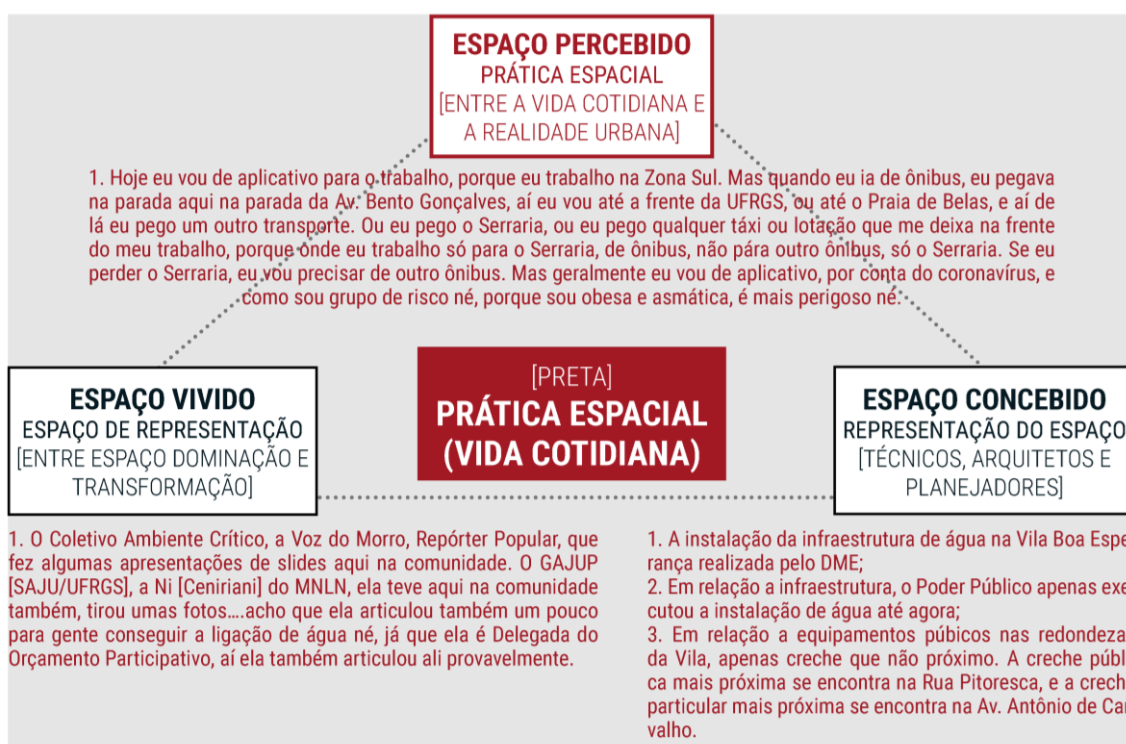
VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women**: Toward a Unitary Theory. Chicago: Haymarket Books, 2013.

WIKIFAVELAS. **EDUCAP**: espaço democrático de união, convivência, aprendizagem e prevenção. Espaço democrático de união, convivência, aprendizagem e prevenção. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/EDUCAP\\_-\\_Espa%C3%A7o\\_democr%C3%A1tico\\_de\\_uni%C3%A3o,\\_conviv%C3%Aancia,\\_aprendizagem\\_e\\_preven%C3%A7%C3%A3o](https://wikifavelas.com.br/index.php/EDUCAP_-_Espa%C3%A7o_democr%C3%A1tico_de_uni%C3%A3o,_conviv%C3%Aancia,_aprendizagem_e_preven%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 01 fev. 2023.

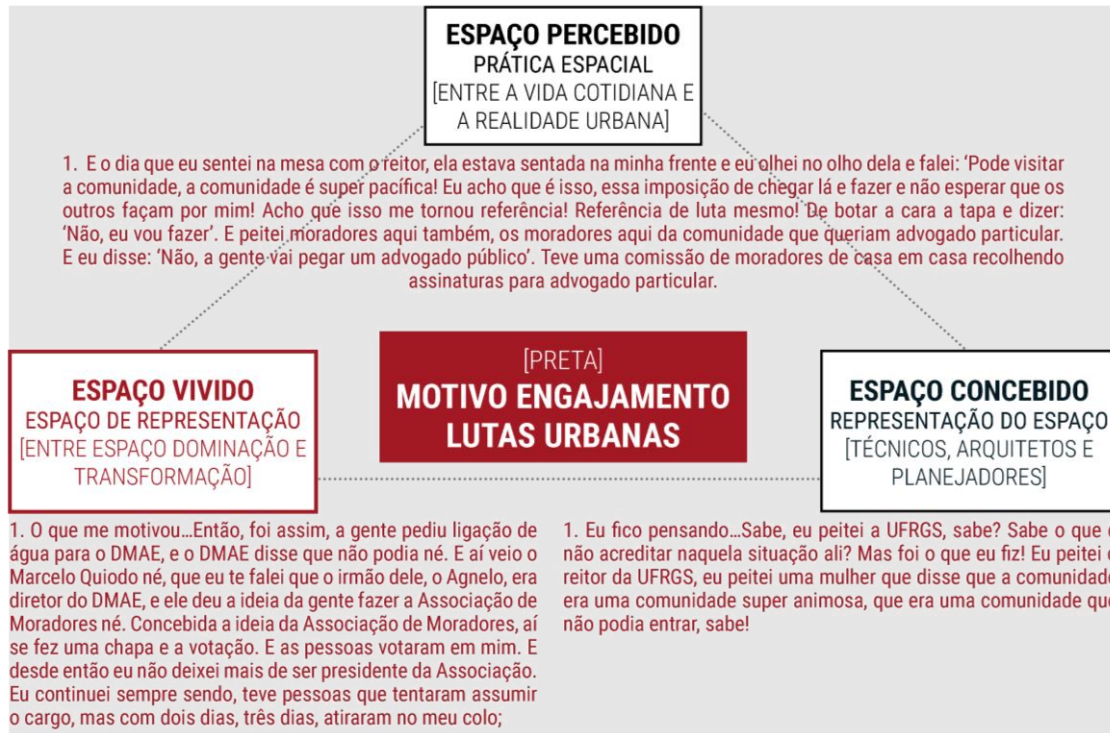
## 8 APÊNDICES

Os apêndices apresentados a seguir serviram de apoio para a construção dos diagramas síntese apresentados nos capítulos 4.2 e 5.2. Eles devem ser lidos como mapas dos fatos presentes na realidade urbana de cada liderança feminina popular entrevistada, uma vez que foram ponto de partida para construção das ligações dialéticas por meio da tríade da produção do espaço.

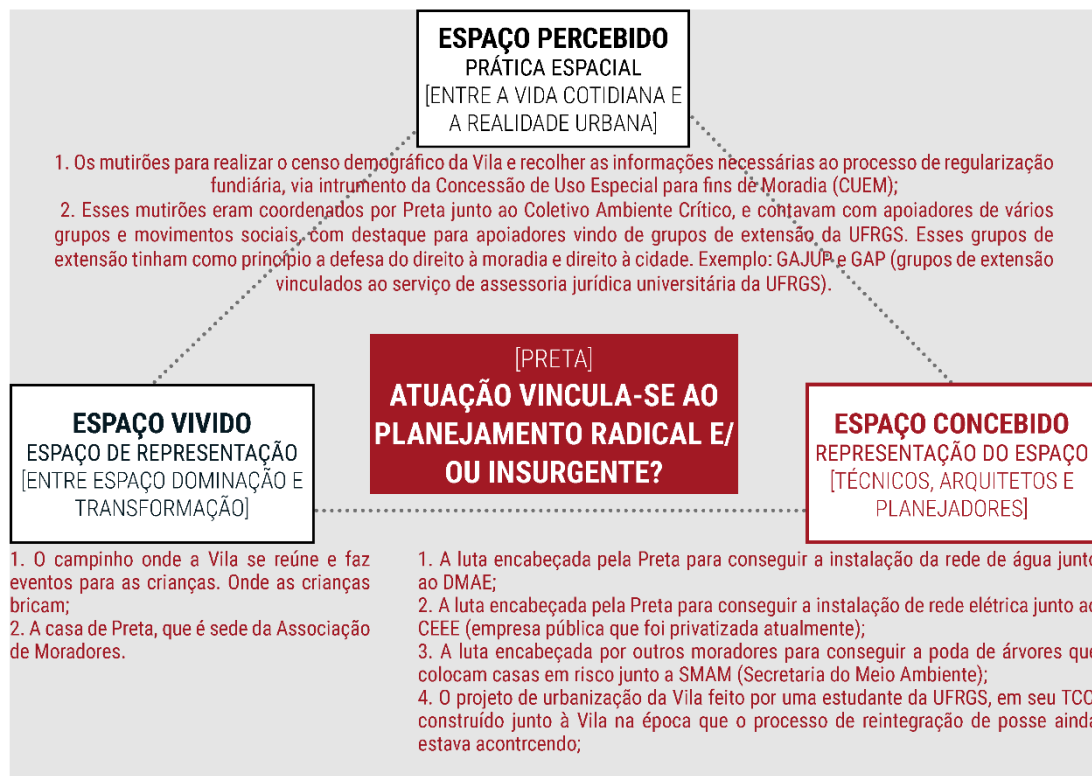
### 8.1. APÊNDICE 1: DIAGRAMAS PRETA



**Diagrama 26.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta. Fonte: elaboração própria.

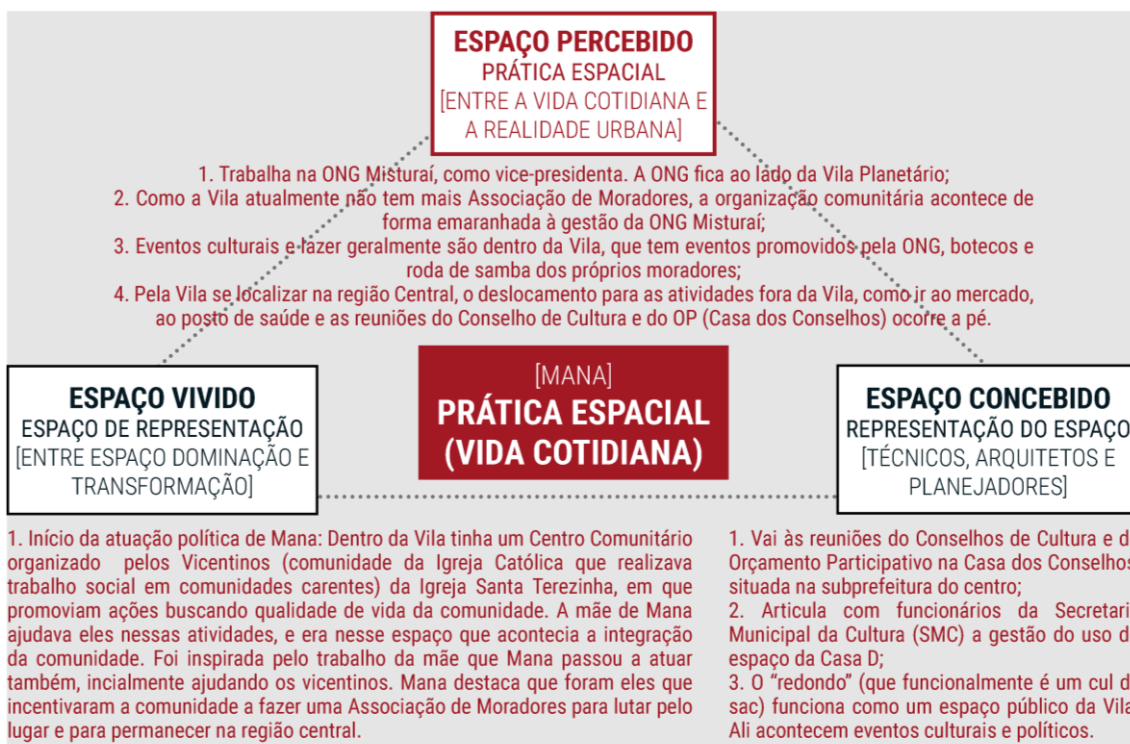


**Diagrama 27.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta. Fonte: elaboração própria.

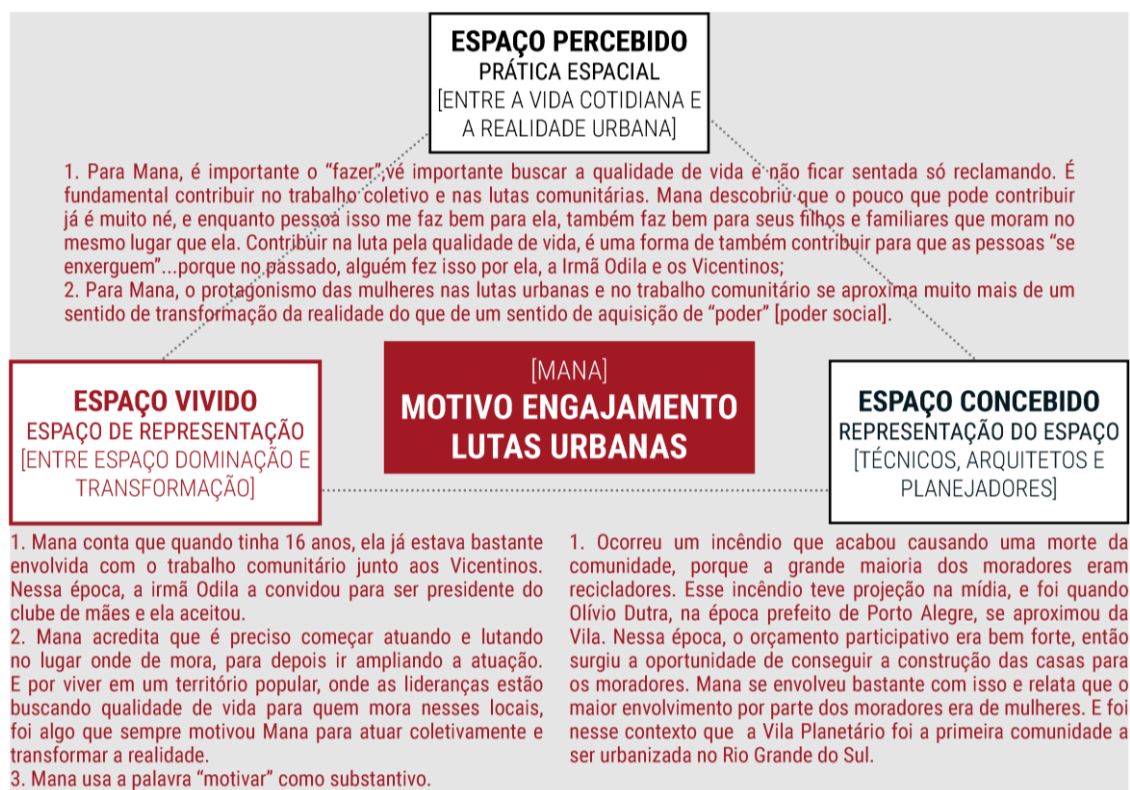


**Diagrama 28.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta. Fonte: elaboração própria.

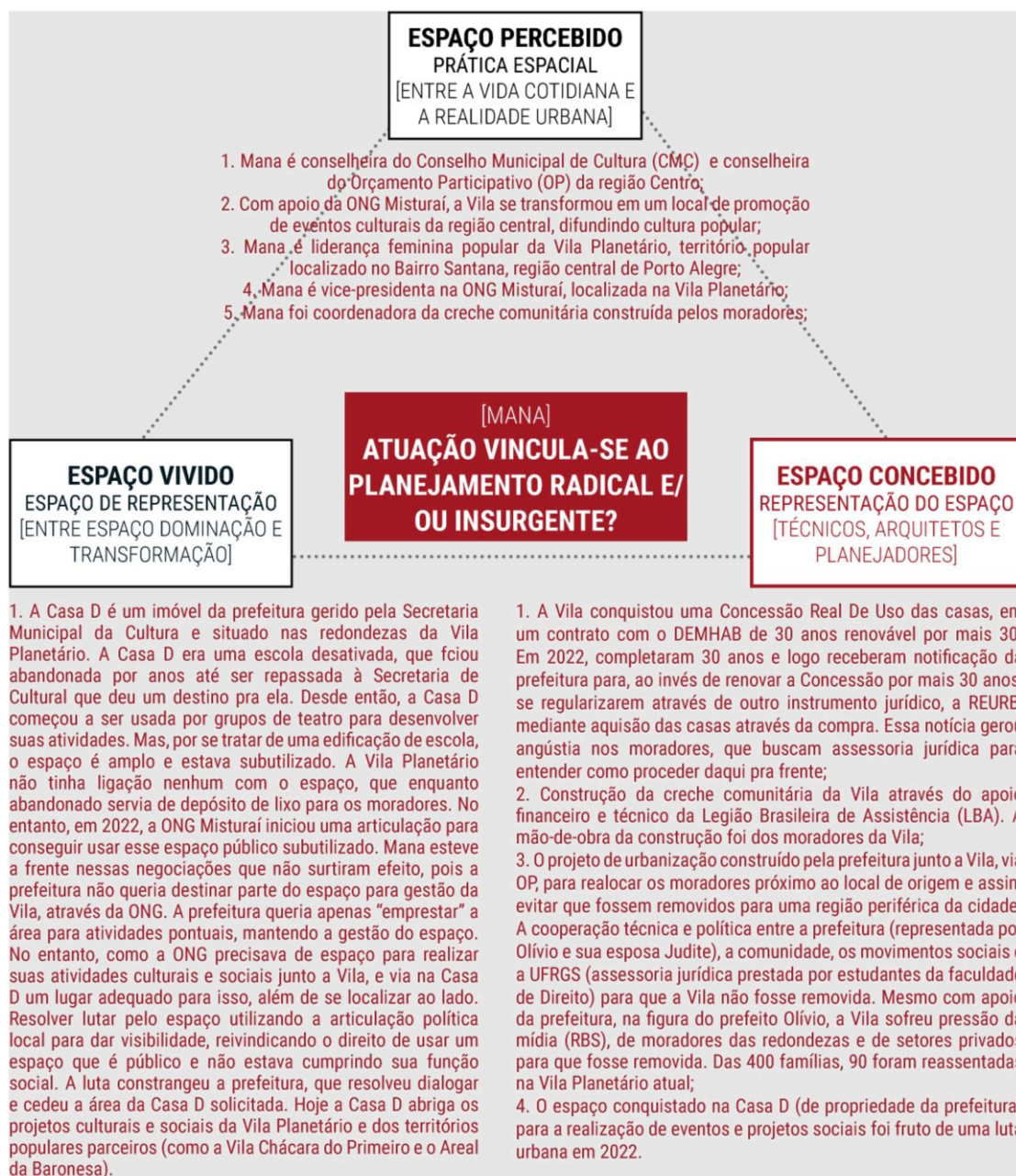
## 8.2. APÊNDICE 2: DIAGRAMAS MANA



**Diagrama 29.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Mana. Fonte: elaboração própria.

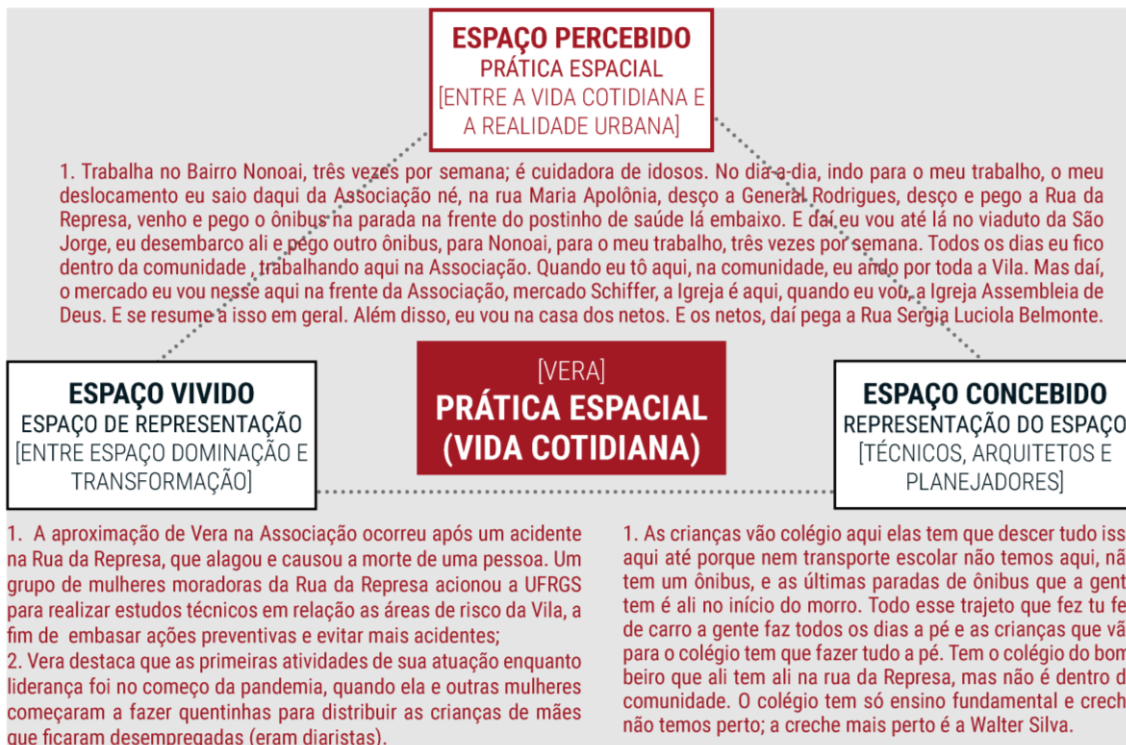


**Diagrama 30.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Mana. Fonte: elaboração própria.

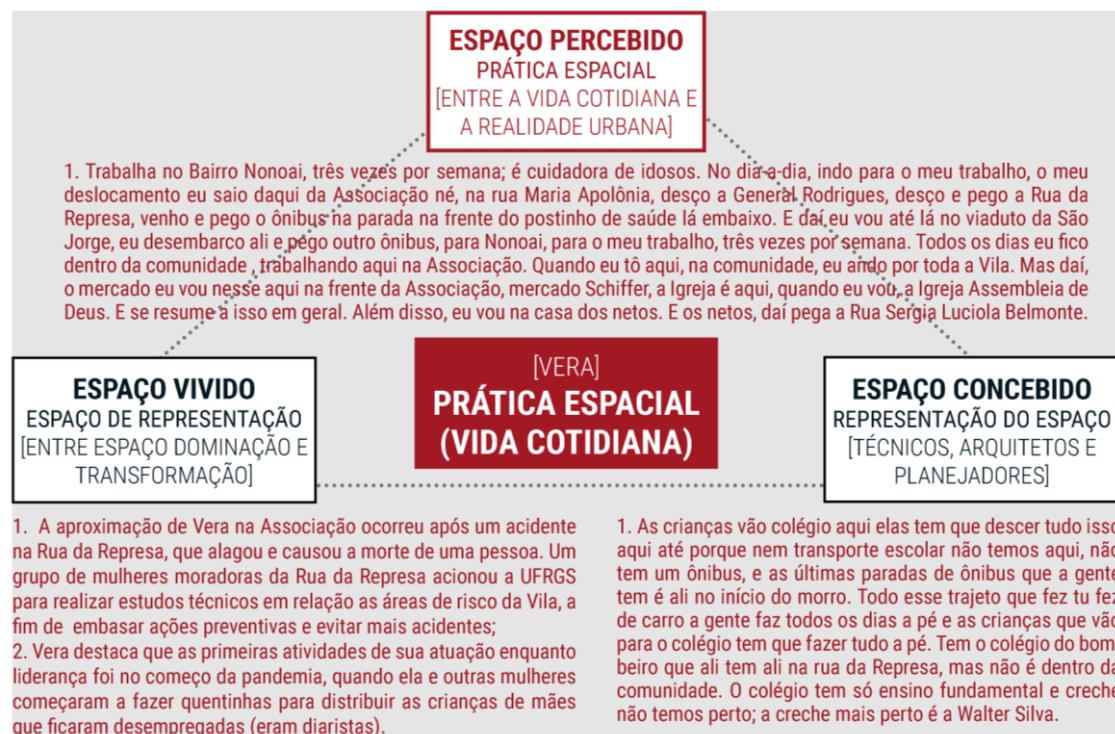


**Diagrama 31.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Mana. Fonte: elaboração própria.

### 8.3. APÊNDICE 3: DIAGRAMAS VERA

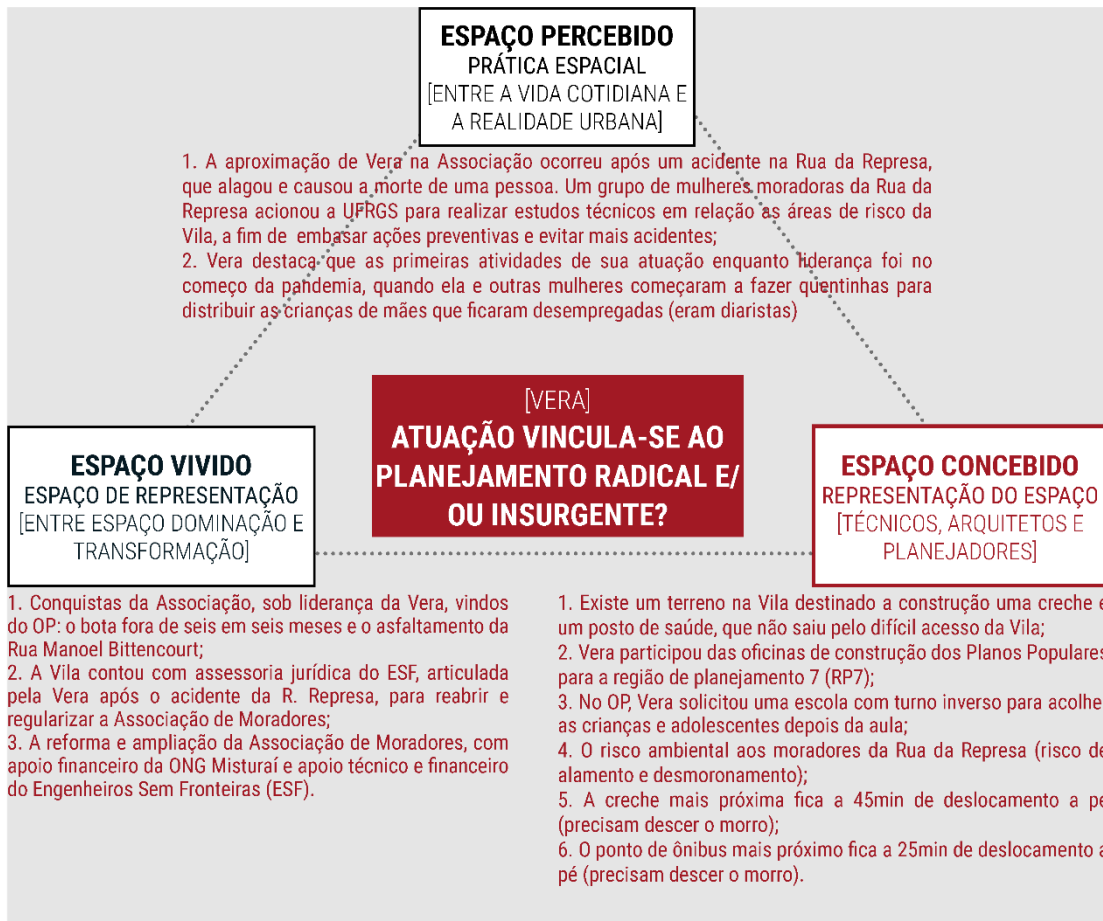


**Diagrama 32.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Vera. Fonte: elaboração própria.



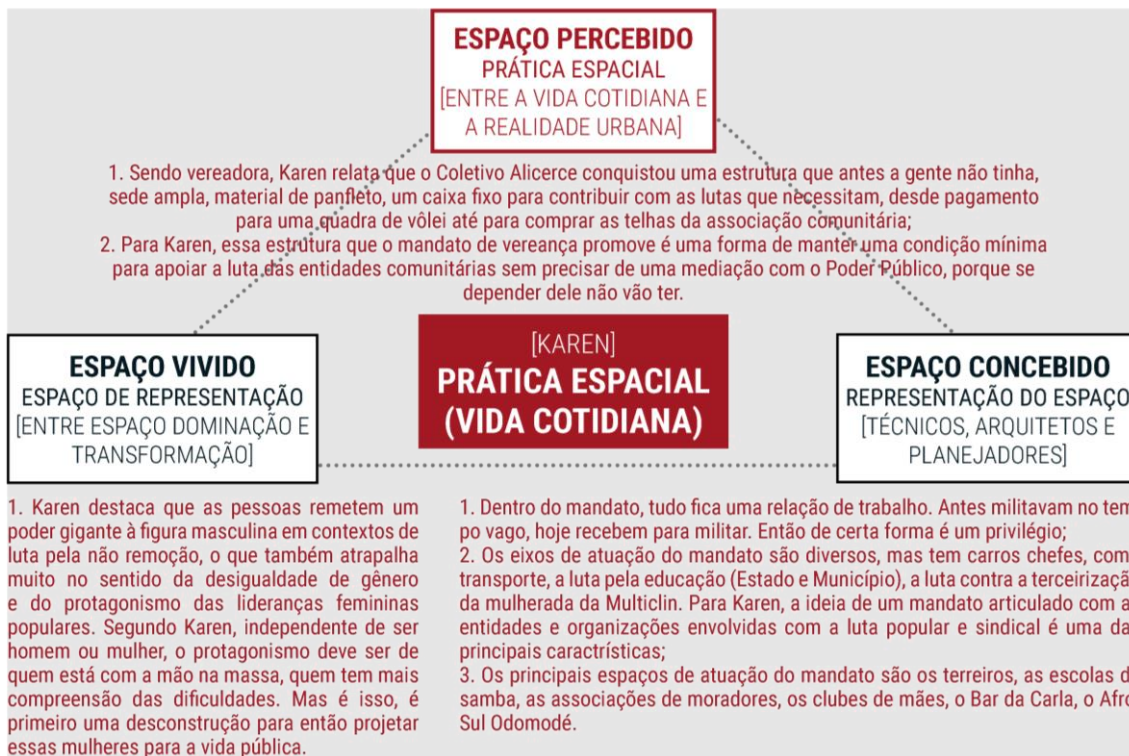
**Diagrama 33.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Vera. Fonte: elaboração própria.



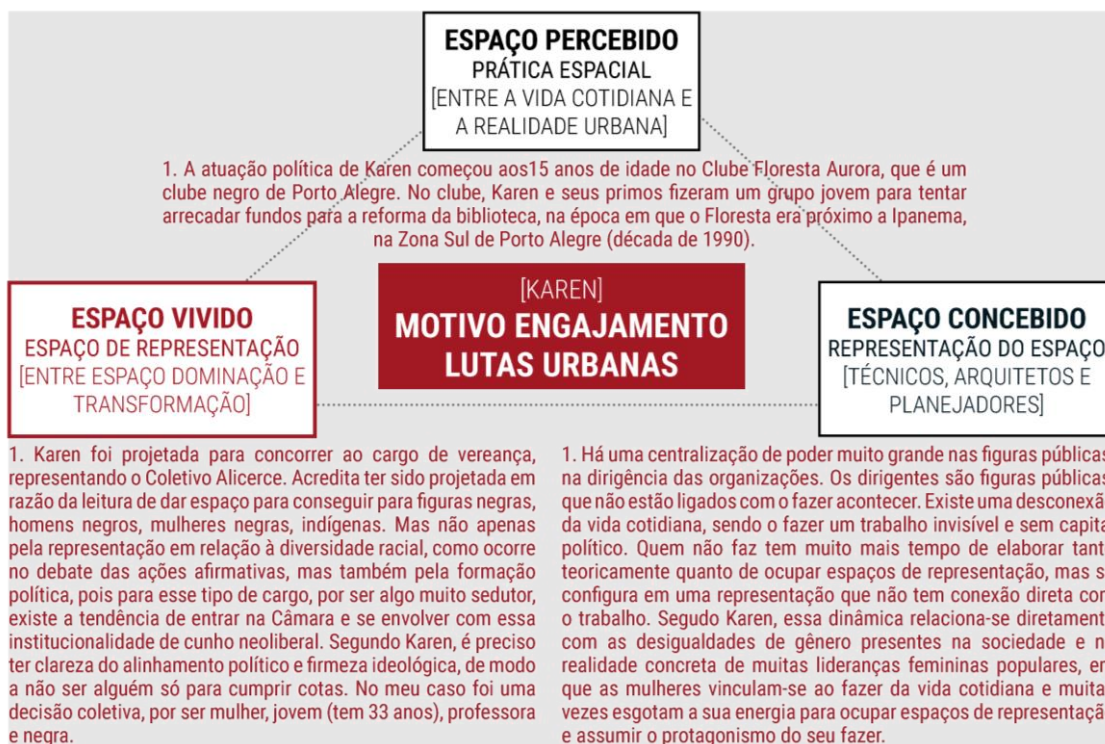


**Diagrama 34.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Vera. Fonte: elaboração própria.

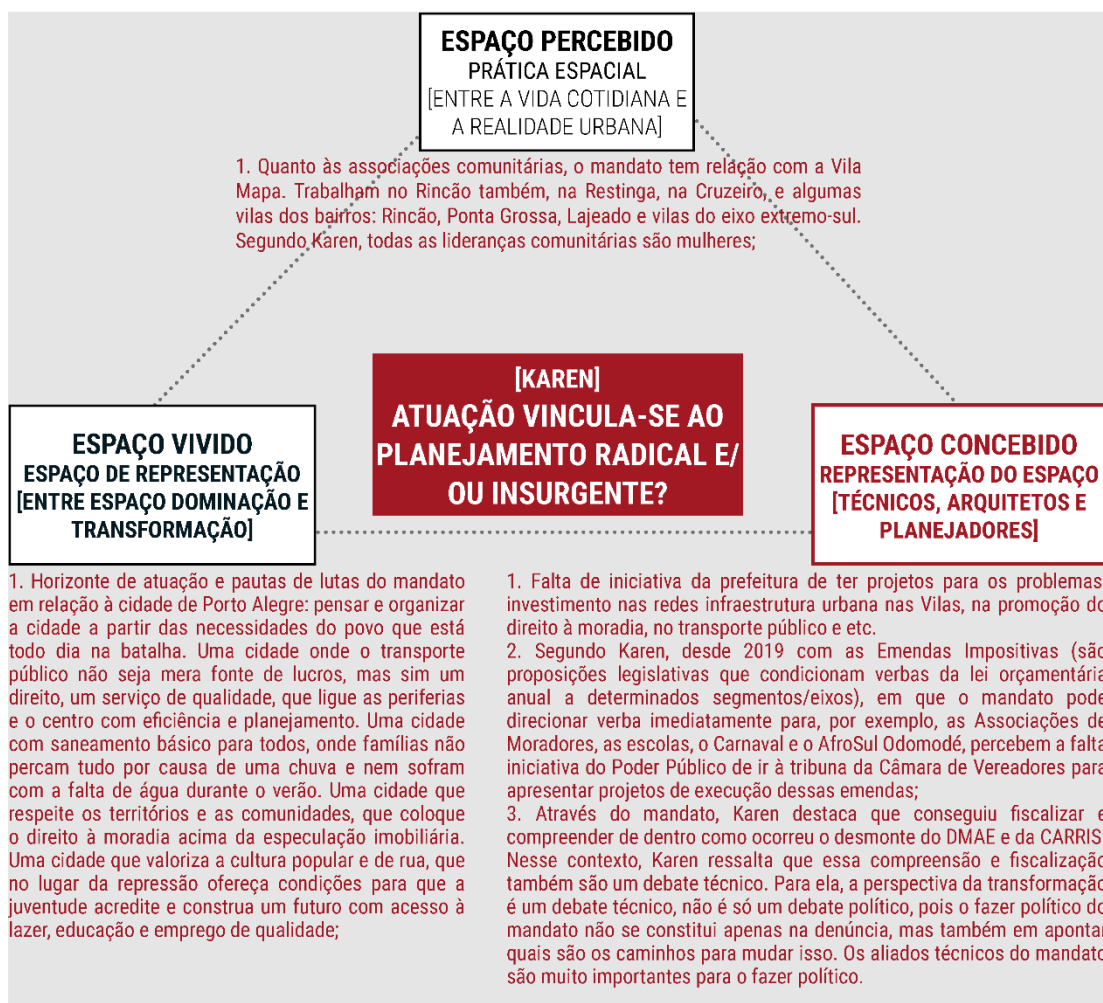
## 8.4. APÊNDICE 4: DIAGRAMAS KAREN



**Diagrama 35.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Karen. Fonte: elaboração própria.

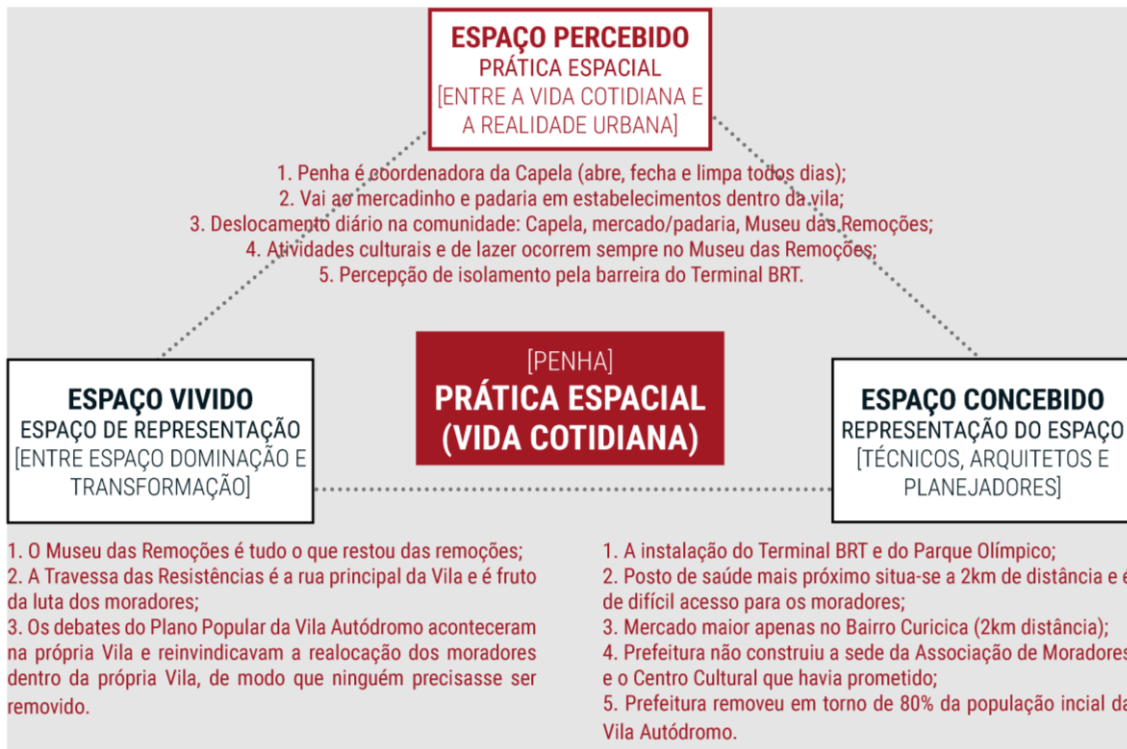


**Diagrama 36.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Karen. Fonte: elaboração própria.

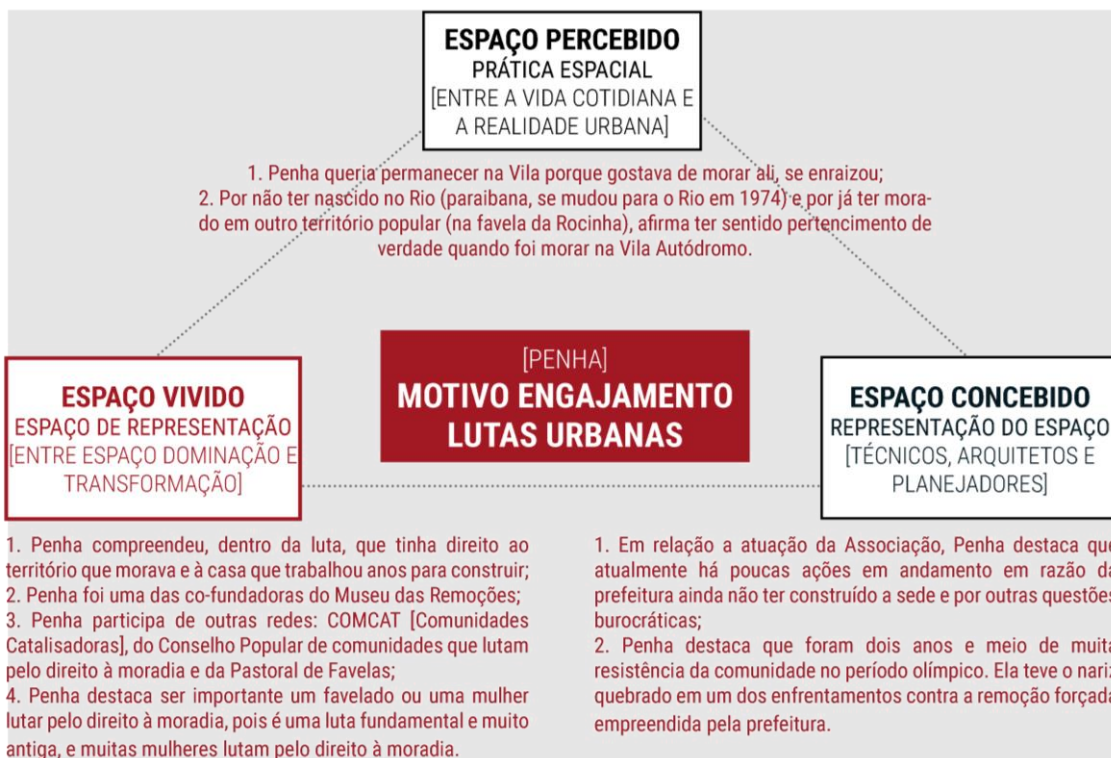


**Diagrama 37.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Karen. Fonte: elaboração própria.

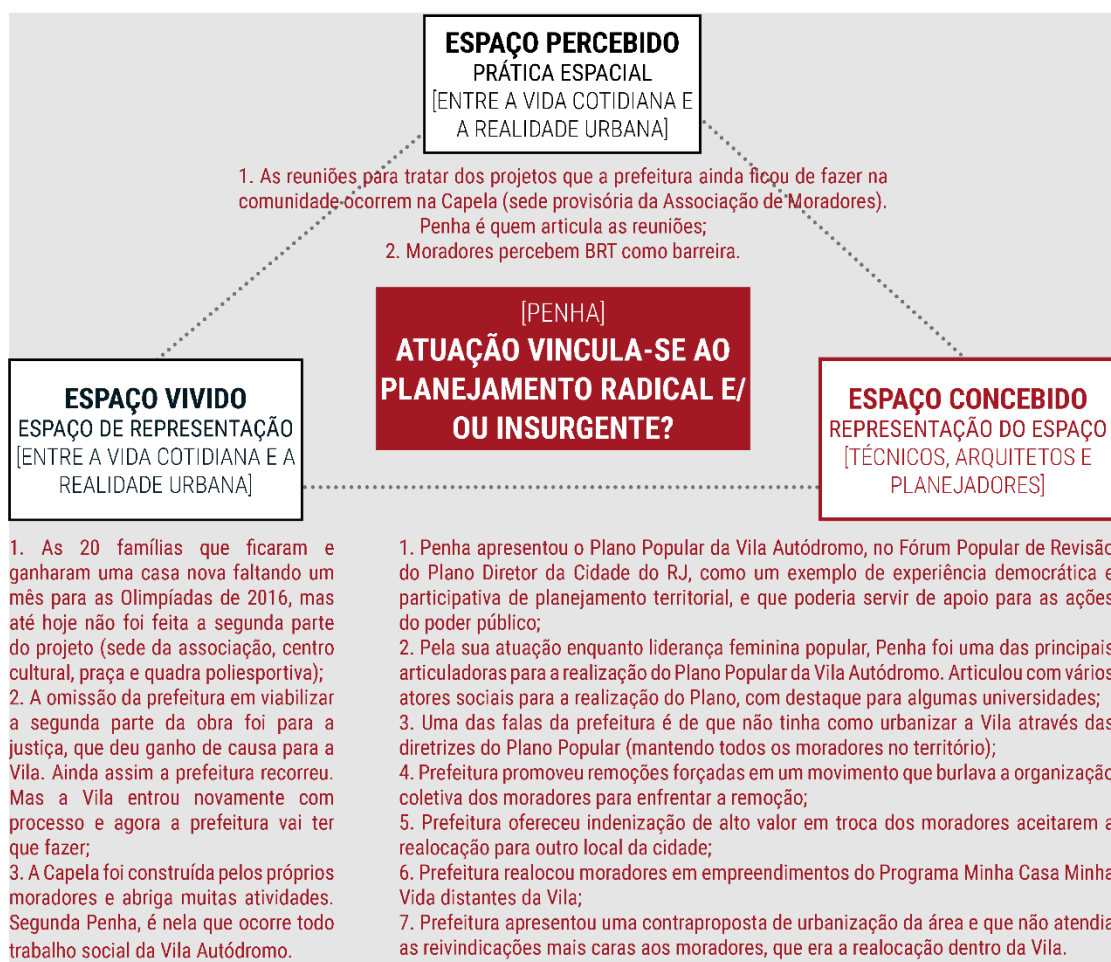
## 8.5. APÊNDICE 5: DIAGRAMAS PENHA



**Diagrama 38.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: elaboração própria.

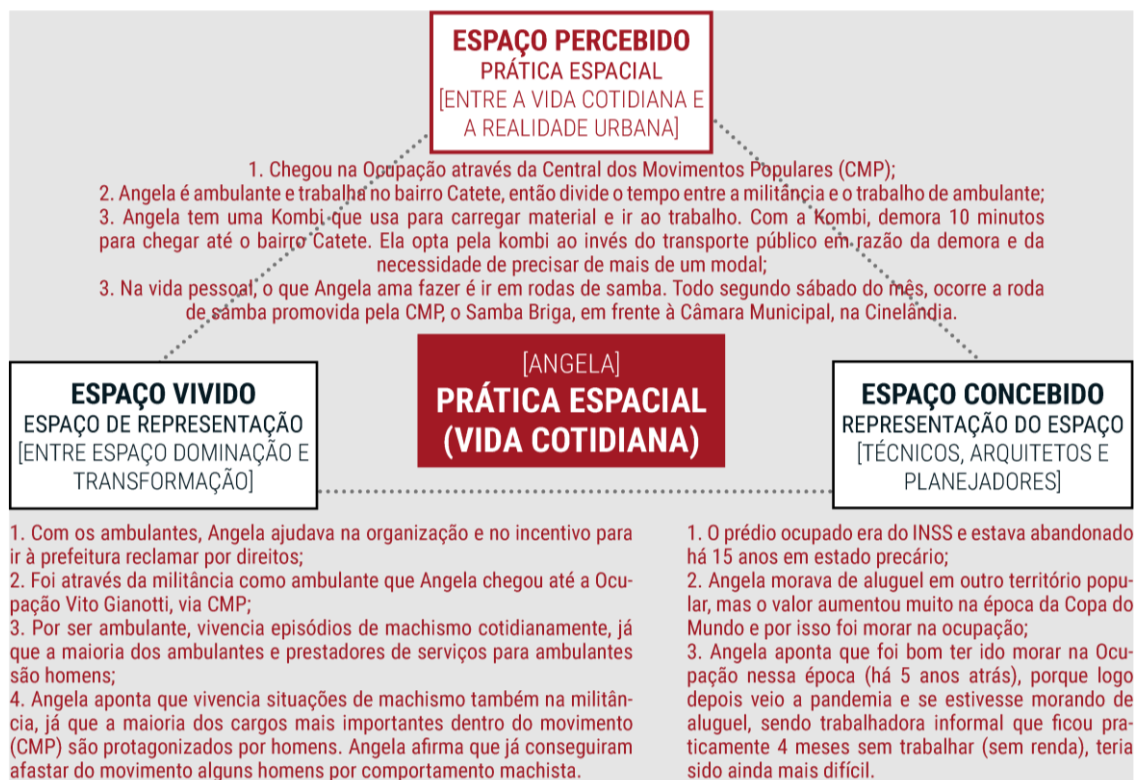


**Diagrama 39.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: elaboração própria.

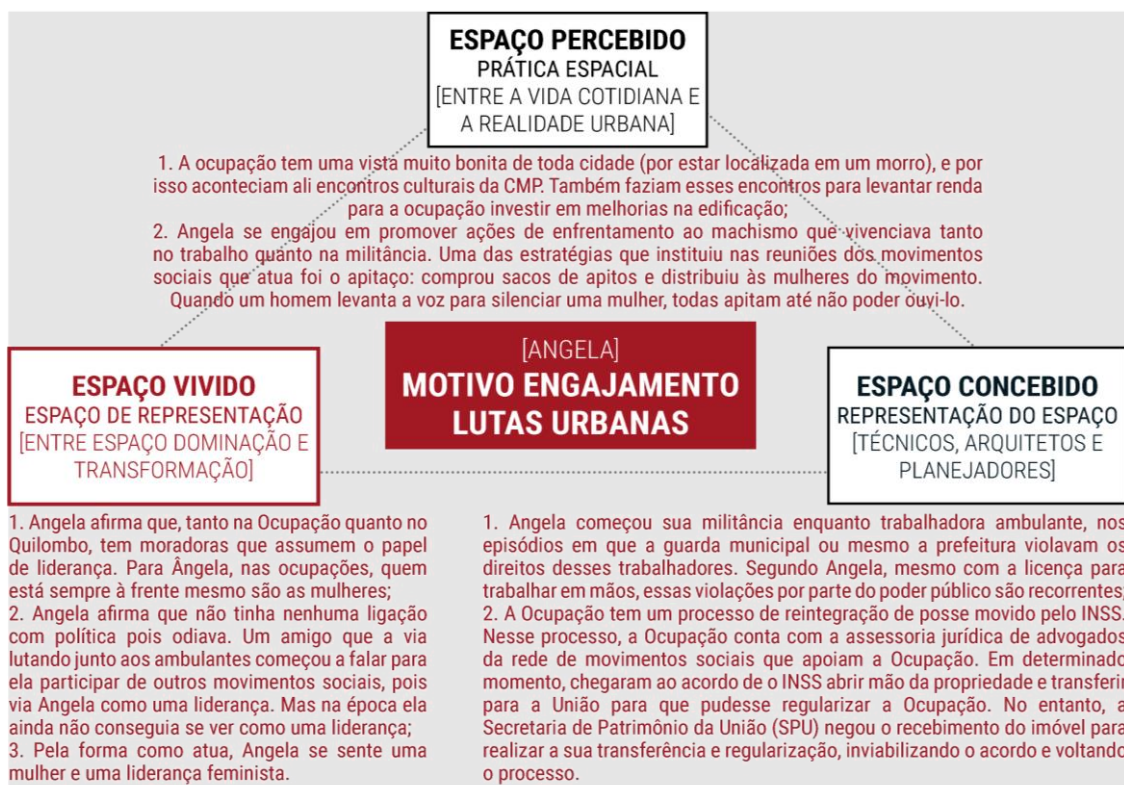


**Diagrama 40.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: elaboração própria.

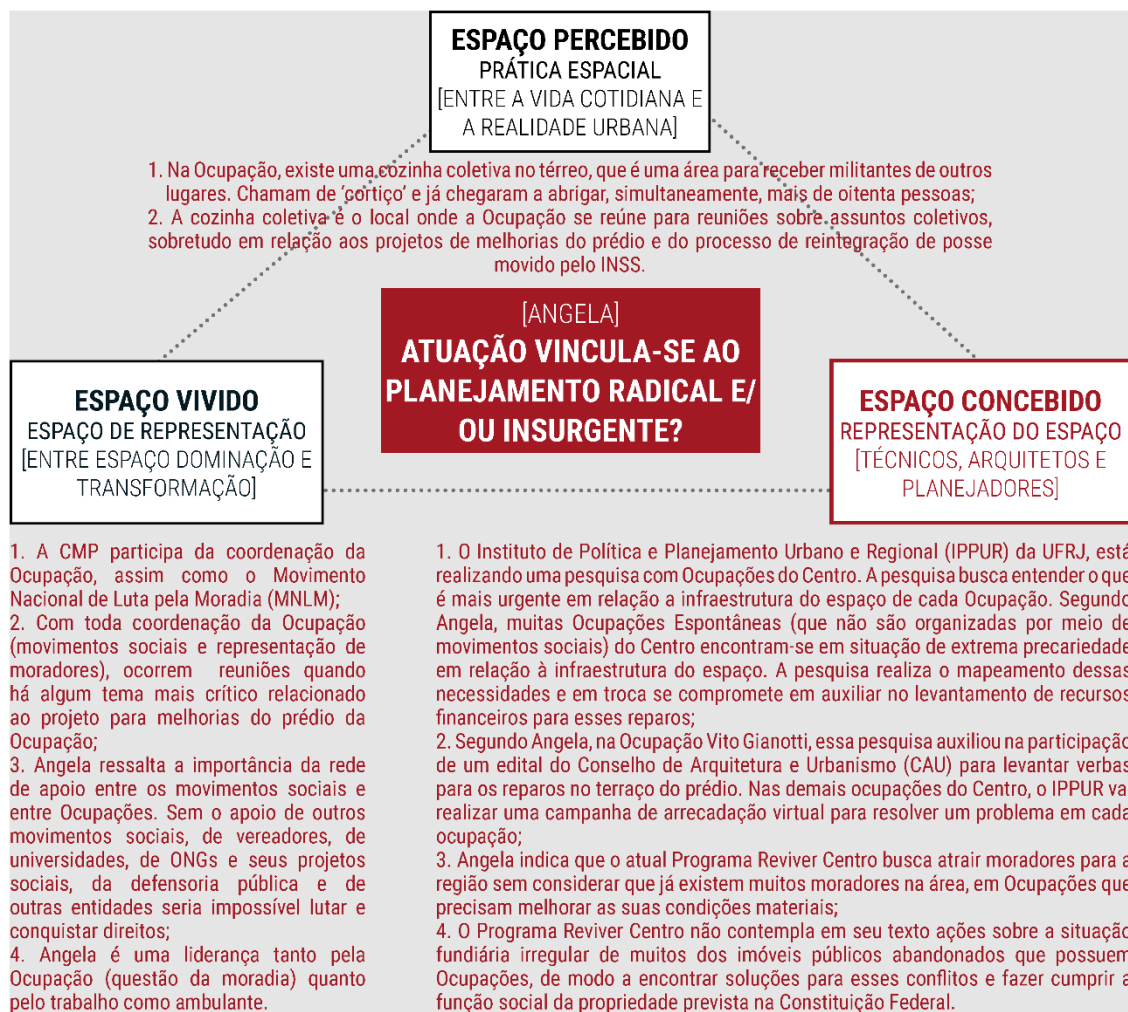
## 8.6. APÊNDICE 6: DIAGRAMAS ANGELA



**Diagrama 41.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Angela. Fonte: elaboração própria.

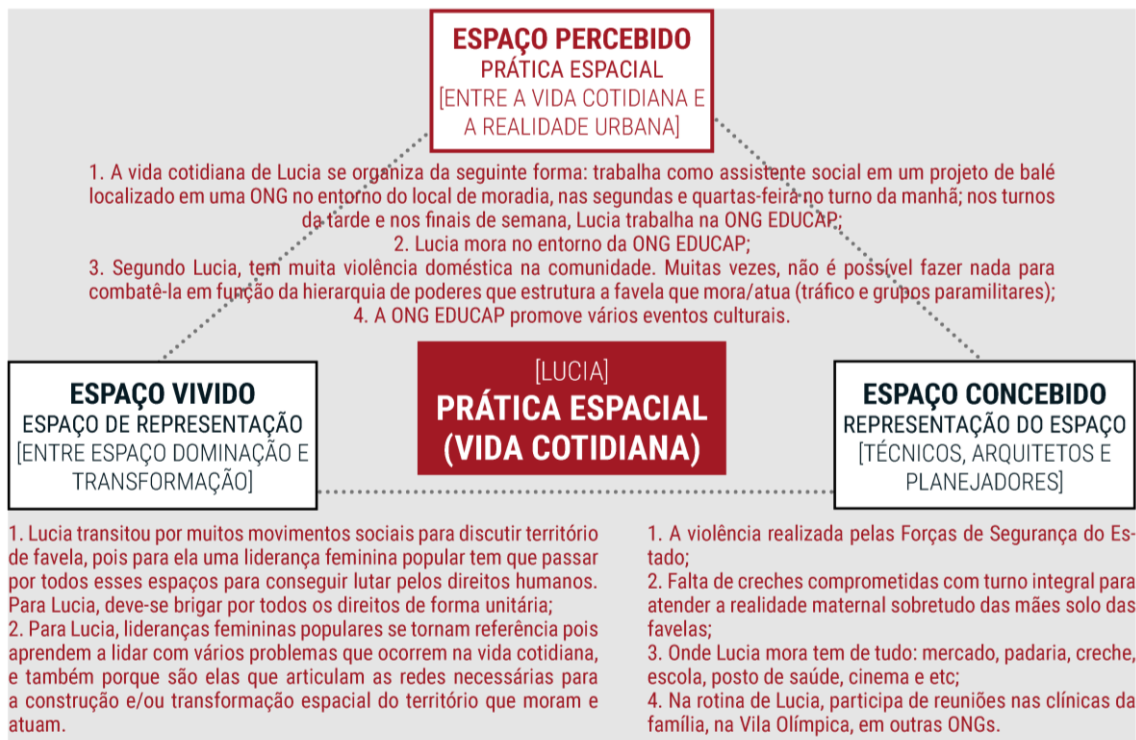


**Diagrama 42.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Angela. Fonte: elaboração própria.

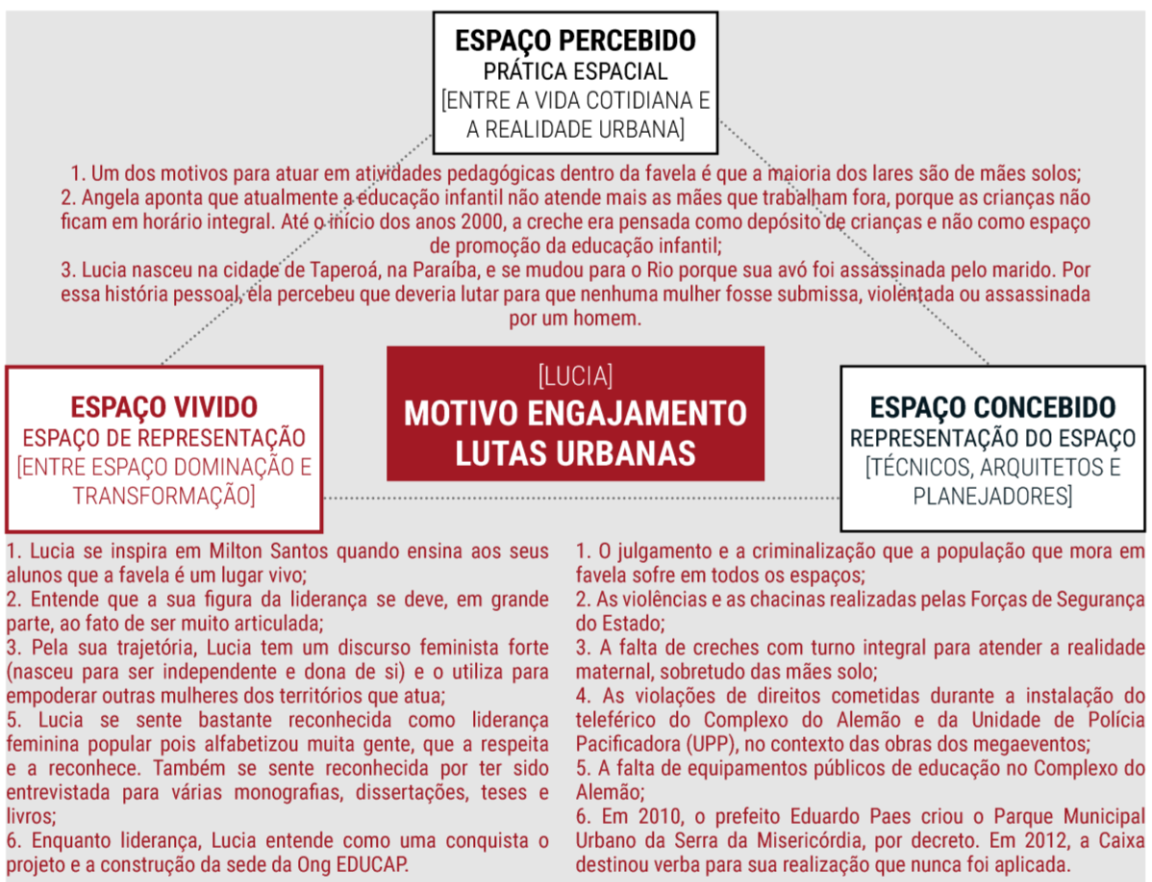


**Diagrama 43.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Angela. Fonte: elaboração própria.

## 8.7. APÊNDICE 7: DIAGRAMAS LUCIA



**Diagrama 44.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Lucia. Fonte: elaboração própria.



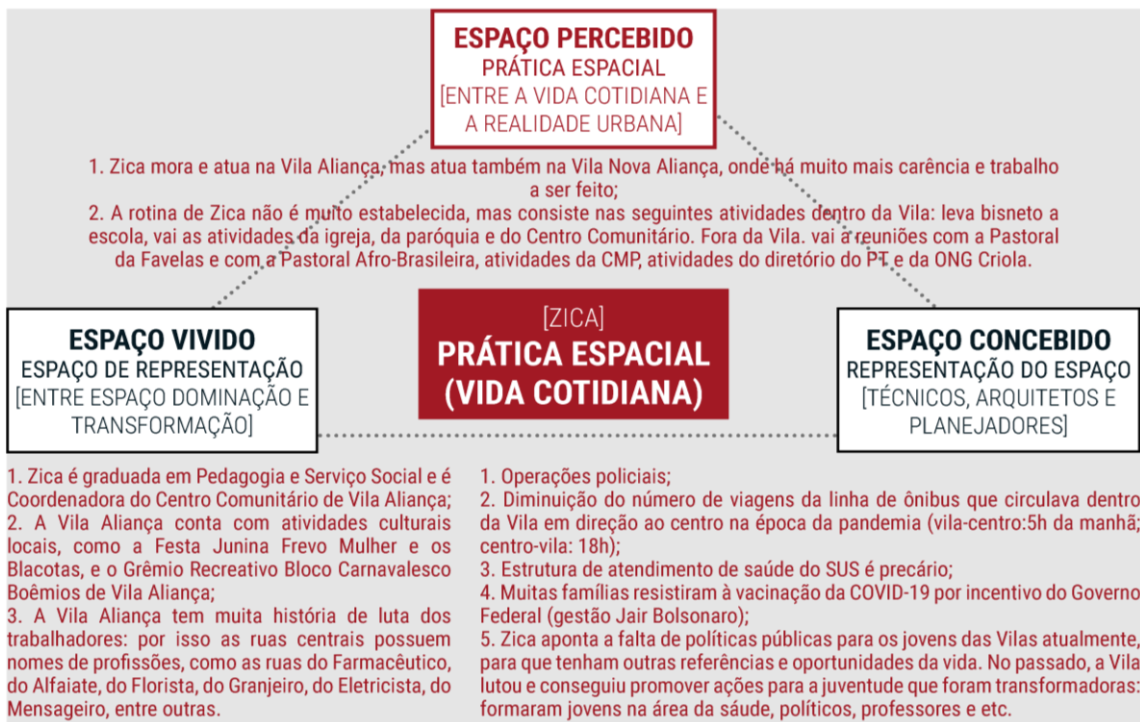
**Diagrama 45.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Lucia. Fonte: elaboração própria.



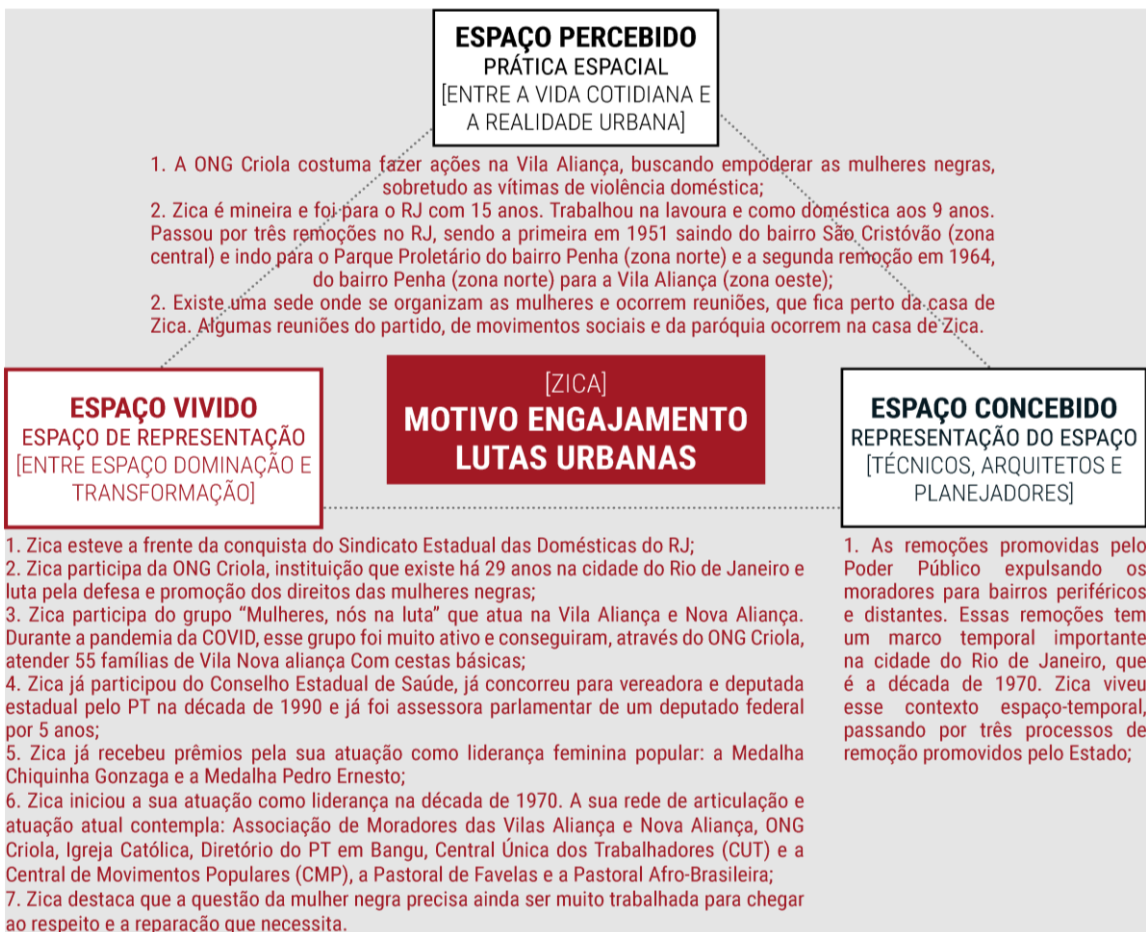


**Diagrama 46.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Lucia. Fonte: elaboração própria.

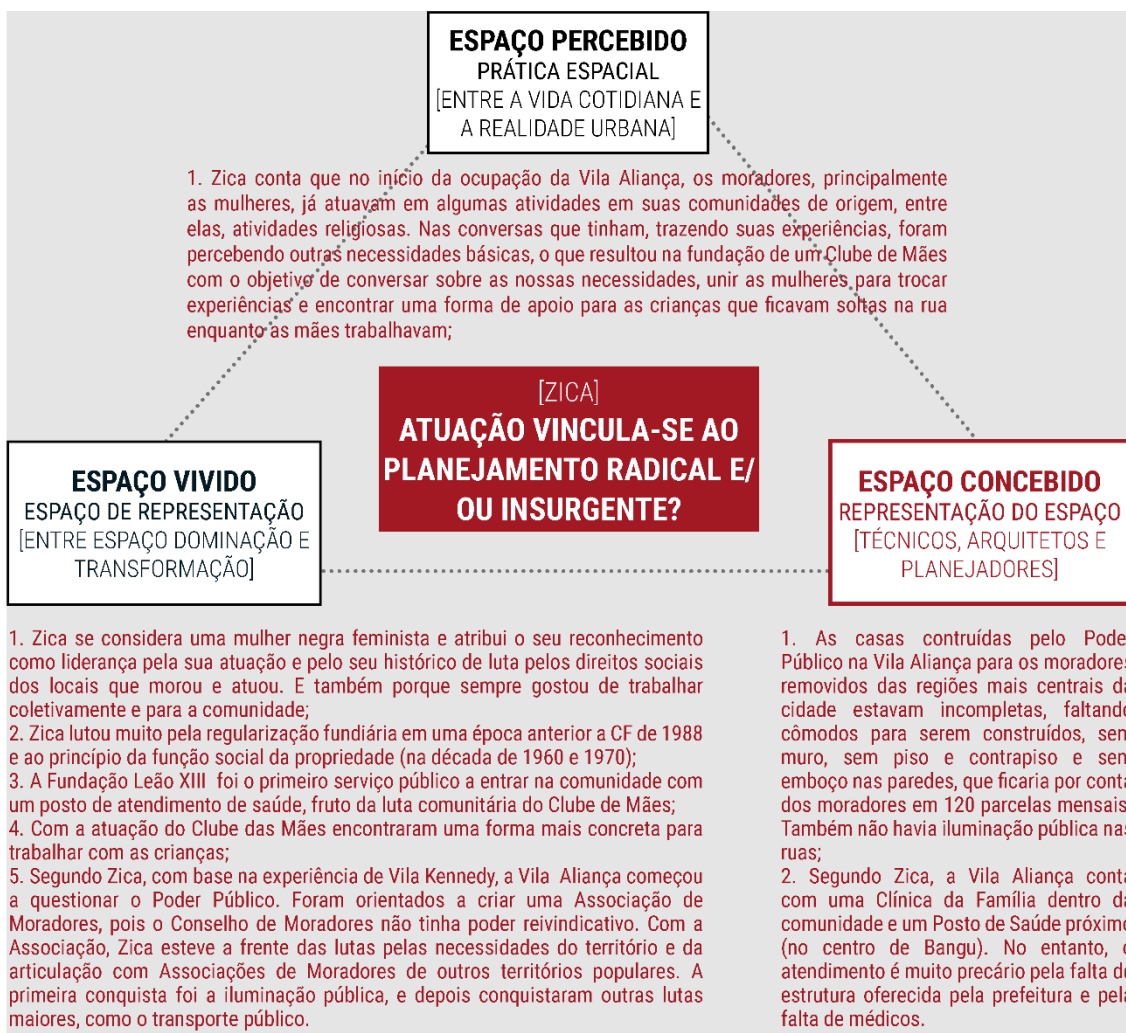
## 8.8. APÊNDICE 8: DIAGRAMAS ZICA



**Diagrama 47.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com ZICA. Fonte: elaboração própria.

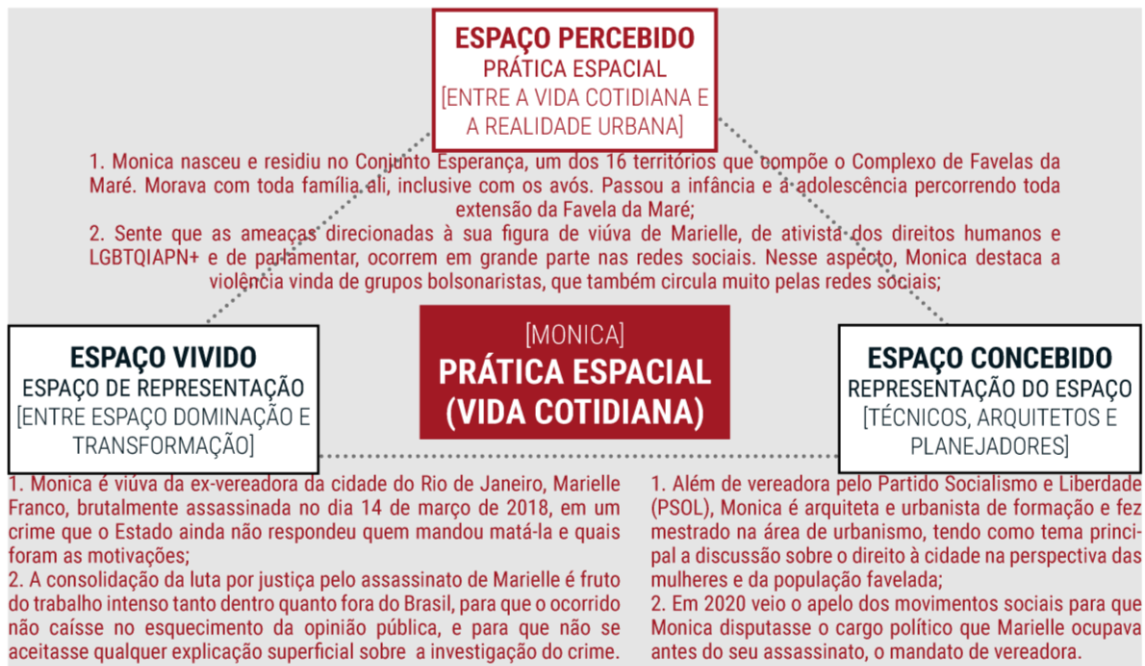


**Diagrama 48.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com ZICA. Fonte: elaboração própria.

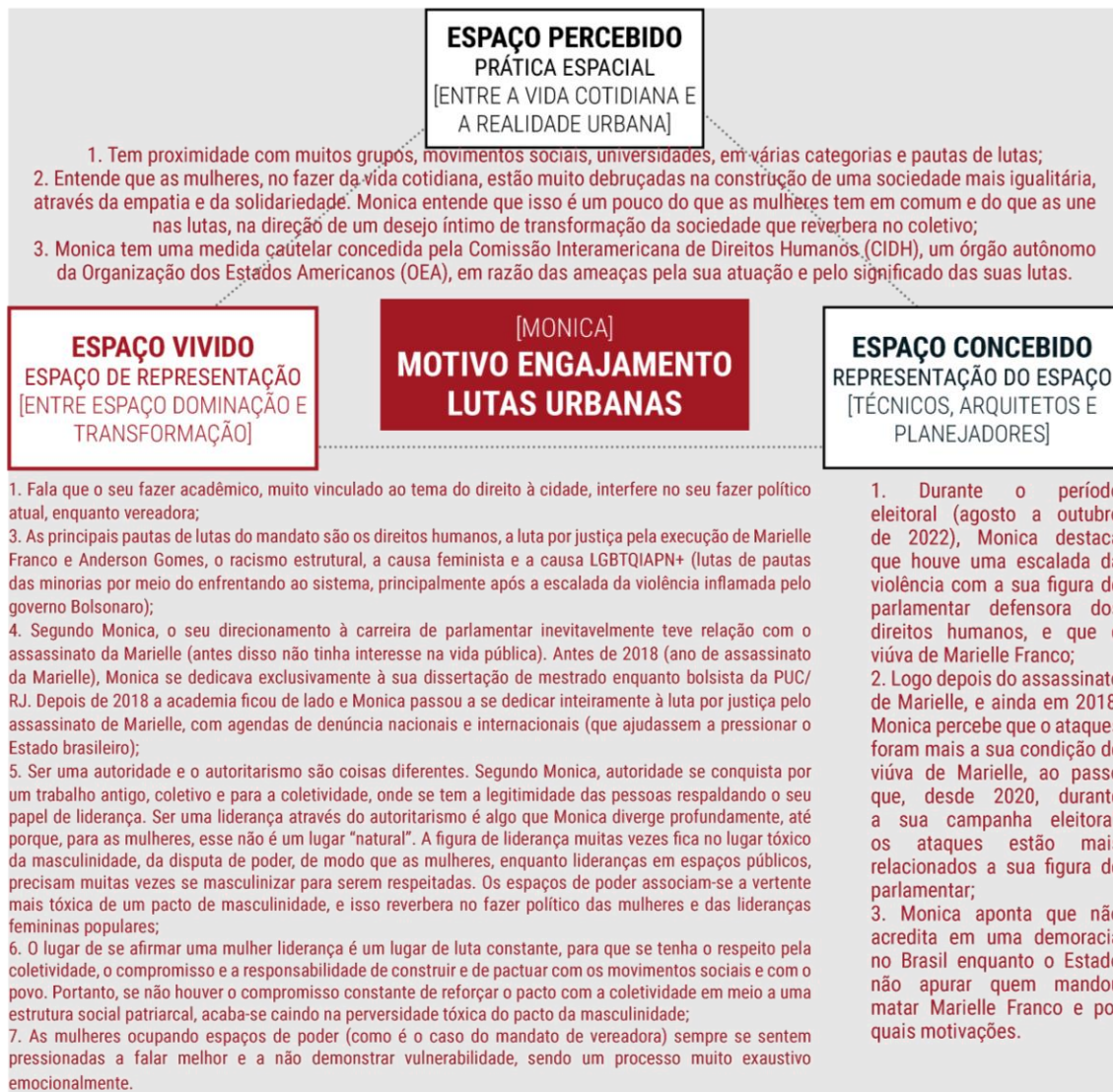


**Diagrama 49.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com ZICA. Fonte: elaboração própria.

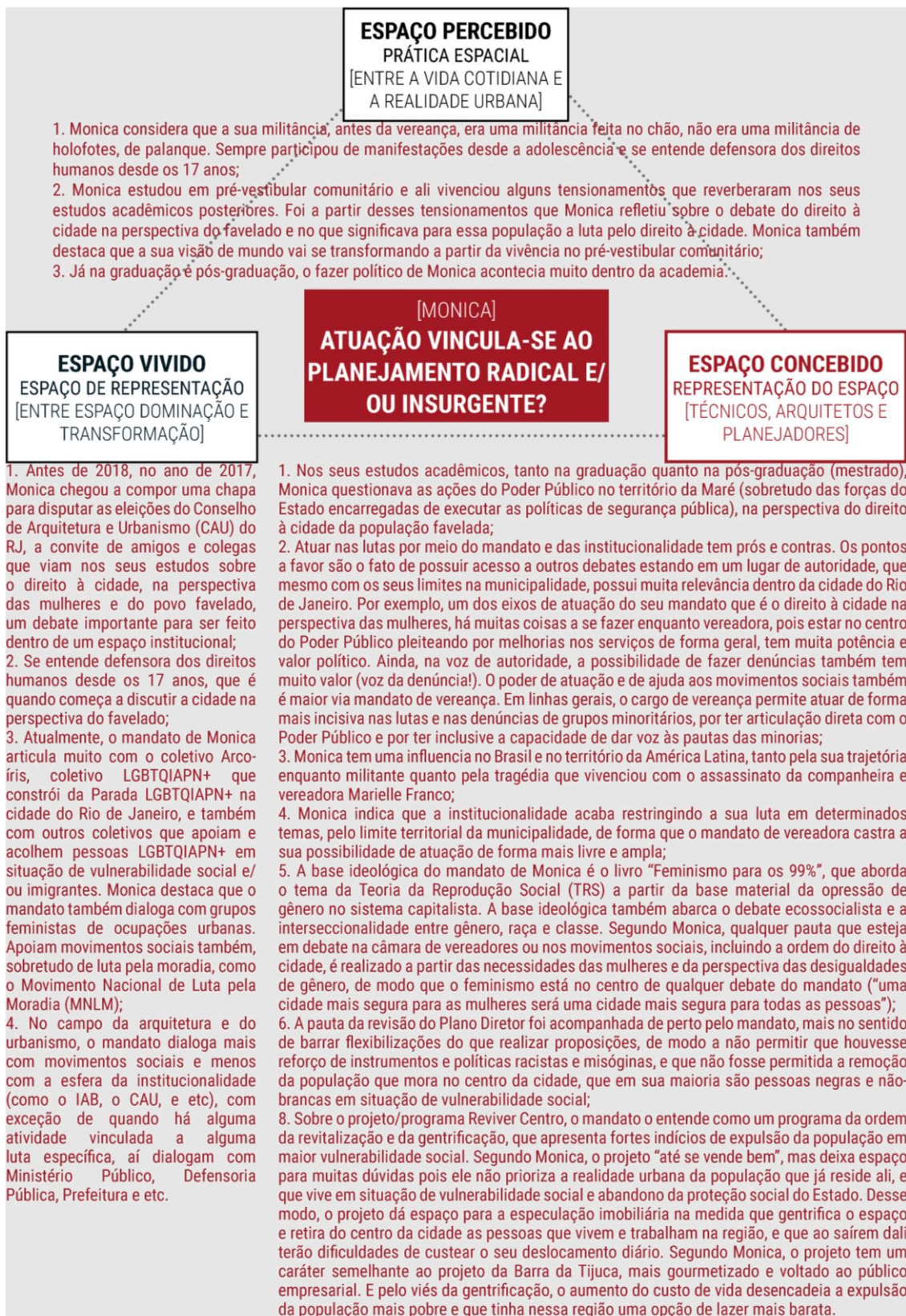
## 8.9. APÊNDICE 9: DIAGRAMAS MONICA



**Diagrama 50.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 1. Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: elaboração própria.



**Diagrama 51.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 2. Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: elaboração própria.



**Diagrama 52.** Análise com a tríade em relação ao objetivo 3. Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: elaboração própria.

## 9 ANEXOS

### 9.1. ANEXO 1: MODELO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

#### RECONHECIMENTO INICIAL E APRESENTAÇÃO TCLE

- Eu falo meu nome, minha formação e explico brevemente o tema da pesquisa de mestrado;
- Em seguida falo sobre como cheguei até a entrevistada e como consegui o contato;
- Depois falo os motivos da escolha por entrevistá-la e quais são os objetivos gerais da entrevista: compreender a sua relação com o local onde vive; ouvir sobre o seu histórico de vida e compreender a sua atuação na comunidade;
- Pergunto se seria ok para ela, enquanto pergunto sobre a sua relação com o local onde vive, ela poder ir desenhando em uma folha de papel como são os seus deslocamentos diários e mostro uma referência disso (breve croqui geral feito por mim para exemplificar);
- Falar que essa entrevista foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da URGS no início deste ano;
- Falo sobre o Termo Livre Esclarecido e apresento ele. Pergunto se ela poderia mandar uma foto da sua assinatura para anexar ao arquivo do termo e explico que mandarei uma cópia desse termo ao final da entrevista; salientar que a entrevista será gravada apenas para fins acadêmicos e que após a defesa da dissertação essa gravação será excluída; falo que ela pode se retirar a qualquer momento da entrevista e que se sentir algum desconforto com alguma pergunta, ela tem a liberdade de não a responder;
- Por último, pergunto para que ela se apresente brevemente.

#### MOMENTO 1 | QUESTÕES SOBRE A RELAÇÃO COM O LUGAR ONDE VIVE

- Tu te vinculas a alguma organização (comunitária, política, institucional, associativa)? Quando iniciou as atividades nessas organizações? O que te motivou iniciar suas atividades?
- Sobre sua autopercepção...Como você se vê como liderança, militante, feminista ou não...?
- Você se entende e/ou se sente percebida/reconhecida como uma liderança na sua comunidade”?
- Você sabe que hoje é vista como uma pessoa de referência na comunidade, porque você acha que isso acontece?
- Você consegue pensar em outras mulheres que tenham assumido papel de liderança nas suas comunidades?
- Como é o seu dia-a-dia no local onde mora? Que lugares costuma ir diariamente (mercado, padaria, escola, outros equipamentos comunitários)? O local onde você mora é

provido de equipamentos públicos (escolas, posto de saúde, creches, etc)?

- Tu frequentas os espaços comunitários diariamente? Se sim, quais são esses espaços? Tu consegues identificar quais os espaços onde a comunidade costuma se reunir para tratar de assuntos de interesse coletivo?
- O que tu gostas de fazer e onde costuma ir no teu tempo livre? (Praça, teatro, museu, shows, cinema, biblioteca, parque, orla, feiras livres, etc) No local onde tu moras e/ou atua há atividades culturais (oficinas, apresentações, eventos)?

#### MOMENTO 2 | HISTÓRIA DE VIDA

- Fala sobre ti...Onde nasceu? Há quanto tempo vive aqui? Como tu te sente nessa comunidade?
- Você tem filhos, quantos? É casada? De que cor/raça você se considera? Você é a principal responsável pela renda familiar? Você se considera "chefe da tua família"? Qual a tua escolaridade? Tem alguma religião?
- Você participa de alguma associação, coletivo ou grupo de mulheres? O que as une?
- Você já recebeu/enfrentou ameaças por causa da sua militância/atuação?
- Se você tivesse que resumir o seu trabalho em 3 palavras, quais seriam?

#### MOMENTO 3 | ATUAÇÃO NA COMUNIDADE

- Quais são as tuas articulações locais? A comunidade possui associação de moradores? Se sim, possui sede própria?
- Você ocupa algum espaço institucional de participação social?
- Você conhece os planos e projetos públicos e privados para a sua região/local de moradia?
- Você se envolve ou já se envolveu em debate de revisão do plano diretor?
- Você já participou de oficinas da prefeitura ou de oficinas de planejamento popular (Exemplo: os planos de ação regional realizados pelo IAB)?



## 9.2. ANEXO 2: MODELO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS - VEREADORAS

### RECONHECIMENTO INICIAL E APRESENTAÇÃO TCLE

- Eu falo meu nome, minha formação e explico brevemente o tema da pesquisa de mestrado;
- Em seguida falo sobre como cheguei até a entrevistada e como consegui contato;
- Depois falo os motivos da escolha por entrevistá-la e quais são os objetivos gerais da entrevista: compreender o histórico de vida; a atuação política, pública e comunitária; e a identificação com a figura de liderança ou não;
- Falar que essa entrevista foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da URGS no início deste ano;
- Falo sobre o Termo Livre Esclarecido e que precisa ser assinado pela entrevistada; salientar que a entrevista será gravada apenas para fins acadêmicos e que após a defesa da dissertação essa gravação será excluída; falo que ela pode se retirar a qualquer momento da entrevista e que se sentir algum desconforto com alguma pergunta, ela tem a liberdade de não responder.

### MOMENTO 1 | HISTÓRIA DE VIDA DA PESSOA

- Fala sobre ti...Onde nasceu? Quais locais do Rio tu já moraste? Tem filhos, quantos? Idade? É casada? É a principal responsável pela renda familiar? Você se considera "chefe da família"? Qual a tua escolaridade? Tem alguma religião?
- Atualmente, você participa de alguma associação, coletivo ou grupo de mulheres? E antes da vereança e da carreira política? O que as une nesses espaços?
- Você já recebeu/enfrentou ameaças pela sua militância/atuação política?
- O que te fez ir para a carreira política e pública? Como foi que isso aconteceu na tua vida?

### MOMENTO 2 | ATUAÇÃO POLÍTICA/COMUNITÁRIA/INSTITUCIONAL

- Antes da vereança e carreira política, você ocupava algum espaço institucional de participação social? Se sim, quais?
- E hoje, no âmbito da carreira política, quais são as tuas articulações e alianças políticas? Coletivos, comunidades/associações comunitárias, universidade, instituições, movimentos sociais...?
- Tu achas que a carreira política te permitiu ampliar a tua atuação?

- Hoje, quais são as principais áreas de atuação do teu mandato?
- O que tu achas dos planos e projetos públicos e privados executados atualmente pela prefeitura?
- Você se envolve ou já se envolveu em debate de revisão do plano diretor? No teu mandato, quais eixos de atuação se enquadram no tema das questões urbanas de forma mais geral (moradia, transporte, saneamento, direito à cidade, lazer, etc)?
- Se você tivesse que resumir o seu trabalho em 3 palavras, quais seriam?

### MOMENTO 3 | IDENTIFICAÇÃO COMO LIDERANÇA

- Sobre sua autopercepção...Você se vê como liderança, militante, feminista ou não...?
- Consegue pensar em outras mulheres que tenham assumido papel de liderança ao longo da tua trajetória política/militante?

### 9.3. ANEXO 3: MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

#### TCLE (ENTREVISTAS E CARTOGRAFIAS) E AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE VOZ

Sua participação envolve participar de uma entrevista que tem tempo de duração estimado de 60 minutos. A participação nesse estudo é voluntária e anônima e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Os dados obtidos e a publicação dos resultados serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

Este TCLE se refere (1) às perguntas que compõe a entrevista semiestruturada e (2) às perguntas que compõe a elaboração de cartografias. As cartografias serão representadas através de mapas, de modo que as perguntas das cartografias terão suas respostas graficadas e espacializadas sobre uma base cartográfica obtida no GoogleEarth.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

<b>Título</b>	Lideranças femininas populares na produção social do espaço urbano
<b>Instituição de Ensino</b>	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR/UFRGS
<b>Pesquisadora Responsável</b>	Franciele Bonoldi   E-mail: franciele.bonoldi@hotmail.com
<b>Orientadora Responsável</b>	Clarice Misoczky de Oliveira   E-mail: arq.clarice@gmail.com
<b>Contato PROPUR/UFRGS</b>	Tel.: (51) 3308 3145   E-mail: <a href="mailto:propur@ufrgs.br">propur@ufrgs.br</a>
<b>CEP/UFRGS</b>	Tel.: (51) 3308 3738   E-mail: <a href="mailto:etica@propesq.ufrgs.br">etica@propesq.ufrgs.br</a>

DECLARO, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa de mestrado acadêmico “Lideranças femininas populares na produção social do espaço urbano”, de responsabilidade da pesquisadora Franciele Bonoldi, que tem como objetivo principal “compreender, à luz da teoria-método da produção social do espaço urbano de Henri Lefebvre, a atuação das lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade”.

Declaro ter sido informado(a) de que os dados obtidos serão utilizados para fins estritamente acadêmicos e de que concordei em ser identificada pelo nome ou apelido na pesquisa. Declaro, ainda, ter sido informado(a) de que esta pesquisa trará como benefício à comunidade acadêmica um aprofundamento no debate sobre a invisibilidade das mulheres na produção do espaço urbano, bem como nas instâncias

políticas e decisórias de gestão e planejamento territorial, podendo ser acessada por qualquer pessoa que tenha interesse no seu conteúdo.

Afirmo ter sido informado(a) de que esta é uma entrevista em profundidade, acompanhada de um breve questionário para elaboração de cartografias, com duração de cerca de 60 minutos, de que posso solicitar a qualquer tempo a interrupção da entrevista, e de que, no caso de me sentir desconfortável para responder qualquer pergunta, basta solicitar à pesquisadora que a retire, pois me é assegurado o direito de não responder o que julgar impertinente ou de conteúdo impróprio.

Fui ainda informado(a) de que a pesquisadora se compromete a esclarecer quaisquer dúvidas que eventualmente surjam e que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Afirmo, também, que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com o desenvolvimento da pesquisa.

AUTORIZO, por meio deste termo, a gravação de minha entrevista que será utilizada para posterior transcrição e somente será acessada pela pesquisadora e sua orientadora. Fui informado (a) de que posso solicitar uma cópia da gravação, caso seja de meu interesse. Atesto ter recebido uma cópia deste Termo, assinado pela pesquisadora.

-----, ---- de ----- de 2022.

-----  
(NOME DA ENTREVISTADA)

-----  
(FRANCIELE BONOLDI)